Guidara Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 23.481.484/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras resumidas da companhia, referentes ao exercício findo em 31/12/2017. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro (Valores expressos em reais)

Ativo	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.763,84	123.219,99
Impostos a recuperar		43.316,63	267.448,85
Total do Ativo Circulante		**134.080,47**	**390.668,84**
Não Circulante			
Investimentos	5	1.179.489,04	1.248.140,30
Imobilizado	6	22.965.672,98	22.781.625,59
Total do Ativo Não Circulante		**24.145.162,02**	**24.029.765,89**
Total do Ativo		**24.279.242,49**	**24.420.434,73**

Passivo	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		-	200,00
Impostos a recolher		1.445,40	-
Total do Passivo Circulante		**1.445,40**	**200,00**
Patrimônio Líquido			
Capital social	7	43.675.398,91	43.675.398,91
Prejuízos acumulados		(19.397.601,82)	(19.255.164,18)
Total do Patrimônio Líquido		**24.277.797,09**	**24.420.234,73**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**24.279.242,49**	**24.420.434,73**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8	**22.869,00**	**25.200,00**
Custo dos serviços prestados		-	(42.209,77)
LUCRO BRUTO		**22.869,00**	**(17.009,77)**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(270.741,94)	(70.655,61)
Depreciações		(46.280,35)	-
Impostos e taxas		(179.788,72)	(183.927,94)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(473.942,01)**	**(271.593,32)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		571.883,27	800.126,20
Despesas financeiras		(269.156,90)	(361.418,15)
Variações monetárias e cambiais		-	(2.069,02)
RESULTADO FINANCEIRO TOTAL	9	**302.726,37**	**436.639,03**
Outras Receitas Operacionais	11	28.778,00	43.203,44
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**(142.437,64)**	**208.249,15**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

	Capital social	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**43.675.398,91**	**(19.463.413,33)**	**24.211.985,58**
Lucro do exercício	-	208.249,15	208.249,15
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**43.675.398,91**	**(19.255.164,18)**	**24.420.234,73**
Prejuízo do exercício	-	(142.437,64)	(142.437,64)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**43.675.398,91**	**(19.397.601,82)**	**24.277.797,09**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(142.437,64)	208.249,00
	(142.437,64)	**208.249,00**
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Partes relacionadas	-	345.000,00
Impostos a recuperar	224.132,37	(5.105,00)
Outras contas a receber	-	6.283,00
	224.132,37	**346.178,00**
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(200,00)	(175,00)
Salários, férias e encargos sociais	1.445,40	-
Impostos a recolher	-	(480,00)
Outras contas a pagar	-	(6.283,00)
	1.245,40	**(6.938,00)**
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**82.940,13**	**547.489,00**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	68.651,11	(427.288,00)
Imobilizado	(184.047,39)	(2.701,01)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(115.396,28)**	**(429.989,01)**
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(32.456,15)**	**117.499,99**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	123.219,99	5.720,00
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	90.763,84	123.219,99
	(32.456,15)	**117.499,99**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Guidara Empreendimentos Imobiliários S.A. é uma *holding* com sede em São Paulo/SP, à Rua Henrique Schaumann, 270/278, Sobreloja, Sala Guidara, Bairro Pinheiros, CEP 05413-010 e inscrita no CNPJ/MF 23.481.484/0001-33 e tem como objeto social à compra, venda e locação de bens próprios, móveis ou imóveis, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação no capital de outras sociedades.

2. ASPECTOS SOCIETÁRIOS: A sociedade foi constituída inicialmente como Guidara Nordeste Participações Ltda. tendo como objeto social à Locação de Aeronaves sem Tripulação, desempenhando suas atividades operacionais até meados de setembro de 2015.

A sede social foi transferida da cidade de Maracanaú/CE para a cidade de São Paulo/SP, conforme 7ª Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") em 17 de dezembro de 2015, e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 15 de janeiro de 2016.

A sociedade foi transformada em sociedade anônima de capital fechado, passando a denominar-se **Guidara Empreendimentos Imobiliários S.A.**, conforme Ata de Reunião de Sócios realizada em 30 de dezembro de 2015, registrada na JUCESP em 29 de fevereiro de 2016.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis descritas no pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - Contabilidade para Sociedades Anônimas (Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 26).

Conforme facultado pela Resolução nº 1.162/09, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Companhia decidiu por não apresentar a demonstração do valor adicionado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

3.1) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

3.2) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes em conta corrente bancária e aplicações financeiras. Não há saldos de caixa.

3.3) Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos encargos e variações monetárias incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

3.4) Reconhecimento das receitas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de locação de imóveis no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada pelo valor líquido dos impostos, das devoluções, dos descontos comerciais e dos abatimentos.

As receitas de vendas/serviços são reconhecidas quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos serviços vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

3.5) Estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

3.6) Instrumentos financeiros: Inicialmente registrados a seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre no fim de cada exercício de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou outros instrumentos e transações financeiras mais complexas.

3.7) Aprovação das demonstrações contábeis: As Demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 31 de março de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Banco Fibra	62.570,64	8.844,33
Banco Bradesco	193,20	2.375,66
CDB Banco Fibra	28.000,00	112.000,00
	90.763,84	**123.219,99**

5. INVESTIMENTOS

	2017	2016
Ações Banco Bradesco S.A.	365.444,60	600.996,00
Ações Banco Itaú/Unibanco S.A.	814.044,44	647.144,30
	1.179.489,04	**1.248.140,30**

6. IMOBILIZADO

Descrição da conta	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2017 Líquido	2016 Líquido
Fazenda Santa Margarida - Matrícula nº 1.482		3.045.894,55	-	3.045.894,55	3.045.894,55
Fazenda Santa Margarida - Matrícula nº 131.471		3.168.592,96	-	3.168.592,96	3.168.592,96
Fazenda Santa Margarida - Matrícula nº 131.472		360.102,32	-	360.102,32	360.102,32
Fazenda Santa Margarida - Matrícula nº 131.473		1.112.387,70	-	1.112.387,70	1.112.387,70
Fazenda Santa Margarida - Matrícula nº 131.474		2.367.600,51	-	2.367.600,51	2.367.600,51
Fazenda Santa Margarida - Matrícula nº 131.475		936.309,96	-	936.309,96	936.309,96
Imóvel Rua Yucatã - Matrícula nº 61.382		3.309.171,02	-	3.309.171,02	3.309.171,02
Imóvel Rua Venezuela - Matrícula nº 65.332		693.471,42	-	693.471,42	693.471,42
Imóvel Hortolândia - Matrícula nº 8.345		4.250.421,27	-	4.250.421,27	4.250.421,27
Imóvel Hortolândia - Matrícula nº 8.346		571.383,91	-	571.383,91	571.383,91
Sítio São Francisco - Matrícula nº 8.218		2.966.289,97	-	2.966.289,97	2.966.289,97
Veículos	20%	171.000,00	(31.119,31)	139.880,69	-
Blindagem de Veículos	20%	53.000,00	(8.833,30)	44.166,70	-
TOTAL		**23.005.625,59**	**(39.952,61)**	**22.965.672,98**	**22.781.625,59**

7. CAPITAL SOCIAL: O capital social em 31 de dezembro de 2017, totalmente integralizado está representado por 4.367.539.891 ações, distribuídas como segue:

Acionista	Quantidade de ações	% do Capital
Landale Business S.A.	4.367.539.891	100,00%
	4.367.539.891	**100,00%**

8. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita bruta	25.200,00	25.200,00
Deduções:		
Impostos sobre vendas	(2.331,00)	-
Receita operacional líquida	**22.869,00**	**25.200,00**

9. RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Receitas com ações valor mercado	503.549,58	787.936,16
Juros pagos e incorridos	(4.099,46)	(37,28)
Emolumentos	(105,46)	-
Corretagens	(164,95)	-
Prejuízos com ações valor de mercado	(263.920,84)	(360.646,46)
Receitas de títulos vinculados ao mercado	12.093,47	5.969,20
Tarifas bancárias	(856,75)	(734,41)
Atualização monetária	(9,44)	-
Juros sobre capital próprio	56.240,22	6.220,84
	302.726,37	**438.708,05**

10. RESULTADO COM VARIAÇÃO CAMBIAL

	2017	2016
Despesa de variação nas operações de câmbio	-	(2.433,47)
Receita de variação nas operações de câmbio	-	364,45
	-	**(2.069,02)**

11. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Dividendos e rendimentos de outros investimentos	3.382,26	43.203,44
Ganhos e perdas na venda de ações	16.568,00	-
Receita na venda de imobilizado	70.000,00	-
Custo na venda de imobilizado	(61.172,26)	-
	28.778,00	**43.203,44**

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e relacionados às atividades econômicas da Companhia, particularmente contas a pagar. Nas datas de encerramento dos exercícios, os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	2017	2016
Ativos financeiros básicos:		
Caixa e equivalentes de caixa	90.763,84	123.219,99
Total	**90.763,84**	**123.219,99**
Passivos financeiros básicos:		
Fornecedores	-	200,00
Total	**90.763,84**	**123.019,99**

A Administração da Companhia considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado, uma vez que os saldos das rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", e "Fornecedores", tem prazos curtos de vencimento.

Diretoria

Ricardo Steinbruch - Sócio

Joaquim Alcides de Oliveira - Contador - CRC 1 SP 159322/O-0

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Opersan Resíduos Industriais S.A.

CNPJ/MF nº 07.234.499/0001-40 - NIRE 35.300.438.922 - **Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de abril de 2018**. **1. Local, Dia e Hora:** Na sede da Opersan Resíduos Industriais S.A., na Praça General Gentil Falcão, 108, 2º andar, Cidade Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-150 ("Companhia"), às 08h do dia 09 de abril de 2018. **2. Convocação e Publicações:** Formalidades de convocação dispensadas pela presença da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de presença de Acionistas. 4. Mesa: Presidiu os trabalhos o Sr. Felipe Andrade Pinto, que convidou para secretariar os trabalhos o Sr. Fernando de Oliveira Carvalho. **5. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a alteração da denominação da Diretoria da Companhia, com consequente alteração da redação do artigo 18º do seu Estatuto Social. **6. Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Após aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, foi aprovada, por unanimidade dos acionistas presentes, a alteração da denominação da Diretoria da Companhia, e consequente alteração na redação do artigo 18º do Estatuto Social, que passa a vigorar conforme abaixo, permanecendo inalteradas e em vigor todas as demais disposições do Estatuto Social: "**Art. 18º** - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles denominado Diretor Presidente, sendo facultada ao Conselho de Administração a eleição de outros Diretores, determinando suas atribuições e designações, sempre observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo Único** - Os Diretores terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição." **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, conferida e assinada pelo Presidente da mesa, pelo Secretário e por todos os acionistas presentes. Mesa: Felipe Andrade Pinto, Presidente; Fernando de Oliveira Carvalho, Secretário. Acionistas: Antonio Carlos Taranto; Luiz Pannuti Carra; Oper Participações Ltda., representada por Lucas Giannella; Patria Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, representada por Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda. Certificamos que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 09 de abril de 2018. **Mesa: Fernando de Oliveira Carvalho** - Secretário. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 183.018/18-7 em 16/04/2018.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. **PROCESSO Nº 1121079-27.2017.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 26ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Borges Fantacini, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a JOSÉ AUGUSTO PORTO, CPF 212.960.448-07** que o Cooperativa de Econ. e Créd. Mútuo dos Policiais Militares e Serv. da Sec. dos Neg. da Seg. Púb. do Est. de São Paulo, ajuizou-lhe Ação de Execução de Título Extrajudicial objetivando a cobrança de **R$ 26.956,69**, referente, nota promissória não paga, com vencimento para 09/06/2017. Encontrando-se o executado em lugar ignorado e incerto, foi deferida a **CITAÇÃO** por edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado, quando então a verba honorária que foi fixada em 10% do valor do débito, será reduzida em 5%, em caso de pagamento, e querendo ofereça embargos no prazo de 15 dias, facultando-lhe nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, requerer que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, atualizadas e juros de 1% ao mês, prazos estes que começarão a fluir, após os 20 dias supra. Na ausência de embargos, o executado será considerado revel, sendo-lhe nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de abril de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1005139-39.2016.8.26.0006 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Obrigações Exeqüente: Condominio Edificio Veredas do Carmo Executado: Elizabete Maria da Silva Lymberopoulos e outro EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005139-39.2016.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Sinval Ribeiro de Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ELIZABETE MARIA DA SILVA LYMBEROPOULOS (RG nº 16.817.023-1 e CPF/MF nº 127.445.538-32) e Sr. SPYR LYMBERIOS LYMBEROPOULOS (RG nº 18.905.300-8-SSP/SP e CPF/MF nº 030.093.028-35) que CONDOMÍNIO VEREDAS DO CARMO lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 5.613,08, referente ao não pagamento das despesas condominiais. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. São Paulo, aos 23 de abril de 2018. 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1018436-91.2017.8.26.0002 Classe: Assunto: Interpelação - Rescisão / Resolução Requerente: Legacy Incorporadora Ltda Requerido: Kleberson Ricardo dos Santos EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018436-91.2017.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Raphael Nardy Lencioni Valdez, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) KLEBERSON RICARDO DOS SANTOS, CPF 170.988.928-40, que lhe foi proposta uma ação de Interpelação por parte de Legacy Incorporadora Ltda, alegando em síntese: O interpelado encontra-se inadimplente inadimplente com relação às parcelas 003/180 a 013/180, que totaliza a quantia de R$ 10.211,90, referente ao instrumento de compromisso de compra e venda do Lote 12, da Quadra 24, do loteamento denominado Residencial Jardim Vitória, celebrado em 27/01/2016. Encontrando-se o interpelado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua NOTIFICAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir os 20 dias supra, pague as parcelas vencidas e vincendas, atualizadas, sob pena de rescisão do contrato, bem como cientificado de que após o cumprimento, pagas as custas e observadas as formalidades legais, e decorridas as 48 horas os autos digitais serão disponibilizados a requerente e arquivados. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de abril de 2018. 25 e 26/04

4ª Vara Cível do Foro Central/SP.

Edital de Citação Processo Digital nº 1128719.52.2015.8.26.0100 Execução de Titulo Extrajudicial Duplicatas Comercial Elétrica Aricanduva Ltda Portal 2011 Comercial Elétrico Ltda Epp Edital Citação Prazo 20 dias Proc.1128719.52.2015.8.26.01000 O Dr.Rodrigo Cesar Fernandes Marinho Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Central/SP Faz Saber a Portal 2011 Comercial Elétrico Ltda Epp CNPJ 14.619.920/0001-05 que foi proposta uma Ação de Execução de Titulo Extrajudicial por parte de Comercial Elétrica Aricanduva Ltda para o recebimento do valor de R$ 9.445,79 (Dez//2.015) conforme Duplicatas anexadas aos autos.Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido foi determinada a sua Citação por edital para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 03 dias paguem o debito atualizado ou ofereçam embargos a execução os honorários advocatícios foram fixados em 10% do valor atualizado do débito ocorrendo o pagamento no prazo de 03 dias acima referido os honorários ficam reduzidos para 5% no prazo para embargos 15 dias poderá a executada reconhecer o débito e comprovando o deposito de 30% do total devido formular pedido de parcelamento do restante em até 6 vezes caso em que as prestações serão corrigidos monetariamente e acrescidas de juros de 1% ao mês Não havendo o pagamento do debito nem o oferecimento de Embargos á execução será nomeado curador especial.Será o presente edital por extrato afixado e publicado na forma da lei.Nada Mais Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos,20 de abril de 2018 Juiz de Direito Rodrigo Cesar Fernandes Marinho. 25 e 26/04

Companhia Brasileira de Alumínio

cba

CNPJ/MF n° 61.409.892/0001-73 - NIRE 35300012763

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 23 de Março de 2018

1. Data, Horário e Local - Dia 23 de março de 2018, às 10h00, na sede da **Companhia Brasileira de Alumínio,** localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, 14° andar, conjunto 141 - Cidade Monções - CEP 04571-900 ("Companhia"). **2. Convocação -** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Presença -** Participação de todos os Membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas lançadas no Livro de "Presença de Conselheiros". **4. Mesa Dirigente -** Luis Ermírio de Moraes, Presidente; e Francis De Lima Soares, Secretário. **5. Ordem do Dia -** ordem do dia da presente Reunião Extraordinária do Conselho de Administração compreende a avaliação e, no que lhe compete, a deliberação, por parte dos membros do Conselho, de: **(i)** "Projeto ON/PN" e a substituição da Companhia pela Votorantim S.A. como emissora dos títulos em circulação denominados 2021 Notes; e, **(ii)** a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários para a efetivação da deliberação proposta acima. **6. Deliberações -** Colocado em discussão os assuntos constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, dando continuidade a implantação do Projeto ON/PN, o seguinte: **(i) Aprovar** a transferência dos títulos em circulação denominados 2021 Notes ("bonds"), de emissão da Companhia para a Votorantim S.A. ("VSA"), bem como a celebração, pela Companhia do "Fourth Supplemental Indenture" relativo às 2021 Notes, a ser celebrado entre a VSA, Votorantim Cimento S.A. ("VC"), a Companhia, e o Deutsche Bank Trust Company Americas, na qualidade de *trustee,* agente de registro, agente de transferências e agente de pagamentos ("Supplemental Indenture"), por meio do qual a VSA substituirá a Companhia como emissora das 2021 Notes, que permanecerão sendo garantidas pela VC e pela Companhia, bem como de todos e quaisquer documentos e/ou instrumentos relacionados as deliberações acima ou que sejam necessários para a efetivação das operações neles previstas. **(i) Autorizar** os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas pelos conselheiros da Companhia. **Observações Finais -** Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da Mesa: **Luis Ermírio de Moraes**; e Secretário da Mesa: Francis De Lima Soares; e, ainda, pelos Conselheiros presentes: Luís Ermírio de Moraes, João Carvalho de Miranda, Eduardo Borges de Andrade Filho, Franklin Lee Feder e Tito Botelho Martins Junior. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 23 de março de 2018. **Francis De Lima Soares -** Secretário. **JUCESP** nº 180.513/18-7 em 11/04/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1027284-72.2014.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Marilda Negrão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDUARDO FARIAS DIAS, Brasileiro, CPF 224.509.418-27, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo, objetivando a quantia de R$ 58.850,64 (junho de 2014), representada pelo Contrato de Cédula de Crédito Bancário Financiamento de Veículo nº 2271008492 Proposta 19981823. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, a fluir do prazo supra, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2018. 26 e 27 / 04 / 2018

Edital de Intimação. Prazo de 20 dias. Processo nº 1025103-27.2016.8.26.0100. O(A) Dr(a). Swarai Cervone de Oliveira, Juiz(a) de Direito da 36ª Vara Cível da Capital - SP, na forma da lei, etc... Faz saber a OSK FOOD EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 19.448.373/0001- 58 que TEXTURA Y COR COMERCIAL LTDA, AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA ora em fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que efetue o pagamento do débito R$ 6.844,80, devidamente corrigido, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive advertindo-os de que, em caso de descumprimento, será acrescida a multa de 10% (dez por cento) e de honorários de advogado de 10%, nos termos do artigo NCPC, art. 513 e § 2º IV). Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 14/03/18. 25 e 26/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009218-47.2017.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Lucilia Alcione Prata, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JÚLIO CÉSAR HAYDU, Brasileiro, RG 13335544, CPF 022.411.318-65, Rua Maria Francisca de Jesus, 203, Parque Paulistano, CEP 08090-010, São Paulo - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 225.378,19, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2018. 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1014689-33.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Regis de Castilho Barbosa Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALPHAVILLE TRANSPORTE, FRETAMENTO E TURISMO EIRELI EPP., CNPJ 11.935.866/0001-00, Ignacia de Morais Leite, 119, Jardim Santo Antonio, CEP 13185-531, Hortolândia - SP, que lhe foi proposta uma ação de Tutela Cautelar Antecedente por parte de Aline Minharro Piva, requereu a concessão de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente, objetivando que seja declarada a inexigibilidade da Duplicata de Serviço por Indicação n° 80052838 no valor de R$ 470,00, com vencimento em 20/09/2016, levada a protesto junto ao 10° Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP e indenização por danos morais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de dezembro de 2017. 26 e 27/04

EDITAL- Aloísio Lahyre Magalhães, JUCESP 461, faz saber a realização de Leilão de Arte às 16 horas dos dias 26/04/2018 à Rua Conselheiro Ramalho 701 - Loja 5 - Bela Vista - São Paulo/SP. 24, 25 e 26/04/18

EXTRATO DA REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA NA DATA 17 DE ABRIL DE 2018 Alcione de Albanesi, titular da **A.A. FORTUNE IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIRELI**, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, Andar Pilotis, Bairro Bela Vista, CEP 01310-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.898.549/0001-07 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.602.199.408, por intermédio da Ata de Aprovação realizada na data de 17/04/2018, delibera pela realização de Alteração do Contrato Social da Sociedade para reduzir o capital social da Sociedade, por ser considerado excessivo em relação aos objetivos sociais, em R$ 3.985.878,00 (três milhões, novecentos e oitentae cinco mil, oitocentos e set oito reais), passando o capital social para R$ 2.703.720,00 (dois milhões, setecentos e três mil, setecentos e vinte reais), representado por 2.703.720 (dois milhões, setecentos e três mil, setecentos e vinte) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, mediante o cancelamento de 3.985.878 quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada, referente à participação detida pela titular. O montante equivalente à redução de capital social aprovada será restituído à titular em moeda corrente nacional, mediante transferência dos recursos para a conta bancária de sua titularidade. Nos termos e para os fins dasdisposições constantes do art. 1.084 da Lei n° 10.406/02, é efetuada apublicação do presente extrato, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. São Paulo, 17 de abril de 2018. Alcione de Albanesi. 26 e 27/04

OFICIAL DO 6º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA CAPITAL. FAZ SABER que, em virtude do requerimento datado de 13 de abril de 2018, por parte da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco B, Lotes 18, na cidade de Brasília/DF, fica INTIMADA,**SILVANEA GAMA E SOUSA**, brasileira, solteira, maior, advogada, RG nº 243129-OAB/SP, CPF/MF sob nº 497.538.943-68, a efetuar neste Oficial de Registro de Imóveis, à Avenida Lins de Vasconcelos, nº 2.376, Vila Mariana, nesta Capital, das 09:00 às 16:00 horas, o pagamento de **R$212.568,99**com os encargos previstos em contrato de alienação fiduciária registrado sob nº 10na matrícula nº. 6.426, referentes à aquisição de um prédio nº 45, situado na Rua Janusia, no 26º Subdistrito – Vila Prudente.O pagamento será efetuado no prazo de 15 dias, a contar da última publicação deste edital; e não pago a importância devida, serão constituídos em mora, nos termos do artigo 26 e seus parágrafos, da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1.997. Em virtude da não localização da destinatária, é feita a intimação da mesma por edital, publicado por 03 (três) dias. São Paulo, 23 de abril de 2018. Eu, Adriana Bergamo Bianchini da Silva,Oficial Interina, a digitei, conferi e assino.

Citação - Prazo 20 dias Processo 1013699-76.2016.8.26.0100. A Dra. Flavia Poyares Miranda, Juíza de Direito da 11ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a Atm Prime Industrial e Comercial Eireli Epp, CNPJ 18.612.490/0001-42, na pessoa de seu representante legal, que Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., ajuizou uma Ação com Procedimento Comum, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 66.542,49 (02/2016), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao débito das faturas de fornecimento de energia elétrica do imóvel situado na Rua Doutor Ladislau Retti, nº 1.839, Parque Alexandre, Cotia -SP, - instalação 202040624. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de outubro de 2017. B 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1056372-84.2016.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Renata Barros Souto Maior Baião, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PERFECTA INDÚSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA, CNPJ 04.306.209/0001-39, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 63.906,69 (maio/2016), corrigidos e acrescido de encargos legais, bem como ao pagamento dos valores correspondentes a todas as faturas de energia elétrica que vierem a ser emitidas, vencidas e inadimplidas, referente ao débito das faturas de fornecimento de energia elétrica do imóvel situado na Rua Antônio Cardoso Franco, 414, Santo André/SP (cliente10013030, instalação: MTE0013323). Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). S Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de março de 2018. B 25 e 26/04

Citação-Prazo 20 dias - Proc. 0125137-47.2004.8.26.0100 (583.00.2004.125137). O Dr. Marcos Roberto de Souza Bernicchi, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a ML Restaurante e Pizzaria Ltda. ME., CNPJ 00.020.848/0001- 82, na pessoa de seu representante legal, que Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, ajuizou uma Ação com Procedimento Comum, objetivando condenar a ré ao pagamento R$ 24.131,25 (set/2004), corrigidos monetariamente, a título de indenização por perdas e danos materiais, correspondente ao valor de mercado do veículo furtado marca VW, modelo Gol 1.6, ano de fabricação 2003, placa HBH2105-Belo Horizonte/MG, chassi 9BWCB05X34PO19724, bem como ao pagamento de custas, honorários e demais cominações. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC), sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 §- IV). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 19 de março de 2018. B 25 e 26/04

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 0131661-79.2012.8.26.0100 (583.00.2012.131661). O Dr. Alessio Martins Gonçalves, Juiz de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Casa de Carnes Anjo Azul Ltda. Epp (CNPJ 08.886.162/0002-61), na pessoa de seu representante legal e a Rosilene Ferreira da Silva (CPF 174.020.998-22), que Banco Bradesco S/A, lhes ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, tendo como corréus Maria Ramos Gondim Martins e Cassiano Antônio Martins, objetivando condenar os réus ao pagamento de R$ 369.810,93 (21.12.2012), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao saldo devedor do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças nº 4.809.655. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 3 dias, paguem a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% a contar da citação. (Em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade) ou querendo, oferecer Embargos à Execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 02 de abril de 2018. B 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0049385-25.2011.8.26.0100 - 1116/11.]O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LETÍCIA FRAGA BENITEZ, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) BPA - Participações e Administração LTDA, Guaçui Participações Ltda, Espólios de Wallace Alves de Siqueira, Badia Chamoun Alves de Siqueira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Paratodos Construções Empreendimentos e Participações Ltda ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a titularidade de domínio do imóvel localizado na Rua Tenente Americo Moretti (antiga Rua Haiti), terreno vago, parte do lote 285, quadra 233, Vila Santa Catarina, e partes dos lotes 2 e 1, quadra 1, Vila Mirna, matrícula 118.278 do 8º Registro de Imóveis, São Paulo/SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 25 e 26/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0195040-96.2009.8.26.0100/01. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 37ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Cardoso dos Reis, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a(o) **IVANIA C. PANTAROTTO DE BRITO**, CPF 124.927.728-02, que por este Juízo, tramita de uma ação de **Cumprimento de Sentença**, movida por **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP.** Estando a executada em lugar ignorado, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$ 3.995,08, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de março de 2018.

3ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL-SP.

Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo: nº 0149008-77.2002.8.26.0100. A Dra. Andréa Galhardo Palma, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital. ***FAZ SABER*** a **RICARDO MANARINI NETO**, CPF/MF. 049.527.068-77**,** que **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RESIDENCE** ajuizou uma ação de cobrança com procedimento **SUMÁRIO**, convertido em **ORDINÁRIO**, tendo como corréus **Espólio de Orlando Milani e Outros**, objetivando condenar o réu ao pagamento de R$ 16.197,40 (07/2002), referente às despesas condominiais da unidade autônoma nº14, localizada no 1º andar do "Edifício Residence", situado nesta Capital, à Rua Marquês de Itu, 836, Bairro de Santa Cecília, acrescido de custas, honorários e demais cominações legais. Estando o requerido em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, conteste o feito. Não sendo contestada a ação o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. São Paulo, 04 de abril de 2018. (a) ANDREA GALHARDO PALMA – Juíza de Direito.

1ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL III - JABAQUARA-SP

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 0124695-76.2007.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III – Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Alberto Gibin Villela, na forma da Lei, etc....***FAZ SABER*** a(o) **ELAINE ALVES BRITTO CORRADI**, (CPF 252.760.468-40) e **PAULO CORRADI JUNIOR**, (CPF 194.933.808-82), que a ação de **Despejo por Falta de Pagamento** proposta por **LIA CINTRA ROLIM,** encontra-se em fase de Cumprimento de Sentença. Ficam os executados INTIMADOS, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, paguem o valor de R$ 52.936,87 (agosto/2017), devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento. Ficando ainda advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523, do CPC, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, prazos estes que fluirá após os 20 dias supra. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários advocatícios de 10% (dez por cento). Ficando ainda INTIMADOS do arresto procedido sobre os valores bloqueados das contas dos executados (fls. 333 e 337 dos autos), caso não haja pagamento o mesmo se converterá em penhora. Decorridos os prazos supra sem manifestação os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2018.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0010966-84.2008.8.26.0020. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciane Cristina Rodrigues Gadelho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RODRIGUES QUEIROZ TIRADO CPF 322.133.438-96 que Alton Comércio de Peças Ltda CNPJ 00.425.310/0001-58 ajuizou Ação Monitória, objetivando o recebimento de R$ 1.391,97 (Agosto/2008), representada pelos cheques nº 010011, 010012, 010013, 010014 do Banco Sudameris, no valor de R$ 310,00 cada. Estando o requerido em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, pague o valor supra devidamente corrigido (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de conversão do mandado de citação em mandado de execução. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2018. 26 e 27/04

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA LÚCIA FILIPPINI

CNPJ nº 61.601.183/0001-95 - Entidade Individual

Demonstrações Contábeis dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores Expressos em R$)

Balanços Patrimoniais (por segmento)

Ativo	Notas	2017	2016 (*)	01/01/2016 (*)
Ativo Circulante da Educação		**2.815.790,89**	**2.352.491,38**	**2.166.812,26**
Caixa e Equiv. de Caixa	5	1.085.147,93	750.578,36	613.304,97
Ativos Financ. - ao Custo Amort.	6	633.057,72	565.250,77	632.452,77
Clientes e Tít. a Receber	7.1	958.077,76	784.055,49	692.583,57
Outros Créditos	7.2	88.331,27	14.763,61	16.768,16
Estoques	9	–	199.533,30	194.166,63
Despesas Antecipadas		51.176,21	38.309,85	17.536,16
Ativo Circulante da Assistência Social		**264.651,07**	**95.130,80**	**161.866,49**
Caixa e Equiv. de Caixa	5	201.534,31	59.265,67	115.285,40
Clientes e Tít. a Receber	7.1	23.753,37	23.344,97	38.979,52
Outros Créditos	7.2	33.377,61	8.201,59	1.320,22
Despesas Antecipadas		5.985,78	4.318,57	6.281,35
Total Ativo Circulante		**3.080.441,96**	**2.447.622,18**	**2.328.678,75**
Ativo não Circulante da Educação		**16.242.430,06**	**15.816.458,66**	**12.553.255,30**
Realizável a Longo Prazo	6	8.961.711,38	8.922.451,70	6.965.742,11
Propr. p/Invest. ao Custo	10	1.421.524,38	1.390.851,68	851.123,44
Imobilizado Líquido	11	5.604.776,03	5.249.387,92	4.527.951,67
Intangível Líquido	12	254.418,27	253.767,36	208.438,08
Ativo não Circulante da Assistência Social		**3.451.315,97**	**3.288.974,34**	**4.233.504,95**
Realizável a Longo Prazo	6	1.106.916,86	990.127,20	1.293.046,52
Propr. p/Invest. ao Custo	10	580.622,64	568.094,34	851.123,43
Imobilizado Líquido	11	1.724.446,58	1.690.664,47	2.017.947,83
Intangível Líquido	12	39.329,89	40.088,33	71.387,17
Total Ativo não Circulante		**19.693.746,03**	**19.105.433,00**	**16.786.760,25**
Total Ativo		**22.774.187,99**	**21.553.055,18**	**19.115.439,00**

(*) Reclassificado - Vide Nota Explicativa 3.5

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2017	2016 (*)	01/01/2016 (*)
Passivo Circulante da Educação		**2.163.303,56**	**2.159.289,84**	**2.046.410,49**
Passivos Financeiros	14	–	7.659,50	33.184,18
Benef. a Empregados	15	697.583,37	608.039,35	501.312,29
Fornecedores	4.9	35.288,37	233.443,16	258.158,05
Contas a Pagar	4.9	22.848,41	20.261,45	18.201,28
Receitas Diferidas	16	1.399.207,55	1.288.716,74	1.229.039,68
Outras Obrigações	4.9	8.375,86	1.169,64	6.515,01
Passivo Circulante da Assistência Social		**59.952,30**	**46.028,21**	**67.022,21**
Passivos Financeiros	14	–	–	5.670,02
Benef. a Empregados	15	54.311,16	41.235,54	54.198,79
Fornecedores	4.9	4.466,32	2.642,76	5.148,15
Contas a Pagar	4.9	994,97	803,11	797,36
Outras Obrigações	4.9	179,85	1.346,80	1.207,89
Total Passivo Circulante		**2.223.255,86**	**2.205.318,05**	**2.113.432,70**
Passivo não Circulante da Educação		**12.458,25**	**5.521,75**	–
Receitas Diferidas	16	12.458,25	5.521,75	–
Passivo Não Circulante da Assistência Social		**5.088,58**	**2.255,36**	–
Receitas Diferidas	16	5.088,58	2.255,36	–
Total Passivo não Circ.		**17.546,83**	**7.777,11**	–
Total Passivo		**2.240.802,69**	**2.213.095,16**	**2.113.432,70**
Patrimônio Líquido da Educação		**16.882.459,14**	**16.004.138,45**	**12.673.657,07**
Patrimônio Social	18	17.732.430,37	16.674.502,29	13.624.769,09
Transferências Líquidas intersegmentos		(849.971,23)	(670.363,84)	(951.112,02)
Patrimônio Líquido da Assistência Social		**3.650.926,16**	**3.335.821,57**	**4.328.349,23**
Patrimônio Social	18	2.800.954,93	2.665.457,73	3.377.237,21
Transferências Líquidas intersegmentos		849.971,23	670.363,84	951.112,02
Total Patr. Líquido		**20.533.385,30**	**19.339.960,02**	**17.002.006,30**
Total Passivo e Patrimônio Líquido		**22.774.187,99**	**21.553.055,18**	**19.115.439,00**

(*) Reclassificado - Vide Nota Explicativa 3.5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Total da Entidade)

	Notas	Patrimônio Social	Superavit ou deficit Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2016		**17.002.006,30**	–	**17.002.006,30**
Superávit (Deficit) do Período		–	2.337.953,72	2.337.953,72
Prop. de Incorp. do Superavit ao Patrim. Social	18	2.337.953,72	(2.337.953,72)	–
Saldos em 31/12/2016		**19.339.960,02**	–	**19.339.960,02**
Superavit (Deficit) do Período		–	1.193.425,28	1.193.425,28
Prop. de Incorp. do Superavit ao Patrim. Social	18	1.193.425,28	(1.193.425,28)	–
Saldos em 31/12/2017		**20.533.385,30**	–	**20.533.385,30**

Demonstração do Resultado (por segmento) (não há outros resultados abrangentes)

Operações em Continuidade	Notas	2017	2016 (*)
(+) Receita Bruta da Educação		**18.200.987,73**	**16.592.957,78**
Anuidades dos Alunos Pagantes	20	14.385.244,73	12.969.167,00
Anuid. Conc. em Bolsas Estudos	20 e 25	3.815.743,00	3.623.790,78
(–) Deduções Receita Bruta Educação		**(4.863.712,98)**	**(4.519.619,24)**
(–) Bolsas de estudos conc.	20 e 25	(3.815.743,00)	(3.623.790,78)
(–) Outras deduções	20	(1.047.969,98)	(895.828,46)
(=) Receita Prest. Serv. Educacionais	20	**13.337.274,75**	**12.073.338,54**
(+) Outras Receitas da Educação		**1.040.857,08**	**1.111.809,86**
Receitas com Doações	21	159.116,28	311.124,78
Receitas Patrimoniais (aluguéis)	4.13.2	807.658,06	750.265,23
Receita de Eventos e Outras	4.13.3	74.082,74	50.419,85
(+) Receita Bruta da Assistência Social		**534.091,78**	**479.543,78**
Serv. da Assist. Social: Valor Praticado	25	534.091,78	479.543,78
(–) Deduções Rec. Bruta Assist. Social		**(534.091,78)**	**(479.543,78)**
(–) Atend. Gratuito na Assist. Social	25	(534.091,78)	(479.543,78)
(=) Receita de Atend. Assist. Social		–	–
(+) Outras Receitas da Assist. Social		**423.281,66**	**412.901,14**
Receitas com Doações	21	69.431,12	101.128,46
Receitas Patrimoniais (aluguéis)	4.13.2	318.572,48	296.582,58
Receita de Eventos e Outras	4.13.3	33.986,06	15.190,10
Receitas com Trabalho Voluntário	4.19	1.292,00	–
Receita Total		**14.801.413,49**	**13.598.049,54**
(–) Custo dos Serv. Educac. Prestados	9	(8.637.240,68)	(7.292.723,23)
(–) Custo Programa Apoio Aluno Bolsista	25	(8.497,16)	(5.426,27)
(–) Custo Serv. Gratuito Assist. Social	25	(534.091,78)	(479.543,78)
Superavit/(Deficit) Bruto		**5.621.583,87**	**5.820.356,26**
(–) Desp. e outras Receitas da Educação		**(4.690.040,39)**	**(4.154.679,98)**
Despesas Administrativas		(4.682.213,47)	(4.096.060,69)
Ganhos de Capital no imobilizado		–	5.142,92
Perdas de Capital no imobilizado		(7.826,92)	(61.885,16)
Perdas de Capital no Intangível		–	(1.877,05)
(–) Desp. e outras Rec. da Assist. Social		**(601.500,18)**	**(495.938,69)**
Despesas Administrativas		(601.000,91)	(488.452,99)
Perdas de Capital no imobilizado		(499,27)	(7.485,70)
Superavit/(Deficit) antes das Desp. e Rec. Financeiras		**330.043,30**	**1.169.737,59**
Despesas e Rec. Financ. da Educação		**782.694,98**	**1.057.503,84**
(–) Despesas Financeiras	22	(130.599,79)	(180.698,13)
(+) Receitas Financeiras	23	913.294,77	1.238.201,97
Despesas e Rec. Financ. da Assist. Social		**80.687,00**	**110.712,29**
(–) Despesas Financeiras	22	(391,28)	(388,11)
(+) Receitas Financeiras	23	81.078,28	111.100,40
Superavit/(Deficit) antes da Isenção Usufruída		**1.193.425,28**	**2.337.953,72**
Tributos e Contribuições Isentos	24	(2.050.838,34)	(1.712.504,92)
Isenção Usufruída	24	2.050.838,34	1.712.504,92
(=) Superavit (Deficit) do Período		**1.193.425,28**	**2.337.953,72**

(*) Reclassificado - Vide Nota Explicativa 3.5

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Total da Entidade)

1 - Atividades Operacionais	Notas	2017	2016 (*)
1.1-Resultado Ajustado		**2.401.946,60**	**1.976.721,70**
Superávit ou (Déficit) do Período		1.193.425,28	2.337.953,72
Ajustes ao Resultado:			
(+) Depreciação e Amortização	13	656.782,23	635.103,84
(+/–) Perda (Ganho) na Venda de Imobilizado		–	(4.801,34)
(+) Baixa Imobilizado e Intangível por Perda		9.952,79	71.071,33
(+/–) Aum.(Red.) Perda Redução Vr. Recuperável	22	127.765,25	176.408,61
(–) Juros s/Ativos Financ. e Recebíveis		(924.761,88)	(1.226.512,39)
(+) Juros Recebidos s/Ativos Financeiros		1.338.935,35	287.497,93
(–) Ganhos Var. Camb. não Real.	23	(152,42)	–
(–) Doações Patrimoniais	20	–	(300.000,00)
1.2 - Variação nos Ativos Operacionais		**(199.737,46)**	**(285.059,40)**
(–) Aum. em Clientes e Títulos a Rec.	7.1	(302.203,13)	(256.005,00)
(–) Aumento em Outros Créditos	7.2	(82.534,06)	(4.876,82)
(–) Aum. em Estoques/Almoxarifado	9	–	(5.366,67)
(+) Red. em Estoques/Almoxarifado	9	199.533,30	–
(–) Aumento em Despesas Antecipadas		(14.533,57)	(18.810,91)
1.3-Variação nos Passivos Operacionais		**36.261,00**	**184.455,54**
(+) Aumento em Fornec. e Contas a Pagar		–	23.237,56
(–) Redução em Fornec. e Contas a Pagar		(186.619,17)	–
(+) Aumento em Obrig. Trabalhistas	15	102.619,64	93.763,81
(+) Aumento em Receitas Diferidas	16	120.260,53	67.454,17
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais		**2.238.470,14**	**1.876.117,84**
2-Atividades de Investimentos			
(–) Aquisição de Ativos Financeiros		(4.481.445,08)	(2.448.966,76)
(–) Obtenção Créd. Moeda Estrangeira	21	(16.057,20)	(17.667,09)
(+) Resgate de Aplic. Financ. (s/ Juros)		3.843.422,53	1.805.151,97
(+) Fechamto. Câmbio Créd. Moeda Estrang.		–	17.667,09
(–) Pagamento Adições Propried. p/Invest.		(120.934,57)	(9.000,00)
(+) Recebimento Pela Venda de Imob.		–	22.197,88
(–) Pagamento Aquisição de Imobilizado		(968.011,28)	(1.118.388,61)
(–) Pagamento Aquisição de Intangíveis		(18.606,33)	(45.858,66)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimentos		**(1.761.631,93)**	**(1.794.864,18)**
Aumento/(Redução) no Caixa e Equiv.		**476.838,21**	**81.253,66**
Caixa e Equiv. no Início do Período		**809.844,03**	**728.590,37**
Caixa e Equiv. ao Fim do Período		**1.286.682,24**	**809.844,03**

(*) Reclassificado - Vide Nota Explicativa 3.5

Demonstração do Valor Adicionado (Total da Entidade)

	2017	2016 (*)
1-Receitas	**13.308.917,51**	**11.896.269,89**
1.1) Receita de Prestação de Serviços	13.337.274,75	12.073.338,54
1.2) Rec. Ref. Construc. Ativos Próprios	–	–
1.3) Perdas em Rec. - Reversão/(Constit.)	(127.765,25)	(176.408,61)
1.4) Outras Receitas	108.068,80	65.609,95
1.5) Ganho (perda) de cap. no imob./Intang.	(9.952,79)	(66.269,99)
1.6) Receitas com Trabalho Voluntário	1.292,00	–
2-Insumos Adquiridos de Terceiros	**(4.134.212,85)**	**(3.478.567,32)**
2.1) Gerais/Utilidades/Energia e Outros	(600.424,43)	(560.373,83)
2.2) Materiais de Consumos Diversos	(1.974.574,06)	(1.800.406,28)
2.3) Serviços Terceirizados	(1.555.275,36)	(1.112.319,21)
2.4) Outras Administrativas	(2.647,00)	(5.468,00)
2.5) Perda/ Recuperação de Valores Ativos	–	–
2.6) Despesas com Trabalho Voluntário	(1.292,00)	–
3-Valor Adicionado Bruto (1-2)	**9.174.704,66**	**8.417.702,57**
4-Depreciação, Amortização e Exaustão	**(656.782,23)**	**(635.103,84)**
5-Valor Adic. Líq. Prod. pela Entid. (3-4)	**8.517.922,43**	**7.782.598,73**
6-Valor Adic. Receb. em Transferência	**2.349.150,99**	**2.808.403,42**
6.1) Subvenções públicas	–	–
6.2) Doações Incondicionais	228.547,40	412.253,24
6.3) Convênios	–	–
6.4) Receitas financeiras	994.373,05	1.349.302,37
6.5) Receitas patrimoniais (aluguéis)	1.126.230,54	1.046.847,81
7-Valor Adic. Total a Distribuir (5 + 6)	**10.867.073,42**	**10.591.002,15**
8-Distribuição do Valor Adicionado		
8.1) Pessoal	**9.584.422,33**	**7.967.415,35**
8.1.1) Remuneração Direta	8.235.841,70	6.858.852,24
8.1.2) Benefícios	613.896,51	456.126,04
8.1.3) FGTS	734.684,12	652.437,07
8.2) Tributos	**85.113,18**	**130.969,95**
8.2.1) Federais	59.149,45	115.466,54
8.2.2) Estaduais	1.735,29	1.602,31
8.2.3) Municipais	24.228,44	13.901,10
8.3) Remuneração de Capital de Terceiros	**4.112,63**	**154.663,13**
8.3.1) Juros	4.112,63	4.663,13
8.3.2) Aluguéis	–	150.000,00
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	**1.193.425,28**	**2.337.953,72**
8.4.1) Superavit ou (Deficit) do Período	1.193.425,28	2.337.953,72
Total do Valor Adicionado Distribuído	**10.867.073,42**	**10.591.002,15**

(*) Reclassificado - Vide Nota Explicativa 3.5

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: O **Instituto de Educação e Assistência Lúcia Filippini** fundado em 22/08/1962, é uma pessoa jurídica de direito privado, associação civil, beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, com duração por prazo indeterminado, sua Sede está localizada na Rua Mestras Pias Filippini, 513 - SP. De Utilidade Pública Federal conforme Decreto nº 73.804 de 12/03/1974, Estadual conforme Decreto nº 2.353 de 04/09/1973, Municipal conforme decreto nº 7.268 de 20/11/1967, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conforme atestado de registro do processo nº 49.873/66 em 27/09/1966, portador do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme processo nº 00000.247.078/1971-00 em 01/09/1971, com o último processo de renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) nº 23000.014149/2015-66, protocolado tempestivamente no dia 06/11/2015 perante o MEC. O Instituto tem por finalidade promover, na comunidade, a assistência social, a educação, a saúde, a cultura, a pesquisa, a ecologia, e outras atividades beneficentes, visando o desenvolvimento social do país e o enfrentamento da pobreza, podendo para este fim criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem à beneficência, a assistência social, a promoção humana, o ensino e a cultura. O Instituto atua nas áreas da Educação e Assistência Social, tendo como atividade preponderante a Educação. O Instituto é composto atualmente por cinco unidades no total, sendo três colégios e uma unidade assistencial além de sua sede conforme relacionado abaixo: **Unidade - Cidade - UF - Atividade:** Sede - São Paulo - SP - Educação e Assistência; Colégio Santa Lúcia Filippini - São Paulo - SP - Educação; Casa Nossa Senhora do Bom Conselho - Miracatu - SP - Assistência Social; Escola de Educação Básica Santa Lúcia Filippini - Vilhena - RO - Educação; Colégio Nossa Senhora da Divina Providência - Peruíbe - SP - Educação. As demonstrações contábeis do Instituto por hora apresentadas, consolida as demonstrações contábeis de sua sede (matriz) e de suas unidades educacionais e assistenciais (filiais), eliminando completamente as transações entre elas conforme previsto no item 24 da ITG 2000(R1) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Apesar de consolidar as demonstrações contábeis e de adotar alguns procedimentos de consolidação da sede e suas unidades, isto não significa que as demonstrações contábeis apresentadas do Instituto são consolidadas. Desta forma, as demonstrações contábeis apresentadas são referentes a uma entidade individual (Instituto) e não a um grupo de entidades, uma vez que o Instituto não possui investimento em controladas. As demonstrações contábeis foram autorizadas para a emissão em 16/03/2018. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1 Cenário atual das entidades sem finalidade lucrativa:** A escrituração contábil e as demonstrações contábeis das Entidades Beneficentes de Assistência Social devem ser elaboradas em conformidade com as normas do CFC para as entidades sem fins lucrativos, conforme previsto no parágrafo 4° do artigo 3º do Decreto 8.242 de 23/05/2014 (DOU 26/05/2014). O CFC através da resolução 1409 de 21/09/2012 (DOU 27/09/2012) aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral), que trata sobre a contabilidade das entidades sem fins lucrativos. Em 21/08/2015 o CFC aprovou a ITG 2002 (R1) que alterou itens específicos da referida ITG 2002 com efeitos a partir de sua publicação em 02/09/2015. Cabe lembrar, que a ITG é uma interpretação técnica geral e compreende uma complementação das normas gerais, e a princípio, não deve se sobrepor às referidas normas. Conforme definido no item 4 da ITG 2002 (R1), a sua adoção, no caso do Instituto, se fez em conjunto com os Princípios de Contabilidade e com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, referente aos aspectos não abordados pela referida interpretação. **2.2 Apresentação das demonstrações contábeis e declaração de conformidade:** O Instituto adotou a ITG 2002 (R1) em conjunto com a NBC TG 1000 (R1) como base para e preparação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis do Instituto foram preparadas totalmente em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes no período que as demonstrações contábeis se referem. Cabe lembrar aos usuários, que foram feitas as adaptações necessárias ao contexto das entidades sem finalidade lucrativa. A denominação da conta Capital foi substituída por Patrimônio Social e os termos lucro ou prejuízo foram substituídos por superavit ou deficit, uma vez que seus conceitos e finalidade são totalmente distintos. Conforme definido no item 2.35, 10.4 e 10.6 da NBC TG 1000 (R1), o Instituto optou pela utilização das normas completas em itens ou eventos específicos, uma vez que tal transação ou evento não está contemplado na norma para pequenas e médias empresas, ou quando a própria norma permite a utilização das normas completas. Deste modo, apresentamos a seguir todas as normas que foram adotadas pelo Instituto como base para elaboração de suas demonstrações contábeis. **Itens - Assunto:** • Base para preparação das demonstrações contábeis - ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucro e NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas; • Reconhecimento da isenção usufruída - NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais; • Informações por segmento - NBC TG 22 (R2) - Informações por Segmento; • Demonstração do valor adicionado - NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.3 Apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Conforme previsto no Item 3.17 da NBC TG 1000 (R1), a demonstração do valor adicionado não faz parte do conjunto completo das demonstrações contábeis, sendo apresentada espontaneamente pelo Instituto e submetida também à auditoria, assim como as demais demonstrações contábeis apresentadas. **3. Base de preparação: 3.1 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para a determinação do valor adequado a ser reconhecido nas referidas demonstrações, ou divulgado em notas explicativas. Itens significativos sujeitos a estas estimativas incluem: a) A seleção de vida útil do imobilizado, respectivos valores residuais e de sua recuperabilidade; b) Análise do risco de crédito para a determinação das perdas por redução ao valor recuperável de recebíveis; c) Análise dos demais riscos para a determinação das provisões, bem como a avaliação de ativos e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Instituto revê suas estimativas pelo menos anualmente e suas alterações são reconhecidas de forma prospectiva. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período, são comentadas a seguir: **3.1.1 Perda por redução ao valor recuperável dos recebíveis:** Para mensurar a perda por redução ao valor recuperável dos recebíveis, a entidade estima os futuros fluxos de caixas de seus recebíveis, desta forma, tais estimativas estão geralmente baseadas nas tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Para maiores informações vide nota 4.4. **3.1.2 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, incluindo a divulgação de ativos e passivos contingentes:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, bem como a avaliação dos advogados externos. O Instituto sempre revisa as avaliações anteriormente definidas, levando em conta as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e informações. **3.2 Regime contábil adotado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial o princípio da oportunidade e o regime de competência. Tal prática está em conformidade também com o item 8 da ITG 2002 (R1), o qual prevê que as receitas e despesas devem ser reconhecidas pelo princípio da competência. A ITG 2002 (R1) exige que as receitas e despesas sejam reconhecidas pelo princípio da competência, no caso do Instituto, não só as receitas e as despesas, mas todos os elementos das demonstrações contábeis (ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas) são reconhecidos nas demonstrações pelo regime de competência, conforme determinado no item 2.36 da NBC TG 1000 (R1). **3.3 Base de mensuração de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são mensurados pelo custo histórico, custo amortizado ou pelo valor justo conforme definido no item 2.34 da NBC TG 1000 (R1). A maneira pela qual o Instituto mensura cada elemento apresentado nas demonstrações contábeis está amplamente divulgada nas suas políticas contábeis. **3.4 Moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis do Instituto são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade, por atuar apenas no território nacional brasileiro. **3.5 Mudança nas políticas contábeis e reclassificações:** a) Reclassificação das propriedades para investimento: O CFC aprovou a NBC TG 1000 (R1) em 21/10/2016 (DOU 01/11/2016), que alterou diversos itens específicos da NBC TG 1000, com seus efeitos a partir dos exercícios iniciados a partir de 01/01/2017. Desta forma, a gestão do Instituto avaliou as alterações para verificar os impactos nas demonstrações contábeis da entidade e constatou que de todas as alterações ocorridas na referida norma, apenas a segregação das propriedades para investimento causou impacto nas demonstrações contábeis do Instituto. A norma anterior, exigia que as propriedades para investimento avaliadas ao custo (menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável), fossem contabilizadas como ativo imobilizado, no entanto, com a inclusão da letra "ea" do item 4.2 e com a alteração do item 17.31 da NBC TG 1000, a partir de 01/01/2017, as propriedades para investimento reconhecidas pelo custo (menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável), devem reconhecidas da mesma forma que o ativo imobilizado, mas deverão ser apresentadas separadamente no balanço patrimonial e divulgadas informações separadas em notas explicativas. Esta alteração exigiu a reclassificação dos valores das propriedades para investimento que estavam contabilizados como ativo imobilizado, conforme determinava o item 16.1 da NBC TG 1000, desta maneira, a entidade aplicou a referida mudança de forma retrospectiva, para fins de comparabilidade, conforme definido no item 10.11 da NBC TG 1000 (R1). Cabe lembrar, que a referida alteração exigiu apenas a reclassificação dos valores das propriedades para investimento contabilizadas como ativo imobilizado até 31/12/2016. Tal reclassificação não gerou impacto na mensuração dos valores reconhecidos anteriormente, isso exigiu apenas que as demonstrações contábeis anteriores a 2017 fossem reclassificadas e não reapresentadas. Sendo assim, os efeitos da nova normatização em relação aos elementos das demonstrações contábeis são apresentados a seguir:

I. Balanço Patrimonial: 2016

Contas do Ativo	(original)	(reclassificado)	Impacto
Ativo Não Circulante da Educação:			
Propr. p/Invest. ao Custo	–	1.390.851,68	(1.390.851,68)
Imobilizado líquido	6.640.239,60	5.249.387,92	1.390.851,68
Ativo não Circulante da Assist. Social:			
Propr. p/Invest. ao Custo	–	568.094,34	(568.094,34)
Imobilizado líquido	2.258.758,81	1.690.664,47	568.094,34
Ativo Não Circulante da Entidade:			
Propr. p/Invest. ao Custo	–	1.958.946,02	(1.958.946,02)
Imobilizado líquido	8.898.998,41	6.940.052,39	1.958.946,02
Total do Impacto no Patrimônio Líquido			–

em 1º/01/2016

Contas do Ativo	(original)	(reclassificado)	Impacto
Ativo não Circulante da Educação:			
Propr. p/Invest. ao Custo	–	851.123,44	(851.123,44)
Imobilizado líquido	5.379.075,11	4.527.951,67	851.123,44
Ativo Não Circulante da Assist. Social:			
Propr. p/Invest. ao Custo	–	851.123,43	(851.123,43)
Imobilizado líquido	2.869.071,26	2.017.947,83	851.123,43
Ativo não Circulante da Entidade:			
Propr. p/Invest. ao Custo	–	1.702.246,87	(1.702.246,87)
Imobilizado líquido	8.248.146,37	6.545.899,50	1.702.246,87
Total do Impacto no Patrimônio Líquido			–

II. Demonstração dos Fluxos de Caixa: 2016

Itens da Demonstração dos Fluxos de caixa	(original)	(reclassificado)	Impacto
Pag. da Adição de Propr. P/Invest.	–	(9.000,00)	9.000,00
Pag. da Aquis. de Imobilizado	(1.127.388,61)	(1.118.388,61)	(9.000,00)
Total do Impacto no caixa cons. nas ativ. de investimentos			–

em 1º/01/2016

Itens da Demonstração dos Fluxos de caixa	(original)	(reclassificado)	Impacto
Pag. da Adição de propr. p/Invest.		–	–
Pag. da Aquisição de Imobilizado	(1.133.401,83)	(1.133.401,83)	
Total do Impacto no caixa cons. nas ativ. de investimentos			–

b) Reclassificações espontâneas: Como parte da melhoria contínua no processo de preparação das demonstrações contábeis, o Instituto reclassificou alguns elementos nas demonstrações contábeis de 2017, com o propósito de melhorar a qualidade das informações, facilitando sua interpretação pelos diversos usuários. A divulgação da reclassificação dos elementos das demonstrações contábeis está em conformidade com o item 3.12 da NBC TG 1000 (R1), desta forma, o Instituto reclassificou as demonstrações de 2016 para fins de comparação. Cabe ressaltar que não se trata de uma alteração de política contábil ou retificação de erro, mas sim de uma reclassificação espontânea de determinadas contas. Tais reclassificações não exerceram impactos no patrimônio líquido, no resultado, nos fluxos de caixa e no valor adicionado do Instituto. I. Demonstração do resultado do período (receitas e despesas financeiras por área): O Instituto elaborou as demonstrações do resultado do período em conformidade com o modelo emitido pelo MEC, no entanto, o referido modelo, não efetua a segregação das receitas e despesas financeiras de cada área, sendo assim, com o propósito de melhorar ainda mais a qualidade da informação, segregamos as despesas e receitas financeiras da educação e da assistência social na demonstração do resultado de 2017, reclassificando a demonstração de 2016 para fins de comparação. Até o exercício de 2016, as despesas e receitas financeiras não eram segregadas na demonstração do resultado, mas eram devidamente segregadas em notas explicativas, uma vez que a escrituração e as informações contábeis do Instituto são segregadas, conforme determina o Artigo 33 da Lei 12.101/2009.

2016

Reclassificação despesas e receitas financeiras	(original)	(reclassificado)	Impacto
Total da Entidade:			
(–) Despesas Financeiras	(181.086,24)	–	(181.086,24)
(+) Receitas Financeiras	1.349.302,37	–	1.349.302,37
Total da Educação:			
(–) Despesas Financeiras	–	(180.698,13)	180.698,13
(+) Receitas Financeiras	–	1.238.201,97	(1.238.201,97)
Total da Assist. Social:			
(–) Despesas Financeiras	–	(388,11)	388,11
(+) Receitas Financeiras	–	111.100,40	(111.100,40)
Total do Impacto no Resultado			–

II. Demonstração do Valor Adicionado

Em relação às despesas, efetuamos uma pequena reestruturação em alguns grupos no exercício de 2017, reduzindo as contas que eram classificadas no item "2.1 Gerais/Utilidades/Energia e Outros ", reclassificando-as dentro dos subgrupos "2.2 despesas com materiais" e "2.3 serviços terceirizados". Essa reclassificação não afetou a DRE, mas afetou a DVA que é um pouco mais detalhado em relação ao modelo proposto pela NBC TG 09. Desta forma, reclassificamos a demonstração de 2016 para fins de comparação, o impacto na DVA é apresentado a seguir:

2016

Itens da Demonstração do Valor Adicionado	(original)	(reclassificado)	Impacto
2.1) Gerais/Utilidades/Energia e Outros	(1.060.984,95)	(560.373,83)	(500.611,12)
2.2) Mat. de Consumos Diver.	(1.749.231,36)	(1.800.406,28)	51.174,92
2.3) Serviços Terceirizados	(662.883,01)	(1.112.319,21)	449.436,20
Total do Impacto no valor adicionado bruto			–
Total do Impacto no valor adicionado a distribuir			–

4. Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis. **4.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Instituto considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Na rubrica "caixa e equivalentes de caixa" se incluem os numerários em caixa, os depósitos bancários disponíveis, os numerários em trânsito, as aplicações financeiras de liquidez imediata que apresentam risco insignificante de mudança de valor e as cadernetas de poupança, conforme divulgado na nota 5. Os numerários em trânsito compreendem aqueles recebimentos das parcelas das anuidades escolares efetuados na rede bancária, mas que não foram creditados, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, nas contas correntes do Instituto pela Instituição Financeira. **4.2 Instrumentos financeiros ativos - Ativos financeiros (aplicações financeiras):** Os investimentos em ativos financeiros destinam-se a reservas para reinvestimento em melhorias das instalações e em obras sociais. Enquanto aguarda destinação final para atender as condições estatutárias, foram aplicados em instituições bancárias, com objetivo de preservar o poder aquisitivo da moeda e propiciar um mínimo de renda de capital. **4.2.1 Reconhecimento inicial e mensuração:** O Instituto reconhece os instrumentos financeiros básicos em conformidade com o disposto na seção 11 da NBC TG 1000 (R1) do CFC, desta forma, o Instituto reconhece um ativo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo financeiro é reconhecido, o Instituto o avalia pelo custo da operação (incluindo os custos de transação). Na rubrica "ativos financeiros" se incluem as aplicações em certificados de depósito bancários a prazo (CDB), conforme divulgado na nota 6. **4.2.2 Mensuração subsequente:** Conforme definido no item 11.14 da NBC TG 1000 (R1), ao final de cada período de divulgação, o Instituto avalia os instrumentos financeiros (sem nenhuma dedução dos custos da transação com os quais a entidade possa arcar na venda ou na alienação), com base no custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Desta forma, os correspondentes rendimentos são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras de acordo com o regime de competência. Em relação às aplicações financeiras, o Instituto avalia individualmente se existe evidência clara de desvalorização para cada ativo financeiro. Após análise efetuada, o Instituto concluiu que não foi necessário constituir qualquer perda por redução ao valor recuperável em seus instrumentos financeiros apresentados na rubrica "ativos financeiros". **4.2.3 Desreconhecimento (baixa):** Conforme previsto no item 11.33 da NBC TG 1000 (R1) do CFC, o Instituto desreconhece (baixa) um ativo financeiro quando são liquidados (resgatados). **4.3 Recebíveis (clientes, títulos a receber e outros créditos):** O Item 14 da ITG 2002 (R1), prevê que as entidades sem finalidade de lucro devam constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados. Esta conduta nos remete a seção 11 da NBC TG 1000 (R1), que trata dos ativos financeiros classificados como instrumentos de dívida (recebíveis), e fornece diretrizes muito mais detalhadas aos profissionais de contabilidade, de como se deve proceder em relação ao reconhecimento e mensuração dos recebíveis e, consequentemente ao reconhecimento e mensuração das perdas por redução ao valor recuperável. O Instituto entende que o disposto na seção 11 da NBC TG 1000 (R1) está totalmente em conformidade ao disposto no item 14 da ITG 2002 (R1), os valores prescritos e incobráveis são desreconhecidos baseado no item 11.33 da NBC TG 1000 (R1), e as "provisões" que trata a ITG 2002 são equivalentes às perdas por redução ao valor recuperável de ativos avaliados ao custo amortizado, tratados devidamente na nota 4.4. São registrados na rubrica "outros créditos", os valores referentes a outros créditos e contas a receber, adiantamentos a fornecedores (exceto de imobilizado), doações a receber e os valores de tributos a compensar e recuperar, conforme detalhado na nota 7.2. **4.3.1 Reconhecimento inicial e mensuração:** Baseado no exposto nos parágrafos anteriores, os recebíveis são reconhecidos pelo regime de competência, em contrapartida ao reconhecimento da receita de prestação de serviços educacionais, conforme detalhado na nota 4.13.1. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação, que no caso do Instituto corresponde ao valor justo da receita reconhecida, ou seja, ele é reconhecido com base no recebível à vista. **4.3.2 Mensuração subsequente:** Conforme definido no item 11.14 da NBC TG 1000 (R1), após o reconhecimento inicial, os recebíveis (instrumentos de dívida) são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado, em conformidade ao definido no item 11.15 da NBC TG 1000 (R1). **4.3.3 Desreconhecimento (baixa):** Os recebíveis assim como os demais ativos da entidade devem atender os critérios de reconhecimento, sendo assim, no momento em que for constatado que os recebíveis não atendem mais os critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis, eles deverão ser desreconhecidos (baixados), em conformidade com o disposto no item 11.33 da NBC TG 1000 (R1). A letra "a" do item 11.33 da norma dispõe que um ativo financeiro, deve ser desreconhecido (baixado) quando os direitos contratuais provenientes do respectivo ativo forem liquidados ou quando vencerem. O Instituto desreconhece (baixa) os valores prescritos e incobráveis no período em que ocorrer a sua prescrição. Quando o Instituto desreconhece um recebível, registra no resultado as perdas referentes ao custo histórico, acrescido dos rendimentos financeiros anteriormente reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, menos qualquer redução, (por meio do uso de conta de redutora) para redução ao valor recuperável já reconhecida anteriormente. **4.4 Perdas por redução ao valor recuperável dos recebíveis:** O risco de crédito dos devedores é administrado por cada unidade educacional, estando sujeito aos procedimentos, controle e política estabelecida pelo Instituto em relação a este risco. A Administração considera que a estimativa foi calculada em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização. **4.4.1 Avaliação em grupo (coletivamente):** O Instituto possui um razoável número de contas a receber, desta forma, eles são agrupados na medida do possível, em grupos homogêneos e a perda por redução ao valor recuperável é avaliada coletivamente. Ao avaliar a perda do valor recuperável de forma coletiva, o Instituto utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais, que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Baseado neste contexto, levando em consideração o atual cenário econômico de recuperação, as tendências históricas de recebimento foram sensivelmente aumentadas através da aplicação de uma taxa de 1,0183% (em 2016 foi aplicado um aumento de 1,53%), para estimar os futuros fluxos de caixa provenientes dos recebíveis em aberto na data do balanço. A administração do Instituto entende que esta taxa traduz confiavelmente a sensível retomada que haverá no segmento que a entidade atua. **4.4.2 Avaliação individual:** Cabe ressaltar que em alguns casos não é possível avaliar as perdas por redução ao valor recuperável coletivamente, desta forma, o Instituto recorre à avaliação individual em duas situações: a) Quando, a gestão do Instituto entende que a análise individual (desde que praticável) trará mais confiabilidade ao invés da análise coletiva, no momento de estimar os futuros fluxos de caixa; ou b) Quando não há dados observáveis no histórico da entidade para fazer uma estimativa confiável dos futuros fluxos de caixa de um determinado recebível. A análise individual de cada recebível é efetuada, levando em conta as informações individuais que cada unidade obtém na data das demonstrações contábeis. **4.4.3 Reconhecimento:** As perdas são reconhecidas no resultado como despesas financeiras e refletidas em uma conta redutora dos recebíveis. A receita de juros continua a ser computada sobre o ativo contábil reduzido, com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. **4.4.4 Mensuração:** Conforme definido no item 11.25 da NBC TG 1000 (R1), a perda por redução ao valor recuperável dos recebíveis (avaliados pelo custo amortizado) é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Para os recebíveis circulantes, que não possuem taxa de juros declarada, a perda por redução ao valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor não descontado dos futuros fluxos de caixa estimados. **4.4.5 Reversão:** Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **4.5 Estoques:** O Instituto possui dois tipos de estoques: a) estoque de serviços em execução, em conformidade ao item 13.14 da NBC TG 1000 (R1); b) estoque de materiais de consumo a serem utilizados no processo de prestação de serviço, conforme letra "c" do item 13.1. **4.5.1 Reconhecimento Inicial:** Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo custo e inclui gastos incorridos na aquisição destes estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. **4.5.2 Mensuração:** São mensurados pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado, diminuído dos custos para completar o serviço. **4.5.3 Métodos de Avaliação do Custo: a) Estoque de serviços em execução:** Os estoques de serviços em execução são avaliados pelo custo de sua produção. Esses custos consistem, primariamente, de mão de obra e outros custos de pessoal diretamente envolvido na prestação do serviço, incluindo pessoal de supervisão e de apoio à área pedagógica. São incluídos também outros custos indiretos atribuíveis, necessários para prestação do serviço no local e nas condições pretendidas pela administração, levando em conta a capacidade de atendimento normal da entidade. **b) Estoque de materiais de consumo:** O Instituto avalia o custo dos estoques de materiais de consumo baseado no custo médio ponderado, e inclui gastos incorridos na aquisição destes estoques. São incluídos também outros custos necessários para os trazer às suas localizações e condições existentes. **4.5.4 Reconhecimento no resultado:** Na medida em que a receita de prestação de serviços é reconhecida, e na medida em que os materiais de consumo são utilizados na prestação de serviços, o Instituto geralmente reconhece o valor contábil desses estoques diretamente como despesa (custo dos serviços prestados). **4.5.5 Perdas por redução ao valor recuperável:** O Instituto avalia ao término de cada período, se um item (ou grupo de itens) do estoque sofreu desvalorização e necessita ser reduzido ao seu valor recuperável. Após análise efetuada, a administração do Instituto concluiu que não há indícios de desvalorização, sendo assim, não foi necessário reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável em seus estoques. **4.6 Propriedades para investimento:** O Instituto possui propriedades com a finalidade exclusiva de auferir receitas de aluguéis, desta forma, conforme previsto no item 16.2 da NBC TG 1000 (R1), tais propriedades são definidas como propriedades para investimento. Até 31/12/2016 as propriedades para investimento, para as quais, o valor justo não pôde ser avaliado de forma confiável e contínua, sem custo ou esforço excessivo, eram classificadas como ativo imobilizado, conforme previsto no item 16.1 da NBC TG 1000. Conforme mencionado na nota 3.5, o Instituto em 2017, reclassificou para o grupo "Propr. p/Invest. ao Custo" as propriedades que eram classificadas anteriormente como ativo imobilizado. Dentre as propriedades para investimento, a mais relevante consiste na propriedade locada ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, local onde está estabelecido o Foro Regional de Nossa Senhora do Ó, na Rua Tomás Ramos Jordão, 101. Cabe ressaltar que as receitas de aluguéis auferidas, assim como todas as outras receitas obtidas pelo instituto, são integralmente utilizadas para execução de seus objetivos estatutários. A partir de 01/01/2017 as propriedades para investimento são apresentadas separadamente do ativo imobilizado, no entanto, conforme definido no item 16.1 da NBC TG 1000 (R1), tais propriedades são avaliadas ao custo (menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável), pois o Instituto entente que teria que incorrer em custo ou esforço excessivo, para avaliação dos referidos imóveis a valor justo, de maneira confiável e de forma contínua. Sendo assim, tais propriedades são apresentadas separadamente no balanço, mas estão no escopo da seção 17 da NBC TG 1000 (R1), e são reconhecidas, mensuradas e divulgadas da mesma forma que o ativo imobilizado. Desta forma, as políticas contábeis adotadas para o reconhecimento, mensuração, depreciação e divulgação das propriedades para investimento, estão devidamente divulgadas na nota 4.7 que trata sobre o imobilizado. **4.7 Imobilizado e Propriedades para Investimento avaliadas ao custo:** Ativos imobilizados são ativos tangíveis que o Instituto mantém para uso na prestação de serviços educacionais, sociais ou para fins administrativos, que se espera que sejam utilizados por mais do que um período contábil. As mesmas políticas contábeis utilizadas para o ativo imobilizado, também são utilizadas para as propriedades para investimento avaliadas ao custo (menos depreciação e perdas por redução ao valor recuperável), por determinação do item 17.1 da NBC TG 1000 (R1). **4.7.1 Reconhecimento inicial e mensuração:** O Instituto reconhece um ativo imobilizado e uma propriedade para investimento avaliada ao custo, quando for provável que futuros benefícios econômicos (diretos e indiretos), associados ao item fluirão para a entidade e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O preço de aquisição é o equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. O custo de um item do ativo imobilizado e da propriedade para investimento avaliada ao custo, compreende seu preço de compra à vista, incluindo taxas legais, taxas de corretagem, tributos de compra não recuperáveis, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos, acrescido de quaisquer outros custos diretamente atribuíveis, para colocar o ativo no local e em condição necessária para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela administração. Esses custos podem incluir os custos de elaboração do local, frete, manuseio inicial, montagem e instalação. **4.7.2 Mensuração subsequente:** O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição, conforme detalhado no item anterior (acrescido das avaliações espontâneas efetuadas em 1993), menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. As propriedades para investimento são avaliadas pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. **4.7.3 Gastos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os referidos gastos incluem o custo de reposição de parte do imobilizado ou da propriedade para investimento avaliada ao custo. Quando partes significativas são substituídas, o Instituto geralmente reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica, e o valor contábil das partes substituídas é baixado. Todos os demais gastos dos reparos e manutenção que não atenderam aos critérios de reconhecimento de ativos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. **4.7.4 Depreciação:** Os itens do ativo imobilizado, assim como os itens das propriedades para investimento avaliadas ao custo, são depreciados quando estão disponíveis para uso, isto é, quando estão no local e em condição necessária para funcionar da maneira pretendida pela administração. A depreciação do ativo termina quando o ativo é baixado ou quando o referido ativo já foi totalmente depreciado. Os itens são depreciados (exceto terrenos), pelo método linear, baseado em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Serão divulgadas a seguir as taxas médias ponderadas, calculadas com base na depreciação registrada em relação ao valor depreciável (custo total de aquisição, deduzido o valor residual) de cada item que compõe as contas demonstradas a seguir:

Propriedades Para Investimento	Vida Útil (anos)	Média Ponderada
Edificações (Propriedades p/Invest.)	6 a 48	2,98%
Investimentos em andamento	–	–

Imobilizado	Vida Útil (anos)	Média Ponderada
Edificações (Imobilizado)	2 a 60	4,11%
Instalações	1 a 30	6,88%
Máquinas Equipamentos	1 a 29	11,46%
Móveis e Utensílios	1 a 34	7,59%
Veículos	1 a 7	12,89%
Outras Imobilizações	2 a 7	12,06%
Imobilizações em Andamento	–	–

4.7.5 Revisão das estimativas: O Instituto realizou uma análise ao longo do período, levando em consideração à maneira como os ativos são utilizados, desgaste e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado para constatar se houve alteração relevante em suas estimativas iniciais em relação à vida útil e valor residual das propriedades para Investimento e imobilizado. As vidas úteis são revistas em cada período de reporte. Mudanças na vida útil estimada e/ou valor residual, são reconhecidas como mudanças nas estimativas contábeis, conforme definido no item 17.23 da NBC TG 1000 (R1). **4.7.6 Desreconhecimento (baixa):** Um item é baixado quando vendido, ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos nas demonstrações do resultado no período em que o bem for baixado. **4.7.7 Perda por redução ao valor recuperável:** A administração do Instituto avalia anualmente se valor contábil líquido sofreu desvalorização e se necessita ser reduzido ao valor recuperável. Após análise efetuada, a administração do Instituto concluiu que não existe qualquer indicador de desvalorização, desta forma, conforme previsto no item 27.7 da NBC TG 1000 (R1), não se faz necessário estimar o valor recuperável, muito menos, constituir qualquer perda por redução ao valor recuperável em seu ativo imobilizado. **4.8 Intangível:** Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física. **4.8.1 Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial. O custo de um ativo intangível compreende seu preço de compra, incluindo os tributos de compra não recuperáveis, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos, acrescido de quaisquer outros custos diretamente atribuíveis à elaboração do ativo para a finalidade pretendida. **4.8.2 Mensuração subsequente:** Após reconhecimento inicial os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável, se for o caso. **4.8.3 Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com a manutenção de softwares e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **4.8.4 Amortização:** Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo vida útil finita, deste modo, todos os ativos intangíveis são amortizados ao longo da sua vida útil econômica pelo método linear. A amortização é iniciada quando o ativo intangível está disponível para a utilização, isto é, quando o ativo está no local e nas condições necessárias para que possa ser utilizado da maneira pretendida pela administração. A amortização termina quando o ativo é desreconhecidos (baixado) ou quando ele já foi totalmente amortizado. Conforme determinado no item 18.23 da NBC TG 1000 (R1), o Instituto considera como nulo o valor residual de todos os ativos intangíveis. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **4.8.5 Revisão das estimativas:** O Instituto realizou uma análise ao longo do período, levando em consideração à maneira como os ativos são utilizados e mudanças no progresso tecnológico para constatar se houve alteração relevante em suas estimativas iniciais em relação à vida útil do seu ativo intangível. As vidas úteis são revistas em cada período de reporte. Mudanças na vida útil estimada são reconhecidas como mudanças nas estimativas contábeis, conforme definido no item 18.24 da NBC TG 1000 (R1). **4.8.6 Desreconhecimento (baixa):** Um item do ativo intangível é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. As perdas resultantes da baixa do ativo são incluídas nas demonstrações do resultado no período em que o bem for baixado. **4.8.7 Perda por redução ao valor recuperável:** A administração do Instituto avalia anualmente se valor contábil líquido do ativo intangível sofreu desvalorização e se necessita ser reduzido ao valor recuperável. Após análise efetuada, a administração do Instituto concluiu que não existe qualquer indicador de desvalorização, desta forma, conforme previsto no item 27.7 da NBC TG 1000 (R1), não se faz necessário estimar o valor recuperável, muito menos constituir qualquer perda por redução ao valor recuperável em seu ativo intangível. **4.8.8 Marcas e patentes:** Os valores registrados na rubrica "marcas e patentes" compreendem somente os gastos relativos ao registro da marca e logotipo da entidade, sua amortização é calculada de forma linear ao longo da sua vida útil de 10 anos (10% a.a.), com valor residual nulo. **4.8.9 Softwares:** Os valores registrados na rubrica "Softwares" compreendem os gastos relativos às licenças e implantação de softwares educacionais e administrativos, sua amortização é calculada de forma linear, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada do ativo intangível, compreendida entre 1 a 24 anos, com taxa média ponderada de 5,45% e com valor residual nulo. **4.9 instrumentos financeiros passivos (passivos financeiros e fornecedores):** O Instituto tem os seguintes passivos financeiros: Contratos de Construção (vide nota 14), fornecedores, contas a pagar e outras obrigações a pagar. As obrigações com fornecedores e outras contas a pagar não rendem juros por não estarem vencidas e geralmente são liquidadas em média em até 30 dias. **4.9.1 Reconhecimento inicial e mensuração:** A entidade reconhece um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um passivo financeiro é reconhecido, o Instituto o avalia pelo custo da operação, incluindo os custos de transação. Os passivos financeiros decorrentes de contratos de construção são reconhecidos com base no cronograma de execução física de cada contrato. Trata-se de serviços executados até a data do balanço, devidamente reconhecidos como passivo conforme determina a seção 2 da NBC TG 1000 (R1). **4.9.2 Mensuração subsequente:** Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado do passivo financeiro, e alocar as despesas com juros durante o período correspondente. Os juros são reconhecidos no resultado como despesas financeiras quando incorridos de acordo com o regime de competência. **4.9.3 Desreconhecimento (baixa):** O Instituto desreconhece (baixa) um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou se expira. **4.10 Benefícios a empregados:** Conforme definido no item 28.1 da NBC TG 1000 (R1), os benefícios a empregados são todas as formas de remuneração proporcionadas por uma entidade em troca dos serviços prestados pelos seus empregados. O Instituto concede aos seus empregados benefícios de curto prazo e benefícios de desligamento. **4.10.1 Benefícios de curto prazo:** Inclui itens como salários, ordenados, licenças remuneradas (férias) e benefícios não monetários como seguro de vida, cesta básica, vale transporte e outros. **a) Reconhecimento:** conforme disposto no item 28.3 da NBC TG 1000 (R1), as obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como passivo (depois de deduzir os valores que já tenham sido pagos diretamente a empregados); e consequentemente como despesas ou como parte do custo dos estoques (vide nota 4.5). **b) Mensuração:** o Instituto mensura tais benefícios pelo valor esperado não descontado a ser pago em troca do serviço prestado ao Instituto, conforme determinado no item 28.5 da NBC TG 1000 (R1). As Licenças remuneradas de curto prazo (mais conhecida como férias) e respectivos encargos são reconhecidos à medida que são adquiridas pelos seus empregados, como resultado de serviços prestados ao Instituto durante o período que as demonstrações contábeis se referem, ou seja, o Instituto reconhece o custo esperado das licenças remuneradas acumuláveis, quando os empregados prestarem os serviços que aumentam seus direitos sobre licenças remuneradas futuras, conforme disposto no item 28.6 da NBC TG 1000 (R1). O Instituto mensura o custo esperado de licenças remuneradas acumuláveis pelo valor adicional não descontado que a entidade espera pagar como consequência do direito não utilizado que tenha sido acumulado até a data do balanço. **4.10.2 Benefícios de desligamento:** Estes benefícios resultam da decisão da entidade de rescindir o contrato de trabalho com o empregado e são emanadas pela legislação trabalhista. Incluem basicamente itens como aviso prévio indenizado, encargos sobre o aviso prévio indenizado (férias, 13º, e FGTS), multa rescisória do FGTS e a contribuição social sobre a multa rescisória. **a) Reconhecimento:** como tais benefícios são concedidos no momento do desligamento e por não conferirem benefícios econômicos futuros à entidade, são reconhecidos no resultado como despesa na ocasião do desligamento do empregado, por esse motivo tais gastos não são incluídos no custo dos estoques e não fazem parte do custo dos serviços educacionais prestados. **b) Mensuração:** o Instituto mensura os benefícios por desligamento pela melhor estimativa dos gastos que seriam requeridos para liquidar a obrigação na data do balanço, o que compreende basicamente a diferença entre: i. O benefício fornecido pela rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado; e ii. O benefício maior fornecido por rescisão a pedido do Instituto. As obrigações provenientes dos benefícios a empregados, incluindo as licenças remuneradas (férias a pagar), são apresentadas na rubrica "Benefícios a Empregados (Obrigações Trabalhistas)" no passivo circulante, para maiores informações vide nota 15. **4.11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: 4.11.1 Provisões:** As provisões são passivos com prazo ou valor incerto, desta forma, o Instituto reconhece uma provisão se tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em consequência de um evento passado, quando for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, desde que uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Após análises de seus processos e litígios, a administração do Instituto julgou não ser provável que benefícios econômicos, sejam requeridos para liquidar qualquer contingência civil ou trabalhista, o que dispensa reconhecimento de qualquer provisão no período que suas demonstrações contábeis se referem. **4.11.2 Passivos contingentes:** O Instituto divulga um passivo contingente quando existir uma obrigação possível, mas incerta, ou uma obrigação presente que não é reconhecida porque não é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, ou quando o valor da obrigação não puder ser estimado de maneira confiável. O Instituto mensura o passivo contingente pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. **4.11.3 Ativos Contingentes:** O Instituto divulga um ativo contingente quando sua administração classificar como provável a entrada de benefícios econômicos ao avaliar uma contingência em seu favor. Entretanto, quando o fluxo de benefícios econômicos futuros para a entidade for praticamente certo, então o referido ativo não é um ativo contingente, e o Instituto faz o seu reconhecimento. O Instituto mensura o ativo contingente pela melhor estimativa do valor que a entidade receberia no desfecho de uma ação em seu favor na data das demonstrações contábeis. **4.11.4 Outras Considerações:** O Instituto possui o CEBAS, e seus pedidos de renovação foram protocolados tempestivamente perante o MEC, conforme disposições da Lei 12.101/2009. Em caso de decisão final desfavorável, as isenções estão estendidas até a data da decisão do MEC, conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 24 da Lei 12.101/2009. Como o Instituto atendeu todos os requisitos determinados pela Lei 12.101/2009 para fazer jus ao CEBAS, sua administração julgou ser remota a probabilidade de indeferimento do seu pedido de renovação, e, portanto, entende não haver necessidade da divulgação de passivo contingente, por considerar remota a probabilidade de que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar qualquer obrigação relacionada ao indeferimento do CEBAS. Para maiores informações vide nota 19. **4.12 Imunidade e isenções: 4.12.1 Julgamento do STF sobre as imunidades das entidades beneficentes de assistência social:** Em 02/03/2017, foi concluída em sessão plenária, no Supremo Tribunal Federal, a proclamação do resultado do julgamento de um conjunto de quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (2028, 2036, 2228 e 2621) relativas à necessidade de lei complementar para definir a imunidade tributária de entidades beneficentes. Por maioria, o Plenário deu procedência aos pedidos, declarando as normas questionadas inconstitucionais, desta forma, segundo a suprema corte brasileira, "os requisitos para o gozo de imunidade hão de estar previstos em lei complementar", conforme julgamento do Recurso Extraordinário 566622 em 23/02/2017. Baseado neste novo cenário, o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), embora fosse uma lei ordinária, passou a ter 'eficácia de lei complementar' por força do princípio da recepção, pois a referida lei cumpre as funções da lei complementar exigida pela Constituição Federal de 1988, ao tratar sobre as questões tributárias. As ações de inconstitucionalidade 2028, 2036, 2228 e 2621 julgadas como procedentes revogaram artigos relacionados à legislação que tratava da certificação das entidades, anterior à vigência da Lei 12.101/2009, ou seja, a lei que trata atualmente sobre os requisitos da certificação das entidades beneficentes de assistência social não foi diretamente afetada, no entanto, é evidente que os requisitos impostos pelos seus artigos 29 e 30 não tenham mais efeitos após julgadas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4891, 4480, 5319, pelo fato da referida lei se tratar de lei ordinária. Diante desse cenário, mesmo existindo evidência que a legislação vigente (Lei 12.101/2009) perderá seus efeitos, a administração do Instituto, adotando uma postura mais prudente e conservadora, continuará atendendo em sua plenitude todos os requisitos necessários para manutenção do CEBAS. **4.12.2 Requisitos para gozo da imunidade:** A Lei 9.532/1997 que dispõe em seu artigo 12 sobre os requisitos para a imunidade, perdeu seu efeito por se tratar de lei ordinária, desta forma, para efeito do disposto no art. 150, inciso "VI", alínea "c", da Constituição Federal, a entidade deve atender o disposto no artigo 14 do Código Tributário Nacional, sendo assim, para o gozo da imunidade, as instituições estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos: a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; d) recolher os tributos que lhes caiba reter na fonte na condição de responsáveis, e demais obrigações acessórias; e que e) os serviços prestados pela entidade estejam diretamente relacionados com os objetivos institucionais, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos. O Instituto tem atendido substancialmente os procedimentos requeridos para suportar sua imunidade, inclusive estatutariamente. **4.12.3 Imunidade e isenções: a) Imunidade:** A imunidade por estar prevista na constituição federal suprime-se a competência, do poder de tributar. Desta maneira, a imunidade descarta o próprio nascer da obrigação, constitui-se na vedação total do poder de tributar, posto que o crédito tributário não seja apenas inexigível, no caso das imunidades ele é tão somente inexistente. O Instituto é imune do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ), da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e do imposto sobre serviços (ISS). **b) Isenções:** A isenção compreende basicamente uma hipótese de não incidência tributária legalmente qualificada, diferentemente da imunidade, no cenário da isenção existe o fato gerador, a base de cálculo e alíquota, porém o tributante não poderá constituir e cobrar o crédito tributário por força da lei. O Instituto é isento da contribuição empresarial devida ao INSS sobre a folha de pagamento e sobre serviços tomados de autônomos. Conforme determinado no item 9.B da ITG 2002 (R1), as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções e, portanto, não deverão ser reconhecidas no resultado. Desta forma, o Instituto reconheceu na demonstração do resultado apenas os tributos amparados pela isenção e a respectiva isenção usufruída. **4.12.4 Reconhecimento e apresentação dos tributos isentos e respectiva isenção usufruída:** Tanto o reconhecimento, quanto a apresentação dos tributos isentos e da respectiva isenção usufruída, não são tratados na ITG 2002 (R1). Sendo assim, o Instituto exerceu julgamento conforme descrito no item 10.6 da NBC TG 1000 (R1), para verificar a melhor política contábil a ser adotada neste caso, analisando também as normas completas que tratam de questões semelhantes. A gestão do Instituto concluiu que os tributos isentos e a respectiva isenção usufruída, devem ser reconhecidos em conformidade com o previsto no item 38E da NBC TG 07 (R2), cabe ressaltar que a referida norma não é específica para reconhecimento da isenção das entidades sem fins lucrativos, mas é uma norma semelhante, e desta forma, o reconhecimento da isenção é efetuado registrando-se o tributo no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente (isenção usufruída), a serem demonstrados um deduzido do outro. No atual cenário contábil, a isenção usufruída é reconhecida quando a entidade atende os requisitos legais, e não no momento em que o CEBAS é emitido. Caso sejam atendidos os requisitos da Lei 12.101/2009 e reconhecida a isenção, mas até a data para autorização da emissão das demonstrações contábeis a entidade não tenha o certificado julgado como deferido, a entidade deverá exercer julgamento para verificar se existe a obrigatoriedade de se reconhecer uma provisão, ou divulgar um passivo contingente conforme previsto na seção 21 da NBC TG 1000 (R1), para maiores informações vide notas 4.11.4 e 19. **4.12.5 Mensuração dos tributos amparados pela isenção e respectiva isenção usufruída:** O Instituto mensura as isenções com base nos valores que seriam devidos referentes à quota patronal (INSS), incluindo o RAT e a contribuição a outras entidades e fundos mais conhecidos como terceiros para maiores informações vide nota 24. **4.13 Receitas:** As receitas e ganhos, inclusive as doações, são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos são gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável, conforme determinado no item 2.27 da NBC TG 1000 (R1) em consonância com o regime de competência. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo os descontos, desconto financeiros por pagamento antecipado, abatimentos, inclusive as bolsas de estudos concedidas conforme previsto no item 23.3 da referida norma. **4.13.1 Receita de Prestação de Serviços Educacionais;** O Instituto reconhece tais receitas levando em consideração os critérios de reconhecimento tratados no item 23.14 da NBC TG 1000 (R1). Desta forma, as receitas de serviços educacionais são reconhecidas ao longo do ano letivo de acordo com o método da percentagem completada, ou seja, são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, em uma base linear ao longo do ano letivo, de acordo com sua competência, em conformidade ao previsto no item 23.15 da NBC TG 1000 (R1). Quando uma receita é reconhecida e seu recebimento for improvável, o Instituto reconhece tal valor como perda em recebíveis (vide nota 4.4) e não como dedução do valor da receita originalmente reconhecida, conforme definido no item 23.27 da norma. As receitas de prestação de serviços educacionais estão devidamente documentadas através de relatórios gerenciais e das notas fiscais eletrônicas de serviços, emitidas pelo Instituto no site da Prefeitura Municipal de São Paulo. A rubrica "Receita de Prestação de Serviços Educacionais" apresentada na demonstração do resultado está totalmente em conformidade com o determinado na seção 23 da NBC TG 1000 (R1), que compreende o valor da receita recebida ou a receber que fluiu economicamente para o Instituto. **4.13.2 Receitas patrimoniais (aluguéis):** As receitas de aluguel são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos contratos de locação, de acordo com sua competência, sendo reconhecidas quando incorridas e mensuradas com base no valor justo a receber previsto em contrato. **4.13.3 Receitas de eventos e outras:** As receitas de eventos referem-se a eventos ocasionais organizados pelo Instituto, tais receitas são reconhecidas na data de realização dos eventos, em conformidade com sua competência e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As outras receitas são compostas basicamente pelos créditos do programa da nota fiscal paulista e foram reconhecidas nas datas em que foram disponibilizados tais créditos ao Instituto, sendo mensuradas pelo valor efetivamente disponibilizado à entidade. **4.13.4 Doações:** As doações são transferências de ativos ou cancelamento e redução de um passivo, gratuitamente, sem contraprestação do beneficiário dos recursos. Elas são reconhecidas no momento da transferência dos ativos (monetários e não monetários), de acordo com sua competência, mediante documento hábil, mensuradas pelo valor justo do ativo recebido ou do passivo liquidado. As doações recebidas do exterior em moeda estrangeira foram convertidas pelas taxas de câmbio da moeda funcional na data da transação. As doações não possuem qualquer condição imposta pelos doadores em relação à utilização destes recursos, por esse motivo, todas as doações foram reconhecidas diretamente no resultado. Por não haver qualquer condição que implique na devolução dos recursos, não há o que se falar em reconhecimento de quaisquer obrigações (passivos) atreladas a estas doações. Todas as doações, assim como os demais recursos do Instituto, são aplicadas integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos estatutários. As receitas de doações não estão previstas na NBC TG 1000 (R1), mas são reconhecidas em conformidade com os conceitos e princípios gerais detalhados na seção 2 da referida norma. **4.13.5 Receitas financeiras:** Para todas as aplicações financeiras classificadas como equivalente de caixa e para todos os ativos financeiros (aplicações financeiras), mensurados ao custo amortizado (incluindo os recebíveis) que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. Os juros sobre os recebíveis em aberto na data do balanço são reconhecidos enquanto estes atenderem aos critérios de reconhecimento das demonstrações contábeis (vide nota 4.3). Para os recebíveis que já sofreram perdas por redução ao valor recuperável, a receita de juros continua a ser computada sobre o ativo contábil reduzido, com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. **4.14 Bolsas de estudos concedidas: 4.14.1 Bolsas de estudos CEBAS (conforme Lei 12.101/2009):** As bolsas de estudos CEBAS, são concedidas pela direção administrativa de cada unidade educacional, e estão embasadas no perfil socioeconômico do candidato avaliado pelo setor de Serviço Social do Instituto, com base na documentação apresentada pelo responsável, levando em consideração também as demais prerrogativas definidas no edital de bolsas de estudos, publicado anualmente. As bolsas de estudos somente são concedidas aos beneficiários que atendam aos requisitos impostos pelos artigos 14 e 15 da Lei 12.101/2009 e as prerrogativas impostas pelos artigos 9º a 15 da Portaria 15 do MEC, emitida em 11/08/2017 e publicada em 14/08/2017. **4.14.2 Bolsas de estudos funcionais:** Além das bolsas de estudos CEBAS em conformidade com a Lei 12.101, o Instituto concede também bolsas de estudos funcionais, o qual é obrigado a fornecer aos filhos de seus empregados (professores e auxiliares), por força da convenção coletiva do sindicato do qual os empregados da Instituição fazem parte. Cabe lembrar, que tais bolsas são concedidas por obrigação legal, e são reconhecidas e divulgadas separadamente das bolsas CEBAS por não fazerem parte da gratuidade, conforme determinação da Lei 12.101/2009. **4.14.3 Reconhecimento:** As gratuidades relativas à assistência educacional concedida através da concessão de bolsas de estudos (CEBAS e Funcionais) são registradas em contas retificadoras da receita ao longo do ano letivo, de acordo com sua competência, baseado nos seguintes argumentos: **a)** As receitas só devem ser reconhecidas quando o benefício econômico for gerado para a entidade, desde que sejam simultaneamente atendidos os critérios de reconhecimento e mensuração de ativos ou de redução de passivos, o que não ocorre com as bolsas de estudos, uma vez que na concessão das bolsas, o benefício flui do Instituto, e não para o Instituto, portanto as bolsas não devem ser consideradas como receita. **b)** As bolsas de estudos concedidas não atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração de ativos recebíveis, uma vez que no momento do reconhecimento inicial da receita, já existe a renúncia de parte desta pelo Instituto, sendo assim, os valores concedidos através das bolsas de estudos não serão recebidos, ou seja, não fluíram e não fluirão economicamente para a entidade. Desta forma, não é adequado, baseado nos conceitos e princípios da seção 2 da NBC TG 1000 (R1) reconhecer tal valor como ativo e receita. **4.14.4 Mensuração:** Todas as bolsas de estudos são mensuradas em conformidade com o item 16 da ITG 2002 (R1), o qual prevê que toda a gratuidade concedida na forma de prestação de serviços deva ser mensurada pelo valor praticado (valor cobrado pela entidade), o que está em conformidade também com o artigo 14 da Lei 12.101/2009, o qual prevê que o valor da bolsa de estudo concedida refere-se à semestralidade ou anuidade escolar, fixadas na forma da lei, amparada devidamente na respectiva planilha de custos. **4.14.5 Apresentação na Demonstração do resultado:** Por exigência imposta pelo item 24 da ITG 2002 (R1), as informações das gratuidades concedidas devem ser destacadas na demonstração do resultado do período, sendo assim, o Instituto apresentou na demonstração do resultado o valor total das bolsas de estudos concedidas, sendo devidamente divulgadas e detalhadas as informações adicionais em notas explicativas, referentes aos tipos de bolsas (CEBAS e Funcionais), valores e quantidade das bolsas integrais e parciais (para maiores informações vide nota 25). **4.15 Programa de apoio aos alunos bolsistas: 4.15.1 Conceito do programa:** O programa de apoio ao aluno bolsista compreende a concessão gratuita de apostilas escolares, definidas por cada unidade educacional, para uma quantidade específica de alunos bolsistas CEBAS, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário mínimo e meio. **4.15.2 Reconhecimento:** As gratuidades relativas ao programa de apoio ao aluno bolsista compreendem as despesas incorridas no período contábil de acordo com sua competência, referente à concessão gratuita de apostilas escolares. **4.15.3 Mensuração:** A gratuidade é mensurada pelos gastos incorridos no período contábil, provindas da redução de ativos ou do reconhecimento de passivos, devidamente identificáveis ao programa de apoio aos alunos bolsistas, em conformidade com o plano de atendimento do Instituto. Cabe ressaltar que esta gratuidade não é concedida na forma de prestação de serviços e, portanto, não é mensurada pelo valor praticado conforme previsto no item 16 da ITG 2002 (R1). **4.15.4 Apresentação na demonstração do resultado:** Por exigência imposta pelo item 24 da ITG 2002 (R1), o custo com o programa de apoio aos alunos bolsistas é apresentado separadamente na demonstração do resultado do período em conta específica, sendo devidamente divulgadas informações adicionais em notas explicativas referentes aos valores e quantidade de bolsistas beneficiados (para maiores informações vide nota 25). **4.16 Assistência Social: 4.16.1 Programas sociais:** Os programas sociais do Instituto estão classificados de acordo com a tipificação dos serviços socioassistenciais (resolução CNAS 109 de 11/11/2009) como serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, dentro do grupo dos serviços de proteção social básica. O Instituto mantém interface com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em cada município do território nacional onde a entidade atua, e procura atender todos os usuários encaminhados à entidade pelos respectivos CRAS´s, através de seus programas sociais. **4.16.2 Reconhecimento:** As gratuidades são reconhecidas pela ocasião da prestação de serviços em prol dos usuários definidos na Lei 12.101/2009, na Política Nacional da Assistência Social e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de acordo com sua competência, de forma gratuita, ou seja, sem recebimento de remuneração pelo beneficiário dos serviços. **4.16.3 Mensuração:** A gratuidade, conforme determinado pelo item 16 da ITG 2002 (R1), deve ser mensurada pelo valor praticado, no entanto, como a entidade não pratica (não cobra) nenhum valor em relação à assistência social, a mensuração do valor praticado teve como base os gastos incorridos no período contábil, referente à execução dos programas e ações socioassistenciais. A administração do Instituto julgou que os gastos incorridos é a evidência mais confiável para mensuração do valor praticado, uma vez que não há outra base disponível para estimar com confiabilidade quanto o Instituto cobraria pelos serviços oferecidos gratuitamente. O Instituto possui uma unidade (conforme mencionado na nota 1) na qual destina um conjunto de ativos para a exclusiva execução de programas sociais, desta forma, todo o custo diretamente atribuído aos serviços sociais prestados, acrescido dos gastos relacionados à manutenção e administração geral destes ativos (incluindo a depreciação), compõe o valor da gratuidade da assistência social, uma vez que as atividades meio dão suporte às atividades fim. **4.16.4 Apresentação na demonstração do resultado: a) Despesas:** Por exigência imposta pelo item 24 da ITG 2002 (R1), as despesas incorridas no período contábil, provindas da redução de ativos ou do reconhecimento de passivos, devidamente identificáveis aos programas de assistência social, são apresentadas separadamente em contas específicas na demonstração do resultado do período. **b) Valor praticado:** O instituto achou mais adequado reconhecer o valor praticado total da assistência social na demonstração do resultado, sendo devidamente divulgadas informações adicionais em notas explicativas referentes aos valores e quantidade de usuários atendidos (para maiores informações vide nota 25).

4.17 Despesas e Perdas: As despesas e perdas são reconhecidas quando há diminuição dos benefícios econômicos futuros relacionados a uma diminuição de ativo ou aumento do passivo que possa ser avaliada confiavelmente conforme definido no item 2.42 da NBC TG 1000 (R1), sempre em conformidade com o regime de competência. As despesas estão documentadas através de Notas Fiscais e Recibos, plenamente em conformidade com as exigências legais-fiscais. As despesas financeiras abrangem as despesas eventuais com: a) Juros bancários e juros sobre dívidas diversas; b) Perdas cambiais sobre ativos monetários; e c) Perdas por redução ao valor recuperável dos recebíveis avaliados pelo custo ou custo amortizado. **4.18 Divulgação sobre partes relacionadas - Remuneração dos administradores-chaves:** Por força do item 33.7 da NBC TG 1000 (R1) o Instituto deve divulgar o total da remuneração dos administradores-chave. Os administradores-chave são aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Como tais atividades são executadas pelo corpo diretivo da entidade e como o Instituto não remunera seus diretores, não há o que se divulgar nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **4.19 Reconhecimento, mensuração e apresentação do serviço voluntário obtido:** O conceito contábil de trabalho voluntário corresponde ao conceito internacional de "serviços em espécie", que são serviços fornecidos pelos indivíduos às entidades sem fins lucrativos em uma transação sem contraprestação. Cabe ressaltar que o termo "sem contraprestação" deve ser interpretado como se a entidade não tivesse nenhum gasto (direto ou indireto) pelo serviço prestado pelo indivíduo. **4.19.1 Reconhecimento e Mensuração:** Conforme determinado no item 19 da ITG 2002 (R1), os trabalhos voluntários são reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com o regime de competência, da seguinte forma: a. Pelo reconhecimento de um ativo como serviços em espécie e sua correspondente receita com o trabalho voluntário; e b. Pelo reconhecimento da despesa com trabalho voluntário, através do consumo de ativos reconhecidos anteriormente como serviços em espécie. O valor do trabalho voluntário é mensurado pelo valor justo como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. **4.19.2 Apresentação na demonstração do resultado:** No exercício de 2017, alguns voluntários prestaram serviços como palestras, recreações e outros ao projeto "Lucianas", de forma eventual, em datas específicas. Desta forma, com base nos termos de voluntariado e conforme exigido pela ITG 2002 (R1), o Instituto efetuou a mensuração e reconhecimento conforme detalhado na nota 4.19.1. Por exigência imposta pelo item 24 da ITG 2002 (R1), as receitas com serviços voluntários obtidos, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado do período em contas específicas, sendo devidamente divulgadas informações adicionais em notas explicativas, referentes aos valores e quantidades dos voluntários que prestaram serviços ao Instituto, as quais apresentamos a seguir:

Receita com Trabalho Voluntário	2017		2016	
Assistência Social:	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**
Receita com Trabalho Voluntário	9	1.292,00	–	–

Cabe lembrar que o valor da despesa com voluntários está incluído no custo do referido projeto na rubrica "Custo do Serviço Gratuito Assistência Social - Recursos Próprios". **4.20 Operações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. O instituto reconhece, no resultado como receita ou despesa financeira, no período em que ocorreram, as variações cambiais provenientes da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram inicialmente convertidas durante o período, ou em períodos anteriores, conforme determinado no item 30.10 da NBC TG 1000 (R1). **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Veja política contábil na Nota 4.1.

Caixa e Equivalentes de Caixa	2017	2016	Em 1º/01/2016
Educação:			
Caixa			
Numerários em Caixa	4.448,63	3.831,51	3.623,23
Depósitos Bancários Disp.	987.763,31	708.271,47	321.117,83
Numerários em Trânsito	13.686,58	15.571,95	18.020,41
	1.005.898,52	**727.674,93**	**342.761,47**
Equivalentes de Caixa			
Aplic. de Liquidez Imediata	65.546,81	11.911,28	58.780,12
Caderneta de Poupança	13.702,60	10.992,15	211.763,38
	79.249,41	**22.903,43**	**270.543,50**
Total Educação (1)	**1.085.147,93**	**750.578,36**	**613.304,97**
Assistência Social:			
Caixa			
Numerários em Caixa	3.130,82	3.850,64	1.217,42
Depósitos Bancários Disp.	194.358,91	53.159,67	114.067,98
Numerários em Trânsito	–	–	–
	197.489,73	**57.010,31**	**115.285,40**
Equivalentes de Caixa			
Aplic. de Liquidez Imediata	–	–	–
Caderneta de Poupança	4.044,58	2.255,36	–
	4.044,58	**2.255,36**	–
Total Assistência Social (2)	**201.534,31**	**59.265,67**	**115.285,40**
Total da Entidade (1 + 2)	**1.286.682,24**	**809.844,03**	**728.590,37**

Em 31/12/2017, o Instituto tinha disponível R$ 15.000,00 (2016: R$ 35.000,00, em 1º/01/2016: R$ 65.000,00) de linhas de crédito não utilizadas.

6. Ativos Financeiros (Aplicações Financeiras)

Veja política contábil na Nota 4.2.

Ativos Financ. ao Custo Amort. - Composição	2017	2016	Em 1º/01/2016
Educação:			
CDB	9.594.769,10	9.487.702,47	7.598.194,88
Total Educação (1)	**9.594.769,10**	**9.487.702,47**	**7.598.194,88**
Assistência Social:			
CDB	1.106.916,86	990.127,20	1.293.046,52
Total Assist. Social (2)	**1.106.916,86**	**990.127,20**	**1.293.046,52**
Total Geral da Entid. (1 + 2)	**10.701.685,96**	**10.477.829,67**	**8.891.241,40**

Ativos Financ. ao Custo Amort. - Segregação	2017	2016	Em 1º/01/2016
Educação:			
Circulante	633.057,72	565.250,77	632.452,77
Não Circulante	8.961.711,38	8.922.451,70	6.965.742,11
Total Educação (1)	**9.594.769,10**	**9.487.702,47**	**7.598.194,88**
Assistência Social:			
Circulante	–	–	–
Não Circulante	1.106.916,86	990.127,20	1.293.046,52
Total Assist. Social (2)	**1.106.916,86**	**990.127,20**	**1.293.046,52**
Total Geral			
Circulante	633.057,72	565.250,77	632.452,77
Não Circulante	10.068.628,24	9.912.578,90	8.258.788,63
Total da Entidade (1 + 2)	**10.701.685,96**	**10.477.829,67**	**8.891.241,40**

Os valores apresentados no ativo circulante compreendem os certificados de depósito bancários com vencimento em até um ano com taxas que variam entre 74,50 a 93,5% (2016: 82 a 93,5%, em 1º/01/2016: 89,5 a 93%) do CDI. Os valores apresentados no ativo não circulante compreendem certificados de depósito bancário com vencimento até 2022 (2016: até 2021, em 1º/01/2016: até 2020) com taxas que variam entre 83,5 a 100,20% (2016: 84,5 a 99%, em 1º/01/2016: 81 a 98,25%) do CDI, cabe ressaltar que tais valores são registrados como ativo não circulante, porque na data do reconhecimento inicial e na data do balanço, o Instituto tem a intenção de mantê-los até seu vencimento. No entanto, não existe nenhuma restrição quanto ao seu resgate, podendo ser utilizados a qualquer momento pelo Instituto, caso julgue necessário. O Instituto divulga na nota 23 as receitas financeiras auferidas provenientes de ativos financeiros e dos equivalentes de caixa. **7. Clientes, Títulos a Receber e Outros Créditos: 7.1 Clientes e Títulos a Receber:** Veja política contábil na Nota 4.3 e 4.4.

Clientes e Títulos a Receber (2017)	Vlr. Orig.	Juros	Perdas	Líquido
Educação:				
Parcelas Per. Anter.	404.383,32	15.284,07	(335.898,08)	83.769,31
Parcelas Per. Atual	476.445,94	8.360,11	(172.973,82)	311.832,23
Títulos a Receber	592.247,04	3.694,06	(341.481,80)	254.459,30
Cartões de Crédito	249.862,12	–	–	249.862,12
Aluguéis a Receber	58.154,80	–	–	58.154,80
Total Educação (1)	**1.781.093,22**	**27.338,24**	**(850.353,70)**	**958.077,76**
Assistência Social:				
Aluguéis a Receber	23.753,37	–	–	23.753,37
Total Assist. Social (2)	**23.753,37**	–	–	**23.753,37**
Total da Entid. (1 + 2)	**1.804.846,59**	**27.338,24**	**(850.353,70)**	**981.831,13**
Circulante	**1.804.846,59**	**27.338,24**	**(850.353,70)**	**981.831,13**
Não Circulante	–	–	–	–

Clientes e Títulos a Receber (2016)	Vlr. Original	Juros	Perdas	Líquido
Educação:				
Parcelas Per. Anter.	382.413,75	6.577,94	(338.177,89)	50.813,80
Parcelas Per. Atual	417.190,99	15.962,91	(174.036,29)	259.117,61
Títulos a Receber	597.986,12	4.804,60	(362.969,23)	239.821,49
Cartões de Crédito	177.147,66	–	–	177.147,66
Aluguéis a Receber	57.154,93	–	–	57.154,93
Total Educação (1)	**1.631.893,45**	**27.345,45**	**(875.183,41)**	**784.055,49**
Assistência Social:				
Aluguéis a Receber	23.344,97	–	–	23.344,97
Total Assist. Social (2)	**23.344,97**	–	–	**23.344,97**
Total da Entid. (1 + 2)	**1.655.238,42**	**27.345,45**	**(875.183,41)**	**807.400,46**
Circulante	**1.655.238,42**	**27.345,45**	**(875.183,41)**	**807.400,46**
Não Circulante	–	–	–	–

Clientes e Títulos a Receber (Em 1º/01/2016)	Vlr. Original	Juros	Perdas	Líquido
Educação:				
Parcelas Per. Anter.	311.043,89	3.061,43	(285.999,74)	28.105,58
Parcelas Per. Atual	311.129,03	20.497,54	(126.150,89)	205.475,68
Títulos a Receber	626.081,60	7.545,50	(317.413,46)	316.213,64
Cartões de Crédito	103.809,14	–	–	103.809,14
Aluguéis a Receber	38.979,53	–	–	38.979,53
Total Educação (1)	**1.391.043,19**	**31.104,47**	**(729.564,09)**	**692.583,57**
Assistência Social:				
Aluguéis a Receber	38.979,52	–	–	38.979,52
Total Assist. Social (2)	**38.979,52**	–	–	**38.979,52**
Total da Entid. (1 + 2)	**1.430.022,71**	**31.104,47**	**(729.564,09)**	**731.563,09**
Circulante	**1.430.022,71**	**31.104,47**	**(729.564,09)**	**731.563,09**
Não Circulante	–	–	–	–

Em 31/12/2017, a perda por redução ao valor recuperável sobre os recebíveis totalizava R$ 850.353,70 (2016: R$ 875.183,41, em 1º/01/2016: R$ 729.564,09). Vide, a seguir, as movimentações das perdas por redução ao valor recuperável dos montantes a receber.

Perda por redução ao valor recuperável em recebíveis	Total
Educação:	
Saldo em 01-01-2016	**729.564,09**
Aumento das perdas existentes	21.242,23
Perdas adicionais reconhecidas no período	243.158,62
Utilizadas e/ou Realizadas	(29.731,67)
Valores Estornados Não utilizados (Reversão)	(89.049,86)
Saldo em 31-12-2016	**875.183,41**
Aumento das perdas existentes	21.302,55
Perdas adicionais reconhecidas no período	214.466,50
Utilizadas e/ou Realizadas	(151.402,04)
Valores Estornados Não utilizados (Reversão)	(109.196,72)
Saldo em 31-12-2017	**850.353,70**

7.2 Outros Créditos

Outros Créditos - Composição	2017	2016	Em 1º/01/2016
Educação:			
Outros Créd. e Contas a Receber	18.522,10	10.669,53	6.416,62
Adiant. a Terceiros (Exceto Imob.)	12.400,00	3.786,58	10.065,00
Doações a Receber	45.309,47	–	–
Valores a Comp. e Recup. (Trib.)	590,87	307,50	286,54
Créditos em Moeda Estrangeira	11.508,83	–	–
Total Educação (1)	**88.331,27**	**14.763,61**	**16.768,16**
Assistência Social:			
Outros Créd. e Contas a Receber	5.942,36	27,56	47,52
Adiant. a Terceiros (Exceto Imob.)	–	317,20	–
Doações a Receber	18.506,68	–	–
Valores a Comp. e Recup. (Trib.)	4.227,78	7.856,83	1.272,70
Créditos em Moeda Estrangeira	4.700,79	–	–
Total Assistência Social (2)	**33.377,61**	**8.201,59**	**1.320,22**
Total da Entidade (1 + 2)	**121.708,88**	**22.965,20**	**18.088,38**
Circulante	**121.708,88**	**22.965,20**	**18.088,38**
Não Circulante	–	–	–

8. Ativos Contingentes: Veja política contábil na Nota 4.11.3. A sede entrou com uma ação contra a empresa **Telefônica Brasil S.A.**, solicitando a restituição de valores pagos indevidamente à referida empresa, o valor total da causa girava em torno de R$ 78.000,00. Em 31/12/2016, a administração do Instituto em conjunto com o advogado, havia considerado como provável a entrada de benefícios econômicos em torno de R$ 21.152,00. No Exercício de 2017 o Instituto ganhou a causa em segunda estância, no valor de R$ 29.795,05, reconhecido na rubrica "Receita de Eventos e Outras", alocados R$ 21.154,48 para a educação e R$ 8.640,57 para a assistência social. **9. Estoques:** Veja política contábil na Nota 4.5.

Estoques	2017	2016	Em 1º/01/2016
Educação:			
Materiais de Consumo (A)	–	199.533,30	194.166,63
Estoque de Serv. em Execução (B)	–	–	–
Total dos Estoques	–	**199.533,30**	**194.166,63**

A. O valor das baixas de estoques de serviços em execução reconhecidas como despesa totalizou R$ 8.637.240,68 (2016: R$ 7.292.723,23), classificado como custo dos serviços educacionais prestados. B. O estoque de materiais de consumo, apresentado ao término dos períodos, corresponde ao material didático a ser consumido/utilizado na prestação dos serviços educacionais no período subsequente. As obrigações provindas destas aquisições têm prazo que variam em média de 30 a 120 dias. Diferentemente dos outros exercícios, o pedido do material didático a ser consumido/utilizado na prestação dos serviços educacionais para o ano letivo de 2018 foi efetuado em janeiro, por esse motivo não há saldo em 31/12/2017 nos estoques.

continua→

☆ continuação

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

10. Propriedades para Investimento ao Custo: Veja política contábil na Nota 4.6 e 4.7.

Composição da Educação

Custo:	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 01/01/2016
Propriedades para Investimento:			
Terrenos e Edificações	2.098.874,69	2.033.448,20	1.243.334,03
Investimentos em Curso	24.697,04	–	–
Total	**2.123.571,73**	**2.033.448,20**	**1.243.334,03**
Depreciação e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 31/12/2017**	**Saldo em 31/12/2016**	**Saldo em 01/01/2016**
Propriedades para Investimento:			
Terrenos e Edificações	702.047,35	642.596,52	392.210,59
Investimentos em Curso	–	–	–
Total	**702.047,35**	**642.596,52**	**392.210,59**
Propr. Invest. líq. Educação	**1.421.524,38**	**1.390.851,68**	**851.123,44**

Composição da Assistência Social

Custo:	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 01/01/2016
Propriedades para Investimento:			
Terrenos e Edificações	857.286,85	830.563,34	1.243.334,01
Investimentos em Curso	10.087,53	–	–
Total	**867.374,38**	**830.563,34**	**1.243.334,01**
Depr. e Perdas ao Vlr. recup.:	**Saldo em 31/12/2017**	**Saldo em 31/12/2016**	**Saldo em 01/01/2016**
Propriedades para Investimento:			
Terrenos e Edificações	286.751,74	262.469,00	392.210,58
Investimentos em Curso	–	–	–
Total	**286.751,74**	**262.469,00**	**392.210,58**
Propr. Invest. líq. As. Social	**580.622,64**	**568.094,34**	**851.123,43**

Comp. Total da Entidade	**2017**	**2016**	**Em 1º/01/2016**
Total do Custo			
Propriedades p/Invest. - Educação	2.123.571,73	2.033.448,20	1.243.334,03
Propriedades p/Invest. - Assistência Social	867.374,38	830.563,34	1.243.334,01
	2.990.946,11	**2.864.011,54**	**2.486.668,04**
Total Geral da Depr. Acum.			
Depr. Acum. da Educação	702.047,35	642.596,52	392.210,59
Depr. Acum. da Assist. Social	286.751,74	262.469,00	392.210,58
	988.799,09	**905.065,52**	**784.421,17**
Total Líquido da Entidade			
Propr. p/Invest. - Educação	1.421.524,38	1.390.851,68	851.123,44
Propr. p/Invest. - Assist. social	580.622,64	568.094,34	851.123,43
	2.002.147,02	**1.958.946,02**	**1.702.246,87**

Movimentação das Propriedades para Investimento 2017 (Total da Entidade)

Custo:	Saldo em 31/12/2016	Adições	Doações Recebidas	Alienações e Baixas	Transferências Entre contas	Saldo em 31/12/2017
Terrenos e Edificações	2.864.011,54	4.940,00	–	–	87.210,00	2.956.161,54
Investimento em curso	–	121.994,57	–	–	(87.210,00)	34.784,57
Total	**2.864.011,54**	**126.934,57**	–	–	–	**2.990.946,11**
Depreciação e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 31/12/2016**	**Adições**	**Doações Recebidas**	**Alienações e Baixas**	**Transferências Entre contas**	**Saldo em 31/12/2017**
Terrenos e Edificações	905.065,52	83.733,57	–	–	–	988.799,09
Investimento em curso	–	–	–	–	–	–
Total	**905.065,52**	**83.733,57**	–	–	–	**988.799,09**
Prop. Investimento Líquido	**1.958.946,02**	**43.201,00**	–	–	–	**2.002.147,02**

Movimentação das Propriedades para Investimento 2016 (Total da Entidade)

Custo:	Saldo em 01/01/2016	Adições	Doações Recebidas	Alienações e Baixas	Transferências Imobilizado	Saldo em 31/12/2016
Terrenos e Edificações	2.486.668,04	9.000,00	300.000,00	–	68.343,50	2.864.011,54
Investimento em curso	–	–	–	–	–	–
Total	**2.486.668,04**	**9.000,00**	**300.000,00**	–	**68.343,50**	**2.864.011,54**
Depreciação e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 01/01/2016**	**Adições**	**Doações Recebidas**	**Alienações e Baixas**	**Transferências Imobilizado**	**Saldo em 31/12/2016**
Terrenos e Edificações	784.421,17	103.969,24	–	–	16.675,11	905.065,52
Investimento em curso	–	–	–	–	–	–
Total	**784.421,17**	**103.969,24**	–	–	**16.675,11**	**905.065,52**
Prop. Investimento Líquido	**1.702.246,87**	**(94.969,24)**	**300.000,00**	–	**51.668,39**	**1.958.946,02**

a) Mudanças nas estimativas: O Instituto concluiu que não houve mudanças significativas em 2017 em comparação com as estimativas efetuadas no período de 2016, vide nota 4.7.5. **11. Imobilizado:** Veja política contábil na Nota 4.7.

Composição da Educação

Custo:	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 01/01/2016
Imobilizado:			
Terrenos e Edificações	4.761.708,90	4.456.851,84	3.939.978,05
Instalações	1.186.646,83	1.126.718,32	709.007,86
Máquinas e Equipamentos	891.552,09	625.858,66	536.617,32
Móveis, Utensílios	1.296.792,93	983.535,11	746.297,44
Veículos	240.581,50	240.581,50	199.434,10
Instrumentos Musicais	6.908,09	10.088,09	10.088,09
Imobilizações em curso	24.833,34	168.828,98	295.806,57
Total	**8.409.023,68**	**7.612.462,50**	**6.437.229,43**
Depreciação e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 31/12/2017**	**Saldo em 31/12/2016**	**Saldo em 01/01/2016**
Imobilizado:			
Edificações	1.288.191,62	1.078.670,43	828.195,71
Instalações	452.110,89	377.316,07	283.158,58
Máquinas e Equipamentos	416.467,66	354.207,23	326.873,60
Móveis, Utensílios	561.125,51	481.059,66	402.162,15
Veículos	82.967,31	66.028,85	63.972,94
Instrumentos Musicais	3.384,66	5.792,34	4.914,78
Imobilizações em curso	–	–	–
Total	**2.804.247,65**	**2.363.074,58**	**1.909.277,76**
Imob. Líquido da Educação	**5.604.776,03**	**5.249.387,92**	**4.527.951,67**

Composição da Assistência Social

Custo:	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 01/01/2016
Imobilizado:			
Terrenos e Edificações	1.694.164,53	1.641.518,50	1.800.993,15
Instalações	184.334,71	179.969,06	234.669,22
Máquinas e Equipamentos	112.421,86	98.666,66	145.826,71
Móveis, Utensílios	207.115,87	174.778,29	218.232,89
Veículos	45.626,98	45.626,98	78.667,21
Instrumentos Musicais	–	–	–
Imobilizações em curso	4.550,00	6.252,96	79.851,04
Total	**2.248.213,95**	**2.146.812,45**	**2.558.240,22**
Depreciação e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 31/12/2017**	**Saldo em 31/12/2016**	**Saldo em 01/01/2016**
Imobilizado:			
Edificações	309.183,94	260.226,73	267.885,07
Instalações	54.985,03	44.033,22	70.278,95
Máquinas e Equipamentos	61.340,02	65.973,99	88.310,29
Móveis, Utensílios	82.465,36	73.318,92	98.746,12
Veículos	15.793,02	12.595,12	15.071,96
Instrumentos Musicais	–	–	–
Imobilizações em curso	–	–	–
Total	**523.767,37**	**456.147,98**	**540.292,39**
Imob. Líq. da Assist. Social	**1.724.446,58**	**1.690.664,47**	**2.017.947,83**

Composição Total da Entidade	**2017**	**2016**	**Em 1º/01/2016**
Total do Custo			
Imob. Bruto da Educação	8.409.023,68	7.612.462,50	6.437.229,43
Imob. Bruto da Assist. Social	2.248.213,95	2.146.812,45	2.558.240,22
	10.657.237,63	**9.759.274,95**	**8.995.469,65**
Total Geral da Depr. Acum.			
Depr. Acum. da Educação	2.804.247,65	2.363.074,58	1.909.277,76
Depr. Acum. da Assist. Social	523.767,37	456.147,98	540.292,39
	3.328.015,02	**2.819.222,56**	**2.449.570,15**
Total do Imobilizado Líquido			
Imob. Líquido da Educação	5.604.776,03	5.249.387,92	4.527.951,67
Imob. Líquido da Assist. Social	1.724.446,58	1.690.664,47	2.017.947,83
	7.329.222,61	**6.940.052,39**	**6.545.899,50**

Movimentação do Imobilizado 2017 (Total da Entidade)

Custo:	Saldo em 31/12/2016	Adições	Alienações e Baixas	Transferências Propr. Invest.	Transferências entre contas	Saldo em 31/12/2017
Terrenos e Edificações	6.098.370,34	9.461,68	–	–	348.041,41	6.455.873,43
Instalações	1.306.687,38	47.163,49	(6.694,33)	–	23.825,00	1.370.981,54
Máq. e Equipamentos	724.525,32	242.180,11	(36.234,89)	–	73.503,41	1.003.973,95
Móveis e Utensílios	1.158.313,40	352.791,09	(9.355,68)	–	2.159,99	1.503.908,80
Veículos	286.208,48	–	–	–	–	286.208,48
Instrumentos Musicais	10.088,09	–	(3.180,00)	–	–	6.908,09
Imobilizações em curso	175.081,94	301.831,21	–	–	(447.529,81)	29.383,34
Total	**9.759.274,95**	**953.427,58**	**(55.464,90)**	–	–	**10.657.237,63**
Depreciação e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 31/12/2016**	**Adições**	**Alienações e Baixas**	**Transferências Propr. Invest.**	**Transferências Entre Contas**	**Saldo em 31/12/2017**
Terrenos e Edificações	1.338.897,16	258.478,40	–	–	–	1.597.375,56
Instalações	421.349,29	90.875,50	(5.128,87)	–	–	507.095,92
Máq. e Equipamentos	420.181,22	89.829,59	(32.203,13)	–	–	477.807,68
Móveis e Utensílios	554.378,58	94.514,25	(5.301,96)	–	–	643.590,87
Veículos	78.623,97	20.136,36	–	–	–	98.760,33
Instrumentos Musicais	5.792,34	772,32	(3.180,00)	–	–	3.384,66
Imobilizações em curso	–	–	–	–	–	–
Total	**2.819.222,56**	**554.606,42**	**(45.813,96)**	–	–	**3.328.015,02**
Imobilizado Líquido	**6.940.052,39**	**398.821,16**	**(9.650,94)**	–	–	**7.329.222,61**

Movimentação do Imobilizado 2016 (Total da Entidade)

Custo:	Saldo em 01/01/2016	Adições	Alienações e Baixas	Transferências Propr. Invest.	Transferências Entre Contas	Saldo em 31/12/2016
Terrenos e Edificações	5.740.971,20	37.025,00	(6.000,00)	(20.203,50)	346.577,64	6.098.370,34
Instalações	943.677,08	55.011,33	(31.196,40)	(48.140,00)	387.335,37	1.306.687,38
Máq. e Equipamentos	682.444,03	69.428,13	(103.410,84)	–	76.064,00	724.525,32
Móveis e Utensílios	964.530,33	213.425,93	(23.342,86)	–	3.700,00	1.158.313,40
Veículos	278.101,31	45.603,80	(37.496,63)	–	–	286.208,48
Instrumentos Musicais	10.088,09	–	–	–	–	10.088,09
Imobilizações em curso	375.657,61	613.101,34	–	–	(813.677,01)	175.081,94
Total	**8.995.469,65**	**1.033.595,53**	**(201.446,73)**	**(68.343,50)**	–	**9.759.274,95**
Depreciação e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 01/01/2016**	**Adições**	**Alienações e Baixas**	**Transferências Propr. Invest.**	**Transferências Entre Contas**	**Saldo em 31/12/2016**
Terrenos e Edificações	1.096.080,78	248.772,16	(2.226,90)	(3.728,88)	–	1.338.897,16
Instalações	353.437,53	87.339,82	(6.481,83)	(12.946,23)	–	421.349,29
Máq. e Equipamentos	415.183,89	68.603,22	(63.605,89)	–	–	420.181,22
Móveis e Utensílios	500.908,27	73.684,91	(20.214,60)	–	–	554.378,58
Veículos	79.044,90	21.905,76	(22.326,69)	–	–	78.623,97
Instrumentos Musicais	4.914,78	877,56	–	–	–	5.792,34
Imobilizações em curso	–	–	–	–	–	–
Total	**2.449.570,15**	**501.183,43**	**(114.855,91)**	**(16.675,11)**	–	**2.819.222,56**
Imobilizado Líquido	**6.545.899,50**	**532.412,10**	**(86.590,82)**	**(51.668,39)**	–	**6.940.052,39**

a) Compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos imobilizados: O Instituto possuía em 31/12/2016 passivos relacionados a contrato(s) de construção. Os detalhes referentes aos prazos, taxas, parcelas e vencimentos estão descritos na nota 14. **b) Mudanças nas estimativas:** O Instituto concluiu que não houve mudanças significativas em 2017 em comparação com as estimativas efetuadas no período de 2016, vide nota 4.7.5. **12. Intangível:** Veja política contábil na Nota 4.8.

Composição da Educação

Custo:	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 01/01/2016
Intangível:			
Marcas e Patentes	2.094,50	2.094,50	1.475,00
Softwares	312.274,52	306.242,70	242.464,08
Intangível em Implantação	–	4.416,00	16.754,08
Total	**314.369,02**	**312.753,20**	**260.693,16**
Amortização e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 31/12/2017**	**Saldo em 31/12/2016**	**Saldo em 01/01/2016**
Intangível:			
Marcas e Patentes	474,48	261,77	36,88
Softwares	59.476,27	58.724,07	52.218,20
Intangível em Implantação	–	–	–
Total	**59.950,75**	**58.985,84**	**52.255,08**
Intangível Líquido da Educação	**254.418,27**	**253.767,36**	**208.438,08**

Composição da Assistência Social

Custo:	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 01/01/2016
Intangível:			
Marcas e Patentes	855,50	855,50	1.475,00
Softwares	47.774,58	49.406,17	79.995,24
Intangível em Implantação	–	–	–
Total	**48.630,08**	**50.261,67**	**81.470,24**
Amortização e Perdas ao Valor recuperável:	**Saldo em 31/12/2017**	**Saldo em 31/12/2016**	**Saldo em 01/01/2016**
Intangível:			
Marcas e Patentes	193,80	106,93	36,86
Softwares	9.106,39	10.066,41	10.046,21
Intangível em Implantação	–	–	–
Total	**9.300,19**	**10.173,34**	**10.083,07**
Intang. Líquido da Assist. Social	**39.329,89**	**40.088,33**	**71.387,17**

Composição Total da Entidade	**2017**	**2016**	**Em 1º/01/2016**
Total do Custo			
Intangível Bruto da Educação	314.369,02	312.753,20	260.693,16
Intang. Bruto da Assistência Social	48.630,08	50.261,67	81.470,24
	362.999,10	**363.014,87**	**342.163,40**
Total Geral da Depr. Acumulada			
Amort. Acumulada da Educação	59.950,75	58.985,84	52.255,08
Amort. Acum. da Assist. Social	9.300,19	10.173,34	10.083,07
	69.250,94	**69.159,18**	**62.338,15**
Total do Imobilizado Líquido			
Intangível Líquido da Educação	254.418,27	253.767,36	208.438,08
Intangível Líquido da Assist. Social	39.329,89	40.088,33	71.387,17
	293.748,16	**293.855,69**	**279.825,25**

Movimentação do Intangível 2017 (total da Entidade)

Custo:	Saldo em 31/12/2016	Adições	Alienações e Baixas	Transferências entre contas	Saldo em 31/12/2017
Marcas e Patentes	2.950,00	–	–	–	2.950,00
Softwares	355.648,87	8.197,09	(18.652,33)	14.855,47	360.049,10
Intangível em Implantação	4.416,00	10.439,47	–	(14.855,47)	–
Total	**363.014,87**	**18.636,56**	**(18.652,33)**	–	**362.999,10**
Amort. e Perdas ao Vlr. recup.:	**Saldo em 31/12/2016**	**Adições**	**Alienações e Baixas**	**Transferências entre contas**	**Saldo em 31/12/2017**
Marcas e Patentes	368,70	299,58	–	–	668,28
Softwares	68.790,48	18.142,66	(18.350,48)	–	68.582,66
Intangível em Implantação	–	–	–	–	–
Total	**69.159,18**	**18.442,24**	**(18.350,48)**	–	**69.250,94**
Intan. Líquido	**293.855,69**	**194,32**	**(301,85)**	–	**293.748,16**

Movimentação do Intangível 2016 (Total da Entidade)

Custo:	Saldo em 01/01/2016	Adições	Alienações e Baixas	Transferências entre contas	Saldo em 31/12/2016
Marcas e Patentes	2.950,00	–	–	–	2.950,00
Softwares	322.459,32	17.042,23	(25.007,19)	41.154,51	355.648,87
Intangível em Implantação	16.754,08	28.816,43	–	(41.154,51)	4.416,00
Total	**342.163,40**	**45.858,66**	**(25.007,19)**	–	**363.014,87**
Amort. e Perdas ao Vlr. recup.:	**Saldo em 01/01/2016**	**Adições**	**Alienações e Baixas**	**Transferências entre contas**	**Saldo em 31/12/2016**
Marcas e Patentes	73,74	294,96	–	–	368,70
Softwares	62.264,41	29.656,21	(23.130,14)	–	68.790,48
Intangível em Implantação	–	–	–	–	–
Total	**62.338,15**	**29.951,17**	**(23.130,14)**	–	**69.159,18**
Intang. Líq.	**279.825,25**	**15.907,49**	**(1.877,05)**	–	**293.855,69**

a) Mudanças nas estimativas: O Instituto concluiu que não houve mudanças significativas em 2017 em comparação com as estimativas efetuadas no período de 2016, vide nota 4.8.5.

13. Depreciação e amortização incluídas na demonstração do resultado do período

Composição da Educação	**2017**	**2016**
Depreciação e Amortização:		
Incluídas no custo dos serviços prestados:		
Depreciação - Propried. para Investimento	–	–
Depreciação - Imobilizado	301.781,03	261.200,42
Amortização - Intangível	3.486,77	15.172,55
Total Incluído no custo dos serv. prestados	**305.267,80**	**276.372,97**
Incluídas nas despesas administrativas:		
Depreciação - Propried. para Investimento	59.450,83	73.818,16
Depreciação - Imobilizado	168.194,30	160.561,88
Amortização - Intangível	12.191,44	11.998,99
Total Incluído nas Desp. Administrativas	**239.836,57**	**246.379,03**
Total Depr. e Amortização da Educação	**545.104,37**	**522.752,00**
Composição da Assistência Social	**2017**	**2016**
Depreciação e Amortização:		
Incluídas nas despesas administrativas:		
Depreciação - Propried. para Investimento	24.282,74	30.151,08
Depreciação - Imobilizado	33.018,64	32.731,37
Amortização - Intangível	2.012,71	1.897,39
Total Incluído nas Desp. Administrativas	**59.314,09**	**64.779,84**
Incluídas no Custo do serviço da Assistência Social (recursos próprios):		
Depreciação - Propried. para Investimento	–	–
Depreciação - Imobilizado	51.612,45	46.689,76
Amortização - Intangível	751,32	882,24
Total Incluído na Assist. Social Gratuita	**52.363,77**	**47.572,00**
Total Depr. e Amort. da Assistência Social	**111.677,86**	**112.351,84**
Composição Total da Entidade	**2017**	**2016**
Educação:		
Depreciação - Propried. para Investimento	59.450,83	73.818,16
Depreciação - Imobilizado	469.975,33	421.762,30
Amortização - Intangível	15.678,21	27.171,54
	545.104,37	**522.752,00**
Assistência Social:		
Depreciação - Propried. para Investimento	24.282,74	30.151,08
Depreciação - Imobilizado	84.631,09	79.421,13
Amortização - Intangível	2.764,03	2.779,63
	111.677,86	**112.351,84**
Total		
Depreciação - Propried. para Investimento	83.733,57	103.969,24
Depreciação - Imobilizado	554.606,42	501.183,43
Amortização - Intangível	18.442,24	29.951,17
	656.782,23	**635.103,84**

14. Passivos Financeiros (Contratos de Construção): Veja política contábil na Nota 4.9.

Avaliados ao Custo Amortizado - Composição	**Taxa Efetiva Juros**	**Vencimento**	**2017**	**2016**	**Em 1º/01/2016**
Educação:					
Passivo Circulante					
Contrato de Construção (A)	–	2016	–	–	33.184,18
Contrato de Construção (B)	–	2017	–	7.659,50	–
Total Passivos Financeiros Educação (1)			–	**7.659,50**	**33.184,18**
Assistência Social:					
Passivo Circulante					
Contrato de Construção (A)	–	2016	–	–	5.670,02
Total Passivos Financeiros Assistência Social (2)			–	–	**5.670,02**
Total Geral de Passivos Financeiros (1 + 2)			–	**7.659,50**	**38.854,20**

A. Referem-se a 4 (quatro) contratos de construção para execução de diversos serviços, tais contratos foram devidamente liquidados até a data da autorização para emissão das demonstrações contábeis. B. Refere-se a um contrato de construção de um reservatório de captação de água, tal obrigação foi devidamente liquidada até a data da autorização para emissão das demonstrações contábeis. **15. Benefícios a empregados (Obrigações Trabalhistas):** Veja política contábil na Nota 4.10.

Benefícios a Empregados (obrigações trabalhistas)	**2017**	**2016**	**Em 1º/01/2016**
Educação:			
Benefícios de Curto Prazo:			
Salários/Ordenados e Outros	427.500,87	366.745,73	314.557,19
Obrigações Fiscais	18.330,61	15.717,96	10.104,25
Obrigações Sociais	119.120,94	100.827,04	83.747,55
Outras (Férias Acum. a Pagar)	241.152,80	219.612,03	178.286,78
(–) Antecip. pagas aos Empr.	(118.833,86)	(94.863,41)	(85.383,48)
	687.271,36	**608.039,35**	**501.312,29**
Benefícios de Desligamento:			
Aviso Prévio e Indenizações	10.312,01	–	–
Obrig. Trab. da Educação (1)	**697.583,37**	**608.039,35**	**501.312,29**
Assistência Social:			
Benefícios de Curto Prazo:			
Salários/Ordenados e Outros	22.440,17	18.309,55	23.646,57
Obrigações Fiscais	241,87	506,36	261,07
Obrigações Sociais	8.000,52	6.963,25	8.857,30
Outras (Férias Acum. a Pagar)	31.458,65	23.991,75	30.648,53
(–) Antecip. pagas aos empreg.	(7.830,05)	(8.535,37)	(9.214,68)
	54.311,16	**41.235,54**	**54.198,79**
Benefícios de Desligamento:			
Aviso Prévio e Indenizações	–	–	–
Obrig. Trab. da Assist. Social (2)	**54.311,16**	**41.235,54**	**54.198,79**
Total das Obrig. Trab. (1+ 2)	**751.894,53**	**649.274,89**	**555.511,08**

16. Receitas Diferidas:

Receitas Diferidas	**2017**	**2016**	**Em 1º/01/2016**
Educação:			
Parcelas Rec. Antecip. (A)	1.399.207,55	1.288.716,74	1.229.039,68
Caução de Aluguel (B)	12.458,25	5.521,75	–
Total Educação (1)	**1.411.665,80**	**1.294.238,49**	**1.229.039,68**
Assistência Social:			
Parcelas Rec. Antecip. (A)	–	–	–
Caução de Aluguel (B)	5.088,58	2.255,36	–
Total Assistência Social (2)	**5.088,58**	**2.255,36**	–
Total da Entidade (1 + 2)	**1.416.754,38**	**1.296.493,85**	**1.229.039,68**
Receitas Dif. - Segregação	**2017**	**2016**	**Em 1º/01/2016**
Educação:			
Circulante	1.399.207,55	1.288.716,74	1.229.039,68
Não Circulante	12.458,25	5.521,75	–
Total Educação (1)	**1.411.665,80**	**1.294.238,49**	**1.229.039,68**
Assistência Social:			
Circulante	–	–	–
Não Circulante	5.088,58	2.255,36	–
Total Assistência Social (2)	**5.088,58**	**2.255,36**	–
Total Geral			
Circulante	1.399.207,55	1.288.716,74	1.229.039,68
Não Circulante	17.546,83	7.777,11	–
Total da Entidade (1 + 2)	**1.416.754,38**	**1.296.493,85**	**1.229.039,68**

A. Representam parcelas da anuidade relativas ao período seguinte, efetivamente recebidas por ocasião do registro das matrículas dos alunos efetuadas até a data do balanço. Tais receitas são reconhecidas ao longo do ano letivo em que as aulas são ministradas, conforme detalhado nas políticas contábeis. B. Trata-se de depósito caução recebido na assinatura da renovação dos contratos de aluguéis do Instituto. O referido recurso, que é equivalente ao valor de três locativos mensais, foi depositado em conta poupança e corrigido até a data do balanço. Tal recurso ficará sobre controle do Instituto até quando ocorrer o desfecho dos contratos. No final do contrato, o instituto poderá devolver ao locatário o respectivo valor corrigido pela poupança, ou o locatário poderá utilizar os recursos corrigidos na quitação das últimas parcelas do contrato de aluguel. **17. Passivos Contingentes:** Veja política contábil na Nota 4.11.2. Uma das unidades educacionais do Instituto está se defendendo de uma ação de indenização por danos morais e materiais, trata-se de uma obrigação possível que será confirmada (ou/não) por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (desfecho do caso). A administração do Instituto em conjunto com o advogado de defesa, entende que é possível que uma saída de recursos seja necessária para liquidar essa contingência. Por se tratar de um processo judicial não conseguimos estimar com confiabilidade na data das demonstrações contábeis quando se dará o desfecho deste caso, dependendo logicamente do que for apurado em sede de perícia a ser realizada e do depoimento de testemunhas. Embora nenhum passivo tenha sido reconhecido por não ser provável uma saída de recursos, caso a defesa não venha a ter êxito, estima-se que os gastos relacionados à causa podem totalizar a quantia de R$ 28.600,00 (a título de danos materiais R$ 13.600,00 e danos morais R$ 15.000,00). **18. Patrimônio Social:** Formado por resultados apurados em períodos anteriores, desde sua fundação em 22/08/1962. Os resultados apurados até 31/12/2016, incorporados ao patrimônio social, foram aprovados em Assembleia Geral. Em atendimento ao item 15 da ITG 2002 (R1), o valor do superavit ou deficit apurado no período é incorporado ao patrimônio social por proposta da administração, a qual será apreciada pela Assembleia Geral, após a apresentação das demonstrações contábeis. Cabe ressaltar que o Instituto não apresentou superavit que tenha qualquer restrição. **19. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** Foram deferidos todos os pedidos de renovação do CEBAS do Instituto até 31/12/2015. A partir desta data o Instituto divulga informações a respeito dos pedidos de renovação do CEBAS: **Período da certificação de 01/01/2016 a 31/12/2018:** O Instituto protocolou tempestivamente o pedido de renovação do CEBAS junto ao MEC conforme processo 23000.014149/2015-66 no dia 06/11/2015, este pedido de renovação será avaliado com base nos critérios originais da Lei 12.101/2009, sem levar em consideração as alterações impostas pela Lei 12.868/2013, em conformidade com o artigo 16 da referida lei. Até a data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, o MEC não havia julgado o referido processo, porém, conforme certidão 23000.039641/2017-14, emitida em 05/10/2017, o MEC ratifica que Instituto possui o CEBAS ativo, e que seu processo de renovação está em fase de análise. A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço http://sei.mec.gov.br/sei/controlador externo.php acao documento conferir id orgao acesso externo 0 informando o código verificador 0849115 e o código CRC 68C76FEC, tal lin foi acessado em 16/03/2018. **20. Receitas de Prestação de Serviços Educacionais:** Veja política contábil na Nota 4.13.1. A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas totais de prestação de serviços e a receita contábil apresentada na demonstração do resultado do período:

Comp. das Rec. e Respec. Deduções	**2017**	**2016**
Educação:		
(+) Receita Bruta da Educação		
Receita de Prest. de Serv. Educacionais		
Anuidades dos Alunos Pagantes	14.385.244,73	12.969.167,00
Anuidades Conc. em Bolsas de Estudos	3.815.743,00	3.623.790,78
Total da Receita Bruta da Educação (1)	**18.200.987,73**	**16.592.957,78**
(–) Deduções da Receita Bruta da Educação		
(–) Bolsas Concedidas:		
Alunos Bolsistas CEBAS - integrais 100% - Lei 12.101/2009	(2.424.653,87)	(2.488.030,34)
Alunos Bolsistas CEBAS - parciais 50% - Lei 12.101/2009	(547.809,52)	(502.511,66)
Alunos Bolsistas Devido a Convenções trabalhistas (100%)	(843.279,61)	(633.248,78)
Total das Bolsas de Estudos Conc. (2)	**(3.815.743,00)**	**(3.623.790,78)**
(–) Outras Deduções e Descontos:		
Descontos Concedidos	(1.024.016,73)	(876.650,67)
Devoluções/Cancelamentos	(23.953,25)	(19.177,79)
Total Outras Ded. e Descontos (3)	**(1.047.969,98)**	**(895.828,46)**
Total Deduções da Receita Bruta Educação (2 + 3)	**(4.863.712,98)**	**(4.519.619,24)**
Quadro de Divulg. da Rec. Contábil (líq.)	**2017**	**2016**
Total da Receita Bruta da Educação	18.200.987,73	16.592.957,78
Total das Ded. da Rec. Bruta da Educação	(4.863.712,98)	(4.519.619,24)
Total da Receita Contábil de Prestação de Serviços Educacionais	**13.337.274,75**	**12.073.338,54**

21. Doações
Veja política contábil na Nota 4.13.4.

Receitas com Doações Incondic. da Educação	**2017**	**2016**
Doações Patrimoniais de Pessoas Físicas (A)	–	213.000,00
Doações para Custeio de Pessoas Físicas	45.849,35	30.000,00
Doações para Custeio de Pessoas Jurídicas	113.266,93	55.581,15
Doações para Custeio do Exterior de Pessoas Jurídicas	–	12.543,63
Total Educação (1)	**159.116,28**	**311.124,78**
Rec. com Doações Incondic. da Assist. Social		
Doações Patrimoniais de Pessoas Físicas (A)	–	87.000,00
Doações para Custeio de Pessoas Físicas	21.662,20	–
Doações para Custeio de Pessoas Jurídicas	31.711,72	9.005,00
Doações para Custeio do Exterior de PJ	16.057,20	5.123,46
Total Assistência Social (2)	**69.431,12**	**101.128,46**
Total da Entidade (1 + 2)	**228.547,40**	**412.253,24**

A. Com o propósito de trazer aos usuários a representação confiável dos efeitos das transações, cabe informar que em 16/01/2016, a Sede do Instituto recebeu como doação patrimonial, um imóvel classificado como propriedades para investimento, avaliado ao valor justo de R$ 300.000,00, sendo R$ 213.000,00, alocados ao segmento educacional e R$ 87.000,00, alocados ao segmento da assistência social, para maiores informações vide notas 4.13.4 e 10. **22. Despesas Financeiras:** Veja política contábil na Nota 4.17.

Despesas Financeiras	**2017**	**2016**
Educação:		
Juros bancários e juros sobre dívidas diversas	2.834,54	3.948,92
Imposto S/Operações Financeiras - IOF	–	88,82
Perda Cambial S/Ativos Monetários	–	251,78
Total das despesas de juros	**2.834,54**	**4.289,52**
Perda por redução ao valor recup. em recebs.	237.161,97	265.458,47
(–) Reversão das perdas em recebíveis	(109.396,72)	(89.049,86)
Total Educação (1)	**130.599,79**	**180.698,13**
Assistência Social:		
Juros bancários e juros sobre dívidas diversas	391,28	285,27
Imposto S/Operações Financeiras - IOF	–	–
Perda Cambial S/Ativos Monetários	–	102,84
Total das despesas de juros	**391,28**	**388,11**
Perda por redução ao valor recup. em recebs.	–	–
(–) Reversão das perdas em recebíveis	–	–
Total Assistência Social (2)	**391,28**	**388,11**
Total da Entidade (1 + 2)	**130.991,07**	**181.086,24**

23. Receitas Financeiras: Veja política contábil na Nota 4.13.5.

Receitas Financeiras	**2017**	**2016**
Educação:		
a) Receitas Financeiras s/Equiv. de caixa		
Avaliados pelo custo amortizado:		
Juros de aplicação de liquidez imediata	1.011,50	1.868,42
Juros de Caderneta de poupança	3.810,94	17.951,55
	4.822,44	**19.819,97**
b) Receitas Financeiras s/Ativos Financ.		
Avaliados pelo custo amortizado:		
Fundos de Investimento de Renda Fixa	–	4.333,42
Certificado de Depósito Bancário - CDB	880.655,13	1.114.941,91
(–) IRRF s/Aplicações Renda Fixa - CDB	(36.707,53)	–
	843.947,60	**1.119.275,33**
c) Receitas Financeiras s/Rec. e outras		
Avaliados pelo custo amortizado:		
Juros s/recebíveis recoh. no período	64.282,26	98.861,20
Outras	242,47	245,47
	64.524,73	**99.106,67**
Total da Receita Financ. da Educação (1)	**913.294,77**	**1.238.201,97**
Receitas Financeiras	**2017**	**2016**
Assistência Social:		
a) Receitas Financeiras s/Equiv. de caixa		
Avaliados pelo custo amortizado:		
Juros de aplicação de liquidez imediata	–	5,44
Juros de Caderneta de poupança	5,45	–
	5,45	**5,44**
b) Receitas Financeiras s/Ativos Financ.		
Avaliados pelo custo amortizado:		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	95.814,72	110.996,08
(–) IRRF s/Aplicações Renda Fixa - CDB	(14.993,23)	–
	80.821,49	**110.996,08**
c) Receitas Financeiras s/Receb. e outras		
Avaliados pelo custo amortizado:		
Ganho Cambial Líquido s/Ativo Monetário	152,42	–
Outras	98,92	98,88
	251,34	**98,88**
Total da Rec. Financ. da Assist. Social (2)	**81.078,28**	**111.100,40**
Total da Entidade (1 + 2)	**994.373,05**	**1.349.302,37**

24. Isenção usufruída: Veja política contábil na Nota 4.12.

Total das Isenções Usufruídas	**2017**	**2016**
Tributos Isentos sobre Folha		
INSS Patronal - Autônomos	24.342,96	16.223,73
INSS Patronal (20%)	1.585.917,37	1.327.586,37
RAT (1 e 2%)	81.231,53	67.948,40
INSS Terceiros (4,5 e 5,8%)	359.346,48	300.746,42
Total da Isenção Usufruída	**2.050.838,34**	**1.712.504,92**

25. Gratuidades: Veja política contábil nas Notas 4.14, 4.15 e 4.16. Nesta seção são apresentados os dados em relação à gratuidade praticada pelo Instituto e demais informações relacionadas ao valor total da gratuidade concedida através de bolsas de estudos (CEBAS e Funcionais), do programa de apoio ao aluno bolsista e dos programas sociais desenvolvidos pela entidade. Em atendimento ao disposto pela ITG 2002(R1) são apresentados também os dados quantitativos em relação à cada tipo de gratuidade concedida pela entidade. **25.1 Valor das Gratuidades Concedidas conforme Lei 12.101/2009:** As gratuidades são registradas de acordo com a ITG 2002 (R1), sendo divulgadas a seguir informações detalhadas sobre os tipos, valores e as bases de mensuração das gratuidades concedidas.

	2017	**2016**
Assistência Educacional - Valor Praticado:		
Educação Básica		
Alunos bolsistas CEBAS - integrais 100%	2.424.653,87	2.488.030,34
Alunos bolsistas CEBAS - parciais 50%	547.809,52	502.511,66
Total das Bolsas de Estudos CEBAS - Lei 12.101/2009 (1)	**2.972.463,39**	**2.990.542,00**
Assistência Educacional - Custo:		
Educação Básica		
Programa de Apoio aos alunos bolsistas	8.497,16	5.426,27
Total do Custo com programa de Apoio ao Aluno Bolsista (2)	**8.497,16**	**5.426,27**
Assistência Social - Custo como Valor Praticado:		
Proteção Social Básica		
Custo dos serviços da Assist. Social		
Gratuita - Recursos Próprios	534.091,78	479.543,78
Total Assist. Social - Rec. Próprios (3)	**534.091,78**	**479.543,78**
Total da Grat. Prat. pela Entid. (1 + 2 + 3)	**3.515.052,33**	**3.475.512,05**

25.2 Dados quantitativos em relação s gratuidades concedidas: Em atendimento ao disposto na letra "M" do item 27 da ITG 2002 (R1), devem ser apresentados em relação às gratuidades, os dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos. **25.2.1 Dados Quantitativos em relação s Bolsas de Estudos CEBAS concedidas:** demonstrada a seguir a quantidade total das bolsas de estudos CEBAS concedidas, em conformidade com a Lei 12.101/2009 e respectivos valores, referentes aos atendimentos realizados ao longo dos anos letivos apresentados.

Período de 2017 - Educação Básica

	Gratuidades Escolares - Bolsas de Estudos CEBAS					
	Bolsas 100		Bolsas 50		Total	
Unidade Escolar	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**
Colégio Santa Lúcia Filippini	115	1.394.298,78	77	471.133,78	192	1.865.432,56
E.E.B. Santa Lúcia Filippini	51	376.228,63	2	6.160,88	53	382.389,51
C.N.S. da Divina Providência	65	654.126,46	14	70.514,86	79	724.641,32
Total Bolsas CEBAS	**231**	**2.424.653,87**	**93**	**547.809,52**	**324**	**2.972.463,39**

Período de 2016 - Educação Básica

	Gratuidades Escolares - Bolsas de Estudos CEBAS					
	Bolsas 100		Bolsas 50		Total	
Unidade Escolar	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**
Colégio Santa Lúcia Filippini	116	1.361.516,34	71	403.078,04	187	1.764.594,38
E.E.B. Santa Lúcia Filippini	74	497.465,58	0	–	74	497.465,58
C.N.S. da Divina Providência	70	629.048,42	22	99.433,62	92	728.482,04
Total Bolsas CEBAS	**260**	**2.488.030,34**	**93**	**502.511,66**	**353**	**2.990.542,00**

25.2.2 Dados Quantitativos em relação s Bolsas de Estudos Funcionais e Total Geral: demonstrada a seguir a quantidade total das bolsas de estudos CEBAS concedidas divulgadas conforme nota 25.2.1, acrescida das bolsas funcionais e respectivos valores, referentes aos atendimentos realizados ao longo dos anos letivos apresentados. Na última coluna é demonstrado, coforme determinação da ITG 2002 (R1), o total geral das bolsas de estudos concedidas pelo Instituto ao longo dos anos letivos apresentados.

Período de 2017 - Educação Básica

	Gratuidades Escolares - Total de Bolsas Concedidas					
	Bolsas Cebas		Bolsas Funcionais 100		Total de Bolsas Concedidas	
Unidade Escolar	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**
Colégio Santa Lúcia Filippini	192	1.865.432,56	52	573.883,28	244	2.439.315,84
E.E.B. Santa Lúcia Filippini	53	382.389,51	12	85.197,64	65	467.587,15
C.N.S. da Divina Providência	79	724.641,32	18	184.198,69	97	908.840,01
Total	**324**	**2.972.463,39**	**82**	**843.279,61**	**406**	**3.815.743,00**

Período de 2016 - Educação Básica

	Gratuidades Escolares - Total de Bolsas Concedidas					
	Bolsas CEBAS		Bolsas Funcionais 100		Total de Bolsas Concedidas	
Unidade Escolar	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**
Colégio Santa Lúcia Filippini	187	1.764.594,38	40	432.671,02	227	2.197.265,40
E.E.B. Santa Lúcia Filippini	74	497.465,58	6	46.123,46	80	543.589,04
C.N.S. da Divina Providência	92	728.482,04	17	154.454,30	109	882.936,34
Total	**353**	**2.990.542,00**	**63**	**633.248,78**	**416**	**3.623.790,78**

25.2.3 Dados Quantitativos em relação ao Programa de Apoio aos Alunos Bolsistas: Período de 2017 - Educação Básica:

	Programa de Apoio ao Aluno Bolsista - Material		
Unidade Escolar	**Quantidade**	**Custo Unitário Mensal (Médio)**	**Custo Total**
Colégio Santa Lúcia Filippini	0	–	–
E.E.B. Santa Lúcia Filippini	1	128,50	1.542,00
C.N.S. da Divina Providência	10	57,96	6.955,16
Total	**11**	–	**8.497,16**

Período de 2016 - Educação Básica

	Programa de Apoio ao Aluno Bolsista - Material		
Unidade Escolar	**Quantidade**	**Custo Unitário Mensal (Médio)**	**Custo Total**
Colégio Santa Lúcia Filippini	0	–	–
E.E.B. Santa Lúcia Filippini	0	–	–
C.N.S. da Divina Providência	10	45,22	5.426,27
Total	**10**	–	**5.426,27**

25.2.4 Dados Quantitativos em relação Assistência Social Praticada
Período de 2017 - Proteção Social Básica

	Recursos Próprios		
Assistência Social - Projetos/Programas:	**Nº de Beneficiários**	**Custo unitário mensal**	**Custo total**
Alegria de Conviver	273	46,55	152.486,56
Lucianas	74	429,74	381.605,22
Total	**347**	–	**534.091,78**

Período de 2016 - Proteção Social Básica

	Recursos Próprios		
Assistência Social - Projetos/Programas:	**Nº de Beneficiários**	**Custo unitário mensal**	**Custo total**
Alegria de Conviver	260	52,44	163.611,01
Lucianas	81	325,03	315.932,77
Total	**341**	–	**479.543,78**

25.2.5 Mapa de Atendimento 5 1: Nesta seção é demonstrado o mapa de atendimento que evidencia a concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes, tendo como base os alunos bolsistas matriculados ao término do ano letivo, conforme exigência do artigo 13 da Lei 12.101/2009. O MEC, emitiu a portaria 15 em 11/08/2017, a qual dispõe sobre o processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social. A referida portaria determinou vários procedimentos que a entidade deverá cumprir no momento de pleitear o **CEBAS-Educação,** dentre eles, ressaltamos o atendimento ao Anexo VIII-A, o qual dispõe sobre a fórmula de cálculo para o atendimento da proporção mínima de bolsas de estudos na educação básica, composta pela seguinte equação: N 6.Io + 7.Id + 8.It + 2,5.P + 5.Bc. • "N" corresponde ao número de alunos pagantes, calculado pelo total de alunos matriculados, excluindo-se os bolsistas integrais que recebam bolsa integral, mas que não atendam a Lei nº 12.101/2009. • "Io" equivale ao número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei 12.101/2009, que não possuem deficiência declarada e que não estão matriculados em tempo integral. • "Id" Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei 12.101/2009, e que tenham deficiência declarada no Censo da Educação. • "It" Número de alunos com bolsa integral, que estejam de acordo com a Lei 12.101/2009, e matriculado na educação básica em tempo integral. • "P" equivale ao número de alunos com bolsa parcial de 50% e que estejam de acordo com a Lei 12.101/2009. • "Bc" equivale às bolsas integrais equivalentes a benefícios, calculado segundo fórmula auxiliar. Para verificarmos o atendimento da quantidade mínima atendida, temos que converter os benefícios complementares concedidos, através do programa de apoio aos alunos bolsistas, em bolsas de estudos integrais baseado na seguinte fórmula: Bc Vac Vr. • "Vac" corresponde aos custos realizados pela entidade com programa de apoio ao aluno bolsista. • "Vr" corresponde ao valor de referência que é calculado dividindo-se o total da receita bruta anual "M" pela quantidade de alunos matriculados "A" conforme demonstrado a seguir:

Conversão dos Benefícios em bolsas integrais - anexo I da Portaria 15/2017 do MEC:

Cálculo do Valor Referencial	**2017**	**2016**
Receita Bruta da Educação "M"	18.200.987,73	16.592.957,78
Total de alunos matriculados "A"	1.642	1.604
Valor referencial Vr	**11.084,65**	**10.344,74**
Conversão dos Benefícios em Bolsas Integrais	**2017**	**2016**
Custo anual programa de Apoio "Vac"	8.497,16	5.426,27
Valor de Referência "Vr"	11.084,65	10.344,74
Quantidade benefícios convertidos em bolsas Integrais	–	–

Antes do atendimento da proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, a entidade, conforme definido no disposto no Inciso I do parágrafo 1º é obrigada a conceder, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, sendo assim, apresentamos o cálculo do atendimento da referida proporção.

Nível de Ensino - Educação Básica	**2017**	**2016**
Mapa do atendimento dos 9 1		
Quantidade total de alunos matriculados	1.642	1.604
(–) Bolsas concedidas fora do critério da Lei 12.101/2009:		
Convenção Professores e auxiliares (100%)	(82)	(63)
Desc. Promocional e/ou Comercial (100%)	(5)	(5)
(=) Total de alunos pagantes (1)	**1.555**	**1.536**
Atendimento da proporção 9 1 Conforme portaria 15	**2017**	**2016**
Total de alunos pagantes (1) Dividido por 10	156	154
Total de bolsas Integrais (2)	231	260
Atendimento da proporção 9 1 (2 = 1)	**Sim**	**Sim**

Depois de atendido a proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, apresentamos a seguir o cálculo para atendimento da proporção 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes conforme determinado no anexo VIII-A da portaria 15 do MEC. O referido cálculo foi efetuado com base na calculadora do MEC, disponibilizada no endereço http://cebas.mec.gov.br/component/content/article id 11:calculo-de-gratuidade acessada em 16/03/2018.

Nível de Ensino - Educação Básica	**2017**	**2016**
Cálculo da quantidade dos alunos pagantes:		
Quantidade total de alunos matriculados	1.642	1.604
(–) Bolsas concedidas fora do critério da Lei 12.101/2009:		
Convenção Professores e auxiliares (100%)	(82)	(63)
Desc. Promocional e/ou Comercial (100%)	(5)	(5)
(=) Total de alunos pagantes (1)	**1.555**	**1.536**
Cálculo para o confronto com os alunos pagantes - Portaria 15		
"Io" Quantidade bolsas Integrais CEBAS 100%	231	260
Multiplicado por 6	**1.386**	**1.560**
"P" Quantidade bolsas parciais CEBAS 50%	93	93
Multiplicado por 2,5	**233**	**233**
"Bc" Quantidade Benefícios Convertidos em bolsas	–	–
Multiplicado por 5	–	–
(=) Total para confrontação com os alunos pagantes (2)	**1.619**	**1.793**

Atendimento da proporção 5 1 Conforme portaria 15	**2017**	**2016**
Total de alunos pagantes (1)	1.555	1.536
Total para confronto com os alunos pagantes (2)	1.619	1.793
Atendimento da proporção 5 1 (1 = 2)	**Sim**	**Sim**
Quantidade de bolsas excedentes	**2017**	**2016**
(+) Total para confrontação com os alunos pagantes (2)	1.619	1.793
(–) Total de alunos pagantes (1)	1.555	1.536
( ) Diferença	64	257
Bolsas Integrais Excedentes (diferença dividido por 6)	**11**	**43**

26. Informações por Segmento (rea de Atuação): A administração do Instituto, em atendimento ao disposto no artigo 33 da Lei 12.101/2009, apresentou o balanço patrimonial e a demonstração do resultado de forma segregada, a fim de evidenciar o patrimônio, as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada. Essa seção consiste apenas em detalhar a política contábil utilizada como base para a apresentação das demonstrações contábeis do Instituto. **26.1 Divulgações Requeridas:** O Instituto adotou a NBC TG 22 (R2) do CFC, que trata especificamente de informações por segmento, para apresentar as demonstrações contábeis por área de atuação, conforme descrito a seguir: Segmento Educacional: a área do Instituto que desenvolve atividade educacional. Os valores divulgados deste segmento compreendem o patrimônio, receita, custos e despesas da área educacional, provenientes da prestação de serviços educacionais da educação básica (da educação infantil ao ensino médio). Segmento da Assistência Social: a área do Instituto que presta serviços gratuitamente em prol dos usuários da assistência social definidos na legislação. Os valores deste segmento compreendem o patrimônio, receita, custos e despesas provenientes da atividade social. A assistência social é praticada através dos programas sociais da entidade, conforme mencionado na nota 4.16. A assistência social é gratuita, não sendo cobrado qualquer valor dos beneficiários dos programas sociais. **26.2 Alocação da Sede do Instituto em cada segmento divulgável:** Conforme permitido pelo item 8 da NBC TG 22 (R2), o Instituto pode elaborar relatórios em que suas atividades sejam apresentadas de vários modos. Se o principal gestor de operações utilizar mais de um conjunto de informações por segmento, outros fatores podem identificar um único conjunto de componentes como parte de segmentos operacionais da entidade, como a natureza das atividades de cada componente e a existência de gestores responsáveis por essas atividades. Baseado no exposto no parágrafo anterior, a administração do Instituto entende que sua sede dá suporte administrativo aos dois segmentos em que a entidade atua e leva em consideração os valores apresentados na Sede no momento de avaliar os segmentos. Desta forma, conforme permitido pelo item 8 da NBC TG 22 (R2), a administração julgou necessário a alocação do patrimônio, receitas e despesas de sua sede em cada segmento, baseado na quantidade de associadas que atua em cada área, por fornecer informação mais relevante aos usuários das demonstrações contábeis. A administração entende que esta alocação foi efetuada em base razoável conforme previsto no item 25 da referida norma. A administração monitora separadamente os resultados operacionais de cada área, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho (não apenas sob a ótica econômica, mas também sob a ótica social). **26.3 Transações Intersegmentos:** As transferências de recursos intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação dos segmentos. Cabe ressaltar que as transferências entre segmentos são gratuitas e tem a finalidade de atender as necessidades de caixa, não havendo venda de serviços ou produtos entre os segmentos. Note-se que a assistência social é financiada em grande parte pelo segmento educacional, uma vez que a entidade não cobra contraprestação alguma de seu beneficiário em relação à assistência social praticada. **26.4 Base de Mensuração:** Os montantes apresentados em cada segmento estão baseados nas informações utilizadas para elaborar as demonstrações contábeis da entidade, ou seja, estão em conformidade com as políticas contábeis utilizadas pelo Instituto e apresentadas pelo regime de competência. **27. Seguros:** Como medida preventiva a Instituição, em função de análises administrativas de risco, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e direitos sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. **27.1 Seguro Educacional Financeiro:** O Instituto, por ter sua atividade preponderante na educação, contrata seguro educacional para todos os seus alunos matriculados. Em caso de falecimento do responsável financeiro, o aluno poderá contar com o pagamento integral das anuidades escolares, desde a data do sinistro até a conclusão do ensino médio, sempre respeitando o limite da reserva educacional. Quando o responsável financeiro for profissional liberal ou autônomo, em caso de interrupção das atividades remuneradas em decorrência de acidente ou doença, o seguro garante o pagamento da parcela mensal escolar vigente na data do evento por 4 (quatro) meses consecutivos, desde que comprove o afastamento médico. Quando o responsável financeiro for assalariado e em caso de interrupção das atividades remuneradas (exceto nos casos de demissão voluntária ou justa causa), o seguro garante o pagamento da parcela mensal escolar vigente na data do evento por 4 (quatro) meses consecutivos. **27.2 Seguro Educacional de Acidentes Pessoais:** A entidade possui também seguro de acidentes pessoais que possam ocorrer com o educando nas dependências das unidades educacionais, podendo contar com a garantia de reembolso das despesas médico-hospitalares e/ou odontológicas ocasionadas por acidente, limitado a R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Em caso de invalidez permanente, parcial ou total por acidente do educando, o responsável legal terá direito a indenização no valor R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Em caso de falecimento do educando em decorrência de acidente, o responsável legal terá direito a indenização no valor R$ 15.000,00 (quinze mil reais), caso o aluno tenha idade igual ou inferior a 14 anos esta garantia será de reembolso das despesas com funeral limitado a R$ 15.000,00 (quinze mil reais). **27.3 Seguro dos empregados (vida em grupo e acidentes pessoais):** Vide política contábil na Nota 4.10. O Instituto contrata seguro de vida em grupo para todos seus empregados, em caso de falecimento por Morte Natural e Morte Acidental, a seguradora garante o pagamento de indenização no valor de 24 salários nominais limitado a R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), pagos diretamente aos herdeiros legais. Em caso de falecimento a seguradora garante adicionalmente o reembolso das despesas com funeral limitado a R$ 3.000,00 (três mil reais). Será indenizado a título de auxilio alimentação o valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), pago de uma só vez. A entidade possui também seguro de acidentes pessoais que possam ocorrer com o empregado nas dependências da entidade, podendo contar com a garantia de reembolso das despesas médicas e hospitalares ocasionadas por acidente, limitado a R$ 2.000,00 (dois mil reais). **27.4 Outros Seguros:** O Instituto dispõe ainda das seguintes modalidades de seguros: a) Seguro Empresarial: Cobertura contra os riscos de incêndio, queda de raio, explosão do prédio, explosão do conteúdo, danos elétricos, recomposição de registros e documentos, equipamentos eletrônicos, resultados cessantes decorrente de incêndio, raio ou explosão, queda de aeronave, responsabilidade civil de estabelecimento de ensino, roubo ou furto qualificado de bens e valores, tumultos, greves, vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo, b) Seguro Auto: Cobertura contra os riscos de colisão, incêndio, roubo e furto, assegurado pelo valor da tabela FIPE, em algumas apólices é contratado cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa Veicular-RCFV (danos materiais e corporais) e cobertura de Acidentes Pessoais por Passageiro-APP nos casos de morte, invalidez ou como reembolso de despesas médico-hospitalares.

Maria elena de Carvalho - Presidente - CPF: 673.544.598-87 **Brígida Schwmbach** - Tesoureira - CPF 076.353.968-62

André Fabri - TC - CRC 1SP 217.692/O-0 - CPF 268.837.988-70

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Ilmos. Srs. Diretores da **Instituto de Educação e Assistência Lúcia Filippini** - *São Paulo - SP.* **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto de Educação e Assistência Lúcia Filippini** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Educação e Assistência Lúcia Filippini,** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar ao conjunto completo das demonstrações contábeis para pequenas e médias empresas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, sendo consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16 de março de 2018. **Fabbri Cia. S/S Auditores Independentes** . **Regiane ida Pecoriello Fabbri -** CRC 2 SP 17245/O-0 - Contadora CRC 1 SP 193797/O-0.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1056145-97.2016.8.26.0002Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1056145-97.2016.8.26.0002. O Dr. Eurico Leonel Peixoto Filho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber à SÉRGIO LUIZ COSTA GUARITA (RG n.° 9.228.224 SSP/SP e CPF/MF n.° 088.425.218-3) que CONDOMÍNIO VILA DO OUTEIRO lhe ajuizou uma AÇÃO DE COBRANÇA DE ENCARGOS CONDOMINIAIS SOB O PROCEDIMENTO COMUM, para receber a quantia de R$ 14.755,06, além das despesas que se vencerem no curso da presente ação, referente ao não pagamento das despesas condominiais da unidade autônoma 07 da quadra G, localizada no Condomínio autor. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a fluir os 20 dias supra, conteste o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de abril de 2018. 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Processo Digital nº: 1000241-68.2016.8.26.0010 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel Exeqüente: Ricardo Valery Sanzi e outros Executado: Thelachoco Cbc Comércio de Chocolates Eireli-epp e outros EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000241-68.2016.8.26.0010 O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a FÁBIO AUGUSTO CANHADAS DE ANDRADE, Brasileiro, Casado, Representante Comercial, RG 30.209.060-7, CPF 280.228.988-80, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Ricardo Valery Sanzi e outros, objetivando a receber a quantia de R$ 19.585,76 (Dezenove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos). Estando o executado em local ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital (NCPC, artigo 257, inciso III), para no prazo de até 03 (três) dias, pagar a dívida de R$ 19.585,76 (com os acréscimos legais), custas e despesas processuais, além da verba honorária de 10% que será reduzida pela metade em caso de pagamento integral do débito (item "2" de fls. 23); fica ainda o executado CIENTIFICADO acerca do prazo de 15 (quinze) dias para oferecer embargos à execução; CIENTIFICADO de que nesse prazo de 15 (quinze) dias poderá reconhecer o débito exequendo e depositar 30% do valor acrescido de custas e honorários advocatícios, ficando-lhe facultado pagar o restante em 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e juros; e INTIMADO acerca do arresto efetuado e de sua nomeação como depositário da parte ideal do imóvel matrícula nº 166.906 e acerca da penhora efetuada da parte ideal da executada PATRICIA e de sua nomeação como depositária da parte ideal do imóvel objeto da matrícula nº 166.906. INTIMADO, ainda, acerca do bloqueio de R$ 590,90 efetuado (sistema Bacenjud) e do prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar acerca desse bloqueio. Os prazos acima mencionados fluirão após o prazo deste edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de abril de 2018. Eu, Gustavo Martim Moreno, Escrevente Técnico Judiciário, digitei. Eu, Juliana Tande Higa, Escrivã Judicial I, conferi. 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO Processo nº: 0050387-30.2011.8.26.0100 Classe – Assunto: Usucapião - Usucapião Extraordinária Requerente: Nilton Mendes de Alencar EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0050387-30.2011.8.26.0100 (USUC 1137) O(A) Doutor(a) Rodrigo Ramos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) Herdeiros de Raphael (ou Rafael) Parisi e Thealia Trevisoli Parisi, a saber: Roberto Luiz Antônio Parisi, Luciana de Siqueira Parisi, Patrícia de Siqueira Parisi, Bruno Paulo Raul Parisi; João Nino Bianco, Ernestina Gonçalves Bianco, José Prisco Bianco, Lidia Matteo Bianco, Espólio de Raphael Bianco, por seu inventariante José Alberto Bianco; réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Nilton Mendes de Alencar, ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Alberto Giacometti, nº13 - Jardim Alviverde 32º Subdistrito Capela do Socorro - São Paulo SP, com área de 250,00 m², contribuinte nº 264.015.0013-1, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 11 de abril de 2018. 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1002417-72.2016.8.26.0704 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Obrigações Exeqüente: Condominio Edifício Bothanica Vila Sonia Executado: Julio César Costa de Carvalho e outro EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002417-72.2016.8.26.0704 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JULIO CÉSAR COSTA DE CARVALHO, RG 17.482.974-2, CPF 144.038.818-07, e a CRISTIANE BRAGANÇA DE CARVALHO, RG 25.271.494-5, CPF 176.987.508-50, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condominio Edifício Bothanica Vila Sonia, alegando em síntese: objetivando a quantia de R$ 2.053,73, referente ao não pagamento das despesas condominiais. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou, em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de abril de 2018. 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1028611-18.2015.8.26.0002 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel Exeqüente: Food Terminal Administração e Participação Ltda. Executado: Lucas Ferreira Rataiczyk EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1028611-18.2015.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Raphael Nardy Lencioni Valdez, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUCAS FERREIRA RATAICZYK, CPF 428.241.618-17, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Food Terminal Administração e Participação Ltda., objetivando a quantia de R$ 22.265,33 (em 25/05/2015), referente ao Instrumento Particular de Contrato de Locação, celebrado em 01/02/2013 (quiosque Q-238, localizado no Shopping Center Fiesta, nesta Capital). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de abril de 2018. 25 e 26/04

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Físico nº: 0611786-14.2008.8.26.0001 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Duplicata Exeqüente: Gráfica e Editora Grafnorte Ltda. - ME Executado: Perc Engenharia Ltda. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0611786-14.2008.8.26.0001 A MM. Juíza de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Drª. Simone de Figueiredo Rocha Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a PERC ENGENHARIA LTDA., CNPJ 54.366.752/0001-08, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Gráfica e Editora Grafnorte Ltda. - ME, objetivando o pagamento da quantia de R$ 530,80 (setembro/2008), devidamente atualizada, referente ao não pagamento da duplicata de venda mercantil por indicação nº 896, nota fiscal de origem nº 896, vencimento 30/05/2008, no valor de R$ 405,00, bem como o pagamento de custas e despesas processuais. Encontrando-se o réu em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, pague o débito atualizado até o efetivo pagamento, acrescido de juros e demais cominações contratuais, quando então a verba honoraria poderá ser reduzida pela metade, ou em 15 dias embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30 % do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2018. 25 e 26/04

Instituto InterCement
Pelo desenvolvimento comunitário

INSTITUTO INTERCEMENT

CNPJ nº 23.781.046/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Sócios: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 20 de abril de 2018

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 Dezembro de 2017 (Valores expressos em reais - R$)

Ativo	**2017**	**2016**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.764.904	4.759.123
Outros créditos	8.248	27.289
Total do ativo circulante	4.773.152	4.786.412
Não Circulante		
Títulos e valores mobiliários	51.784	–
Outros créditos	276.813	–
Imobilizado	9.629	15.000
Intangível	1.075	1.121
Total do ativo não circulante	339.302	16.121
Total do Ativo	5.112.454	4.802.533

Passivo e Patrimônio Social	**2017**	**2016**
Circulante		
Fornecedores e contas a pagar	20.863	639.325
Salários e férias a pagar	151.495	178.401
Impostos e contribuições a recolher	21.388	32.556
Recursos antecipados	150.000	1.007.223
Total do passivo circulante	343.745	1.857.506
Patrimônio Social		
Patrimônio social	4.768.709	2.945.027
	4.768.709	2.945.027
Total do Passivo e Patrimônio Social	5.112.454	4.802.533

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em reais - R$)

	Patrimônio social	**Superavit acumulado**	**Total**
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	–	–	–
Constituição do patrimônio líquido com bens recebidos em doação	24.183	–	24.183
Superavit do exercício	–	2.920.844	2.920.844
Transferência de superavit do exercício	2.920.844	(2.920.844)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	2.945.027	–	2.945.027
Superavit do exercício	–	1.823.681	1.823.681
Transferência de superávit do exercício	1.823.681	(1.823.681)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	4.768.709	–	4.768.709

A DIRETORIA

CONTADOR: NELSON NÓBREGA DA COSTA - CRC 1SP 202165/O-9

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT
Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em reais - R$)

	2017	**2016**
Receita Bruta		
Doações e contribuições	8.026.712	9.035.524
Despesas Operacionais		
Doações em dinheiro e/ou bens materiais	(2.745.246)	(2.561.086)
Doações em apoio técnico e/ou serviços	(2.308.427)	(1.087.287)
Administrativas	(1.644.398)	(3.054.179)
Total das despesas	(6.698.071)	(6.702.552)
Superavit Antes do Resultado Financeiro	1.328.641	2.332.972
Resultado Financeiro		
Receitas	496.120	588.270
Despesas	(1.080)	(398)
	495.040	587.872
Superavit do Exercício	1.823.681	2.920.844

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em reais - R$)

	2017	**2016**
Superavit do Exercício	1.823.681	2.920.844
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	1.823.681	2.920.844

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 (Valores expressos em reais - R$)

	2017	**2016**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superavit do exercício	1.823.681	2.920.844
Ajustes para reconciliar o superávit do período:		
Depreciação e amortização	5.416	5.087
Juros e variações monetárias provisionados	(1.344)	–
Baixa de bens do ativo imobilizado	–	2.975
Variação nos ativos operacionais:		
Outros créditos	(255.275)	(27.289)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores e contas a pagar	(468.463)	639.325
Salários e encargos a pagar	(26.907)	178.401
Impostos e contribuições a recolher	(13.664)	32.556
Recursos antecipados	(1.007.223)	1.007.223
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	56.221	4.759.123
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Títulos e valores mobiliários	(50.440)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(50.440)	–
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício	5.780	4.759.123
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Exercício	4.759.123	–
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	4.764.904	4.759.123

"As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, estão à disposição dos sócios na sede do Instituto"

w w w . i n s t i t u t e . i n t e r c e m e n t . c o m

CCR

Companhia de Participações Aeroportuárias

CNPJ 09.352.896/0001-42

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. São Paulo, 26 de abril de 2018. A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	13	603
Aplicações financeiras	6	1.266	-
Impostos a recuperar		782	887
Dividendos a receber		-	2.494
Despesas antecipadas e outros		-	3
Total do ativo circulante		2.061	3.987
Não Circulante			
Impostos diferidos	7b	183	-
Investimentos	9 a.2	75.973	79.227
Total do ativo não circulante		76.156	79.227
Total do ativo		78.217	83.214

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		5	2
Imposto de renda e contribuição social		-	2.166
Outros impostos a recolher		57	35
Mútuos - partes relacionadas	8	1.263	1.134
Total do passivo circulante		1.325	3.337
Não Circulante			
Mútuos - partes relacionadas	8	2.216	2.035
Impostos e contribuições a recolher		140	107
Total do passivo não circulante		2.356	2.142
Patrimônio Líquido			
Capital social	10a	62.501	62.501
Ajuste de avaliação patrimonial	10b	15.764	16.464
Reserva de capital		5.358	5.358
Prejuízos acumulados		(9.087)	(6.588)
Total do patrimônio líquido		74.536	77.735
Total do passivo e patrimônio líquido		78.217	83.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(62)	(74)
		(62)	(74)
Resultado de equivalência patrimonial	9 a.1	(2.596)	5.872
Outros resultados operacionais		(52)	(37)
Resultado antes do resultado financeiro		(2.710)	5.761
Resultado financeiro	11	(425)	(665)
(Prejuízo) lucro operacional e antes do imposto de renda e contribuição social		(3.135)	5.096
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	7	636	(1.412)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(2.499)	3.684
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído (em reais - R$)	10c	(0,02112)	0,03113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(2.499)	3.684
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste patrimonial - plano de pensão em investidas	10b	(1.376)	(1)
		(1.376)	(1)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior em investidas	10b	676	(9.984)
Hedge accounting em investidas	10b	-	475
		676	(9.509)
Total do resultado abrangente do exercício		(3.199)	(5.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	62.501	5.358	25.974	(10.272)	83.561
Lucro do exercício	-	-	-	3.684	3.684
Outros resultados abrangentes	-	-	(9.510)	-	(9.510)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	62.501	5.358	16.464	(6.588)	77.735
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.499)	(2.499)
Outros resultados abrangentes	-	-	(700)	-	(700)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	62.501	5.358	15.764	(9.087)	74.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(2.499)**	**3.684**
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(183)	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.596	(5.872)
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	364	430
	2.777	**(5.442)**
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos:		
Impostos a recuperar	105	(879)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	2.452	832
Despesas antecipadas e outras	3	(1)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	3	-
Mútuos - partes relacionadas	(54)	(72)
Impostos e contribuições a recolher	(595)	2.238
Pagamento de IR e CS	(1.516)	(2.756)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**676**	**(2.396)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(1.266)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(1.266)**	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos com partes relacionadas		
Captações	-	1.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	**1.000**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(590)**	**(1.396)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentesde caixa		
No início do exercício	603	1.999
No fim do exercício	13	603
	(590)	**(1.396)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 *(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Companhia de Participações Aeroportuárias - CPA ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rua Chedid Jafet, 222, que foi constituída em 23 de novembro de 2007 e tem como objeto social: (a) a gestão, o planejamento, o desenvolvimento, a operação comercial, o investimento e a operação de aeroportos públicos e privados, novos ou já existentes, e serviços aeroportuários correlatos, tais como estacionamentos para carros, terminais de carga, hangares, bases de operações fixas e instalações de manutenção, reparo e vistoria, no Brasil e no exterior; (b) o investimento na aquisição de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas destinados à consecução dos itens anteriores; e (c) a participação como acionista, sócia ou cotista em outras sociedades, simples ou empresariais, e em empreendimentos de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, relacionados direta ou indiretamente ao objeto social anteriormente descrito. A CPA detém participação direta de 51% na Curaçao Airport Investments N.V., sendo que esta detém 100% do capital social da Curaçao Airport RealEstate Enterprises N.V. e Curaçao Airport Partners N.V. Em 12 de junho de 2013, a CCR España adquiriu diretamente, participação adicional de 39% do capital social da CAI, passando a deter, direta e indiretamente (através da CPA), 79,8% do Aeroporto Internacional de Curaçao. A CAI e a CARE, são empresas localizadas em Curaçao. A CARE não possui operações atualmente e a CAI tem por objeto social a participação em outras sociedades. A CAP é responsável pela operação do Aeroporto Internacional de Curaçao (Aeroporto Internacional Hato). O prazo de concessão vai até abril de 2033.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Moeda estrangeira:*** • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas, decorrentes de variações de investimentos no exterior, são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, na conta de ajustes acumulados de conversão, e reconhecidos na demonstração de resultado quando esses investimentos forem alienados total ou parcialmente. • Operações no exterior: As demonstrações financeiras das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, posteriormente, convertidas para reais, sendo que os ativos e passivos são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação e as receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real à taxa de câmbio média apuradas no exercício. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. ***b) Instrumentos financeiros:*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. • Capital social - Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. ***c) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. ***d) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. ***e) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros. ***f) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. ***g) Resultado por ação:*** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. ***h) Direito de Concessão:*** O direito de concessão foi gerado por ocasião da aquisição do controle da Curaçao Airports Investments (CAI). Tal montante, por sua vez, está sendo amortizado linearmente até o final do período de concessão. ***i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:*** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada destas normas. Até o momento não se identificou impactos que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento. A avaliação do impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio da Companhia em 1º de janeiro de 2018, baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018, podem ser diferentes, pois as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; - Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; - ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. Apresentação das demonstrações financeiras: ***Declaração de conformidade (com relação e às normas do CPC):*** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 10 de abril de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras da Companhia. ***Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. ***Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição ao seguinte risco advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de taxas de câmbio; b) Risco de taxa de juros; c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **b) Risco de juros:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	5	-
Mútuos - partes relacionadas	1.263	2.216

6. Caixa e equivalente de caixa

	2017	2016
Caixas e bancos	13	10
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	-	593
	13	603

	2017	2016
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	1.266	-
	1.266	-

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 90% do CDI, equivalente a 8,86% ao ano (9,85% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2016).

7. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada em resultado é demonstrada a seguir:

	2017	2016
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(3.135)	5.096
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	1.066	(1.733)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	(883)	1.996
Lucros auferidos em investidas no exterior	-	(2.557)
Outros ajustes tributários (a)	453	882
Despesa de imposto de renda e contribuição social	636	(1.412)
Impostos correntes	453	(1.412)
Impostos diferidos	183	-
Alíquota efetiva de impostos	20%	28%

(a) Refere-se ao ajuste de imposto de renda e contribuição social de dezembro de 2016, após recálculo de lucros auferidos no exterior. **8. Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e outras partes relacionadas.

	2017			
	Transações: Despesas financeiras		Saldos: Passivo Mútuos	
CPC	364	(a)	3.479	(a)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017			1.263	
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017			2.216	
Total em 31 de dezembro de 2017	364		3.479	
Total em 31 de dezembro de 2016	430		3.169	

(a) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 100% do CDI, captado em 07 de junho de 2013, no valor de R$ 1.425, com prazo de vencimento indeterminado. Em 29 de janeiro de 2016, foi captado o montante de R$ 1.000 remunerado à 128,5% do CDI, com vencimento inicial em 29 de janeiro de 2018, prorrogado para 29 de janeiro de 2019.

9. Investimentos: ***a) Investimentos em controladas***

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação 2017	2016
Curaçao Airports Investments N.V. (CAI)	Holding	Curaçao	51,00%	51,00%

a.1) Composição dos investimentos em controladas

	Patrimônio líquido das investidas 2017	2016	Investimentos 2017	2016	Resultado líquido do exercício das investidas 2017	2016	Resultado de equivalência patrimonial 2017	2016
CAI	96.009	98.973	48.964	50.476	(1.675)	14.929	(854)	7.613
CAI (direito de concessão)	-	-	27.009	28.751	-	-	(1.742)	(1.741)
Total de investimento	96.009	98.973	75.973	79.227	(1.675)	14.929	(2.596)	5.872

a.2) Movimentação dos investimentos

	Saldo inicial 2016	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final 2017
CAI	50.476	(854)	42	(700)	48.964
CAI (direito de concessão)	28.751	(1.742)	-	-	27.009
Total	79.227	(2.596)	42	(700)	75.973

10. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social é representado por 118.340.887 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** O ajuste de avaliação patrimonial compreende: i) as diferenças cambiais relacionadas à conversão, dos ativos líquidos das operações no exterior, de suas moedas funcionais (dólar) para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia (ou seja, Reais); ii) ganhos e as perdas atuariais do plano de pensão de benefício definido da controlada Curaçao Airports Investments (CAI). **c. Resultado por ação - básico e diluído:** A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação. Segue abaixo, o cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	2017	2016
Numerador		
(Prejuízo) Lucro do exercício	(2.499)	3.684
Denominador		
Média ponderada de ações	118.340.887	118.340.887
(Prejuízo) Lucro por ação básico e diluído - em reais	(0,02112)	0,03113

11. Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas Financeiras		
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(364)	(430)
Comissões sobre fianças	(217)	(237)
Outras despesas financeiras	(50)	(154)
	(631)	(821)
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	139	40
Juros sobre impostos a recuperar	67	116
	206	156
Resultado financeiro líquido	(425)	(665)

12. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia nas questões financeiras estratégicas, a Controladora indireta CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria:**

	2017: Valor justo através do resultado	2017: Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	2016: Valor justo através do resultado	2016: Empréstimos e recebíveis	2016: Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos					
Aplicações financeiras	1.266	-	593	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	2.494	-
Passivos					
Fornecedores	-	(5)	-	-	(2)
Mútuos - partes relacionadas	-	(3.479)	-	-	(3.169)
Total	1.266	(3.484)	593	2.494	(3.171)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como "semelhante" ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos. • **Fornecedores** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2017	2016
Aplicações financeiras	1.266	593

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como "semelhante" ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziriam diferenças significativas entre ambos. • **Fornecedores, mútuos - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

13. Evento subsequente: Em 24 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., controladora final da Empresa, e determinadas companhias integrantes do grupo CCR, foram citadas em depoimentos que teriam relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Em reunião do Conselho de Administração, foi deliberada a criação de um comitê Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, iniciou o processo interno de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo. A conclusão do comitê independente será submetida ao Conselho de Administração, que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Celso Paes Júnior	Conselheiro
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Conselheiro
Renato Hideo Ikeda	Conselheiro
Ricardo Bisordi de Oliveira Lima	Conselheiro
Arturo Mariano Valle Ponce	Conselheiro
Martin Max Schmidli	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Superintendente
Celso Paes Júnior	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva - CRC 1 SP 129452/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Participações Aeroportuárias
São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações Aeroportuárias (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Participações Aeroportuárias em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Processo interno de investigação:** Chamamos a atenção para a nota explicativa n°13 às demonstrações financeiras, que descreve que a CCR S.A., controladora da Companhia, e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em depoimentos que teriam relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, foi anunciada a criação de Comitê Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com uma firma de auditoria independente, iniciará processo interno de investigação para apuração dos fatos noticiados. Devido ao estágio da investigação interna da Companhia, não é possível determinar se haverá potenciais efeitos sobre outras empresas do Grupo. Nossa opinião não está ressalvada em relação esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras comparativas da Companhia de Participações Aeroportuárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 3 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0325000-08.2009.8.26.0100 - 734/09. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Leticia Fraga Benitez, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Maria Inocente de Andrade, Jundiara de Andrade, Juedy de Andrade Mosseri, Nessim Mosseri, Maria Juçara de Andrade Audi, Alexandre Eduardo Audi ou sucessores, Ernani de Andrade Filho, Neila Eduila Bella de Andrade, Móveis XII de Outubro S/A, Claudia Cristina de Sá, Sergio Gandara Bastardo, Banco Santander S/A, Vicenzo Colonna, Giovanni Colona, Aurea Marta Colona, Vito Colonna, Marly Depieri Colonna, Chiara Colonna Franccioli, Vanderlei Bechelani Francioli,Nelson Marques Ricardo, Miriam Gonçalves Ricardo, Companhia Agricola e Comercial Tinguá, Angela Picerno Petronella, Domenico Petronella, Maria Ireneide Petronella, Donato Petronella, Dirce Lobo Petronella, Doriano Saverio Petronella, SANDRA ILDE QUARESMA PETRONELLA, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Tetra B Empreendimentos e Participações Ltda ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a titularidade de domínio do imóvel localizado na Rua, Werner Sack, 36, São Paulo - SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 0138156-42.2012.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paula Velloso Rodrigues Ferreri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao DEVANIR MATEUS DA SILVA ME, CNPJ 09.457.606/0001-25, na pessoa do seu representante legal e ao DEVANIR MATEUS DA SILVA, CPF 250.475.838-30 que o HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo lhes ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a cobrança de R$ 118.726,19 (janeiro de 2012), referente a Cédula de Crédito Bancário nº 13750483817, firmada em 17/06/2011. Encontrando-se os executados em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL para que em 03 dias, paguem a dívida que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente, arbitrados em 10%; em caso de pagamento integral, essa verba honorária será reduzida pela metade, e querendo ofereçam embargos no prazo de 15 dias, facultando-lhes nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, requererem que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, atualizadas e juros de 1% ao mês. A opção de parcelamento importará renúncia ao direito de opor embargos. Os prazos começarão a fluir após os 20 dias supra. Na ausência de embargos, os executados serão considerados revéis, sendo-lhes nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de abril de 2018. 25 e 26/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO Processo Físico nº: 0037862-19.2011.8.26.0002 Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel Exeqüente: São Joaquim Administração e Participação Ltda Executado: Geraldo Lopes de Araújo e outro EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0037862-19.2011.8.26.0002 Edital de Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 0037862-19.2011.8.26.0002. O Dr. Eurico Leonel Peixoto Filho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro /SP, na forma da lei, etc... Faz saber Geraldo Lopes de Araújo e Maria Ivanilde Aquino de Araújo 572.434.418-15 e 124.565.268-05, que São Joaquim Administração e Participação Ltda lhe ajuizou uma ação de Execução, onde procedeu a penhora sobre o bem: TERRENO constante do lote 24 da quadra J, do Jardim Clipper, no 32º Subdistrito - Capela do Socorro, medindo 8,55m de frente para a Rua Dezoito, 8,21m em curva, entre a rua Dezoito e rua Catorze, 22,20m de frente para Rua Quatorze, de quem da rua Dezoito, olha para o imóvel do lado direito mede 26,50m e divide com o lote 23, de quem da rua Catorze olha para o imóvel do lado esquerdo mede 13m e divide com o lote 1, com a área de 262,22m2, mais ou menos. CONTRIBUINTE: 163.120.0004-3. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO da PENHORA, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentar impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de abril de 2018. 25 e 26/04

Soebe Construção Civil e Pavimentação S.A.

CNPJ nº 43.677.822/0001-14

Demonstrações Financeiras Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 *(Em reais – R$)*

Balanços Patrimoniais	Notas	2017	2016
Ativo/Circulante		**129.099.250**	**132.958.085**
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.143	3.789.662
Contas a receber	6	102.796.127	105.861.022
Participação em Consórcios	7	7.446.570	8.207.413
Estoques	8	3.169.229	3.176.440
Impostos a recuperar	9	4.450.140	5.015.270
Outras contas a receber	10	11.223.041	6.908.277
Não circulante		**60.800.461**	**63.392.232**
Contas a receber	6	42.787.990	42.787.990
Partes relacionadas	11	5.999.198	5.999.198
Depósitos judiciais		354.423	303.342
Imobilizado	12	11.658.850	14.301.701
Total do ativo		**189.899.711**	**196.350.317**

Balanços Patrimoniais	Notas	2017	2016
Passivo/Circulante		**38.491.677**	**39.970.649**
Fornecedores	13	10.407.757	13.421.943
Empréstimos e financiamentos	14	2.407.569	4.112.374
Obrigações tributárias	15	6.730.774	10.298.410
Obrigações trabalhistas	16	2.766.752	1.289.925
Partes Relacionadas	11	4.484.219	–
Outras contas a pagar	17	11.694.606	10.847.997
Não circulante		**36.372.256**	**36.484.120**
Empréstimos e financiamentos	14	36.372.256	36.484.120
Patrimônio líquido		**115.035.778**	**119.895.548**
Capital social	18	10.500.000	10.500.000
Reserva Legal	18	5.563.542	5.563.542
Reserva de Lucros	18	98.972.236	103.832.006
Total do passivo e patrimônio líquido		**189.899.711**	**196.350.317**

Demonstrações do Resultado	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	19	49.310.939	109.944.986
Custo dos produtos vendidos	20	(44.320.465)	(92.324.643)
		4.990.474	**17.620.343**
Receitas/(despesas) operacionais		**(6.983.354)**	**(8.319.722)**
Despesas com vendas	20	(380.679)	(474.277)
Despesas gerais e administrativas	20	(2.981.376)	(1.949.085)
Despesas com pessoal	20	(4.306.832)	(5.782.231)
Despesas tributárias		(49.432)	(160.148)
Outras (despesas)/receitas operacionais	21	734.965	46.018
Resultado antes do resultado financeiro		**(1.992.880)**	**9.300.621**
Receitas financeiras	22	185.234	632.060
Despesas financeiras	22	(5.031.718)	(8.859.002)
Resultado antes do IR e CS		(6.839.364)	1.073.679
IR e CS diferidos		4.609.564	–
Lucro líquido do exercício		**(2.229.800)**	**1.073.679**
Quantidade de cotas na data do balanço – R$		10.500.000	10.500.000
Lucro líquido por cota do capital – R$		**(0,21236)**	**0,10226**

Demonstrações do Resultado Abrangente	2017	2016
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(2.229.800)	1.073.679
Total do resultado abrangente	**(2.229.800)**	**1.073.679**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros/ (prejuízos)	Total
Saldos em 31/12/2015	**10.500.000**	**5.509.858**	**104.318.852**	**120.328.710**
Distribuição de lucros	–	–	(1.506.842)	(1.506.842)
Reserva legal	–	53.684	(53.684)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	1.073.679	1.073.679
Saldos em 31/12/2016	**10.500.000**	**5.563.542**	**103.832.006**	**119.895.548**
Distribuição de lucros	–	–	(2.629.970)	(2.629.970)
Lucro líquido do exercício	–	–	(2.229.800)	(2.229.800)
Saldos em 31/12/2017	**10.500.000**	**5.563.542**	**98.972.236**	**115.035.778**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**(2.229.800)**	**1.073.679**
Ajustes que não afetam caixa		
Depreciações e amortizações	1.298.991	888.538
Baixas do ativo imobilizado	1.359.451	235.000
Decréscimo/(acréscimo) nas contas de ativo		
Contas a receber de clientes	3.064.896	(1.680.991)
Estoques	7.211	(17.980)
Impostos a recuperar	565.130	(1.020.887)
Antecipações	(4.314.764)	13.016.587
Participações em consórcios	760.842	(8.207.413)
Depósitos judiciais	(51.081)	145.053
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo		
Fornecedores	(3.014.186)	7.638.252
Obrigações tributárias	(3.567.636)	3.011.632
Obrigações trabalhistas	1.476.827	76.271
Partes Relacionadas	4.484.219	–
Outras contas a pagar	846.609	6.146.445
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**686.709**	**21.304.187**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(15.590)	(9.712.596)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(15.590)**	**(9.712.596)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(1.816.669)	(311.199)
Partes relacionadas	–	(5.999.198)
Distribuição de dividendos	(2.629.970)	(1.506.842)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(4.446.639)**	**(7.817.239)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.775.519)**	**3.774.353**
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	3.789.662	15.309
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.143	3.789.662
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.775.519)**	**3.774.353**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: Presente no setor de Engenharia, a Soebe Construção Civil e Pavimentação S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social o comércio atacadista ou varejista de materiais de construção, inclusive produtos asfálticos e betuminosos, engenharia civil na prestação de serviços de projetos, planejamento e construções em geral por empreitada, administração ou fiscalização sempre por conta de terceiros, serviços comuns de engenharia civil, limpeza e desobstrução de córregos e canais de todos os tipos em geral, pavimentação, terraplenagem e demais serviços de engenharia civil, participando inclusive de carta convite, licitações, atas de registro de preços, concorrências públicas e leilões junto a quaisquer entidades particulares de economia mista, pública, autarquias ou governamentais, coleta de lixo e limpeza pública, transbordo de materiais de qualquer natureza, locação e sublocação de máquinas e equipamentos de terraplanagem e de pavimentação e veículos automotores, transporte viário e rodoviário de cargas de produção própria e/ou de terceiros, reciclagem de materiais de qualquer natureza, inertes, não inertes da construção civil em geral e de todos os tipos, manutenção e montagens industriais, implantação de gasoduto, e demais dutos, levantamento topográfico, batimétrico, aerofotográfico, por imagem de satélite, atividades correlatas à geração de energia, gasoduto, oleodutos, manutenção em geral; serviços de engenharia e assessoramento técnico especializado, a execução, por empreitada ou sub– empreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, a participação em consórcios ou sociedades em conta de participação que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas acima. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); considerando a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 19. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelos acionistas da Companhia em 20/04/2018. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** Os procedimentos contábeis descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31/12/2017 e 2016. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **a)** Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB): As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2016 não tiveram impactos nas e demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2017 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações contábeis da adoção destas normas: • **IFRS 9** – Instrumentos financeiros: substitui a norma IAS 39 e endereça algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2018; • **IFRS 15** – Receita de contratos com clientes: emissão dessa norma e posteriormente emissão de documento para esclarecimentos sobre a norma. Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido do posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2018; • **IFRS 16** – Arrendamento: estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. • **IAS 12** – Imposto de Renda: aborda o reconhecimento de Imposto de Renda diferido ativo para diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2017. • **IAS 7** – Fluxo de caixa: aborda alterações na divulgação de passivos de atividades de financiamento. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2017. • **Atualizações – IFRS 3:** combinações de negócios e **IFRS 11** – Negócios em conjunto. O IASB publicou consulta pública, para alteração às duas normas, para esclarecer a definição de um negócio e como contabilizar as participações anteriormente detidas. **b) Classificação entre circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses, quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulante. **c)** Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, sendo esta moeda funcional e de apresentação da Empresa. **d)** Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes. A Empresa reconhece as receitas quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **e)** Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos representativos de caixa e equivalentes de caixa correspondem apenas aos numerários em espécie e depósito bancários disponíveis. **f)** Contas a receber de clientes: As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços. Segundo análise da Administração, não foi realizado ajuste a valor presente nos valores a receber de curto prazo. Por não haver histórico de inadimplência relevante, não foi constituída "Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)". **g)** Estoques: Os estoques são contabilizados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excedem o valor líquido realizável, deduzidos das provisões para possíveis perdas ou mercadorias identificadas como giro lento, quando necessário. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de finalização e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **h)** Depósitos judiciais: Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Empresa. **I)** Imobilizado e intangível: Os itens do ativo imobilizado e do intangível são apresentados ao custo de aquisição, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação e amortização acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens. **j)** Redução ao valor recuperável de ativos *(Impairment)*: O pronunciamento CPC 27 requer que os ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da empresa efetuou a avaliação para os bens integrantes do Ativo imobilizado e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação de redução ao valor recuperável de ativos. **K)** Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros e taxa cambial efetivas quando aplicável. **l)** Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. **m)** Outros passivos circulantes: Compreende os deveres e obrigações vencíveis no exercício subsequente ao encerramento do balanço e posterior a esse, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do Balanço. **n)** Partes relacionadas: São recebíveis e obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, para o qual não há impacto de juros. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiências de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação de vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, contingências, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas em períodos subsequentes poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **5. Caixas e equivalentes de caixa:** A composição dos fundos disponíveis da empresa, em 31 de dezembro representa:

	2017	2016
Caixa	8.028	4.990
Bancos	–	1.908.785
Aplicações financeiras	6.115	1.875.887
	14.143	**3.789.662**

6. Contas a receber: Em 31 de dezembro a composição da referida rubrica está assim representada:

	2017	2016
Contas a receber	51.323.315	61.730.494
Receitas a faturar	93.613.959	85.663.836
Retenções contratuais	646.843	1.254.683
	145.584.117	**148.649.013**
Circulante	102.796.127	105.861.023
Não circulante	42.787.990	42.787.990
Total a receber	**145.584.117**	**148.649.013**

A seguir as contas a receber são demonstradas por idade de vencimento:

	2017
A Vencer	137.079.376
Vencidos até 30 dias	211.201
Vencidos até 60 dias	505.787
Vencidos até 90 dias	525.235
Vencidos acima de 90 dias	7.262.519
	145.584.117

7. Participação em consócios: Em 31 de dezembro a composição da referida rubrica está assim representada:

Obra	Forma de Participação	Participação FBS (%)	2017
Canalização e Reservatórios de amortecimento de cheias do Rio Barueri Mirim	Líder	50%	3.294.658
Urbanização Jd Santa Rita – Osasco/SP	Consorciada	50%	641.237
Manutenção de logradouros públicos Santo André	Consorciada	33%	844.750
Duplicação da Av. Voluntários da Patria – Trecho 2 – Porto Alegre/RS	Consorciada	33%	46.189
Consórcio Terracom	Consorciada	50%	2.619.736
Total			**7.446.570**

8. Estoques:	2017	2016
Materiais de consumo	3.109.564	3.110.906
Ferramentas e material de uso	8.385	10.232
Materiais de expediente e escritório	4.623	3.167
Materiais de copa e cozinha	1.000	1.000
Uniforme e vestuário	45.657	51.135
	3.169.229	**3.176.440**

9. Impostos a recuperar: Em 31 de Dezembro a composição da referida rubrica está assim representada:

	2017	2016
ISS a recuperar	140.289	866.741
IRRF s/aplicação	381.290	381.280
IRRF a recuperar	277.339	73.696
CSRF a recuperar	14.434	14.434
PIS a recuperar	8.926	8.927
COFINS a recuperar	32.757	32.757
ICMS a recuperar	250.499	230.463
IRPJ a recuperar	1.573.324	1.573.325
CSLL a recuperar	1.055.794	1.055.794
Outros impostos a recuperar	715.488	777.853
	4.450.140	**5.015.270**

Legenda: • Programa de integração social (PIS); • Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS); • Imposto dos produtos industrializados (IPI); • Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS); • Imposto de renda retido na fonte (IRRF); • Contribuição social sobre lucro liquido (CSLL); • Instituto nacional de seguridade social (INSS); • PIS, COFINS e CSLL (PCC). **10. Outras contas a receber:** Em 31 de Dezembro a composição da referida rubrica está assim representada:

	2017	2016
Adiantamento a fornecedores	4.239.292	6.869.639
Adiantamento de férias	4.313	6.887
Investimento em SCP	1.853.820	–
Antecipações	27.939	31.751
Nota de débito	4.942.677	–
Outros	155.000	–
	11.223.041	**6.908.277**

11. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro a composição da referida rubrica está assim representada: **Ativo não circulante**

	2017	2016
Crédito de pessoa ligada	5.999.198	5.999.198
	5.999.198	**5.999.198**
Passivo Circulante: Crédito de pessoa ligada	4.484.219	–
	4.484.219	–

12. Imobilizado:

	Taxa de Depreciação (% a.a)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	2017 Valor líquido (R$)	2016 Valor líquido (R$)
Veículos e equipamentos	20	21.751.094	(11.800.999)	9.950.095	12.568.739
Móveis e utensílios	10	131.255	(122.823)	8.432	11.877
Computadores e periféricos	20	224.981	(212.065)	12.916	22.188
Terrenos e edificações	10	3.174.506	(1.554.829)	1.619.677	1.698.049
Ferramentas	10	1.222	(495)	727	849
Imobilizado em Formação	20	67.003	–	67.003	–
		25.350.061	**(13.691.211)**	**11.658.850**	**14.301.702**

Movimentação:	2016 Valor Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	2017 Valor líquido (R$)
Veículos e equipamentos	12.568.739	7.240	(1.944.678)	(681.207)	9.950.094
Móveis e utensílios	11.877	–	–	(3.444)	8.432
Computadores e periféricos	22.188	8.350	–	(17.622)	12.916
Terrenos e edificações	1.698.049	–	–	(78.371)	1.619.678
Ferramentas	849	–	–	(122)	727
Imobilizado em Formação	–	67.002	–	–	67.002
	14.301.702	**82.592**	**(1.944.678)**	**(780.766)**	**11.658.850**

13. Fornecedores:	2017	2016
Fornecedores Nacionais	10.407.757	13.421.943
	10.407.757	**13.421.943**

14. Empréstimos e financiamentos:

Circulante	2017	2016
Banco Safra S.A.	85.451	339.803
Banco Bradesco S.A.	1.018.285	1.606.116
Banco do Brasil S.A.	839.247	1.157.522
Banco Santander S.A.	420.389	1.008.933
Banco Itaú S.A.	72	–
Caixa Econômica Federal	44.125	–
Total	**2.407.569**	**4.112.374**
Não circulante	**2017**	**2016**
Banco do Brasil S.A.	11.520.702	11.520.702
Banco Safra S.A.	1.929.411	1.957.197
Banco Santander S.A.	8.996.316	9.080.394
Banco Bradesco S.A.	13.925.827	13.925.827
Total	**36.372.256**	**36.484.120**
Total	**38.779.825**	**40.596.494**

15. Obrigações tributárias: Estão representadas por obrigações com o fisco federal e municipal conforme demonstradas a seguir:

	2017	2016
ISS a Recolher	1.223.593	1.758.709
PIS a Recolher	–	846.778
Cofins a Recolher	–	3.058.433
Parcelamentos (a)	4.861.588	3.901.150
Outros impostos	645.593	733.340
	6.730.774	**10.298.410**

a) Ocorreram reparcelamentos através do (PERT), para os tributos federais PIS, COFINS e CPRB, referente débitos apurados no ano– calendário de 2014 a Março de 2017.

16. Obrigações trabalhistas:	2017	2016
Salários a pagar	325.621	306.142
INSS a Recolher	1.347.437	405.089
Fundo de Garantia a Recolher	145.759	41.490
Provisão de Férias e Encargos	482.406	528.335
Outros	465.529	8.869
	2.766.752	**1.289.925**

17. Outras contas a pagar:	2017	2016
Créditos de pessoas ligadas	–	4.484.218
Adiantamento de clientes	2.395.400	1.144.294
Gestão compartilhada	9.299.206	5.219.485
	11.694.606	**10.847.997**

18. Patrimônio líquido: a) Capital Social: Representado por 10.500.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizadas, com valor nominal de R$1,00 cada. As ações ordinárias representativas do capital social estão distribuídas como segue:

Acionistas	Ações ON Integralizadas	%	Capital Social
EMABE Empreendimento e Participações EIRELI	5.250.000	50	5.250.000
EPAH Empresa Paulista de Asfalto Ltda	5.250.000	50	5.250.000
Total do Capital Social	**10.500.000**	**100**	**10.500.000**

b) Reserva de Lucros: As reservas de lucros estão representadas por resultados positivos líquidos de período anteriores, após a distribuição de lucros aos acionistas, e estão demonstrados conforme a seguir:

	Valor (R$)
Lucros acumulados em 31/12/2015	**104.318.852**
Lucro do exercício	1.073.679
Reserva legal	(53.685)

aos acionistas, e estão demonstrados conforme a seguir:

	Valor (R$)
Lucros acumulados em 31/12/2015	**104.318.852**
Lucro do exercício	1.073.679
Reserva legal	(53.685)
Lucros distribuídos	(1.506.841)
Lucros acumulados em 31/12/2016	**103.832.005**
Prejuízo do exercício	(2.229.970)
Lucros distribuídos	(2.629.800)
Lucros acumulados em 31/12/2017	**98.972.235.**

19. Receita líquida:	2017	2016
Prestação de Serviços	30.676.156	71.827.052
Receita de Vendas	–	89.407
Receita de Consórcios	21.892.883	45.661.994
Deduções	(3.258.100)	(7.633.467)
	49.310.939	**109.944.986**

20. Custos e despesas das vendas e serviços prestados:

Despesas por função	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	44.320.465	92.324.643
Despesas com vendas	380.679	474.277
Despesas gerais e administrativas	2.981.376	1.949.085
Despesas com pessoal	4.306.832	5.782.231
Despesas Tributárias	49.432	–
	52.038.784	**100.530.236**
Despesas por natureza: Materiais aplicados	7.058.882	15.732.273
Gastos diretos do serviços prestados	15.275.216	38.394.066
Mão de obra direta	9.829.642	11.178.336
Mão de obra indireta	4.306.832	3.295.130
Serviços de terceiros	795.954	27.822.729
Viagens, hospedagens e locomoção	4.746.580	298.365
Aluguéis e condomínios	6.746.820	80.333
Depreciação e amortização	1.296.106	888.538
Contas e materiais de consumo	64.461	150.490
Manutenção	511.050	168.730
Seguros e indenizações	47.333	129.388
Outras despesas administrativas	1.359.908	2.391.858
	52.038.784	**100.530.236**

21. Outras (despesas)/receitas operacionais:	2017	2016
Resultado em participações em consórcios	–	(66.540)
Perdas com alienação/baixa de imobilizado	734.965	(142.175)
Outras receitas/(despesas)	–	254.733
	734.965	**46.018**

22. Resultado financeiro:	2017	2016
Receitas financeiras: Descontos obtidos	97.680	603.232
Receitas sobre aplicações financeiras	15.183	28.828
Juros clientes	72.371	–
	185.234	**632.060**
Despesas financeiras Juros sobre empréstimos	(2.926.415)	(7.522.570)
Descontos concedidos	(75.245)	(370.751)
Comissões e despesas bancárias	(35.940)	(41.298)
Juros e multas s/ impostos	(1.994.118)	(924.383)
	(5.031.718)	**(8.859.002)**
Resultado financeiro líquido	**(4.846.484)**	**(8.226.942)**

23. Instrumentos financeiros: A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Empresa mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. **Risco de taxa de juros:** O risco da taxa de juros a que a Empresa está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. **Risco de taxa de juros:** O risco da taxa de juros a que a Empresa está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Empresa deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho:

Ativo Financeiro	2017 Ativo a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecimento no resultado	2017 Empréstimos e Recebíveis	2016 Ativo a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecimento no resultado	2016 Empréstimos e Recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	14.143	–	3.789.662	–
Contas a receber	–	145.584.117	–	148.649.013
Partes Relacionadas	–	5.999.198	–	5.999.198
Participação em consórcios	–	7.446.570	–	8.207.413
Outras contas a receber	–	11.223.041	–	6.908.277
	14.143	**170.252.926**	**3.789.662**	**169.763.901**

	2017 Passivo Financeiro mensurados ao custo amortização	2016 Passivo Financeiro mensurados ao custo amortização
Fornecedores	10.407.757	13.421.943
Empréstimos	38.779.825	40.596.494
Partes Relacionadas	4.484.219	–
Outras contas a pagar	11.694.606	10.847.997
	65.366.407	**64.866.434**

Mensuração do valor justo: O valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. Determina-se uma hierarquia de três níveis para o valor justo, descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** A Empresa não mantinha operações com instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2017. **24. Seguros:** A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31/12/2016, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Responsabilidade Civil	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	2.159.561
Responsabilidade Civil	Fiança Locatícia	139.934
Responsabilidade Civil	Fiança Locatícia	31.934
Responsabilidade Civil	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	2.820.112
Judicial	Seguro Garantia	466.873
Judicial	Seguro Garantia	294.138

25. Eventos subsequentes: Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Empresa.

Manoel Fagner dos Santos Silva – Administrador **Paulo César dos Santos –** Contador - CRC 1SP197778/O-2

ASMJ Investimentos e Participações S.A. - CNPJ nº 08.576.317/0001-82

Demonstrações Financeiras - 31/12/2017 e 31/12/2016

Balanço Patrimonial	2017	2016
Ativo	2.458.043,99	2.521.172,58
Ativo Circulante	1.943.333,99	1.983.242,58
Disponibilidades	-	38.843,19
Bancos Conta Movimento	-	1,00
Aplicações de Liquidez Imediata - FAF	-	38.842,19
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	1.943.333,99	1.944.399,39
Tributos a Compensar	-	1.066,00
Adiantamentos	0,60	-
Estoques	1.943.333,39	1.943.333,39
Ativo não Circulante	514.710,00	537.930,00
Imobilizado	514.710,00	537.930,00
Bens Imóveis	580.500,00	580.500,00
(-) Depreciação Acumulada	(65.790,00)	(42.570,00)

A DIRETORIA

José Carlos de Oliveira Souza - Contador - CRC: 1.SP-130997/O-5

Balanço Patrimonial	2017	2016
Passivo	2.458.043,99	2.521.172,58
Passivo Circulante	8.674,92	10.422,67
Empréstimos e Financiamentos/Pessoas Ligadas	169,12	4.881,25
Bancos Conta Garantida	169,12	-
Obrigações Trabalhistas	4.429,82	-
Folha de Pagamento de Dirigentes	3.282,00	-
Encargos Sociais a Pagar	1.147,82	-
Obrigações Tributárias	4.075,98	5.541,42
Impostos Retidos a Recolher	119,38	286,29
Impostos e Contribuições sobre Receitas	3.956,60	5.255,13
Passivo não Circulante	17.713,95	-
Adiantamento/futuro aumento de capital	17.713,95	-
Patrimônio Líquido	2.431.655,12	2.510.749,91
Capital: Capital Social	2.580.600,00	2.580.600,00
Reservas: Reservas de Lucros	-	188,97
Prejuízos Acumulados	(69.850,09)	(70.039,06)
Resultado/Apuração do Exercício	(79.094,79)	-

Demonstração do Resultado	2017	2016
Receita Bruta/com serviços e outras receitas	203.787,06	225.078,98
(-) Deduções das Receitas: PIS e COFINS	(7.427,36)	(8.203,69)
Resultado Operacional Bruto/Líquido	196.359,70	216.875,29
Despesas Operacionais	259.788,60	232.050,64
Despesas com encargos sociais	5.205,17	3.117,31
Honorários de diretoria	10.170,98	-
Despesas com serviço de terceiros	16.035,44	21.824,76
Despesas financeiras	1.289,92	896,07
Despesas tributárias	73.061,09	65.643,40
Despesas Gerais	154.026,00	140.569,10
Lucro Operacional Bruto	(63.428,90)	(15.175,35)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(63.428,90)	(14.815,51)
(+) Despesas indedutíveis	-	359,84
(-) IRPJ e CSLL	15.665,89	17.329,00
Resultado não Operacional/Reversão Ativa	-	(359,84)
Lucro Operacional Líquido	(79.094,79)	(32.144,51)

São Paulo Bank Holding S/A - CNPJ/MF nº 15.114.314/0001-92

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais)

ATIVO	2017	2016
Circulante	**2.002.986**	**1.000.971**
Caixa equivalente de caixa	2.848	842
Adiantamentos	2.000.000	1.000.000
Impostos a recuperar	139	130
Não circulante	**2.137.218**	**7.123.988**
Investimentos	2.137.218	7.123.988
Total do ativo	**4.140.204**	**8.124.959**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
Circulante	**11**	**6**
Obrigações tributárias	11	6
Patrimônio líquido	**4.140.193**	**8.124.953**
Capital Social	33.618.158	33.618.158
Adiantamento para Aumento de Capital Social	4.765.399	6.362.539
Reservas	(1.000)	(1.000)
Lucros / Prejuízos acumulados	(31.854.744)	(23.305.064)
Lucros / Prejuízos do exercício	(2.387.619)	(8.549.680)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**4.140.204**	**8.124.959**

Demonstrações do Resultado	2017	2016
(=) Lucro bruto	-	-
Despesas com pessoal	-	(134)
Despesas operacionais administrativas	(1.570)	(728)
Despesas tributárias	(1.590)	(1.018)
Equivalência Patrimonial negativa	(3.213.230)	(9.997.594)
Outras receitas operacionais	828.800	1.449.982
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**(2.387.590)**	**(8.549.492)**
Receita financeira	9	13
Despesa financeira	(34)	(198)
(=) Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	**(2.387.615)**	**(8.549.677)**
(-) Imposto de Renda	(3)	(2)
(-) Contribuição Social	(2)	(1)
(=) Lucro ou Prejuízo líquido do exercício	**(2.387.619)**	**(8.549.680)**
Quantidade de ações no fim do exercício	**33.618.158**	**33.618.158**
Lucro líquido por ação no fim do exercício	**(0,07)**	**(0,25)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Afac	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital	11.234.675	17.520.449	(23.305.063)	5.450.061
Saldos em 31.12.2015	**11.234.675**	**17.520.449**	**(23.305.063)**	**5.450.061**
Lucro ou Prejuízo do exercício	-	-	(8.549.680)	(8.549.680)
Reserva de capital	-	-	-	-
Integralização de capital	22.382.483	(11.157.910)	-	11.224.573
Saldo em 31.12.2016	**33.617.158**	**6.362.539**	**(31.854.743)**	**8.124.953**
Lucro ou Prejuízo do exercício	-	-	(2.387.619)	(2.387.619)
Lucros Distribuídos	-	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital Social	-	(1.597.140)	-	(1.597.140)
Integralização de capital	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	**33.617.158**	**4.765.399**	**(34.242.363)**	**4.140.194**

Demonstração dos fluxos de caixa	2017	2016
Lucro ou Prejuízo líquido do exercício	(2.387.619)	(8.549.680)
Itens que não afetam o caixa operacional	**(2.387.619)**	**(8.549.680)**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Aumento / Diminuição nos adiantamentos	(1.000.000)	(1.000.000)
Aumento / Diminuição nos Impostos a Recuperar	(9)	(13)
Aumento / Diminuição em Obrigações tributárias	5	3
Caixa líquido das atividades operacionais	**(1.000.004)**	**(1.000.010)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	4.986.770	(1.674.526)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**4.986.770**	**(1.674.526)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.597.140)	(11.157.910)
Aumento do Capital	-	22.382.483
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(1.597.140)**	**11.224.573**
Aumento / Redução líquido de caixa	**2.006**	**356**
Caixa no início do exercício	842	485
Caixa no final do exercício	2.848	842
Aumento / Redução líquido de caixa	**2.006**	**356**

A DIRETORIA

Anderson Mesquita Ianone - Contador - CRC: 1 SP 258.308

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis se encontram a disposição na sede da empresa

Instituto de Educação e Assistência Lúcia Filippini

CNPJ: 61.601.183/0001-95

Relatório Sintético de Atividades - IDEALFI - Ano 2017

I. Histórico e Descrição da Entidade

1.1 - Razão Social/Dados de identificação

Nome:	Instituto de Educação e Assistência Lúcia Filippini - IDEALFI
Rua:	Mestras Pias Filippini nº 513 - Freguesia do Ó - São Paulo - SP
CEP:	02736-010
Tel.:	(11) 3977-1613
E-mail:	idealfi@uol.com.br
C.N.P.J.:	61.601.183/0001-95
Natureza Jurídica:	399-9 Associação Privada
Data de Fundação:	22 de agosto de 1962
Área de Abrangência Educacional:	Municípios de São Paulo (SP), Peruíbe (SP) e Vilhena (RO)
Área de Abrangência Social:	Municípios de São Paulo (SP) e Miracatu (SP)

1.2 - Finalidade do IDEALFI: Estatuto - Art. 2º - O IDEALFI tem por finalidade promover, na comunidade, a assistência social, a educação, a saúde, a cultura, a pesquisa, a ecologia, e outras atividades beneficentes, visando o desenvolvimento social do país, o enfrentamento da pobreza, podendo para este fim criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem a beneficência, a assistência social, a promoção humana, o ensino e a cultura. **II. Atividades Desenvolvidas pelas Instituições Mantidas do IDEALFI: II.I - Programa de Assistência Educacional - Educação Básica - Bolsas Cebas: 1. Relação das Mantidas de Educação Básica:**

Nome	CNPJ	Cidade	UF
Colégio Santa Lúcia Filippini (CSLF)	61.601.183/0002-76	São Paulo	SP
Colégio Nossa Senhora da Divina Providência (CNSDP)	61.601.183/0011-67	Peruíbe	SP
Escola de Educação Básica Santa Lucia Filippini (EEBSLF)	61.601.183/0009-42	Vilhena	RO

2. Objetivo Geral: Oferecer por meio de suas mantidas, nos cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, Bolsas de Estudo para alunos em estado de vulnerabilidade social ou econômica que atendam às exigências estabelecidas na Lei 12.101/2009, alterada pela Lei 12.868/13 e no Decreto 8.242/2014 e demais normatizações vigentes no país. **3. Público-Alvo Atendido:** O público-alvo deste Programa foi composto por alunos devidamente matriculados ou que venham a se matricular nos ciclos da Educação Básica das Unidades Educacionais do IDEALFI e que atendam às exigências estabelecidas na Lei 12.101/2009 alterada pela Lei 12.868 e regulamentada pelo Decreto 8.242/2014. **4. Núcleos de Atividades Educacionais do IDEALFI: 4.1 Colégio Santa Lúcia Filippini** - CNPJ/MF nº 61.601.183/0002-76 - São Paulo/SP. O Colégio Santa Lúcia Filippini, atendeu 192 alunos no mês de dezembro de 2017, provenientes de famílias carentes de recursos financeiros, possibilitando a eles, ingressar e concluir seus estudos na nossa Instituição, oferecendo aos seus alunos (bolsistas e não bolsistas) diversas atividades durante o ano de 2017, através de seus subprojetos: **Orientação Profissional:** interna e externas; **Aprendendo a conviver:** visitou creches, orfanatos, asilos e ONGs; **Projeto Pequeno Escritor:** promoveu a criatividade, o interesse pela leitura e o aperfeiçoamento da escrita; **Pé na estrada - Somos Sociais:** propiciou trabalhar o meio ambiente; **Projeto Abnara:** aguçou a descoberta de seu protagonismo no convívio social, visando atitudes de respeito com o meio em que vive e convive; **Mangahigh:** viabilizou o ensino de matemática através de jogos; **Leitura e Companhia:** estimulou a leitura, por meio da interação com uma plataforma digital; e **Escola da Inteligência:** promoveu por meio da educação, das emoções e da inteligência, a melhora dos índices de aprendizagem. Com base no acompanhamento dos egressos do Ensino Médio, percebemos ótimos resultados comprovados na inserção dos jovens em universidades de grandes expressividades, tais como: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de Mogi das Cruzes, Universidade Federal da Paraíba, Faculdade Anhanguera, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Paulista, Universidade de São Paulo e Faculdades Metropolitanas Unidas. **4.2 Colégio Nossa Senhora da Divina Providência -** CNPJ/MF nº 61.601.183/0011-67 - Peruíbe - SP. O Programa de Bolsa de Estudo de Assistência Educacional do Colégio Nossa Senhora da Divina Providência, atendeu 79 alunos no mês de dezembro de 2017, provenientes de famílias carentes de recursos financeiros, possibilitando a eles, ingressar e concluir seus estudos na nossa Instituição. Dos egressos do Ensino médio, alguns aguardam resultado do ENEM, da FUVEST, outros classificados para 2ª fase da UNIFESP e alguns ingressaram na ETEC. De acordo com a metodologia do trabalho que visa reconstruir ao máximo, o conhecimento do aluno em sua totalidade, através de oficinas e subprojetos, seguindo a didática do Sistema Anglo de Ensino, verificamos que os alunos adquiriram aspectos importantes para a vida em sociedade, tendo sempre a família como base fundamental na vivência dos princípios éticos e morais, tendo o comprometimento diário nas etapas do aprendizado, em conformidade com Plano Político Pedagógico e orientado para manter sua filosofia inspirada no Sistema Educativo do I. E. A. Lúcia Filippini. **4.3 Escola de Educação Básica Santa Lúcia Filippini -** CNPJ/MF nº 61.601.183/0009-42 - Vilhena - RO. O Programa de Bolsas de Estudo de Assistência Educacional da Escola de Educação Básica Santa Lúcia FIlippini, atendeu 53 alunos no mês de dezembro de 2017, provenientes de famílias carentes de recursos financeiros, possibilitando aos mesmos, ingressar e concluir seus estudos na nossa Instituição. A metodologia de trabalho se deu através do acompanhamento aos alunos bolsistas, detectando e ajudando nas necessidades de cada um, tanto na adaptação ao novo ambiente de estudo, bem como nas deficiências educacionais que podiam ter, contando com a ajuda dos pais, que participaram intensamente no processo de aprendizagem dos alunos. Os egressos do Ensino Médio prestaram vestibular para Medicina/Faculdade Facimed (Cacoal), outros aguardando resultado do Enem e vestibulares em outras Universidades e os demais em cursinhos. **II.II - Programa de Assistência Social - Proteção Social Básica - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: 1. Projeto: "Alegria de Conviver":** Executado pela Matriz - CNPJ/MF nº 61.601.183/0001-95 - São Paulo - SP. **a) Objetivo Geral:** Desenvolver atividades diversificadas, oferecendo condições de vida mais saudável, digna e feliz, promovendo junto ao grupo de idosos a prática de atitudes que levem à promoção da saúde física, mental e emocional, impulsionando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. **b) Público-Alvo:** Pessoas com idade igual ou superior de 60 anos, de ambos os sexos, de baixa renda, em situação de risco social ou pessoal, principalmente os que vivem sozinhos, conforme estipulado no artigo 1º do Estatuto do Idoso. O Instituto disponibiliza ainda vagas de convívio familiar e comunitário, possibilitando que parentes e amigos acompanhem seus idosos durante as atividades desenvolvidas. **c) Atividades desenvolvidas:** Foram realizados encontros semanais, em período matutino, oferecendo atividades de movimentos corporais/musicais, reuniões informativas e recreações, voltadas para a terceira idade, visando amenizar os efeitos do envelhecimento nos aspectos biológicos e sociaisl. No ano de 2017 foram atendidas 273 pessoas, a um custo total de R$ 152.486,56. **2. Projeto: "Lucianas":** Executado pela Casa Nossa Senhora do Bom Conselho - CNPJ/MF nº 61.601.183/0004-38 - Miracatu - SP. **a) Objetivo Geral:** Oferecer um serviço de apoio socioeducativo e sócio familiar às crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 6 a 15 anos (14 anos 11 meses e 30 dias), em estado de vulnerabilidade social, em situação de risco social ou pessoal/ou com renda per capita de até dois salários mínimos, incluindo pessoas com deficiência. **b) Público-Alvo:** Crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos, de ambos os sexos, de famílias em estado de vulnerabilidade social, bem como moradores de abrigos. **c) Atividades desenvolvidas:** A ação foi desenvolvida com enfoque socioeducativo, centrado em valores, objetivando a criação de vínculos pessoais, sociais e familiares, considerando crianças e adolescentes enquanto seres integrais e integrados. A importância de valorizar a escola levando-se em conta a dimensão formativa da educação favorece a integração individual, familiar e comunitária. No ano de 2017 foram atendidas 74 crianças e adolescentes, a um custo total de R$ 381.605,22. **III. Dados de Alunos Matriculados, Bolsas e Benefícios Concedidos - Ano 2017:**

Educação Básica	Quantidade	Valores R$
Número de alunos matriculados	1.642	18.200.987,73
Bolsas integrais Lei 12.101/2009	231	2.424.653,87
Outros Tipos de Bolsas Integrais (convenções trabalhistas)	82	843.279,61
Bolsas parciais 50% Lei 12.101/2009	93	547.809,52
Benefícios (Material Didático)	11	8.497,16

IV. Alcance das Metas do Plano de Atendimento Precedente: Instituto de Educação e Assistência Lúcia Filippini, integrado por suas Unidades Executoras, apresentou resultados significativos, perante aos participantes do Programa de Assistência Educacional - Bolsas de Estudos, demonstrados estrategicamente na evolução e transformação de cada aluno, que outrora encontrava dificuldades e que ao findar o ano letivo, obtiveram superação e sua aprovação. Ressaltamos que os ótimos resultados, contudo, somente foram possíveis, através da reflexão dos direitos e deveres que o Programa exige, percebendo as limitações, entraves, avanços e atribuições de cada parte no processo ensino aprendizagem, em conjunto com a família, viabilizando a busca de novos caminhos para emancipação socioeconômica e crescimento integral do aluno (pedagógico, emocional e social). Neste ano de 2017 verificamos que a procura para ingresso no Programa de Assistência cresceu, tanto entre os alunos já matriculados, quanto aos de rede pública de ensino, bem como de outros colégios particulares da região. Concluímos assim, satisfatoriamente mais um ano letivo, com relatos dos responsáveis de cada bolsista, elegendo as mudanças positivas nos alunos e a interferência benéfica que isso causa nos demais integrantes da família. Em síntese, percebemos que a assiduidade e satisfação do Programa de Assistência Social existente no Instituto de Educação e Assistência Lúcia Filippini se demonstraram positivas, que em avaliações semestrais realizadas com os participantes e suas famílias, relataram o quanto as atividades lhes proporcionaram a melhora nas relações interpessoais, viabilizando bem-estar, reflexão, descontração e melhora na atenção, passando a se sentirem mais felizes. Ainda ressaltaram que estes sentimentos lhes fazem muito bem, aumentando a autoestima e melhorando o relacionamento com amigos e familiares. **V. Fontes da Captação de Recursos:** Os Colégios são a principal fonte de renda do IDEALFI, destinando parte de sua arrecadação para as suas atividades de Assistência Social. Conta ainda como fonte de recursos algumas doações esporádicas, eventos e locações de alguns imóveis.

São Paulo, 23 de abril de 2018

Maria Helena de Carvalho

RG nº 8.614.497-2 - CPF nº 673.544.598-87

Amelco S.A. Indústria Eletrônica

CNPJ/MF nº 57.009.078/0001-94

Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem às 11h00, no dia 04/05/2018, à Rua Monte Mor, 50, Embu das Artes/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I- Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31/12/2017; II- Fixação da remuneração dos Administradores; III- Outros assuntos de interesse da sociedade. Embu das Artes/SP, 23/04/2018. **Alcindo Aparecido da Cruz Marques -** Diretor Presidente. (25-26-27)

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1002604-61.2017.8.26.0020** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Roberto Simões Dias, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração do Regime de Bens movida por Decio David Muzel, por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC, de acordo com a r. Decisão transcrita a seguir: "Vistos. Fls. 34/35: Recebo emenda à incial. Anote-se. Expeça-se o edital, nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Intime-se". Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo. **[25,26]**

XV-Butantã 1ª Vara Cível EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº**1001801-68.2014.8.26.0704** O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 1ªVara Cível, do Foro Regional XV - Butantã,Estado de São Paulo,Dr(a).Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ARTHUR PINA BERNARDES,Brasileiro,Casado,Aposentado, CPF 053.961.318-53, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Condominio Edifico Vitória Régia, objetivando seja julgada procedente, condenado o réu na restituição e indenização em R$ 158.962,68, em relação às contas não aprovadas, no período de out/09 a mar/12, onde figurou como síndico eleito do condomínio autor, declarando a nulidade dos documentos preparados e sem origem, apontados nos autos, convertendo-o a representação de seus valores em valores a serem indenizados, condenação ainda ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de dezembro de 2017. **[25,26]**

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL **Leilão** Somente ON-LINE **Dia 27/04/2018 (6ª Feira) às 13:00h.**

Máquinas, Eletroeletrônicos, Informática, Móveis p/ Escritório

Visitação: Valinhos/SP: Dia 26/04/2018 das 13:30 às 16:00h.

Diadema/SP: Dia 27/04/2018 das 8:30 às 12:00h. Demais locais: Agendar visita

VALINHOS-SP: Unidade Soprador Howden Donkin Sinle Stage Centrifugal, Drive Regen modelo OVFR03B-402, Impressoras Digital PB Digimaster 9110 Refurbished (Kodak), Equip. para Academia, Máquina de Plotagem modelo Crescent 40, Chiller para Miúdos, Autoclave e Descascador Montemil, Posicionadora de Salsicha, Projetores, Tampos de Mesas, Projetores, Gaveteiros, Mesas, Armários. **DIADEMA-SP:** Armários, Gaveteiros, Cadeiras, Mesas, Plataforma de Teto (Rack) de uma Porsche Cayenne, Aparelho de TV, Plataformas Articuladas, Impressoras diversas, Móveis para Escritório. **SÃO PAULO-SP:** Portas de Madeira, Caixas Metálicas de Luminárias usadas, Móveis para Escritório. **SOROCABA-SP:** Rolo de Retorno Anéis, Monitores Samsung, Cadeiras modelos diversos, Freezer Vertical, Geladeira. **GOIÂNIA-GO:** Lote contendo diversas Peças e Equipamentos para Moto. **RIBEIRÃO PRETO-SP:** Aparelho de TV com avarias. **CAUCAIA-CE:** Ar Condicionado, CPUs [sem HD], Mesa com Bancos, Extintores, Porta de Vidro, Armários, Gaveteiros, Cadeiras Giratórias e Fixa, Suporte para CPU, Mesa desmontada, Switch, Estabilizador, Cofre, Quadro de Energia, Estações de Trabalho desmontadas, Divisórias, Teclados, Nobreak, Rack. **PIRACICABA-SP:** Diversos tipos de Máquinas: Tornos, Centro de Usinagem, Fresadoras, Furadeiras, Mandrilhadora, Máquina de Lavar, Guilhotina, Brochadeira, Balanceadora Vertical, Dobradeira. **RECIFE-SP:** Lote contendo Peças de Reposição para Veículos GM: Coxins, Manga de Eixos da Roda, Pastilha de Freio, Faróis, Caxeta de Borracha, Lanternas de Neblina, Molduras do Retrovisor, Fluido para Freios, Defletor de Ventilador, Porcas de Aço, Pneus e diversos. Diversas marcas, modelos e medidas. **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP:** Sistema de Tratamento de Esgoto (Reatores Anaeróbios tipo UASB, Filtros Aeróbios Submersos, Decantadores Secundários de Alta Taxa, Soprador de Ar, Painel de Comando, Acessórios e Tubulações, Sistema de Desinfecção por Cloro, Filtro de Biogás, Tratamento Primário (Calha Parshall Grades), Soprador de Ar Reserva.

Lances: WWW.VIZEUONLINE.COM.BR (11) 5071-8555

metso BancoVotorantim Prestador de Serviço Autorizado Itaú

Normas e condições no site. Washington L. Pereira Vizeu - Leiloeiro Oficial - JUCESP 414.

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO-SP

Data do leilão: 09/05/2018 A partir das: 11:45

Local:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.

ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matricula 428 estabelecido a RUA ARACI, 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA, SP, telefone 1139310744 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentaçao complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

As vendas serão realizadas pelo lance minimo de 65% do valor da avaliação atualizado do imóvel, mais débitos fiscais e condominiais que por ventura possam incidir sobre o mesmo.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, INSS, registro da carta de arrematação são responsabilidade do arrematante e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do credor. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED 1D4D5 - CONTRATO 102354135856-6- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 0235 SE

RODNEY SEISSUM SAKIHARA, BRASILEIRO(A), CPF 01318890870, CI 9.236.520 SSP/SP, SOLTEIRO(A), **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 131, 13º ANDAR OU 15º PAVIMENTO, EDIFICIO SUZANA, RESIDENCIAL SAO JOAO CLIMACO, SITUADO A RUA ANNY, Nº 870, 18º SUBDISTRITO - IPIRANGA, SAO PAULO, SP. CONTENDO A AREA REAL PRIVATIVA DE 64,320MS2, E A AREA REAL COMUM DE 71,165M2, TOTALIZANDO A AREA DE 135,485M2, CORRESPONDENDO-LHE A FRAÇÃO IDEAL DO TERRENO E DAS COISAS COMUNS DO CONDOMINIO DE 0,595238% E A FRAÇÃO IDEAL NO EDIFICIO DE 1,7857%. ESTANDO INCLUIDA, NA AREA COMUM, 1 VAGA PARA A GUARDA E ESTACIONAMENTO DE 1 VEICULO DE PASSEIO, COM AJUDA DE MANOBRISTA, EM LOCAL INDETERMINADO, NA GARAGEM COLETIVA. ENCERRA A AREA DE 5,709,62MS2. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇOES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.

ITUPEVA, 23/04/2018

ARY ANDRÉ NETO

23 - 26/04 - 09/05/2018

NCK Gestão da Informação S.A.

CNPJ nº 05.441.789/0001-30

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017

Ativo	2017	2016
Circulante	**6.430.421,86**	**2.081.825,30**
Caixa e equivalentes a caixa	**5.395.708,42**	**1.009.393,85**
Caixa e bancos	96.602,24	173.680,17
Bancos c/ Aplicação	5.299.106,18	835.713,68
Conta a receber	**1.034.713,44**	**1.072.431,45**
Duplicatas a receber	3.921,24	11.798,28
Impostos a recuperar	855,75	855,75
Outras contas a receber	1.029.936,45	1.059.777,42
Não Circulante	**59.663,64**	**75.749,28**
Imobilizado	**59.663,64**	**75.749,28**
Computadores e periféricos	56.732,60	51.367,25
Máquinas e equipamentos	4.695,93	4.695,93
Móveis e utensílios	41.960,00	41.971,00
Depreciação Acumulada	(43.724,89)	(22.284,90)
Total do Ativo	**6.490.085,50**	**2.157.574,58**

Passivo e Patrimônio Líquido	2017	2016
Circulante	**1.170.118,94**	**1.557.574,58**
Contas a pagar	702.932,20	1.175.792,70
Salários a pagar	59.843,89	49.514,48
Obrigações sociais	46.265,64	33.304,80
Obrigações tributárias	361.077,21	298.962,60
Patrimônio Líquido	**5.319.966,56**	**600.000,00**
Capital Social		
Capital social realizado	3.900.000,00	500.000,00
Lucros acumulados	1.419.966,56	100.000,00
Total do Passivo+Patrimônio Líquido	**6.490.085,50**	**2.157.574,58**

Demonstração Analítica das Despesas do Exercício findo em 31-12-17

Despesas Operacionais	2017	2016
Pro-labore	352.929,04	230.190,43
Salários	597.566,51	339.738,20
Férias	73.051,49	40.563,80
13º Salário	65.584,48	32.917,17
Horas extras	788,90	1.179,52
Participações nos lucros e resultados	56.256,19	27.866,48
INSS	228.463,72	146.264,72
FGTS	84.995,76	33.191,55
Benefícios	214.704,90	104.934,32
Viagens	133.099,21	102.702,16
Serviços tomados	2.169.953,87	2.880.383,19
Materiais de consumo	44.713,47	71.372,40
Contas de consumo	10.957,21	15.016,92
Comunicações	122.284,21	164.915,89
Processamento de dados	1.881.213,52	1.852.695,59
Aluguéis e condomínios	621.951,63	631.097,64
Fretes e locomoção	18.013,40	516,42
Seguros	-	21.306,00
Propaganda e publicidade	27.429,54	52.277,82
Despesas legais	31.849,84	66.363,30
Depreciações e amortizações	21.283,64	12.710,69
Total	**6.757.090,53**	**6.828.204,21**

Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31-12-17

	2017	2016
Receitas Operacionais		
Serviços prestados	15.338.327,92	13.645.692,86
Serviços prestados-gravame	351.821,29	290.188,14
Receita Operacional Bruta	**15.690.149,21**	**13.935.881,00**
Deduções Das Receitas		
Imposto s/serviços	(263.979,69)	(241.556,15)
PIS s/faturamento	(101.985,99)	(90.583,98)
COFINS s/faturamento	(470.704,49)	(418.056,15)
	(836.670,17)	**(750.196,28)**
Receita Operacional Líquida	**14.853.479,04**	**13.185.684,72**
Lucro Bruto	**14.853.479,04**	**13.185.684,72**
Despesas Operacionais		
Despesas operacionais	(6.757.090,53)	(6.828.204,21)
Despesas financeiras	(8.754,81)	(19.691,48)
	(6.765.845,34)	**(6.847.895,69)**
Resultado Operacional	**8.087.633,70**	**6.337.789,03**
Outras Receitas e Despesas	**24.093,34**	**140.671,51**
Receitas financeiras	138.201,77	140.671,51
Outras receitas	9.653,67	-
Outras despesas	(123.762,10)	-
Lucro Antes do IR e da Contribuição Social	**8.111.727,04**	**6.478.460,54**
Provisão p/contribuição social	(459.634,18)	(411.339,85)
Provisão p/imposto de renda	(1.252.761,60)	(1.118.610,67)
	(1.712.395,78)	**(1.529.950,52)**
Lucro Líquido do Período-base	**6.399.331,26**	**4.948.510,02**

Antonio Claudomiro Gentille

Diretor Presidente

Sebastião Rodrigues de Souza - CT - CRC-1SP117600/O-5

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto (Conforme pronunciamento CPC 03)

	2017	2016
1-Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	8.111.727,04	6.478.460,54
Depreciação	21.283,64	12.710,69
Renda de investimentos	(24.093,34)	(140.671,51)
Despesas de juros	8.754,81	19.691,48
Aumento nas contas a receber de clientes e outros	37.718,01	34.873,47
Aumento nas contas a pagar	(387.455,64)	(575.360,77)
Imposto de renda e contribuição pagos	(1.712.395,78)	(1.529.950,52)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.055.538,74**	**4.299.753,38**
2 - Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compras de ativo imobilizado	(5.198,00)	(28.218,89)
Juros recebidos	24.093,34	140.671,51
Juros pagos	(8.754,81)	(19.691,48)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**10.140,53**	**92.761,14**
3 - Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividencos pagos	(5.079.364,70)	(5.315.164,26)
Aumento ou (redução) de capital em dinheiro	3.400.000,00	-
Ajustes de ecercícios anteriores	-	7.543,78
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(1.679.364,70)**	**(5.307.620,48)**
4 - Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalente de caixa	**4.386.314,57**	**(915.105,96)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.009.393,85	1.924.499,81
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	5.395.708,42	1.009.393,85

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31-12-17

	Capital Social	Lucros (prejuízo) Acumulados	Total
Saldo em 31-12-16	500.000,00	100.000,00	600.000,00
Lucro do exercício	-	6.399.331,26	6.399.331,26
Lucros distribuídos	-	(5.079.364,70)	(5.079.364,70)
Integralização ou (redução) de capital	3.400.000,00	-	3.400.000,00
Saldo em 31-12-17	**3.900.000,00**	**1.419.966,56**	**5.319.966,56**

Reconhecemos a exatidão do presente "Balanço Patrimonial" levantado em 31 de Dezembro de 2017, somando Ativo e Passivo a importância de R$ 6.490.085,50 (Seis milhões, quatrocentos e noventa mil, oitenta e cinco Reais e cinquenta centavos).

REC SS Celso Garcia Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 28.880.364/0001-22

Relatório da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Sociedade, referentes aos exercícios findos em 31/12/2017. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	Passivo	Nota	2017
Circulante		95	**Circulante**		60
Caixa e equivalentes de caixa	3	95	Partes relacionadas	5	59
Não circulante		6.460	Obrigações tributárias		1
Propriedade para investimentos	4	6.460	**Patrimônio líquido**	6	6.495
			Capital social	6.a	1
			Adiantamentos para futuro aumento de capital	6.b	6.500
			Prejuízos acumulados		(6)
Total do ativo		6.555	**Total do passivo e patrimônio líquido**		6.555

Demonstração do resultado - Período de 14 de novembro (data início das atividades) a 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de Reais)

Despesas operacionais	Nota	2017
Despesas Gerais e Administrativas	7	(6)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(6)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6)
Prejuízo do exercício		(6)

Demonstração do resultado abrangente - Período de 14 de novembro (data início das atividades) a 31/12/2017 - (Em milhares de Reais)

	2017
Prejuízo do exercício	(6)
Outros resultados abrangentes	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	(6)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 14 de novembro (data início das atividades) a 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 19 de outubro de 2017		-	-	-	-
Aumento de capital		1	-	-	1
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	6.500	-	6.500
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1	6.500	(6)	6.495

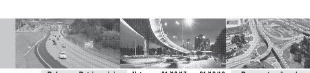
Demonstração do fluxo de caixa - Período de 14 de novembro (data início das atividades) a 31/12/2017 - (Em milhares de Reais)

	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6)
Variações nas contas de ativo e passivo	
Partes Relacionadas	59
Obrigações Tributárias	1
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	54
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-
Adições de propriedade para investimento	(6.460)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	(6.460)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.500
Integralização de capital	1
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	6.501
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	95
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	95
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	95

Thiago Augusto Cordeiro - Diretor
Thomas Daniel Conway - Diretor
Adriana Ruiz Alcazar - Contadora - CRC SP-163263/O-0

As demonstrações financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

FBS construção civil e pavimentação



FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.

CNPJ nº 66.806.555/0001-33

Demonstrações Financeiras

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 *(Em reais – R$)*

Balanços Patrimoniais	Notas	31/12/17	31/12/16
Ativo/Circulante		250.288.706	246.816.600
Caixa e equivalentes de caixa	5	125.601	7.962.603
Contas a receber	6	189.123.267	186.594.227
Estoques	7	5.141.545	5.196.514
Impostos a recuperar	8	4.661.202	4.100.040
Partes relacionadas	9	5.425.475	–
Participação em Consórcios	10	10.383.063	8.135.435
Outras contas a receber	11	35.428.553	34.827.781
Não Circulante		24.718.945	25.823.514
Depósitos judiciais		839.205	559.580
Partes relacionadas	9	17.444.699	18.272.794
Outras Contas a Receber	12	1.764.594	1.764.594
Imobilizado líquido	13	4.026.480	4.625.375
Intangível líquido	14	643.967	601.171
Total do Ativo		275.007.651	272.640.114

Balanços Patrimoniais	Notas	31/12/17	31/12/16
Passivo / Circulante		61.990.430	63.490.975
Fornecedores	15	15.805.829	10.538.917
Empréstimos e financiamentos	16	3.293.970	5.790.027
Obrigações trabalhistas	17	16.671.169	12.717.422
Obrigações tributárias	18	15.502.437	21.193.477
Partes relacionadas	9	846.897	2.357.110
Participação em Consórcios	10	964.750	6.168.531
Outras contas a pagar	19	8.905.378	4.725.491
Não Circulante		46.115.587	46.135.339
Empréstimos e financiamentos	16	42.515.587	42.535.339
Parte relacionadas	9	3.600.000	3.600.000
Patrimônio Líquido		166.901.634	163.013.801
Capital social	21	45.252.000	45.252.000
Reserva de capital	21	36.772.186	36.772.186
Reserva legal	21	4.253.872	4.059.481
Reserva de lucros	21	80.623.576	76.930.134
Total do passivo e patrimônio Líquido		275.007.651	272.640.114

Demonstrações do Resultado	Notas	31/12/17	31/12/16
Receita operacional líquida	22	175.237.279	269.391.771
Custo dos produtos vendidos	23	(160.168.433)	(232.769.735)
		15.068.846	36.622.036
Receitas (despesas) operacionais		(17.358.078)	(16.919.907)
Despesas com vendas	23	(914.357)	(625.840)
Despesas gerais e administrativas	23	(5.622.461)	(7.248.669)
Despesas com pessoal	23	(13.670.901)	(12.971.032)
Despesas tributárias		(344.649)	–
Outras receitas/(despesas) operacionais	24	3.194.291	3.925.634
Resultado antes do resultado financeiro		(2.289.232)	19.702.129
Receitas financeiras	25	971.066	1.466.634
Despesas financeiras	25	(11.417.651)	(13.559.333)
Resultado antes do IR e CS		(12.735.817)	7.609.430
IR e CS diferidos		16.623.651	–
Lucro líquido do exercício		3.887.834	7.609.430
Quantidade de cotas na data do balanço - mil		45.252.000	45.252.000
Lucro líquido por cota do capital – R$		0,08592	0,16816

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido do exercício	3.887.834	7.609.430
Total dos resultados abrangentes	3.887.834	7.609.430

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/17	31/12/16
Lucro líquido do exercício	3.887.834	7.609.430
Itens que não afetam o caixa		
Depreciações e amortizações	797.945	1.886.128
Baixas do ativo imobilizado	–	8.274.220
Variação nas contas patrimoniais		
Contas a receber	(2.529.040)	(26.904.026)
Estoques	54.969	(102.430)
Impostos a recuperar	(561.162)	(1.492.175)
Participações em Consórcios	(7.451.409)	7.263.629
Outras contas a receber	(600.772)	13.783.369
Depósitos Judiciais	(279.625)	(35.669)
Fornecedores	5.266.912	2.038.642
Obrigações trabalhistas	3.953.747	10.154.736
Obrigações tributárias	(5.691.040)	1.763.105
Outras contas a pagar	4.179.887	(18.581.465)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.028.248	5.657.494
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e intangível	(241.846)	(1.069.691)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(241.846)	(1.069.691)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(2.515.809)	(1.121.227)
Partes relacionadas	(6.107.594)	(12.314.885)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(8.623.402)	(13.436.112)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7.837.002)	(8.848.309)
Caixa e equivalentes de caixa no início exercício	7.962.603	16.810.912
Caixa e equivalentes de caixa no final exercício	125.601	7.962.603
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7.837.002)	(8.848.309)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	45.252.000	36.772.186	3.679.009	69.701.175	155.404.370
Reserva legal	–	–	380.472	(380.472)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.609.430	7.609.430
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.252.000	36.772.186	4.059.481	76.930.133	163.013.800
Reserva legal	–	–	194.391	(194.391)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.887.834	3.887.834
Saldos em 31 de dezembro de 2017	45.252.000	36.772.186	4.253.872	80.623.576	166.901.634

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: Presente no setor de Engenharia, a FBS Construção Civil e Pavimentação S.A., é reconhecida por oferecer serviços de excelente qualidade em diversas áreas do mercado, como pavimentação e urbanização, terraplenagem, fundações, demolições, saneamento, drenagem, a execução por empreitada ou subempreitada de obras de construção civil de todos os gêneros, a prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de vias públicas, parques, jardins, pontes, estradas e congêneres, a prestação de engenharia consultiva a construção civil, o comércio de materiais e equipamentos para construção, locação de equipamentos, transporte rodoviário de cargas, execução e obras de drenagem fluvial, lacustre e marítimo, serviços de armador de dragas e embarcações. Possui um rico portfólio, sendo uma Companhia diferenciada por sua agilidade, qualidade e capacidade de desenvolver soluções completas de Engenharia. Participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, bem como a participação em Consórcios e Sociedade em Conta de Participação (SCP) que tenham por objeto quaisquer das atividades relacionadas às aqui mencionadas. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); considerando a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 19. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** Os procedimentos contábeis descritos em detalhes a seguir, foram aplicados de maneira consistente na apresentação das demonstrações contábeis apuradas em 31/12/2017 e 2016. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **a)** Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB): As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2016 não tiveram impactos nas e Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2017 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas: • **IFRS 9** – Instrumentos financeiros: Substitui a norma IAS 39 e endereça algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2018. • **IFRS 15** – Receita de Contratos com Clientes: Emissão dessa norma e posteriormente emissão de documento para esclarecimentos sobre a norma. Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2018. • **IFRS 16** – Arrendamento: Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. • **IAS 12** – Imposto de Renda: Aborda o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo para diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2017. • **IAS 7** – Fluxo de Caixa: Aborda alterações na divulgação de passivos de atividades de financiamento. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2017. • **Atualizações – IFRS 3** – Combinações de negócios e IFRS 11 – Negócios em conjunto: O IASB publicou consulta pública, para alteração às duas normas, para esclarecer a definição de um negócio e como contabilizar as participações anteriormente detidas. **a)** Classificação entre circulante e não circulante: Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses, quando for provável que a realização ocorra em período superior a doze meses são classificados como não circulante. **b)** Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em R$ (reais), sendo esta moeda funcional e de apresentação da Companhia. **c)** Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes. A Companhia reconhece as receitas quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados e fluirão. **d)** Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos representativos de caixa e equivalentes de caixa correspondem apenas aos numerários em espécie e depósito bancários disponíveis. **e)** Contas a receber: As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de serviços segunda análise da administração, não foi realizado ajuste a valor presente nos valores a receber de curto prazo. Os valores publicados com o título "Retenções Contratuais" referem– se a valores a serem liberados após a entrega efetiva da obra por impositivos de compromissos contratuais. Por não haver histórico de inadimplência relevante, não foi constituída "Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)". **f)** Participações em consórcios: As participações em consórcios referem - se a valores publicados sob o título "Créditos em empreendimentos de gestão compartilhada". Esses valores dizem respeitos a desembolsos efetuados pela FBS com Consórcios que ainda não foram objeto de rateio entre os participantes. Na ocasião do encerramento das demonstrações contábeis esses critérios de rateios ainda estavam sendo objeto de negociação e a administração entendeu que eles deveriam ser transferidos para o resultado apenas após a efetiva definição da parcela de cada sócio, o que seria feito ao curso do exercício seguinte. Desta forma, o reconhecimento desses desembolsos como custo, ocorrerá apenas na proporção da participação da FBS nesses empreendimentos. Relativo aos saldos passivos classificados em "participações em consórcios" trata - se de resultados obtidos no referido ano - calendário. **g)** Estoques: Os estoques são contabilizados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excedem o valor líquido realizável, deduzidos das provisões para possíveis perdas ou mercadorias identificadas como giro lento, quando necessário. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de finalização e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **h)** Outras contas a receber: O saldo da rubrica "Outras contas a receber" está composto por valores relativos à "Adiantamento a fornecedores" referindo - se a desembolsos efetivos pagos a fornecedores. "Despesas antecipadas" provenientes de valores pagos antecipadamente referente prêmio de seguro, "Caução referente locação de imóvel", Crédito proveniente da recuperação de custo referente ação judicial em curso. **i)** Partes relacionadas: São recebíveis e obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, para o qual não há impacto de juros. **j)** Depósitos judiciais: Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **k)** Imobilizado e intangível líquidos: Os itens do ativo imobilizado e do intangível são apresentados ao custo de aquisição, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação e amortização acumulada, calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens. **l)** Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*: O pronunciamento CPC 27 requer que os ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização sejam revisados anualmente para verificação do valor recuperável e, quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo deve ser testado. Se verificada a perda, a mesma deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. A administração da Companhia efetuou a avaliação para os bens integrantes do ativo imobilizado e entendeu que não deve haver impactos decorrentes da aplicação de redução ao valor recuperável de ativos. **m)** Participação em Consórcios: O saldo representativo dos investimentos refere - se em grande parte a participações em Sociedades e Conta de Participação e Consórcios (SCP). **n)** Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros e taxa cambial efetivas. **o)** Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo dos empréstimos, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. **p)** Outros passivos circulantes: Compreende os deveres e obrigações vencíveis no exercício subsequente ao encerramento do balanço e posterior a esse, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do Balanço. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Na preparação das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos, outras transações, receitas e despesas dos períodos. A definição de julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis nas referidas demonstrações, envolvendo experiências de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação de vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, contingências, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas em períodos subsequentes poderá resultar em valores divergentes dos registrados nessas informações devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa bem como a eventuais novos fatos que venham a ocorrer. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

5. Caixas e equivalentes de caixa:	2017	2016
Caixa	98.737	154.426
Bancos	5.478	2.169.278
Aplicações financeiras	21.386	5.638.899
	125.601	7.962.603

6. Contas a receber:	2017	2016
Contas a receber	22.979.614	30.465.249
Receitas a faturar	160.305.538	150.518.458
Retenções contratuais	5.838.115	5.610.520
	189.123.267	186.594.227

A seguir as contas a receber são demonstradas por idade de vencimento:

	2017
A vencer	172.373.980
Vencidos até 30 dias	255.493
Vencidos até 60 dias	354.603
Vencidos acima de 90 dias	16.139.191
	189.123.267

7. Estoques:	2017	2016
Materiais de uso e consumo	5.050.779	5.092.200
Materiais de escritório	85.485	93.901
Materiais de copa e cozinha	5.281	10.413
	5.141.545	5.196.514

8. Impostos a recuperar:	2017	2016
INSS a compensar	–	392.420
ISS a recuperar	293.470	291.242
PIS a recuperar	119.350	15.339
COFINS a recuperar	683.578	203.527
IRPJ Estimado	1.151.728	1.151.728
CSL Estimada	415.342	415.342
IRRF sobre aplicações financeiras	2.214	1.305
IRRF a recuperar	936.960	730.596
CSRF a recuperar	857.153	697.134
IRPJ a recuperar	31.219	31.219
CSLL a recuperar	88.183	88.183
Compensação Perd/Comp	27.435	27.435
Outros impostos a recuperar	54.570	54.570
	4.661.202	4.100.040

9. Partes relacionadas:	2017	2016
Ativo circulante	5.425.475	–
EPAH Empresa Paulista de Asfalto Ltda	26.242	–
Emabe Empreendimentos e Participações Eireli	71.872	–
MGM Locações Ltda	1.586.848	–
Elske Participações Ltda	906.149	–
Gemelli Participações Ltda	780.634	–
Fish Participações Ltda	943.503	–
ALL Market Participações Eireli	1.110.227	–
Ativo não circulante	17.444.699	18.272.794
MGM Locações	10.645.826	800
BRT Sorocaba	8.000	8.000
Turita Participações	6.790.873	18.263.994
Passivo circulante	846.897	2.357.110
SCP Recuperação BR324 e BR116	273.628	273.629
MGM Locações	18.269	18.269
Gemelli Participações	100.000	610.053
Elske Participações	100.000	610.053
Fish Participações	100.000	610.053
All Market Participações	100.000	235.053
Soebe Construção e Pavimentação	155.000	–
Passivo não circulante	**2017**	**2016**
Gemelli Participações	900.000	900.000
Elske Participações	900.000	900.000
Fish Participações	900.000	900.000
All Market Participações	900.000	900.000
	3.600.000	3.600.000

10. Participações em consórcios:

Ativo: Obra	Forma de Participação	Participação FBS	2017	2016
Pavimentação Rodovias CE´s 166/165 – Quixeramobim/CE	Consorciada	25%	12.335	12.335
Execução obra de alargamento do acesso CE 522 – Ceará	Consorciada	50%	83.379	83.379
Manutenção pavimento dos corredores segregados, viários estratégicos e demais vias do Sistema de Transporte Coletivo Público – São Paulo/SP	Consorciada	50%	1.710.679	472.672
Projeto de Integração do Rio São Francisco PISF	Consorciada	10%	1.610.433	–
Implantação dos reservatórios RI - 01 e RI - 02, localizados na bacia do Riacho Ipiranga – São Paulo/SP	Líder	62,50%	–	29.386
Implantação de barreiras rígidas de concreto moldadas in loco, em vários segmentos do Rodoanel Mário Covas Trecho Sul.	Participante	50%	340.288	340.288
Urbanização de favelas e regularização de loteamento SEHAB	Participante	50%	768.630	768.630
Desassoreamento e limpeza – Lote 01	Participante	25%	1.464.484	1.699.185
Desassoreamento e limpeza – Lote 02	Participante	25%	415.296	465.296
Prolongamento da Avenida Chucri Zaidan na estaca 100 até a 3.420	Participante	6,16%	3.977.539	4.264.264
			10.383.063	8.135.436

Passivo: Obra	Forma de Participação	Participação	2017	2016
Urbanização Jd Santa Rita – Osasco/SP	Líder	50%	–	660.511
Construção de Escolas Lotes 3 e 6 – São Paulo/SP	Líder	50%	–	1.084.890
Execução da Construção de viaduto – São Paulo/SP	Líder	50%	–	1.379.234
Duplicação da Avenida Voluntários da Patria – Trecho 2 – Porto Alegre/RS	Consorciada	33%	–	354.512
Fresagem e recomposição de pavimento Rodovia BR– 376 – Paraná	Líder	60%	–	809.416
Elaboração de projetos, desenvolvimento de trabalho social e execução de obras de macrodrenagem para canalização e revestimentos na calha dos rios Jaguaribe e Mangabeira em Salvador – BA	Consorciada	24%	–	878.896
Elaboração de projeto básico e executivo, e execução de obras do sistema de macrodrenagem do dique do cabrito, em Salvador – BA	Consorciada	33%	–	159.912
Elaboração de projetos executivos e obras do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais da bacia do córrego zavuvus, integrantes do lotes Z– 1,Z– 2 e Z– 3 no município de São Paulo.	Líder	50%	–	388.559
Córrego Paciência	Consorciada	50%	13.939	–
Córrego Freitas	Consorciada	50%	22.559	–
Duplicação e Restauração Rodovia BR– 104/PE	Líder	40%	78.453	–
Imposto de Renda a Recolher SCP			542.294	279.004
Contribuição Social a Recolher SCP			307.505	173.597
			964.750	6.168.532

11. Outras contas a receber:	2017	2016
Adiantamento a fornecedores	19.277.205	9.868.116
Adiantamento de férias	–	56.142
Depósitos em caução	121.255	117.152
Despesas antecipadas	432.596	112.053
Investimento em Consórcio e SCP (a)	15.597.497	24.674.318
	35.428.553	34.827.781

12. Não Circulante:	2017	2016
Outros Créditos a Receber	1.764.594	1.764.594
	1.764.594	1.764.594

13. Imobilizado líquido:	% Taxa de depreciação	2017	2016
Máquinas e equipamentos	10	1.878.400	1.874.336
Móveis e utensílios	10	864.797	864.237
Veículos	20	2.392	2.392
Computadores e periféricos	20	1.855.058	1.820.606
Instalações	10	114.033	114.033
Terrenos	–	2.287.644	2.287.644
Ferramentas	10	30.969	30.968
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	634.950	634.910
Subtotal		7.668.243	7.629.126
(-) Depreciação acumulada		(3.641.763)	(3.003.751)
		4.026.480	4.625.375

A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada abaixo:

Custo – Descrição	2016	Adições	Baixas	2017
Máquinas e equipamentos	1.874.336	4.065	–	1.878.400
Móveis e utensílios	864.237	560	–	864.797
Veículos	2.392	–	–	2.392
Computadores e periféricos	1.820.606	34.452	–	1.855.058
Instalações	114.033	–	–	114.033
Terrenos	2.287.644	–	–	2.287.644
Ferramentas	30.968	–	–	30.968
Benfeitorias em imóveis de terceiros	634.910	40	–	634.950
	7.629.126	39.117	–	7.668.243

Depreciação – Descrição	2016	Adições	Baixas	2017
Máquinas e equipamentos	(929.168)	(375.215)	–	(1.304.383)
Móveis e utensílios	(412.219)	(77.029)	–	(489.248)
Veículos	(2.392)	–	–	(2.392)
Computadores e periféricos	(1.294.694)	(172.753)	–	(1.467.447)
Instalações	(50.061)	(9.919)	–	(59.980)
Ferramentas	(12.772)	(3.097)	–	(15.869)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(302.444)	–	–	(302.444)
	(3.003.750)	(638.013)	–	(3.641.763)

14. Intangível líquido:	% Taxa de depreciação	2017	2016
Softwares	20	1.284.770	1.082.040
(-) Amortização acumulada		(640.803)	(480.869)
		643.967	601.171

A movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

Custo – Descrição	2016	Adições	Baixas	2017
Softwares	1.082.040	202.730	–	1.284.770
	1.082.040	202.730	–	1.284.770

Amortização – Descrição	2016	Adições	Baixas	2017
Softwares	(480.869)	(159.934)	–	(640.803)
	(480.869)	(159.934)	–	(640.803)

15. Fornecedores:	2017	2016
Fornecedores	15.805.829	10.538.917
	15.805.829	10.538.917

16. Empréstimos e financiamentos:

Circulante	Encargos	Vencimento	2017	2016
Banco HSBC S.A.	0,35 + CDI	19/09/2016	–	–
Banco HSBC S.A.	0,35 + CDI	18/03/2017	–	–
Banco Bradesco S.A.	0,27 + CDI	15/01/2022	1.949.194	2.000.000
Banco Bradesco S.A.	0,27 + CDI	15/01/2022	15.990.367	15.990.367
Banco Bradesco S.A.			1.634	91.019
Banco Bradesco S.A.			–	385
Banco HSBC S.A.	0,27 + CDI	15/01/2022	1.151.675	1.589.463
Banco Bradesco S.A.	0,27 + CDI	15/01/2022	20.382.919	21.300.467
Banco Bradesco S.A.			–	7
Banco BCV S.A.	0,49 + CDI	29/03/2016	–	–
Paraná Banco S.A.	0,48 + CDI	25/04/2018	1.074.248	1.480.000
Banco Safra S.A.	0,40 + CDI	13/12/2021	2.074.910	2.582.843
Banco Safra S.A.	0,40 + CDI	13/12/2021	3.013.230	3.287.157
Itaú S.A.			17.527	2.177
Itaú S.A.			–	1.482
Itaú S.A			5.067	–
Caixa Econômica Federal			148.786	–
			45.809.557	48.325.367
Circulante			3.293.970	5.790.027
Não circulante			42.515.587	42.535.339
			48.809.557	48.325.366

17. Obrigações trabalhistas:	2017	2016
Salários a Pagar	1.991.545	2.191.099
INSS a Recolher	9.443.252	4.745.287
Fundo de Garantia a Recolher	420.034	267.019
Contribuição Retributiva a Recolher	160.447	119.452
Contribuição Participativa a Recolher	329.332	231.216
Contribuição Social a Recolher	366.981	260.151
Provisão de Férias e Encargos	3.100.201	4.823.338
Outros	859.377	79.860
	16.671.169	12.717.422

18. Obrigações tributárias:	2017	2016
ISS a Recolher	2.787.247	1.448.612
PIS a Recolher	–	1.173.997
COFINS a Recolher	–	3.130.390
IRRF a Recolher	2.894.383	1.555.647
CPRB a Recolher	–	1.841.344
Parcelamentos **(a)**	7.854.412	10.631.494
Outros	1.966.395	1.411.992
	15.502.437	21.193.475

Ocorreram reparcelamentos ordinários para os tributos federais PIS, COFINS e CPRB, referente débitos apurados no ano-calendário de 2014 a ou tubro de 2015. **19. Obrigações contas a pagar:**

	2017	2016
Créditos de clientes	977.152	1.049.879
Adiantamento de clientes	2.986.059	3.674.236
Outros	4.942.167	1.376
	8.905.378	4.725.491

20. Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram calculadas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. Por opção da administração da companhia, não foi efetuada a provisão para demandas judiciais. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante calculado. Os montantes cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, decorrentes de causas cíveis, trabalhistas e tributárias também não foram registrados nas demonstrações contábeis. **21. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2017, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado corresponde a R$ 45.252.000, representado por 45.252.000 ações nominativas sem valor nominal, sendo o preço de emissão da mesma no valor de R$ 1, cada uma. O capital social é assim distribuído:

Acionistas	Ações ON Integralizadas	%	R$
Turita Participações Ltda.	44.872.000	99,16	44.872.000
MGM Locações Ltda.	380.000	0,84	380.000
	45.252.000	100	45.252.000

b) Reserva de capital: A Companhia possui reserva de capital no montante de (R$ 36.772.186, em 31/12/2017 e 2016, para futuro aumento de seu capital social. **c)** Reserva legal: A movimentação da reserva legal corresponde a 5% do resultado do exercício, que acumula em 31/12/2017 o saldo de (R$ 4.253.872, (R$ 4.059.481 em 2016). **d)** Reserva de lucros: Constituída por parcela remanescente do lucro líquido ajustado após a proposição das destinações previstas.

22. Receita operacional líquida:	2017	2016
Prestação de serviços	133.649.644	227.549.968
Receita de SCPs	22.190.129	1.170.900
Receita de Consórcios	30.838.352	55.905.049
Deduções	(11.440.846)	(15.234.146)
	175.237.279	269.391.771

23. Custo e despesas das vendas e dos serviços prestados:

Despesas por função	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	160.168.433	232.769.735
Despesas com vendas	914.357	625.840
Despesas gerais e administrativas	5.622.461	7.248.669
Despesas Tributárias	344.649	–
Despesas com pessoal	13.670.902	12.971.032
	180.720.802	253.615.276
Despesas por natureza		
Materiais aplicados	22.825.906	46.516.128
Gastos diretos do serviços prestados	43.637.754	57.426.365
Mão de obra direta	48.029.296	66.299.356
Mão de obra indireta	11.298.816	11.420.881
Serviços de terceiros	2.798.112	54.580.527
Viagens, hospedagens e locomoção	780.583	1.298.820
Transporte e Locomoção	14.912.146	–
Aluguéis e condomínios	19.507.418	1.752.134
Depreciação e amortização	822.495	1.885.878
Contas e materiais de consumo	458.143	610.034
Manutenção	5.167.560	5.519.839
Seguros e indenizações	794.552	502.656
Outras despesas administrativas	9.688.021	5.802.658
	180.720.802	253.615.276

24. Outras receitas/(despesas operacionais):

Receitas	2017	2016
Dividendos recebidos SCP	2.216.231	5.150.137
Outros	1.432.156	1.182.748
	3.648.387	6.332.885
Despesas: Alienação de ativo imobilizado	(454.096)	–
Perdas em itens monetários	–	(2.407.251)
	(454.096)	(2.407.251)
	3.194.291	3.925.634

25. Resultado financeiro: Receitas	2017	2016
Juros ativos	166.873	913.501
Descontos obtidos	761.940	310.160
Outros	42.252	242.973
	971.066	1.466.634
Despesas: Encargos financeiros	(3.284.972)	(9.148.899)
Juros passivos	(1.942.083)	(3.106.740)
Descontos Concedidos	(1.193.851)	(0,00)
Multas por atraso de pagamento	(4.911.783)	(1.050.742)
Outros	(84.962)	(252.952)
	(11.417.651)	(13.559.333)
	10.446.586	12.092.699

26. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. **Risco de taxa de juros:** O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. **Risco de taxa de juros:** O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Atualmente, as dívidas de taxas de juros são prefixadas. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Companhia deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho:

Ativo Financeiro	2017 Ativo a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecimento no resultado	2017 Empréstimos e Recebíveis	2016 Ativo a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecimento no resultado	2016 Empréstimos e Recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	125.601	–	7.962.603	–
Contas a receber	–	189.123.267	–	186.594.227
Partes Relacionadas	–	22.870.174	–	18.272.794
Participação em consórcios	–	10.383.063	–	8.135.435
Outras contas a receber	–	37.193.147	–	34.827.781
	125.601	259.569.651	7.962.603	247.830.237

Passivo Financeiro	2017 Passivo Financeiro mensurados ao custo amortização	2016 Passivo Financeiro mensurados ao custo amortização
Fornecedores	15.805.829	10.538.917
Empréstimos	45.809.557	48.325.366
Partes Relacionadas	4.446.897	5.957.109
Participação em consórcios	964.750	6.168.531
Outras contas a pagar	8.905.378	4.725.491
	75.932.411	75.715.414

Mensuração do valor justo: O valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. Determina-se uma hierarquia de três níveis para o valor justo, descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • **Nível 1** – Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente como preços ou indiretamente derivados dos preços; • **Nível 3** – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado inputs não observáveis: **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não mantinha operações com instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2017. **27. Seguro:** A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31/12/2017, é assim demonstrada:

Responsabilidade Civil	Riscos Financeiros	77.244,57
Responsabilidade Civil	Garantia Segurado – Setor Público	221.242,00
Responsabilidade Civil	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	985.575,90
Responsabilidade Civil	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	1.863.850,95
Responsabilidade Civil	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	10.254.460,26
Responsabilidade Civil	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	8.418.503,57
Responsabilidade Civil	Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	4.995.755,32
Responsabilidade Civil	Obras Civis em Construção e/ou Instalações e Montagens	35.886.330,60
Responsabilidade Civil	Obras Civis em Construção e/ou Instalações e Montagens	37.817.500,00
Responsabilidade Civil	Obras Civis e/ou Instalação e Montagem	3.000.000,00
Responsabilidade Civil	Obras Civis em Construção e/ou Instalações e Montagens	3.000.000,00
Responsabilidade Civil	Obras Civis em Construção e/ou Instalações e Montagens	3.000.000,00
Responsabilidade Civil	Garantia Segurado - Setor Privado	5.075.000,00
Responsabilidade Civil	Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	1.500.000,00
Responsabilidade Civil	Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	7.409,78
Judicial	Seguro Garantia – Setor Público	638.391,31

28. Eventos subsequentes Empréstimos e Financiamentos: Em 2017 a empresa realizou uma renegociação bancária que se fez necessária diante da rescisão unilateral pela MSVIA do Contrato de Empreitada a Preço Unitário CCRACT-MSV-46000024225-14.

Manoel Fagner dos Santos Silva – Administrador
Paulo César dos Santos – Contador - CRC 1SP197778/O-2

Cawi Participações Ltda

CNPJ: 15.527.947/0001-22 - NIRE: 35.226.527.793

Extrato da Reunião de Sócios realizada em 15.01.2018, às 10:00 horas

Camila Bauducco Nunes Piccini; Fabio Novaes de Camillo; e, Paula Perez Raimo, únicos sócios da **Cawi Participações Ltda.**, por intermédio da Reunião de Sócios realizada em 15.01.2018, às 10:00 horas na sede social, deliberaram, para redução do capital social em R$ 2.500.000,00, mediante cancelamento de 2.500.000 quotas subscritas e não integralizadas pelos sócios, sendo 2.499.728 quotas detidas pela sócia Camila Bauducco Nunes Piccini, 136 quotas detidas pelo sócio Fabio Novaes de Camillo e 136 quotas detidas pela sócia Paula Perez Raimo. O capital social, no valor total de R$ 6.339.372,00, é reduzido para R$ 3.839.372,00, dividido em 3.839.372,00 quotas com valor nominal unitário de R$ 1,00, mediante o cancelamento do total de 2.500.000 quotas subscritas e não integralizadas, com valor de R$ 1,00 cada, perfazendo o total de R$ 2.500.000,00. Nos termos e para os fins das disposições constantes do artigo 1.084 da Lei nº 10.406/02, ficam dispensadas as prestações ainda devidas, com diminuição proporcional do valor nominal das quotas da Sociedade. São Paulo, 15.01.2018. Camila Bauducco Nunes Piccini; Fabio Novaes de Camillo; e, Paula Perez Raimo.

Shopping Metropolitano Barra S.A. - CNPJ/MF nº 13.960.041/0001-71 - NIRE 35.300.456.424

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 22/03/2018

Na qualidade de secretária da Assembleia Geral Extraordinária da Shopping Metropolitano Barra S.A., realizada em 22/03/2018, às 14:00, na sede da Companhia, com a presença da totalidade dos acionistas, CERTIFICO as seguintes deliberações: "Considerando que o capital social da Companhia se encontra totalmente integralizado, os acionistas resolvem aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A., a redução do capital social em R$11.000.000,00, montante este considerado excessivo em relação ao objeto social, passando **de** R$76.081.678,45 **para** R$65.081.678,45, mediante o cancelamento de 8.800.000 ações ordinárias de classe A, nominativas e sem valor nominal, e 2.200.000 ações ordinárias de classe B, nominativas e sem valor nominal.". Assinaturas: Mesa: Thiago Kiyoshi Vieira Muramatsu - Presidente; Alessandra de Lima Penido - Secretária. Acionistas presentes: CCP Magnólia Empreendimentos Imobiliários Ltda.; e Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções. As deliberações acima foram extraídas e são cópia fiel das deliberações registradas na ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 22/03/2018.
Alessandra de Lima Penido - Secretária.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE 35.300.369.149

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 79ª e 80ª Séries da 4ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. em primeira convocação, conforme abaixo

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.384/0001-30 ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 12.2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 79ª e 80ª Séries da 4ª Emissão, firmado em 18 de junho de 2015 ("Termo de Securitização"), convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 79ª e 80ª Séries da 4ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 a se realizar: em primeira convocação, no dia 16 de maio de 2018, às 10:00 horas, para deliberar a seguinte Ordem do Dia: (1) a aprovação, ou não, de inclusão de cláusula de mora no Termo de Securitização, nos seguintes termos e condições: "ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia aos Titulares dos CRI, cujo montante encontra-se depositado na Conta Centralizadora, para tanto, e não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o efetivo recebimento dos Créditos Imobiliários Totais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente acrescidos da remuneração respectiva, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês"; e (2) demais assuntos de interesse dos Titulares de CRI em razão da presente Ordem do Dia. Para a convocação retrocitada, os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Emissora, endereço retro indicado, com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 24 de abril de 2018. **GAIA SECURITIZADORA S.A.**

EDITAL DE LEILÃO - 199ª HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA JUSTIÇA FEDERAL SÃO PAULO - 1º LEILÃO: 07/05/2018, às 11h - 2º LEILÃO: 21/05/2018, às 11h. LOCAL: R. João Guimarães Rosa nº 215, São Paulo/SP. BEM: 01 imóvel matriculado sob o nº 98.156 do 18º Cartório de Registro de Imóveis, cuja descrição contida na certidão correspondente passa a ser copiada: O apartamento nº 121 duplex, localizado nos 12º e 13º andares do edifício "B", integrante do Condomínio Indiana Residencial Garden, situado à Rua Souza Reis, nº 70 - na Vila Indiana, no 13º Subdistrito Butantã, contendo a área privativa de 148,48m², área comum de 68,076m², área total de 216,556m², correspondendo-lhe a fração ideal no terreno de 1,1484% e a quota de participação nas despesas de 1,1484%. Valor de avaliação: R$ 1.000.000,00. Lance mínimo para arrematação em 1º ou 2º Leilão, conforme Lei nº 5.741/71, art. 6º: R$ 1.269.928,66 (Um milhão duzentos e sessenta e nove mil novecentos e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos)– Proc. nº 0016617-87.2016.403.6100 – 26ª Vara Federal Cível de São Paulo. Edital disponível em http://www.jfsp.jus.br/servicos-judiciais/cehas/

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL
PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

HELIO JOSE ABDOU, leiloeiro oficial estabelecido na Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Ré, São Paulo/SP, FAZ SABER que, devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, designado pelo Sistema Financeiro de Habitação, venderá na forma do Decreto lei nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 13/69, RC 24/68 e RD 8/70 e CFG 10/77 do BNH , e Lei nº 8004 de 14/03/1990, no dia, hora e local abaixo referido, os imóveis adiante descritos, com todas as suas benfeitorias, instalações, pertences e acessórios, para pagamento de dívidas hipotecárias em favor da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda será feita pelo maior lance obtido, a vista ou com financiamento. A venda à vista, com recursos próprios, será feita mediante pagamento integral no ato do leilão, podendo, também, o arrematante pagar no ato, como sinal, 20% do preço da arrematação e o saldo restante, no prazo impreterível de 08 dias, sob pena e perda do sinal dado. Quando o recurso utilizado for o FGTS, o arrematante deverá apresentar, no ato da compra, a carta de habilitação do FGTS. A venda com financiamento, o arrematante deverá apresentar a Carta de Credito, no Ato da Compra, que poderá ser emitida por qualquer Agência da Caixa. O Arrematante que utilizar carta de crédito como parte do pagamento fica ciente de que o imóvel será objeto de avaliação para fins de garantia real e que deverá cumprir todas as exigências determinadas pelo credor de forma a satisfazer as condições de financiamento, podendo suportar com eventuais diferenças a serem pagas com recursos próprios para viabilizar a arrematação. As despesas relativas à remuneração do agente fiduciário, comissão do Leiloeiro, registro da Carta de Arrematação, despesas do processo de execução, impostos, taxas e débitos fiscais e condominiais correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo. Os lances mínimos para a venda é o maior valor entre o valor da dívida total e o valor da avaliação do imóvel, sujeitos, porém, à atualização até o dia da realização da praça. Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais. Os devedores ficam desde já cientificados do dia, hora e local de realização do presente leilão. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis. Ficam, desde já, intimados do presente Leilão, os devedores hipotecários, caso não tenham sido localizados. INFORMAÇÕES: (11)97334-6595 – 11-2687-1327. E-mail: sp@credmobile.com.br.

PRAÇA: SAO PAULO/SP, DATA: 26/04/2018; HORÁRIO: DAS 10:00 AS 10:15h
LOCAL: AV. GUILHERME COTCHING, Nº 117O, COD. 0273, AG. VILA MARIA-SAO PAULO/SP

Contrato: 1.1360.4033781-5 - SED: 30670/2018 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): ANA MARIA ANDRADE DE OLIVEIRA, BRASILEIRA, CASADA NO REGIME DA COMUNHÃO DE BENS, ANTES DA LEI 6.515/77, BANCARIA, CPF: 761.656.558/15, RG: 5.745.862 e seu cônjuge **REINALDO WILSON DE OLIVEIRA,** BRASILEIRO, BANCARIO, CPF: 396.339.938/49, RG: 5.846.116. Imóvel sito à: RUA SOUZA REIS, Nº 120, AP 24, NO 2º ANDAR DO EDIFICIO B E VAGA DUPLA NºS 108- A E 108-B LOCALIZADA NO SUBSOLO DO EDIFICIO B, CONDOMINIO INDIANA BELVEDERE RESIDENCIAL, NA VILA INDIANA, 13 º SUBDISTRITO BUTANTÃ - SAO PAULO/SP. Descrição: Apartamento com a área privativa de 110,390m2, área comum de 61,089m2, área total de 171,479m2, cabendo-lhe a fração ideal de 0,8396% do terreno e das coisas comuns do condomínio e tocando-lhe a quota de participação de 0,8396% nas despesas de condomínio. Vaga dupla nº 108-A e 108-B, com a área privativa de 19,80m2, área comum de 30,792m2, área total de 50,592m2, cabendo-lhe a fração ideal de 0,1523% no terreno e demais coisas comuns do condomínio e tocando-lhe a quota de participação de 0,1523% nas despesas de condomínio. Lance Mínimo Previsto: R$ 782.500,00.

Contrato: 2.1816.3504998-1 - SED: 30633/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): FERNANDO DE CARVALHO E MELLO, BRASILEIRO, SEPARADO CONSENSUALMENTE, BANCÁRIO, CPF: 046.448.087-68, RG: 15.861.245-SSP/SP. Imóvel sito à: RUA CORONEL CONRADO SIQUEIRA CAMPOS Nº 47, APARTAMENTO Nº 124, BLOCO B, LOCALIZADO NO 12º ANDAR OU 15º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO AZALÉIA, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO PÁSSAROS E FLÔRES, NO 30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA. - SÃO PAULO/SP. Descrição: Possuindo a área privativa de 79,16 metros quadrados, área de garagem de 21,02 metros quadrados, correspondendo a 01 (uma) vaga(s) indeterminada(s), área comum de 27,092 metros quadrados, perfazendo a área total de 127,272 metros quadrados, correspondente à fração ideal de 0,4972% no terreno. Lance Mínimo Previsto: R$ 2.028.317,84.

Contrato: 3.1234.4014368-5 - SED: 30621/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): FRANCISCO RODRIGUES DA ROCHA, BRASILEIRO, CASADO SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6.515/77, COMERCIÁRIO, CPF: 694.203.608-06, RG: 8.295.142-SSP/SP e seu cônjuge **MARIA AUXILIADORA FRANÇA DA SILVA DA ROCHA,** BRASILEIRA, DO LAR, CPF: 086.914.258-57, RG: 16.212.760-SSP/SP. Imóvel sito à: RUA COLONIA LEOPOLDINA, Nº 311, AP 41, LOCALIZADO NO 3º PAVIMENTO DO BLOCO Nº A-27, INTEGRANTE DO CONDOMINIO RESIDENCIAL SETE QUEDAS, NA VILA NOVA SILVIA, NO DISTRITO DE ERMELINO MATARAZZO - SÃO PAULO/SP. Descrição: Com a área útil de 49,8800ms2, área comum de 23,6379ms2, área total de 73,5179ms2, e a fração ideal no terreno de 0,2315%, correspondendo-lhe uma vaga indeterminada, em estacionamento coletivo, do tipo descoberta, área essa inclusa na área comum da unidade, com 18,4601ms2. Lance Mínimo Previsto: R$ 233.778,69.

Contrato: 8.1921.0007645-0 - SED: 30637/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): IVONE REGINA BELTRAME, BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, CPF: 116.213.768-18, RG: 18431937-7-SSP/SP e **ANDREIA CRISTINA BELTRAME,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, CPF: 134.404.758-08, RG: 24537109-6-SSP/SP. Imóvel sito à: ESTRADA PIRAJUSSARA-VALO VELHO, Nº 1.900, APARTAMENTO Nº 11, LOCALIZADO NO 1º ANDAR DO EDIFÍCIO BELGA OU BLOCO 2C OU ALA C DO BLOCO 2, INTEGRANTE DO CONJUNTO RESIDENCIAL MORADA DOS PÁSSAROS, NO BAIRRO PIRAJUSSARA, 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO - SÃO PAULO/SP. Descrição: Com a área útil de 51,900m2, nesta já incluída a área de 11,250m2 correspondente à vaga nº 41 na garagem descoberta localizada a nível do térreo, e a área comum de 49,321m2, perfazendo a área total de 101,221m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,00427 no terreno condominial. Lance Mínimo Previsto: R$ 198.188,52.

Contrato: 1.0235.4134673-8 - SED: 30647/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): RITSUHIDE TAKARA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, COMERCIANTE, CPF: 518.552.328-04, RG: 5.745.349-SP. Imóvel sito à: RUA PAULO VIDIGAL VICENTE DE AZEVEDO, Nº 222, AP 38, NO 3º ANDAR DO EDIFICIO MONTE PALATINO - BLOCO B, CONDOMINIO RESIDENCIAL BELVEDERE II, 44º SUBDISTRITO LIMAO - SAO PAULO/SP. Descrição: Contendo a área útil de 58,05m2 e área comum de 53,74m2, com a área total de 111,79m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,2506% no terreno condominial, estando a ele vinculada uma vaga no EDIFICIO GARAGEM do condominio, para um automóvel, em local indeterminado. Lance Mínimo Previsto: R$ 717.655,86.

São Paulo, 06/04/2018.
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP603.
Leiloeiro Oficial

06 - 14 - 26/04/2018

G5 HOLDING S.A.

CNPJ nº 08.720.705/0001-95

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores em Reais)

Ativo	2017	2016
Ativo Circulante	**1.052**	**70**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.052	70
Impostos a Recuperar	-	-
Ativo Não Circulante	**10.714.705**	**18.772.009**
Investimentos Permanentes	10.714.705	18.772.009
Total do Ativo	**10.715.757**	**18.772.079**

Passivo	2017	2016
Passivo Circulante	-	-
Obrigações Tributárias	-	-
Patrimônio Líquido	**10.715.757**	**18.772.079**
Capital Social	954.969	954.969
Reservas de Capital	5.330.102	5.330.102
Reservas de Lucros	21.657.890	27.272.577
Ações em Tesouraria	(5.950.912)	(3.509.276)
Prejuízos Acumulados	(11.276.293)	(11.276.293)
Total do Passivo	**10.715.757**	**18.772.079**

Demonstração de Resultado do Exercício em 31/12/2017 e 2016 (Valores em Reais)

	2017	2016
Receita Operacional Líquida	-	-
Despesas Operacionais	(785.834)	(32.874)
Despesas com Pessoal	-	(1.790)
Despesas com Serviços Públicos	-	-
Despesas com Serviços Profissionais	(770.566)	(12.304)
Impostos e Taxas	(520)	(255)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(14.749)	(18.494)
Resultado Financeiro Líquido	(507)	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	(4.828.346)	2.022.331
Resultado Antes dos Impostos e Contribuições	(5.614.687)	1.989.456
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**(5.614.687)**	**1.989.456**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2017 e 2016 (Valores em Reais)

	Capital Social	Reservas/Lucro do Período	Total
Saldo em 31/12/2015	**954.969**	**16.217.673**	**17.172.643**
Lucro Líquido do Período	-	1.989.456	1.989.456
Remuneração Baseada em Ações de Funcionários	-	-	-
Dividendos	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	(390.020)	(390.020)
Saldo em 31/12/2016	**954.969**	**17.817.110**	**18.772.079**
Lucro Líquido do Período	-	(5.614.687)	(5.614.687)
Dividendos	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	(2.441.636)	(2.441.636)
Saldo em 31/12/2017	**954.969**	**9.760.787**	**10.715.757**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2017 e 2016 (Valores em Reais)

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Período	(5.614.687)	1.989.456
Ajustes ao Lucro líquido:		
Receita de Equivalência Patrimonial	4.828.346	(2.022.331)
Recebimento de Dividendos	3.228.958	421.500
Remuneração Baseada em Ações de Funcionários	-	-
Redução (Aumento) de Ativos		
Impostos a Recuperar	-	-
Aumento (Redução) de Passivos		
Obrigações Tributárias	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**2.442.617**	**388.625**
Fluxo de Caixa das Atividades Financiamentos		
Dividendos Pagos	-	-
Ações em Tesouraria	(2.441.636)	(390.019)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**(2.441.636)**	**(390.019)**
Aumento / Diminuição Líquido em Caixa e Equivalência de Caixa	**982**	**(1.394)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	70	1.463
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.052	70

Renato Klarnet - Diretor

Antonio Carlos Machado - Contador - CRC - 1SP178287/O-1

REC Pouso Alegre S.A.

CNPJ 13.099.762/0001-39

Relatório da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Sociedade, referentes aos exercícios findos em 31/12/2017. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2017 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Circulante		**3.252**	**2.535**	**2.657**
Caixa e equivalentes de caixa	3	630	720	403
Contas a receber	4	1.675	1.636	2.081
Contas a receber com terreno	5	600	-	-
Tributos a recuperar		35	43	55
Outros créditos		312	136	118
Não circulante		**51.253**	**91.545**	**93.959**
Contas a receber		-	-	56
Propriedades para investimentos	5	50.797	90.975	93.117
Benfeitorias em imovel de terceiros		62	106	250
Imobilizado		385	455	527
Intangível		9	9	9
Total do ativo		**54.505**	**94.080**	**96.616**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Circulante		**11.397**	**8.784**	**4.443**
Fornecedores	6	500	219	325
Impostos e contribuições a recolher	7.a	82	137	215
Adiantamento de clientes		-	1	68
Receita diferida	9	361	377	432
Partes relacionadas	8	1.427	509	760
Cessão de créditos imobiliários	10	9.027	7.541	2.643
Não circulante		**38.844**	**41.346**	**42.840**
Receita diferida	9	925	715	1.356
Provisão para contigências judiciais	11	629	-	-
Impostos diferidos	7.b	2.030	1.670	1.225
Cessão de créditos imobiliários	10	35.260	38.961	40.259
Patrimônio líquido				
Capital social	12.a	72.337	68.327	68.307
Prejuízos acumulados		(69.874)	(27.968)	(18.995)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.b	1.800	3.590	20
Total do patrimônio líquido e recursos capitalizáveis		**4.263**	**43.949**	**49.332**
Total do passivo e patrimônio líquido		**54.505**	**94.080**	**96.616**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**68.307**	**(18.995)**	**20**	**49.332**
Integralização no capital social		20	-	(20)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	3.590	3.590
Prejuízo do exercício		-	(8.973)	-	(8.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**68.327**	**(27.968)**	**3.590**	**43.949**
Integralização no capital social	12.a	4.010	-	(4.010)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.b	-	-	2.220	2.220
Prejuízo do exercício		-	(41.906)	-	(41.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**72.337**	**(69.874)**	**1.800**	**4.263**

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/17	31/12/16
Receitas operacionais líquidas	13	6.245	7.227
Custos de aluguéis e serviços	14	(6.914)	(7.019)
Prejuízo/lucro bruto		**(669)**	**208**
Despesas (receitas) operacionais:			
Gerais e administrativas	15	(683)	(458)
Despesas comerciais	16	550	(1.400)
Despesas tributárias		(19)	(70)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(37.401)	141
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(38.222)**	**(1.579)**
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		124	38
Despesas financeiras		(3.425)	(6.982)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(41.523)**	**(8.523)**
IR e contribuição social diferidos	19	(383)	(450)
Prejuízo dos exercícios		(41.906)	(8.973)

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	31/12/17	31/12/16
Prejuízo dos exercícios	**(41.906)**	**(8.973)**
Outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(41.906)**	**(8.973)**

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 - (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/17	31/12/16
Prejuízo do exercício	(41.523)	(8.523)
Ajustes de receitas e despesas que não afetam o caixa e equivalente de caixa:		
Atualização monetária e juros sobre empréstimos	2.905	5.911
Amortização de custos com emprestimos	70	70
Depreciação do imobilizado	70	72
Depreciação da propriedade para investimentos	2.275	2.273
Depreciação de benfeitorias em imovel de terceiros	44	44
Provisão de impairment sobre a propriedade para investimento	37.778	-
Provisão para contigências judiciais	629	-
Provisão / (reversão) para devedores duvidosos	(920)	1.062
Variação nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	934	(501)
Contas a receber de terrenos	600	
Tributos a recuperar	8	12
Outros créditos	(177)	(18)
Adiantamentos	(1)	(67)
Fornecedores	281	(106)
Impostos e contribuições	(55)	(78)
Receitas diferidas	120	(696)
Impostos diferidos	-	445
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Juros pagos	(3.433)	(2.381)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(396)**	**(2.481)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições às propriedades para investimento	(50)	(31)
Baixa por venda de terreno	175	-
Venda de terreno	(1.200)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(1.075)**	**(31)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de emprestimo	(1.756)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.220	3.080
Empréstimos de mútuo	918	(251)
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	**1.381**	**2.829**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(90)	317
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	720	403
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	630	720
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(90)	317

Jorge Carlos Nuñez - Diretor

Bianca Carnicer Micheloni - Contadora - CRC 1SP 253.163/O-7

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

HEJOASSU Administração S.A.

CNPJ: 61.194.148/0001-07 - NIRE: 35 3 001955 9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1.184	296
Aplicações financeiras		256	7.324
Dividendos a receber	6	140.049	
Outros ativos		10	22
		141.499	7.642
Não Circulante			
Tributos a recuperar	5	46.449	44.252
Depósitos judiciais		3.175	3.175
		49.624	47.427
Investimentos	7	35.958.379	36.164.702
		36.008.003	36.212.129
Total do ativo		**36.149.502**	**36.219.771**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		20	93
Salários e encargos sociais		2.911	2.655
Tributos a recolher		142	149
Dividendos a pagar	6	140.058	
Outras exigibilidades		119	109
		143.250	3.006
Não Circulante			
Outras exigibilidades		508	123
Provisões para contingências		2.435	2.297
		2.943	2.420
Patrimônio líquido	8		
Capital social		27.000.000	27.000.000
Reservas de lucros		8.268.957	7.958.829
Ajuste de avaliação patrimonial		734.352	1.255.516
		36.003.309	36.214.345
Total do passivo e patrimônio líquido		**36.149.502**	**36.219.771**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016		**27.000.000**	**4.202**	**998.445**	**7.623.902**		**3.489.405**	**39.115.954**
Total do resultado abrangente do exercício								
Prejuízo do exercício						(1.306.855)		(1.306.855)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(2.385.648)	(2.385.648)
Total do resultado abrangente do exercício						**(1.306.855)**	**(2.385.648)**	**(3.692.503)**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Resultado da incorporação da controlada VPAR pela controlada indireta VID			2.505		519.317		(521.822)	
Compra de participação não controladores (reflexa de controlada)							673.581	673.581
Constituição de reserva de incentivos fiscais (reflexa de controlada)			3.772		(3.772)			
Ajuste equivalência patrimonial reflexa					5.769			5.769
Dividendos adicionais 2015/2016					(1.802)			(1.802)
Reversão de dividendos deliberados					113.346			113.346
Absorção do prejuízo do exercício					(1.306.855)	1.306.855		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			**6.277**		**(673.997)**	**1.306.855**	**151.759**	**790.894**
Em 31 de dezembro de 2016	**8 (a)**	**27.000.000**	**10.479**	**998.445**	**6.949.904**		**1.255.516**	**36.214.345**
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro do exercício						569.341		569.341
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(306.456)	(306.456)
Total do resultado abrangente do exercício						**569.341**	**(306.456)**	**262.885**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Aumento de participação não controladores								
Nexa - diluição participação							(214.708)	(214.708)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva legal				28.467		(28.467)		
Dividendos distribuídos	8 (b)				(123.994)	(135.218)		(259.212)
Retenção de lucros					405.655	(405.655)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**28.467**	**281.661**	**(569.341)**	**(214.708)**	**(473.920)**
Em 31 de dezembro de 2017		**27.000.000**	**10.479**	**1.026.912**	**7.231.566**		**734.352**	**36.003.309**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
Resultado de participações societárias			
Resultado e equivalência patrimonial	7	589.190	(1.296.090)
Despesas operacionais			
Despesa gerais e administrativas		(22.074)	(13.644)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**567.116**	**(1.309.734)**
Receitas financeiras		2.486	3.215
Despesas financeiras		(261)	(336)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**2.225**	**2.879**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**569.341**	**(1.306.855)**
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**569.341**	**(1.306.855)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação		0,36	(0,82)
Quantidade média de ações		1.600.000	1.600.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**569.341**	**(1.306.855)**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada		
Variação cambial de investimentos no exterior	473.422	(4.552.775)
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(163.227)	2.034.004
"Hedge accounting" operacional de controladas	(100.545)	52.120
Valor justo de ativos financeiros disponiveis para venda	39.045	226.831
Outros reflexos de controladas e coligadas	(556.520)	(109.014)
	(307.825)	(2.348.834)
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	1.369	(36.814)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(306.456)**	**(2.385.648)**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**262.885**	**(3.692.503)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	569.341	(1.306.855)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(589.190)	1.296.090
Variações monetárias	(2.348)	(3.034)
	(22.197)	(13.799)
Variações nos ativos e passivos		
Redução em obrigações tributárias - REFIS		
Aumento em outros passivos	567	3.073
Aumento (diminuição) em outros ativos	7.373	(3.419)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(14.258)**	**(14.145)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aporte Capital em Controladas	(1.000)	
Dividendos recebidos	135.300	15.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**134.300**	**15.000**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(119.154)	(1.060)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(119.154)**	**(1.060)**
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	**888**	**(205)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**296**	**501**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1.184**	**296**
Transações que não afetaram o caixa		
Reversão de dividendos		113.346

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Considerações gerais
A Hejoassu Administração S.A. ("Companhia", ou "Hejoassu") é uma sociedade de capital privado fechado, e controladora integral da Votorantim S.A. ("VSA"), com sede na cidade de São Paulo, Brasil. A empresa foi constituída em 24 de setembro de 1969 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.

2 Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras e contábeis
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de abril de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

2.1 Base de apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado.
Estas demonstrações financeiras individuais contêm informações sobre a Hejoassu e não contêm informações financeiras consolidadas, como sendo a controladora de um grupo. A Hejoassu não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua controlada VSA, uma vez que essa controlada é a holding do Grupo Votorantim e já prepara demonstrações financeiras consolidadas. A administração da Companhia concluiu que a preparação de demonstrações financeiras consolidadas incluindo a Hejoassu, considerando a irrelevância de seus ativos e passivos, estaria duplicando informações já disponíveis, não acrescentando relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público por meio do site www.votorantim.com.br
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas
As estimativas e julgamentos contábeis refletidos de controlada são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, inclusive expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Provisões tributárias
A Companhia é parte envolvida em processos tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamental na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Principais práticas e estimativas contábeis adotadas

(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.

(b) Depósitos judiciais
No que se refere a processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento.

(c) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda.
Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

(d) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

5 Tributos a recuperar

	2017	2016
IRPJ a compensar (i)	45.890	43.712
IRRF sobre aplicações financeiras	101	101
CSLL a compensar	457	439
	46.449	**44.252**

(i) Refere-se principalmente a antecipações de Imposto de Renda efetuadas em exercícios anteriores, e são mantidos no Balanço Patrimonial da Companhia, os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação ou com recuperação em andamento.

6 Partes relacionadas

Saldos e transações com partes relacionadas

	Dividendos a receber 2017	Dividendos a receber 2016	Dividendos a pagar 2017	Dividendos a pagar 2016
Partes relacionadas				
Votorantim S.A.	140.049			
AEM Participações S.A.				35.014,5
ERMAN Participações S.A.				35.014,5
MRC Participações S.A.				35.014,5
JEMF Participações S.A.				35.014,5
	140.049			**140.058**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

7 - Investimentos

Investimentos / Avaliados por equivalência patrimonial	Informação da investida em 31 de dezembro de 2017: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2017	2016	Saldo de investimento 2017	2016
Votorantim S.A.	35.957.668	589.680	100,00	589.680	(1.296.090)	35.957.668	36.164.501
Nazaré Participações Ltda	510	(490)	99,99	(490)		510	
Outros investimentos						201	201
Total dos investimentos				**589.190**	**(1.296.090)**	**35.958.379**	**36.164.702**

8 Patrimônio Líquido

(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é R$ 27.000.000.000 (vinte e sete bilhões de reais) totalmente subscrito e integralizado e representado por 1.600.000 ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos
Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	569.341	(1.306.855)
Reserva legal	(28.467)	
Base de cálculo dos dividendos	540.874	
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	135.218	
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	

Durante o exercício de 2017, a Companhia deliberou às suas controladoras, o montante de R$ 119.154, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2016.

(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica de forma reflexa: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

CLÓVIS ERMÍRIO DE MORAES SCRIPILLITI - Diretor
JOSÉ LUIZ GIMENES CAIAFA - Diretor

PAULO MIDENA - Contador - CRC 1-SP-171463/O-9

Real Estate XXIV Investimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.382.110/0001-35 - NIRE 35.300.472.578

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25 de Abril de 2018

Data, Hora e Local: 25/04/18,10h, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada devido a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente - **Alexandre Borensztein**, Secretário - **Rafael Freitas de Aguiar. Deliberações:** 1. Aprovar a redução do capital social da Companhia, no valor de R$48.259.000,00 mediante o cancelamento de 48.259.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (i) 35.000.000 de ações encontram-se integralizadas na presente data; e (ii) 13.259.000 ações encontram-se pendentes de integralização na presente data. Foi aprovado, que a totalidade das ações canceladas serão de titularidade do acionista **Pátria Real Estate III - Fundo de Investimento em Participações**, nesse sentido, o acionista receberá a restituição integral do valor correspondente às ações canceladas já integralizadas, qual seja, R$35.000.000, em moeda corrente nacional, no prazo de até 12 meses. 1.1. Em virtude da redução o capital passará de R$150.000.500,00, representado por 150.000.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$101.741.500,00, representado por 101.741.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 1.2. A redução de capital será efetivada após decorrido o prazo legal de 60 dias para manifestação dos credores. 1.3. Após o decurso do prazo para a efetivação da redução de capital, a administração da Companhia procederá à escrituração e assinatura dos livros de ações nominativas. 2. Aprovar a reforma do "**Artigo 5º**", *caput*, do Estatuto Social, que vigerá com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$101.741.500,00, representado por 101.741.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.". **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 24/04/18. **Presidente -** Alexandre Borensztein; **Secretário -** Rafael Freitas de Aguiar.

Polo Films Indústria e Comércio S.A. – CNPJ 26.051.817/0001-82 – NIRE 35.300.494.776

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures de Polo Indústria e Comércio S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.) Realizada em 07/12/2017

Data, Hora e Local: 07/12/2017, às 10hs na sede social ("Emissora" ou "Polo Films"), São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini 105, 11º andar. **Convocação:** dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"), nos termos do artigo 71, §2º, e do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada. Para os fins desta assembleia, "Debêntures" significam as debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 1ª Emissão de Polo Indústria e Comércio S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.)" celebrado em 21/06/2017, conforme aditado em 14/07/2017, 27/07/2017, 01/09/2017 e 01/11/2017, entre a Emissora, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A. ("Fiadora") ("Escritura de Emissão"). **Presença:** (i) Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação, conforme se verificou das suas assinaturas no livro próprio; (ii) a Emissora; (iii) a Fiadora, e (iv) o Agente Fiduciário. **Mesa**: Daniel Rodrigues, Presidente, e Juliana Maria Talioli Balestrero, Secretária. **Ordem do Dia**: **1.** A criação de 3 séries adicionais de Debêntures com a respectiva alocação das Debêntures em 4 séries, sendo 27.081 Debêntures alocadas para a 1ª série ("Debêntures da 1ª Série"); 54.162 Debêntures alocadas para a 2ª série ("Debêntures da 2ª Série"); 68.975 Debêntures alocadas para a 3ª série ("Debêntures da 3ª Série"); e 98.033 Debêntures alocadas para a 4ª série ("Debêntures da 4ª Série"), cada série com seus respectivos prazos de vencimento, valores nominais unitários, taxas de juros, datas de pagamento de principal e juros, conforme constantes do Anexo I a esta ata, sendo certo que o volume financeiro da emissão não será alterado; **2.** Em decorrência da divisão da emissão em quatro séries, a implementação de ajustes à Escritura de Emissão, conforme o Anexo I a esta ata; **3.** A criação de evento de amortização antecipada obrigatória das Debêntures da 2ª Série, das Debêntures da 3ª Série e das Debêntures da 4ª Série, conforme consta do Anexo I a esta ata; **4.** A alteração da redação, a inclusão e a exclusão de determinados Eventos de Inadimplemento, determinadas definições Emissão e alteração de determinados quóruns de deliberação previstos na Escritura, conforme consta do Anexo I a esta ata; **5.** A inclusão, na Escritura de Emissão, de obrigações da Emissora, conforme redação prevista no Anexo I a esta ata; **6.** A liberação da Alienação Fiduciária de Equipamentos Varginha; **7.** Com relação ao Imóvel Montenegro, autorização para (i) que a Hipoteca do Imóvel Montenegro seja convolada em alienação fiduciária; e (ii) celebração de escritura pública de alienação fiduciária do Imóvel Montenegro; **8.** Com relação ao Imóvel Varginha, (i) a autorização para (a) distrato do Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Varginha; (b) celebração de escritura pública de alienação fiduciária do Imóvel Varginha; e (ii) prorrogação, até 30/01/2018, do prazo para constituição da Alienação Fiduciária do Imóvel Varginha. Caso a Alienação Fiduciária do Imóvel Varginha não seja constituída até tal data, ocorrerá um Evento de Inadimplemento nos termos da Cláusula 7.37.1, inciso II da Escritura de Emissão, conforme constante do Anexo I a esta ata; **9.** A inclusão de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora e da Fiadora como garantia das Debêntures, bem como a celebração dos respectivos contratos de cessão fiduciária; **10**. Caso aprovadas as matérias previstas nos itens acima, a autorização para a celebração de: (i) Aditamento e consolidação à Escritura de Emissão, conforme minuta rubricada pelas partes e constante do Anexo I a esta ata, cujo arquivamento e publicação neste ato são expressamente dispensados e que, rubricado por todos, fica arquivado nas sedes da Emissora, da Fiadora e do Agente Fiduciário; (ii) (a) Aditamento ao Contrato de Penhor de Ações Polo Films; (b) aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Montenegro; (c) escritura pública de constituição de alienação fiduciária do Imóvel Varginha; (d) escritura pública de constituição de alienação fiduciária do Imóvel Montenegro; (e) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora; e (f) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Fiadora; e (iii) Demais documentos e/ou aditamentos relacionados aos instrumentos referidos acima. **11.** Caso aprovadas as matérias previstas nos itens acima, aprovação de autorização para que o Agente Fiduciário realize todos os atos estritamente necessários, para a formalização, no que for aplicável, das deliberações desta assembleia, inclusive perante a B3, sem a necessidade de qualquer formalização adicional. **Deliberações**: após a prestação dos devidos esclarecimentos referentes a Ordem do Dia, os Debenturistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a totalidade das matérias da Ordem do Dia. Por fim os Debenturistas declaram que estão de acordo que o *split* da série única em 4 séries e demais matérias aprovadas nesta assembleia sejam implementadas no sistema da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em 11/12/2017. A quantidade de debêntures por série será alocada para os detentores conforme tabela abaixo: **Titulares Debêntures Polo (Assumidas pela Polo Films): Quantidade na custódia em 08/12/2017: Santander:** Série Única (série objeto do split) = 148.476; Debêntures da 1ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 2ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 3ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 4ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –. **Quantidade na custódia em 11/12/2017: Santander:** Série Única (série objeto do split) = –; Debêntures da 1ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = 16.814; Debêntures da 2ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = 33.629; Debêntures da 3ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 4ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = 98.033. **Quantidade na custódia em 08/12/2017: Itaú Unibanco:** Série Única (série objeto do split) = 99.775; Debêntures da 1ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 2ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 3ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 4ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –. **Quantidade na custódia em 11/12/2017: Itaú Unibanco:** Série Única (série objeto do split) = –; Debêntures da 1ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = 10.267; Debêntures da 2ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = 20.533; Debêntures da 3ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = 68.975; Debêntures da 4ª Série Polo (Assumidas pela Polo Films) = –. Os Debenturistas desde já autorizam os indicados abaixo a rubricarem, isoladamente ou em conjunto, em seu nome, as páginas e os anexos desta presente ata. **Parte – Indicado**: Banco Santander (Brasil) S.A., Nome: Caio Itiberê Ferreira da Silva, CPF: 424.579.038-58; Nome: Murilo de Moraes Rego; CPF: 462.771.208-16. Itaú Unibanco S.A., Nome: Caio Itiberê Ferreira da Silva, CPF: 424.579.038-58; Nome: Murilo de Moraes Rego, CPF: 462.771.208-16. Os termos iniciados em letra maiúscula que não estejam definidos na presente Assembleia, têm o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. **Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos. São Paulo/SP, 07/12/2017. **Mesa**: Daniel Rodrigues, Presidente; Juliana Maria Talioli Balestrero, Secretária. **Debenturistas**: Banco Santander (Brasil) S.A.; Itaú Unibanco S.A. **Agente Fiduciário**: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.. Emissora, ciente e de acordo com as condições previstas nesta ata: **Polo Films Indústria e Comércio S.A.**. Fiadora, ciente e de acordo com as condições previstas nesta ata: **Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A.** Jucesp nº 193.477/18-0 em 20/04/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0066365-13.2012.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea de Abreu e Braga, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ASFALTOS CALIFORNIA SA, CNPJ 60.184.405/0001-59, na pessoa do seu representante legal que HSBC BANK BRASIL S/A – Banco Múltiplo lhe ajuizou Ação de Conhecimento, julgada procedente, encontrando-se o processo na fase de Cumprimento de Sentença. Estando a executada em lugar ignorado e incerto, foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL, para no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetue o pagamento do débito no valor de R$ 1.702.270,72, devidamente atualizado a época do pagamento, sob pena do débito ser acrescido de multa de 10% e de honorários de advogado de 10%. Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o prazo supra sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para independentemente de penhora ou nova intimação, apresentar, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2018. 25 e 26/04

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL
PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

HELIO JOSE ABDOU, leiloeiro oficial estabelecido na Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Ré, São Paulo/SP, FAZ SABER que, devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, designado pelo Sistema Financeiro de Habitação, venderá na forma do Decreto lei nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 13/69, RC 24/68 e RD 8/70 e CFG 10/77 do BNH , e Lei nº 8004 de 14/03/1990, no dia, hora e local abaixo referido, os imóveis adiante descritos, com todas as suas benfeitorias, instalações, pertences e acessórios, para pagamento de dívidas hipotecárias em favor da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda será feita pelo maior lance obtido, a vista ou com financiamento. A venda à vista, com recursos próprios, será feita mediante pagamento integral no ato do leilão, podendo, também, o arrematante pagar no ato, como sinal, 20% do preço da arrematação e o saldo restante, no prazo impreterível de 08 dias, sob pena e perda do sinal dado. Quando o recurso utilizado for o FGTS, o arrematante deverá apresentar, no ato da compra, a carta de habilitação do FGTS. A venda com financiamento, o arrematante deverá apresentar a Carta de Credito, no Ato da Compra, que poderá ser emitida por qualquer Agência da Caixa. O Arrematante que utilizar carta de crédito como parte do pagamento fica ciente de que o imóvel será objeto de avaliação para fins de garantia real e que deverá cumprir todas as exigências determinadas pelo credor de forma a satisfazer as condições de financiamento, podendo suportar com eventuais diferenças a serem pagas com recursos próprios para viabilizar a arrematação. As despesas relativas à remuneração do agente fiduciário, comissão do Leiloeiro, registro da Carta de Arrematação, despesas do processo de execução, impostos, taxas e débitos fiscais e condominiais correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo. Os lances mínimos para a venda é o maior valor entre o valor da dívida total e o valor da avaliação do imóvel, sujeitos, porém, à atualização até o dia da realização da praça. Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais. Os devedores ficam desde já cientificados do dia, hora e local de realização do presente leilão. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis. Ficam, desde já, intimados do presente Leilão, os devedores hipotecários, caso não tenham sido localizados. INFORMAÇÕES: (11)97334-6595 – 11-2687-1327. E-mail: sp@credmobile.com.br.

PRAÇA: SÃO PAULO/SP, DATA: 26/04/2018; HORÁRIO: DAS 12:30 AS 12:45h
LOCAL: RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, AG. ESTADOS UNIDOS - COD 2887-SÃO PAULO/SP

Contrato: 8.0271.0068356-3 - SED: 30601/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): CELSO MATTOS ELOY, BRASILEIRO, CASADO SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6.515/77, AUX.. JUDICIÁRIO, CPF: 116.983.178-83, RG: 18.577.653-SSP/SP e seu cônjuge **JANAINA JAURA DE JESUS ELOY,** BRASILEIRA, CONSULTORA, CPF: 132.290.118-05, RG: 21.574.356-8-SSP/SP. Imóvel sito à: RUA LAGOA BARRA, Nº 625, AP 04, LOCALIZADO NO PAVIMENTO TERREO DO BLOCO 3 DO RESIDENCIAL VAN GOGH, NO DISTRITO DE ITAQUERA - SÃO PAULO/SP. Descrição: Com a área real privativa de 55,0300m2, área real comum de 44,1436m2, totalizando uma área real de 99,1736m2, e a fração ideal no terreno e demais coisas comuns de 0,695561%, com direito a uma vaga na garagem coletiva do empreendimento. Lance Mínimo Previsto: R$ 223.763,70.

Contrato: 1.0252.4013921-7 - SED: 30668/2018 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): CLAUDIOMIR FRANCISCO MILHOMEM DIAS CARNEIRO, BRASILEIRO, SOLTEIRO. MAIOR, INDUSTRIÁRIO, CPF: 303.745.318-94, RG: 13.775.068-SP. Imóvel sito à: ESTRADA DAS LÁGRIMAS, Nº 3.621, AP 133, NO13º ANDAR DO EDIFICIO BRASÍLIA, BL0CO 03, RESIDENCIAL PARQUE IMPERIAL, NO 18º SUBDISTRITO IPIRANGA - SAO PAULO/SP. Descrição: Contendo a área privativa real de 51,90m2, e a área comum real de 30,67, incluída uma vaga indeterminada para estacionamento de automóvel de passeio, em local descoberto, sujeita a manobrista, totalizando a área construída real de 82,57m2, cabendo-lhe a fração ideal de 1,9231% no Edifício e 0,167768% na totalidade do terreno ou seja 60,90m2 do terreno, cabendo a cada apartamento a quota parte ideal de 3,86m2 na área comercial. Lance Mínimo Previsto: R$ 550.072,69.

Contrato: 1.1816.4134545-1 - SED: 30655/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): MARIANNE ELVIRA REY, ALEMÃ, SEPARADA JUDICIALMENTE, METALURGICA, CPF: 051.028.378-00, RG: RNE W 0647750 SE/DPMAF-SP e **HANS JORG REY,** ALEMÃO, SOLTEIRO, MAIOR, METALURGICO, CPF: 126.446.598-09, RG: RNE W 0647741 SE/DPMAF/SP. Imóvel sito à: RUA MACAJUBA, Nº 39, AP 23, 2º ANDAR DO EDIFICIO MIRADOR E VAGA Nº B-5 DO TIBO B, NO 2º SUBSOLO DO EDIFICIO MIRADOR, VILA MARACANÃ, 29º SUDBISTRITO SANTO AMARO - SAO PAULO/SP. Descrição: Apartamento com a área útil ou privativa de 56,52m2 e a área comum de 52,26m2, perfazendo a área total de 108,78m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 2,4379% no terreno condominial. Vaga nº B-5 com a área útil ou privativa de 10,80m2 e a área comum de 6,99m2, perfazendo a área total de 17,79m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,3290% no terreno condominial. Lance Mínimo Previsto: R$ 621.241,33.

Contrato: 8.0262.0001549-1 - SED: 30661/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: PROVINCIA
DEVEDOR(ES): WILLIAN MARTINS DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, ENGENHEIRO, CPF: 042.786.878-50, RG: 13.246.927-3-SSP/SP. Imóvel sito à: RUA DRIADES, Nº 175, AP 44, NO 4º ANDAR DO EDIFICIO TREMEMÉ, BLOCO 01, QUADRA C, RESIDENCIAL PAULISTANO 3, DISTRITO DE SAO MIGUEL PAULISTA - SAO PAULO/SP. Descrição: Com a área privativa de 48,97m2, área real comum de divisão proporcional de 63,5951 metros quadrados, área real total de 112,5651m2, correspondendo-lhe a fração ideal no terreno 0,983601%, cabendo-lhe uma vaga para estacionamento de um automóvel de passeio de pequeno ou médio porte, em local indeterminado e sujeito ao serviço de manobrista, nas áreas livres do terreno. Lance Mínimo Previsto: R$ 381.253,92.

São Paulo, 06/04/2018.
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP603.
Leiloeiro Oficial

06 - 14 - 26/04/2018

SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A

C.N.P.J. nº 61.186.888/0001-93

Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas. De acordo com as disposições legais de estatutárias, a diretoria da Spal Indústria Brasileira de Bebidas S.A., vem apresentar a V.Sas. o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o período de 12 meses findos naquela data. As demonstrações para o ano findo de 2016 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos á disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social á Avenida Engenheiro Alberto Zagottis, nº 352 – São Paulo – SP, na qual encontram-se arquivadas as demonstrações completas. As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras das companhias e suas controladoras em 31 de dezembro de 2017: Spaipa S.A. Industria Brasileira de Bebidas – 100% participação, Vonpar Refrescos S.A. – 100% participação e RAP9 Empreendimentos imobiliários S.A.- 100% participação.

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**389.342**	317.346	**475.538**	498.036
Contas a receber	**1.083.160**	728.367	**1.156.743**	1.006.354
Estoques	**514.727**	407.427	**568.730**	535.373
Impostos a recuperar	**209.714**	262.763	**280.893**	290.531
Instrumentos financeiros derivativos	**12.519**	58.287	**12.519**	56.694
Partes relacionadas	**116.054**	81.140	**116.054**	115.444
Despesas antecipadas	**88.140**	63.493	**88.941**	84.242
Outros ativos	**92.511**	72.638	**300.525**	79.594
Total do ativo circulante	**2.506.167**	1.991.461	**2.999.943**	2.666.268
Não Circulante				
Impostos a recuperar	**82.079**	73.804	**82.079**	83.804
Imposto de renda diferido	**48.294**	146.045	**52.964**	122.570
Depósitos judiciais	**239.883**	233.810	**277.957**	256.990
Despesas antecipadas	**18.962**	10.546	**18.962**	10.546
Outros ativos	**192.664**	83.532	**615.802**	1.364.616
Investimento	**1.203.037**	4.246.456	**697.646**	3.648.156
Imobilizado	**2.655.259**	2.304.237	**2.969.778**	2.604.523
Intangível	**7.964.360**	5.104.261	**8.127.166**	5.275.917
Total do ativo não circulante	**12.404.538**	12.202.691	**12.842.354**	13.367.122
Total do ativo	**14.910.705**	14.194.152	**15.842.297**	16.033.390

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	**97.348**	86.786	**105.489**	136.767
Instrumentos financeiros derivativos	**718.088**	887.102	**718.088**	887.102
Fornecedores	**695.978**	435.775	**625.411**	677.281
Salários e encargos	**199.756**	170.148	**211.179**	192.173
Impostos e taxas a recolher	**315.092**	239.501	**422.620**	326.567
Partes relacionadas	**366.967**	273.260	**404.569**	263.407
Contratos de marketing e acordos comerciais	**142.182**	94.466	**142.182**	96.901
Provisão programa especial de regularização tributária (PERT)	**-**	-	**204.285**	-
Outras obrigações	**97.113**	55.864	**105.792**	56.752
Total do passivo circulante	**2.632.524**	2.242.902	**2.939.615**	2.636.950
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	**174.913**	230.849	**200.624**	277.554
Impostos e taxas a recolher	**8.328**	17.270	**27.349**	17.270
Cauções em garantia	**-**	103.665	**3.241**	103.665
Provisão riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	**691.062**	650.759	**1.465.163**	2.047.872
Partes relacionadas	**5.590.498**	5.874.682	**5.392.526**	5.874.682
Outras obrigações	**1.379.392**	1.171.461	**1.379.791**	1.172.833
Total do passivo não circulante	**7.844.193**	8.048.686	**8.468.694**	9.493.876
Patrimonio liquido				
Capital social	**2.676.190**	2.676.190	**2.676.190**	2.676.190
Reservas de lucros	**1.757.798**	1.226.374	**1.757.798**	1.226.374
Total Patrimônio líquido	**4.433.988**	3.902.564	**4.433.988**	3.902.564
Total do passivo e Patrimônio líquido	**14.910.705**	14.194.152	**15.842.297**	16.033.390

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita líquida de vendas	**8.953.474**	8.085.144	**9.899.159**	8.344.931
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	**(5.542.141)**	(5.221.756)	**(5.987.117)**	(5.398.006)
Lucro bruto	**3.411.333**	2.863.388	**3.912.042**	2.946.925
(Despesas) / receitas operacionais:				
Com vendas	**(1.947.336)**	(1.851.370)	**(2.107.011)**	(1.884.274)
Gerais e administrativas	**(290.870)**	(243.391)	**(322.769)**	(252.857)
Resultado com equivalência patrimonial	**238.343**	37.500	**20.446**	(2.111)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**1.411.470**	806.127	**1.502.708**	807.683
Despesas financeiras, líquidas	**(772.313)**	(498.800)	**(762.157)**	(507.614)
Outras receitas / (despesas), líquidas	**(9.161)**	(63.672)	**(26.235)**	(36.629)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**629.996**	243.655	**714.316**	263.440
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	**-**	-	**(88.775)**	(19.924)
Diferido	**(99.799)**	(15.983)	**(95.344)**	(15.844)
Lucro líquido do exercício das operações	**530.197**	227.672	**530.197**	227.672

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	530.197	227.672	530.197	227.672
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais				
Resultado com equivalêcia patrimonial	(238.343)	(37.500)	(20.446)	2.111
Depreciação e amortização	294.463	270.142	330.505	274.021
Ganhos (perdas) variações cambiais / monetária líquidas	183.011	27.999	184.960	27.999
Provisão para perdas estoques	7.065	215	9.302	215
Resultado na venda e na disposição de ativos fixos	19.512	2.438	27.524	2.438
Atualização monetária de ativos financeiros	-	-	(1.378)	-
Constituição de provisões de contingência	125.812	87.805	148.198	87.805
Encargos sobre empréstimos	(250.457)	(221.146)	(246.513)	(221.484)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.260	8.763	10.660	9.665
Imposto de renda e contribuição social diferidos	99.798	(15.983)	95.344	(15.844)
	781.318	**350.405**	**1.068.353**	**394.599**
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Contas a receber	(266.226)	(1.458)	(176.855)	83.064
Estoques	(70.951)	52.814	(42.658)	35.023
Depósitos judiciais	(6.073)	(119.472)	(22.869)	(119.472)
Partes relacionadas	93.707	643	93.707	643
Impostos a recuperar	50.700	295.979	3.159	236.285
Outros ativos	(126.354)	134.412	(107.634)	136.146
Despesas antecipadas	(14.291)	(46.302)	(15.231)	(47.902)
	(339.488)	**316.616**	**(268.381)**	**323.787**
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	209.937	45.278	242.075	46.861
Salários e encargos sociais	8.122	631	19.150	(10.649)
Impostos, taxas e contribuições	45.251	(16.714)	82.723	(45.933)
Partes relacionadas	(319.098)	249.311	(340.925)	249.311
Provisão marketing e acordos comerciais	47.716	20.785	47.716	20.785
Instrumentos financeiros derivativos	(123.246)	863.985	(123.246)	863.985
Cauções em garantia	(105.929)	20.261	(100.424)	20.261
Provisão para demandas judiciais	(85.509)	(71.413)	(74.939)	(71.413)
PERT	-	-	204.285	-
Outras contas a pagar	242.796	(44.301)	225.128	(93.711)
	(79.960)	**1.067.823**	**181.543**	**979.496**
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**361.870**	**1.734.844**	**981.515**	**1.697.882**
Atividades de investimentos				
Adições no investimento	(319.333)	-	(206.515)	-
Cisão Vonpar	113.310	-	-	-
Redução no investimento de coligadas - Vonpar	411.438	(177.617)	-	(177.617)
Aquisição de Grupo Vonpar Refrescos	-	(2.436.938)	-	(2.222.093)
Adições no imobilizado	(457.658)	(215.070)	(499.189)	(215.070)
Adições do intangível	(19.040)	(14.969)	(19.053)	(14.969)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(271.283)**	**(2.844.594)**	**(724.757)**	**(2.629.749)**
Atividades de financiamento				
Aumento de Capital Social	-	875.449	-	875.449
Liquidação de contrato derivativos	-	-	(3.406)	-
Captações de financiamentos e empréstimos	204.685	279.073	204.685	281.880
Pagamento de empréstimos – principal	(177.661)	(83.385)	(432.810)	(83.385)
Pagamento de empréstimos – juros	(45.615)	(19.925)	(47.725)	(19.925)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(18.591)**	**1.051.212**	**(279.256)**	**1.054.019**
Aumento (redução) no caixa e equivalente a caixa	**71.996**	**(58.538)**	**(22.498)**	**122.152**
Demonstração do acréscimo no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	317.346	376.527	498.036	376.527
No final do exercício	389.342	317.346	475.538	498.036
Redução no caixa e equivalentes a caixa	**71.996**	**(59.181)**	**(22.498)**	**121.509**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro líquido do exercício	**530.197**	227.672	**530.197**	227.672
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Total do resultado abrangente do período	**530.197**	227.672	**530.197**	227.672

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.800.741	111.031	117.386	856.644	(86.359)	2.799.443
Aumento de capital social	875.449	-	-	-	-	875.449
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	227.672	227.672
Constituição de reservas	-	-	98.908	86.585	(185.493)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.676.190	111.031	216.294	943.229	(44.180)	3.902.564
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	530.197	530.197
Efeitos de incorporação – Itabirito	-	-	-	1.227	-	1.227
Constituição de reservas	-	26.510	101.788	-	(128.298)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**2.676.190**	**137.541**	**318.082**	**944.456**	**357.719**	**4.433.988**

Diretoria

Ian Marcel Craig Garcia - Diretor de Operações Brasil
Avelino Silvio Nogueira Pereira - Diretor de Administração, Finanças e Planejamento
Camila Lopes Amaral - Diretora Jurídica e de Assuntos Corporativos
Dante Palazzo - Diretor de Recursos Humanos
Neuri Amabile Frigotto Pereira - Diretora de Planejamento Operativo

Contador

Antonio de Jesus Vieira - Contador 1SP179141/O-1

MRC Participações S.A.

CNPJ: 05.062.355/0001-29 - NIRE: 35 3 0019099 8

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		534	382
Dividendos a receber	4	35.015	
		35.549	382
Não circulante			
Investimentos	5	9.000.834	9.053.593
Total do ativo		**9.036.383**	**9.053.975**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016
Circulante			
Dividendos a pagar	4	33.706	
		33.706	
Patrimônio líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		1.234.359	1.155.366
Ajuste de avaliação patrimonial		183.588	313.879
		9.002.677	9.053.975
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.036.383**	**9.053.975**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016		**7.584.730**	**1.051**	**320.231**	**1.000.759**		**872.351**	**9.779.122**
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro do exercício						(326.898)		(326.898)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(596.412)	(596.412)
Total do resultado abrangente do exercício						**(326.898)**	**(596.412)**	**(923.310)**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Resultado da incorporação da controlada VPAR pela controlada indireta VID (reflexa de controlada)			626		129.829		(130.455)	
Compra de participação não controladores (reflexa de controlada)							168.395	168.395
Constituição de reserva de incentivos fiscais (reflexa de controlada)			943		(943)			
Ajuste equivalência patrimonial reflexa					1.503			1.503
Reversão de dividendos deliberados					28.265			28.265
Absorção do prejuízo do exercício					(326.898)	326.898		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			**1.569**		**(168.244)**	**326.898**	**37.940**	**198.163**
Em 31 de dezembro de 2016		**7.584.730**	**2.620**	**320.231**	**832.515**		**313.879**	**9.053.975**
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro do exercício						141.921		141.921
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(76.614)	(76.614)
Total do resultado abrangente do exercício						**141.921**	**(76.614)**	**65.307**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Aumento de participação não controladores								
Nexa - diluição participação							(53.677)	(53.677)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva legal	6 c)			7.096		(7.096)		
Dividendos distribuídos	6 b)				(29.221)	(33.706)		(62.928)
Retenção de lucros					101.119	(101.119)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**7.096**	**71.897**	**(141.921)**	**(53.677)**	**(116.605)**
Em 31 de dezembro de 2017		**7.584.730**	**2.620**	**327.327**	**904.412**		**183.588**	**9.002.677**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	142.335	(326.714)
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(414)	(184)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**141.921**	**(326.898)**
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**141.921**	**(326.898)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		0,21	(0,48)
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**141.921**	**(326.898)**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	118.356	(1.138.194)
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(40.807)	508.501
"Hedge accounting" operacional de controladas	(25.136)	13.030
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	9.761	56.708
Outros reflexos de controladas e coligadas	(139.130)	(27.253)
	(76.956)	(587.208)
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	342	(9.204)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(76.614)**	**(596.412)**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**65.307**	**(923.310)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	141.921	(326.898)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalencia patrimonial	(142.335)	326.714
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros passivos		(101)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(414)**	**(285)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	29.789	265
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**29.789**	**265**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(29.221)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(29.221)**	
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**153**	**(20)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**382**	**402**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**535**	**382**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos		28.265

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais
MRC Participações S.A. ("Companhia", ou "MRC") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.
2. Apresentação e apuração das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de abril de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.
2.1. Base de apresentação
2.2. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado.
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.
As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3.
A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.
3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.
(b) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda.
Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.
(c) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.
4. Partes relacionadas
Saldos e transações com partes relacionadas

	2017	2016	2017	2016
	Dividendos a receber		Dividendos a pagar	
Partes relacionadas				
Hejoassu Administração S.A.	35.015			
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)			33.706	
	35.015		**33.706**	

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos

Investimentos Avaliados por equivalência patrimonial	Informação da investida em 31 de dezembro de 2017: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2017	2016	Saldo de investimento 2017	2016
Hejoassu Administração S.A.	36.003.309	569.341	25,00	142.335	(326.714)	9.000.827	9.053.586
Outros investimentos						7	7
Total dos investimentos				**142.335**	**(326.714)**	**9.000.834**	**9.053.593**

6. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.
(b) Dividendos
Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	141.921	(326.898)
Reserva legal	(7.096)	
Base de cálculo dos dividendos	134.825	
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	33.706	
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	

Durante o exercício de 2017, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R$ 29.221, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2016.
(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.
(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

MARIA HELENA MORAES SCRIPILLITI - Presidente
CLÓVIS ERMÍRIO DE MORAES SCRIPILLITI - Diretor - CARLOS EDUARDO MORAES SCRIPILLITI - Diretor
REGINA HELENA SCRIPILLITI VELLOSO - Diretora - MARIA HELENA DE MORAES SCRIPILLITI NOSCHESE - Diretora

PAULO MIDENA – Contador – CRC – 1SP 171.463/O-9

27ª Vara Cível Central/SP. 27º Ofício Cível Edital de Intimação. Prazo 20 dias. Proc. **1090732-16.2014.8.26.0100**. O Dr. Vitor Frederico Kümpel, Juiz de Direito da 27ª Vara Cível Central/SP. Faz saber que nos autos de ação de execução, movida por Arlindo Maia de Oliveira,foi deferida a intimação por edital do executado Odalio Francisco dos Santos CPF 412.588.498-60,que se encontra em lugar ignorado, da penhora havida sobre o bloqueio judicial no valor de R$ 9.358,08. Passando a fluir dos 20 dias supra o prazo de 15 dias para impugnação. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2018. **[26,27]**

R039 Extrema 2 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 17.659.081/0001-39 - NIRE 35.300.479.840

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 03/04/2018, às 10h00min, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Ordem do Dia e Deliberações:** restou unanimemente aprovada pelos presentes a reeleição dos Srs. **Rodrigo Lacombe Abbud**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 19.841.788-3, SSP/SP, CPF/MF nº 265.714.598-17; **Rodrigo Avila Sarti,** brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 18.860.335-9, SSP/SP, CPF/MF nº 134.821.078-82; e **Alexandre Segateli Bolsoni,** brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 26.383.000-7 SSP/SP, CPF/MF nº 270.410.918-48, todos domiciliados em São Paulo, SP, na Rua Funchal, nº 418, 27º andar, Vila Olímpia, CEP 04551-060, e permanecerão em seus cargos pelo prazo de 02 anos, contados da presente data. Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. Os Diretores reeleitos tomaram posse mediante a assinatura dos respectivos termos lavrados em livro próprio, e declaram que não estão impedidos. A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da Lei. Mesa: Rodrigo Avila Sarti - Presidente e Vitor Rangel Botelho Martins - Secretario. Membros do Conselho de Administração: **Rodrigo Avila Sarti, Kenneth Aron Wainer** e **Vitor Rangel Botelho Martins.** Diretores reeleitos: **Rodrigo Lacombe Abbud, Rodrigo Avila Sarti** e **Alexandre Segateli Bolsoni. JUCESP** nº 184.996/18-1 de 18/04/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Polo Films Indústria e Comércio S.A. – NIRE 35.300.494.776 – CNPJ 26.051.817/0001-82
Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures de Proquigel Química S.A.
(Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.) Realizada em 07/12/2017

Data, Hora e Local: 07/12/2017, às 10:15hs na sede social ("Emissora" ou "Polo Films"), São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 11º andar, na sala Polo Films. **Convocação**: dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"), nos termos do artigo 71, §2º, e do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada. Para os fins desta assembleia, "Debêntures" significam as debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 1ª Emissão de Proquigel Química S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.)" celebrado em 21/06/2017, conforme aditado 14/07/2017, 27/07/2017, 01/09/2017 e 01/11/2017, entre a Emissora, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados Plásticos S.A. ("Fiadora") ("Escritura de Emissão"). **Presença**: (i) a totalidade das Debêntures em circulação; (ii) a Emissora; (iii) a Fiadora; e (iv) o Agente Fiduciário. **Mesa**: Daniel Rodrigues, Presidente, e Juliana Maria Talioli Balestrero, Secretária. **Ordem do Dia**: deliberar sobre: **1.** A criação de 3 séries adicionais de Debêntures com a respectiva alocação das Debêntures em 4 séries, sendo 35.925 Debêntures alocadas para a 1ª série ("Debêntures da 1ª Série"); 71.847 Debêntures alocadas para a 2ª série ("Debêntures da 2ª Série"); 78.321 Debêntures alocadas para a 3ª série ("Debêntures da 3ª Série"); e 143.220 Debêntures alocadas para a 4ª série ("Debêntures da 4ª Série"), cada série com seus respectivos prazos de vencimento, valores nominais unitários, taxas de juros, datas de pagamento de principal e juros, conforme constantes do Anexo I a esta ata, sendo certo que o volume financeiro da emissão não será alterado; **2.** Em decorrência da divisão da emissão em quatro séries, a implementação de ajustes à Escritura de Emissão, conforme o Anexo I a esta ata; **3.** A criação de evento de amortização antecipada obrigatória das Debêntures da 2ª Série, das Debêntures da 3ª Série e das Debêntures da 4ª Série, conforme consta do Anexo I a esta ata; **4.** A alteração da redação, a inclusão e a exclusão de determinados Eventos de Inadimplemento, determinadas definições Emissão e alteração de determinados quóruns de deliberação previstos na Escritura, conforme consta do Anexo I a esta ata; **5.** A inclusão, na Escritura de Emissão, de obrigações da Emissora, conforme redação prevista no Anexo I a esta ata; **6.** A liberação da Alienação Fiduciária de Equipamentos Varginha; **7.** Com relação ao Imóvel Montenegro, autorização para (i) que a Hipoteca do Imóvel Montenegro seja convolada em alienação fiduciária; e (ii) celebração de escritura pública de alienação fiduciária do Imóvel Montenegro; **8.** Com relação ao Imóvel Varginha, (i) a autorização para (a) distrato do Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Varginha; (b) celebração de escritura pública de alienação fiduciária do Imóvel Varginha; e (ii) prorrogação, até 30/01/2018, do prazo para constituição da Alienação Fiduciária do Imóvel Varginha. Caso a Alienação Fiduciária do Imóvel Varginha não seja constituída até tal data, ocorrerá um Evento de Inadimplemento nos termos da Cláusula 7.37.1, inciso II da Escritura de Emissão, conforme constante do Anexo I a esta ata; **9.** A inclusão de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora e da Fiadora como garantia das Debêntures, bem como a celebração dos respectivos contratos de cessão fiduciária; **10.** Caso aprovadas as matérias previstas nos itens acima, a autorização para a celebração de: (i) Aditamento e consolidação à Escritura de Emissão, conforme minuta rubricada pelas partes e constante do Anexo I a esta ata, cujo arquivamento e publicação neste ato são expressamente dispensados e que, rubricado por todos, fica arquivado nas sedes da Emissora, da Fiadora e do Agente Fiduciário; (ii) (a) aditamento ao Contrato de Penhor de Ações Polo Films; (b) aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Montenegro; (c) escritura pública de constituição de alienação fiduciária do Imóvel Varginha; (d) escritura pública de constituição de alienação fiduciária do Imóvel Montenegro; (e) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora; e (f) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Fiadora; e (iii) Demais documentos e/ou aditamentos relacionados aos instrumentos referidos acima. **11.** Caso aprovadas as matérias previstas nos itens acima, aprovação de autorização para que o Agente Fiduciário realize todos os atos estritamente necessários, para a formalização, no que for aplicável, das deliberações desta assembleia, inclusive perante a B3, sem a necessidade de qualquer formalização adicional. **Deliberações**: após a prestação dos devidos esclarecimentos referentes às matérias da Ordem do Dia, os Debenturistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a totalidade das matérias da Ordem do Dia. Para fins de esclarecimento, permanecem inalterados os demais termos e condições das Debêntures. Por fim os Debenturistas neste ato declaram que estão de acordo que o split da série única em 4 séries e demais matérias aprovadas nesta assembleia sejam implementadas no sistema da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em 11/12/2017. As quantidades de debêntures por série será alocada para os detentores conforme tabela abaixo: **Titulares Debêntures Proquigel (Assumidas pela Polo Films): Quantidade na custódia em 08/12/2017: Santander:** Série Única (série objeto do split) = 210.134; Debêntures da 1ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 2ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 3ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 4ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; (Assumidas pela Polo Films) = –. **Quantidade na custódia em 11/12/2017: Santander:** Série Única (série objeto do split) = –; Debêntures da 1ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = 22.305; Debêntures da 2ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = 44.609; Debêntures da 3ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 4ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = 143.220; (Assumidas pela Polo Films) = –. **Quantidade na custódia em 08/12/2017: Itaú Unibanco:** Série Única (série objeto do split) = 119.179; Debêntures da 1ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 2ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 3ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; Debêntures da 4ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; (Assumidas pela Polo Films) = –. **Quantidade na custódia em 11/12/2017: Itaú Unibanco:** Série Única (série objeto do split) = –; Debêntures da 1ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = 13.620; Debêntures da 2ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = 27.238; Debêntures da 3ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = 78.321; Debêntures da 4ª Série Proquigel (Assumidas pela Polo Films) = –; (Assumidas pela Polo Films) = –. Os Debenturistas desde já autorizam os indicados abaixo a rubricarem, isoladamente ou em conjunto, em seu nome, as páginas e os anexos desta presente ata. **Parte – Indicado:** Banco Santander (Brasil) S.A., Nome: Caio Itiberê Ferreira da Silva, CPF: 424.579.038-58 - Nome: Murilo de Moraes Rego, CPF: 462.771.208-16. Itaú Unibanco S.A. = Nome: Caio Itiberê Ferreira da Silva, CPF: 424.579.038-58 - Nome: Murilo de Moraes Rego, CPF: 462.771.208-16. Os termos iniciados em letra maiúscula que não estejam definidos na presente Assembleia, têm o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. **Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 07/12/2017. **Mesa:** Daniel Rodrigues – Presidente, Juliana Maria Talioli Balestrero – Secretária. **Debenturistas**: Banco Santander (Brasil) S.A.; Itaú Unibanco. **Agente Fiduciário**: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Emissora, ciente e de acordo com as condições previstas nesta ata: **Polo Films Indústria e Comércio S.A.**. Fiadora, ciente e de acordo com as condições previstas nesta ata: **Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados Plásticos S.A.** Jucesp nº 181.340/18-5 em 12/04/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação do executado **AXIA SERVICES LTDA, CNPJ Nº 04.695.872/0001-72, JOSÉ TOLEDO MARQUES NETO, CPF Nº 087.768.168-69, MARIA ANGELA DE ABREU CABIANCA MARQUES, CPF Nº 055.740.068-63**, expedido nos autos da Ação de Despejo por Falta de Pagamento Cumulada com Cobrança, requerida por **JW. ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/C LTDA., CNPJ nº 04.572.167/0001-88**. **Processo nº 0225291-03.2009.8.26.0002.** O Dr. Fabrício Stendard, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do leiloeiro oficial Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 04/05/2018, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 07/05/2018, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 29/05/2018, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 60% da avaliação atualizada. Nos termos do art. 889, I, do CPC, pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA**: **DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.faroonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lanços sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lanços **DO PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida através do site www.bb.com.br. **PARCELAMENTO:** De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC, os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, poderão pedir o parcelamento por escrito, **até o início do primeiro leilão**, desde que a proposta não seja inferior ao valor da avaliação, e **até o início do segundo leilão**, desde que o valor da proposta não seja inferior a 60% do valor da avaliação, ficando claro que **do requerimento deverá constar** oferta de pagamento de **pelo menos** 25% do valor do lance à vista, e o restante parcelado em **até** 30 meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. De todas as propostas deverão constar prazo, modalidade, indexador de correção monetária e condições de pagamento do saldo. **Deve, ainda, constar da proposta** que o interessado declara estar ciente da multa de 10% sobre a parcela inadimplida somada as parcelas vincendas (art. 895, §4º), bem como que em caso de inadimplemento declara estar ciente sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (art. 895, §5º). **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado**. **DA COMISSÃO DO LEILOEIRO**: A comissão do leiloeiro será de 3% (três por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **DO AUTO DE ARREMATAÇÃO:** Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. **IMISSÃO NA POSSE**: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. **DA ADJUDICAÇÃO:** Caso o exequente venha a adjudicar os bens ficará igualmente responsável pelo pagamento da comissão do Leiloeiro sobre o valor da avaliação. **DA REMIÇÃO**: Na hipótese de remição da execução, após a publicação do edital, os devedores pagarão a comissão do gestor judicial de 3% (três por cento), sobre o valor de avaliação dos bens, para cobertura de todos os dispêndios, acrescido de todos os encargos previstos, devendo apresentar os pagamentos ao gestor judicial conjuntamente com a petição, fazendo expressa menção à remição da execução, caso em que não deverá fazer uso do protocolo integrado. **ACORDO**: Caso haja acordo entre as partes após a publicação do edital, será devida a comissão de 3% sobre o valor do acordo por parte do devedor, para cobertura dos custos do leilão. **FALE CONOSCO:** Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do Leiloeiro, na Rua Silveira Martins, 70, 9º andar, Centro - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: contato@faroonline.com.br. **LOTE ÚNICO**: Apartamento nº 161, localizado no 16º andar, do "Condomínio Edifício Astorga", situado na Rua Apinagés nº 969, no 19º Subdistrito, - Perdizes, contendo a área útil de 225,78m², área comum de garagem de 96,84m², área comum do apartamento de 127,26m², perfazendo a área comum total de 224,10m², a área construída total de 449,88m², correspondendo-lhe a fração ideal de 6,2500% no terreno, sendo que a referida unidade autônoma corresponde o direito a 03 (três) vagas para estacionamento de automóveis de passeio, na garagem coletiva do edifício, bem como o direito a um depósito com 4,39m² de área privativa, localizado no 1º ou 2º subsolo. Imóvel matriculado sob o nº 68.932, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, cadastrado na municipalidade sob o nº 012.104.0374-9. **VALOR DA AVALIAÇÃO: R$1.977.000,00 (um milhão novecentos e setenta e sete mil reais)** conforme laudo de fls, constante dos autos, datado de maio/2017. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO TJ/SP PARA abril/2018: R$2.004.816,00 (dois milhões, quatro mil, oitocentos e dezesseis reais)**. **Obs. 1:** Da Av. 4 da referida matrícula consta a penhora destes autos; **Obs. 2**: Da Av. 10 da referida matrícula, consta penhora nos autos da Execução Civil, processo nº 0225649-65.2009.8.26.0002, 4ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, promovida por ALBERTINA DA PURIFICAÇÃO RIBAS ESTECES, CPF nº 347.847.618-61 em face de JOSÉ TOLEDO MARQUES E OUTRA; **Obs. 3:** Consta Embargos à Execução processo nº 0073310-82.2013.8.26.0002, em fase de Embargos de Declaração em Apelação; **Obs. 4**: Constam débitos de IPTU para o exercício atual que perfazem o montante de R$12.093,40 para 14/03/18 e Dívida Ativa no valor de R$72.799,23, para 14/03/18; **Obs. 5:** O valor do débito exequendo perfazia o montante de R$209.639,97 em 06/03/2018; **Obs. 6:** Constam débitos de condomínio no valor de R$3.327,75, para 16/03/18, conforme informações da Administradora do Imóvel; **TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL
PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

HELIO JOSE ABDOU, leiloeiro oficial estabelecido na Avenida Calim Eid, nº 2842, AP 08, Vila Ré, São Paulo/SP, FAZ SABER que, devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário DOMUS COMPANHIA HIPOTECARIA, designado pelo Sistema Financeiro de Habitação, venderá na forma do Decreto lei nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RC 13/69, RC 24/68 e RD 8/70 e CFG 10/77 do BNH , e Lei nº 8004 de 14/03/1990, no dia, hora e local abaixo referido, os imóveis adiante descritos, com todas as suas benfeitorias, instalações, pertences e acessórios, para pagamento de dívidas hipotecárias em favor da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA. A venda será feita pelo maior lance obtido, a vista ou com financiamento. A venda à vista, com recursos próprios, será feita mediante pagamento integral no ato do leilão, podendo, também, o arrematante pagar no ato, como sinal, 20% do preço da arrematação e o saldo restante, no prazo impreterível de 08 dias, sob pena e perda do sinal dado. Quando o recurso utilizado for o FGTS, o arrematante deverá apresentar, no ato da compra, a carta de habilitação do FGTS. A venda com financiamento, o arrematante deverá apresentar a Carta de Credito, no Ato da Compra, que poderá ser emitida por qualquer Agência da Caixa. O Arrematante que utilizar carta de crédito como parte do pagamento fica ciente de que o imóvel será objeto de avaliação para fins de garantia real e que deverá cumprir todas as exigências determinadas pelo credor de forma a satisfazer as condições de financiamento, podendo suportar com eventuais diferenças a serem pagas com recursos próprios para viabilizar a arrematação. As despesas relativas à remuneração do agente fiduciário, comissão do Leiloeiro, registro da Carta de Arrematação, despesas do processo de execução, impostos, taxas e débitos fiscais e condominiais correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo. Os lances mínimos para a venda é o maior valor entre o valor da dívida total e o valor da avaliação do imóvel, sujeitos, porém, à atualização até o dia da realização da praça. Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais. Os devedores ficam desde já cientificados do dia, hora e local de realização do presente leilão. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis. Ficam, desde já, intimados do presente Leilão, os devedores hipotecários, caso não tenham sido localizados. INFORMAÇÕES: (11)97334-6595 – 11-2687-1327. E-mail: sp@credmobile.com.br.

PRAÇA: SAO PAULO/SP, DATA: 26/04/2018; HORÁRIO: DAS 10:00 AS 10:15h
LOCAL: AV. GUILHERME COTCHING, Nº 117O, COD. 0273, AG. VILA MARIA-SAO PAULO/SP

Contrato: 1.0251.4063063-6 - SED: 10337/2017 - CREDOR: EMGEA - AGENTE: DOMUS
DEVEDOR(ES): JOAO DE FIGUEIREDO CRUZ, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, ENGENHEIRO, CPF: 08989381800, RG: 12885294-SP e **MARCIA DOMINGUES FORSTER,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, UNIVERSITARIA, CPF: 086.656.688-02, RG: 9.524.487-SP Imóvel sito à: RUA ARLINDO VEIGA DOS SANTOS, Nº 25, AP 93, 9º ANDAR OU 12º PAV. DO EDIF. COLORADO E VAGA INDETERMINADA NA GARAGEM COLETIVA LOCALIZADA NOS 2º E 1º SUBSOLOS OU 1º E 2 º PAV. DO EDIF COLORADO, CONDOMINIO FOREST HILLS PARK, 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO - SAO PAULO/SP. Descrição: Apartamento com a área útil de 81,490m2, a área comum de 53,814m2 e a área total de 135,304m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,1986% no terreno. Vaga indeterminada na garagem coletiva com a área útil de 1.420,00m2, a área comum de 1.309,70m2 e a área total de 2.729,70m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 2,6476% no terreno, e correspondendo à vaga 1/132 da garagem. Sobre parte do imóvel condominial, pesa uma servidão instituída a favor da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Lance Mínimo Previsto: R$ 475.000,00.

São Paulo, 06/04/2018.
HELIO JOSE ABDOU - JUCESP603.
Leiloeiro Oficial

06 - 14 - 26/04/2018

REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A.

(nova denominação da REC SS Indianópolis Empreendimentos S.A.) - CNPJ/MF nº 26.227.955/0001-70

Relatório da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Sociedade, referentes aos exercícios findos em 31/12/2017. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	Passivo	Nota	2017
Circulante		**1.263**	**Circulante**		**672**
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.231	Fornecedores	6	537
Partes relacionadas	4	30	Partes relacionadas.	4	13
Tributos a Recuperar		2	Obrigações tributárias		122
Não circulante		**15.779**	**Patrimônio líquido**	7	**16.370**
Propriedade para investimentos	5	15.779	Capital social	7.a	6
			Prejuízos acumulados		(36)
			Adiantamentos para futuro aumento de capital	7.b	16.400
Total do ativo		**17.042**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**17.042**

Demonstração do resultado - Período de 20 de janeiro (início das atividades) a 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de Reais)

Despesas operacionais	Nota	2017	Resultado financeiro líquido	Nota	2017
Despesas Gerais e Administrativas	8	(28)	Receitas financeiras		18
Despesas Tributárias		(19)	Despesas financeiras		(4)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(47)**	**Prejuízo do período**		**(33)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 20 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 21 de setembro de 2016 (não auditado)		-	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)		-	(3)	-	(3)
Aumento de capital	7.a	6	-	-	6
Adiantamentos para futuro aumento de capital	7.b	-	-	16.400	16.400
Prejuízo líquido do período		-	(33)	-	(33)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**6**	**(36)**	**16.400**	**16.370**

Demonstração do fluxo de caixa - Período de 20 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de Reais)

	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(33)**
Variações nas contas de ativo e passivo	
Tributos a Recuperar	(2)
Partes Relacionadas Ativo	(30)
Fornecedores	534
Partes Relacionadas Passivo	13
Obrigações tributárias	122
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**604**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Propriedade para investimentos	(12.724)
Propriedade para investimentos em Andamento	(3.055)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimento	**(15.779)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.400
Integralização de capital	6
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**16.406**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.231**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.231
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.231**

Demonstração do resultado abrangente - Período de 20 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 - (Em milhares de Reais)

	2017
Prejuízo do período	(33)
Outros resultados abrangentes	-
Total dos resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	(33)

Thiago Augusto Cordeiro - Diretor **Thomas Daniel Conway** - Diretor **Adriana Ruiz Alcazar** - Contadora - CRC SP-163263/O-0

As demonstrações financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

GRANEL QUÍMICA LTDA.

CNPJ nº 44.983.435/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2017 e 2016, permanecendo à disposição para quaisquer informações. São Paulo, 17 de abril de 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	**40**	45	Empréstimos	**11.204**	11.052
Contas a receber de clientes	**4.217**	4.657	Fornecedores	**9.623**	5.045
Partes relacionadas	**65.845**	25.320	Obrigações trabalhistas a pagar	**9.428**	3.327
Impostos a recuperar	**814**	1.049	Impostos e contribuições a recolher	**8.373**	6.658
Despesas pagas antecipadamente	**2.120**	1.372	Partes relacionadas	**1.424**	907
Outras contas a receber	**1.558**	1.973	Outras contas a pagar	**843**	480
Total do ativo circulante	**74.594**	**34.416**	**Total do passivo circulante**	**40.895**	**27.469**
Não circulante			**Não circulante**		
Realizável a longo prazo			Empréstimos	**60.438**	68.321
Partes relacionadas	**14.829**	25.659	Partes relacionadas	**7.689**	7.781
Depósitos judiciais	**780**	770	Provisão para demandas judiciais	**2.302**	2.200
Investimentos	**2.374**	2.116	Imposto de renda e contribuição social diferidos	**4.609**	4.817
Imobilizado	**286.445**	269.678	Juros sobre o capital próprio	**12.469**	17.120
Intangível	**621**	1.172	Outras obrigações	**98**	98
Total do ativo não circulante	**305.049**	**299.395**	**Total do passivo não circulante**	**87.605**	**100.337**
Total do ativo	**379.643**	**333.811**	**Patrimônio líquido**		
			Capital social	**170.000**	150.000
			Reserva de capital	**2.794**	315
			Reserva de lucros	**78.349**	55.690
			Total do patrimônio líquido	**251.143**	**206.005**
			Total do passivo e patrimônio líquido	**379.643**	**333.811**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	**217.854**	180.122
Custo dos serviços prestados	**(127.643)**	(107.784)
Lucro bruto	**90.211**	**72.338**
Receitas (despesas) operacionais:		
Administrativas e comerciais	**(28.435)**	(22.713)
Outras receitas operacionais líquidas	**1.124**	2.481
	(27.311)	**(20.232)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e do resultado de equivalência patrimonial	**62.900**	52.106
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	**1.698**	2.692
Despesas financeiras	**(6.690)**	(8.046)
	(4.992)	**(5.354)**
Resultado de equivalência patrimonial	**258**	323
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	**58.166**	**47.075**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:		
Imposto de renda e contribuição social diferido	**208**	(2.400)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(12.586)**	(9.330)
	(12.378)	**(11.730)**
Lucro líquido do exercício	**45.788**	**35.345**
Lucro básico e diluído por lote de 1.000 quotas	**269,3**	235,6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/17	31/12/16
Lucro antes dos impostos	**58.166**	47.075
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação	**23.669**	22.416
Valor residual de ativo imobilizado baixado	**44**	147
Equivalência patrimonial	**(258)**	(323)
Previsão para créditos de liquidação duvidosa	**246**	(177)
Previsão demandas judiciais	**102**	200
Juros sobre empréstimos	**4.868**	5.716
	86.837	**75.054**
Redução (aumento) nas contas do ativo		
Contas a receber dos clientes	**194**	797
Impostos a recuperar	**235**	1.856
Despesas pagas antecipadamente	**(748)**	46
Partes relacionadas	**(29.695)**	(23.010)
Depósitos judiciais	**(10)**	16
Outras contas a receber	**415**	390
Aumento (redução) nas contas do passivo		
Fornecedores	**4.578**	782
Obrigações trabalhistas a pagar	**6.101**	576
Impostos e contribuições a recolher	**(13.071)**	(11.674)
Partes relacionadas	**425**	(286)
Outras contas a pagar	**363**	(561)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**55.624**	**43.986**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	**(39.930)**	(17.871)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(39.930)**	**(17.871)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento dos juros sobre capital próprio	**-**	(3.195)
Pagamento distribuição de lucros	**(3.100)**	-
Captação de empréstimos	**2.530**	20.035
Pagamento de principal	**(10.483)**	(37.125)
Pagamento de juros	**(4.646)**	(5.804)
Caixa aplicado das atividades de financiamentos	**(15.699)**	**(26.089)**
Redução no caixa e equivalentes de caixas	**(5)**	26
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	**45**	19
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	**40**	45
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	**26**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**150.000**	**315**	**33.845**	**184.160**
Lucro líquido do exercício	-	-	35.345	35.345
Juros sobre o capital próprio	-	-	(13.500)	(13.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**150.000**	**315**	**55.690**	**206.005**
Aumento de capital	**20.000**	**-**	**(2.880)**	**17.120**
Distribuição de lucros	**-**	**-**	**(3.100)**	**(3.100)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**45.788**	**45.788**
Subvenção governamental	**-**	**2.479**	**(2.479)**	**-**
Juros sobre o capital próprio	**-**	**-**	**(14.670)**	**(14.670)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**170.000**	**2.794**	**78.349**	**251.143**

NOTAS EXPLICATIVAS

A Granel Química Ltda. ("Empresa") tem como fins e objetivos, atividades de armazéns-gerais, propondo-se a receber em depósito produtos químicos líquidos e a granel e também granéis sólidos, atividades de operador portuário de carga e descarga marítima, fluvial, ferroviária e rodoviária desses produtos e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A emissão das demonstrações financeiras da Granel Química Ltda., foi aprovada pelo Administrador em 17 de abril de 2018. A Companhia optou pela publicação resumida das Demonstrações Financeiras que estão disponíveis na sede da empresa, em sua íntegra, acompanhadas do parecer dos auditores independentes da **Ernst & Young Auditores Independentes S.S.**

ADMINISTRADOR
Carl Henrik Odfjell
CONTADORA
Maria A. C. Lopes CRC-1SP129.863/O-9

MONDOPASS S.A.

CNPJ nº 22.162.569/0001-96

Demonstrações Financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 - *(Em Milhares de reais)*

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		**10**	-	Dividendos a pagar		**1.510**	-
Outros contas a receber	6	**2.067**	556	Partes relacionadas		**19**	-
		2.077	556			**1.529**	-
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	6	**29.023**	22.202	Outras contas a pagar	6	**24.029**	24.029
		29.023	22.202			**24.029**	24.029
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	7.a	**10**	1
				Capital a integralizar		**-**	(1)
				Reserva Legal		**2**	-
				Reserva de lucros não realizados	7.b	**2.213**	-
				Reserva de investimento e expansão		**10**	-
				Reserva de lucros		**3.307**	-
				Prejuízo acumulado		**-**	(1.271)
				Total do patrimônio líquido		**5.542**	(1.271)
Total do ativo		**31.100**	22.758	Total do passivo e patrimônio líquido		**31.100**	22.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Receita de equivalência patrimonial	6	**8.331**	(5.119)
Despesas operacionais		**(16)**	-
Lucro bruto		**8.315**	(5.119)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	**-**	3.848
		8.315	(1.271)
Despesas financeiras		**(3)**	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**8.312**	(1.271)
Imposto de renda e contribuição social		**-**	-
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**8.312**	(1.271)
Outros resultados abrangentes		**-**	-
Resultado abrangente do exercício		**8.312**	(1.271)
Lucro (prejuízo) líquido por ação – em R$		**831**	(1.271)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros não realizados	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Reserva de investimento e expansão	Resultado do exercício	Total Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2015	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.271)	(1.271)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.271)	-	1.271	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1	(1)	-	-	-	(1.271)	-	-	(1.271)
Integralização de capital social	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Aumento de capital social	9	-	-	-	-	-	-	-	9
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.312	8.312
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	1.271	-	(1.271)	-
Constituição de reserva legal	-	-	2	-	-	-	-	(2)	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	-	-	-	-	(1.510)	(1.510)
Constituição de reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	10	(10)	-
Ganhos não realizados operação de permuta	-	-	-	2.213	-	-	-	(2.213)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	3.307	-	-	(3.307)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10	-	2	2.213	3.307	-	10	-	**5.542**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**8.312**	(1.271)
Ajustes para:		
Ganho na aquisição de investimentos	**-**	(3.848)
Resultado de equivalência patrimonial	**(8.331)**	5.119
Partes relacionadas a pagar	**19**	-
Fluxo de caixa decorrente das (usados nas) atividades operacionais	**-**	-
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Integralização de capital social	**1**	-
Aumento de capital social	**9**	-
Fluxo de caixa proveniente das (usado das) atividades de investimento	**10**	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**10**	-
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**-**	-
No fim do exercício	**10**	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**10**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Mondopass S.A. ("Mondopass" ou "Companhia"), é uma sociedade de participações *(holding)* que detém, como seu principal ativo, 100% das ações de emissão da Autopass S.A., sociedade anônima dedicada às atividades de gestão operacional e financeira de sistema de bilhetagem eletrônica, cadastramento dos clientes, emissão dos cartões, captura e processamento eletrônico das respectivas transações, liquidação financeira/*Clearing*, entre outros negócios. **Eventos significativos:** • Incorporação da Promojet Gestão S.A. e Bom Mob S.A. pela Autopass S.A.; • Alienação do imóvel de propriedade da controlada Autopass. S.A.; • Alteração da sede da controlada Autopass S.A.; e • Constituição do Conselho de Administração da Companhia. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: Bases de apresentação -** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. Em 19 de abril de 2018, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **3. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no momento do reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: i) Ativos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade pela qual foram adquiridos e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias: *Mensurados ao valor justo por meio do resultado:* são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e têm seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado. *Empréstimos e recebíveis:* são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Outros valores a receber são classificados nesta categoria. ii) Passivos financeiros - Os passivos financeiros da Companhia foram classificados no reconhecimento inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de Partes relacionadas e Outros contas a pagar. **3.2. Outros ativos e passivos:** Outros ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.3. Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **3.4. Partes relacionadas:** As transações de saldos de partes relacionadas referem-se a saldos a pagar a subsidiária Autopass. **3.5. Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. **3.6. Despesas financeiras:** As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **3.7. Impostos de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. **3.8. Impostos de renda e contribuição social**: Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. **4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **a) Provisão para riscos trabalhistas:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos quando representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas não foram necessárias para as demonstrações financeiras. **b) Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** A Companhia é obrigada a adotar o **CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros** e o **CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes,** a partir de 1º de janeiro de 2018. Até o momento não se identificaram impactos materiais que possam afetar as reservas ou lucros acumulados, mas possivelmente ocorrerão impactos em termos de novas divulgações e formas de apresentação, que estão em fase de maior detalhamento. A Companhia estima que não haverá impactos na adoção destas normas. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração da Companhia estima que não haverá impactos na adoção destas normas. **Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Mondopass: • Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28; • Alterações ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; • ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamento com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019. Com relação à IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019. **6. Investimento:** Em 20 de dezembro de 2016 a Companhia adquiriu 100% das empresas apresentadas a seguir através de instrumento de compra através de assunção de dívida. Os investimentos foram registrados pelo seu valor de custo na data-base de 30 de novembro de 2016, gerando assim deságio líquido nas aquisições efetuadas.

	Participação%	Patrimônio líquido	Ágio/(Deságio) na aquisição	Valor da aquisição
Autopass S.A.	100%	23.643	366	24.009
Bom Mob Telecom S.A.	100%	2	8	10
Promojet Gestão S.A.	100%	3.858	(3.848)	10

31/12/2016

Controladas	Participação%	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial dezembro de 2016	Investimento
Autopass S.A	100%	18.518	(5.124)	18.518
Bom Mob Telecom S.A.	100%	2	-	2
Promojet Gestão S.A.	100%	3.682	6	3.682
		22.202	(5.118)	22.202

Em 30 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia deliberou incorporar as subsidiárias Promojet Gestão S.A. e Bom Mob Telecom S.A. na Autopass S.A.

31/12/2017

Controladas	Participação%	Patrimônio líquido	Equivalência patrimonial 2017	Investimento
Autopass S.A	**100%**	**29.023**	**8.571**	**29.023**

Movimentação dos investimentos	
Saldo em 31/12/2015	-
Aquisição de investimentos	24.029
Deságio líquido na aquisição de investimento	3.848
Equivalência patrimonial de dezembro de 2016	(5.119)
(-) Dividendos a receber	(556)
Saldo em 31/12/2016	22.202
Equivalência patrimonial	**8.331**
(-) dividendos a receber	**(1.510)**
Saldo em 31/12/2017	**29.023**

7. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é composto de 10.000 (dez mil) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, 1.000 (um mil) em 2016. O aumento do capital social da Companhia de R$ 1.000,00 (mil reais) para R$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a emissão de 99.998 (noventa e nove mil, novecentas e noventa e oito) ações ordinárias classe "A", nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de aproximadamente R$ 0,09 (nove centavos) por cada ação, integralmente subscritas pela entrada de novos sócios. **b) Reserva de lucros não realizados:** Em 31 de dezembro de 2017, a subsidiária Autopass S.A. registrou como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado. Para melhor apresentação, esse registro foi refletido nas demonstrações financeiras da Companhia. **c) Lucro (prejuízo) por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2017, o lucro por ação em reais representa:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	**8.312.414**	(1.270.605)
Compensação dos prejuízos acumulados	**(1.270.605)**	-
Constituição de reserva legal	**(2.000)**	-
Dividendos a distribuir	**1.510.360**	-
Quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	**10.000**	1.000
Lucro (prejuízo) básico por ação (valores expressos em reais)	**831**	(1.271)

8. Imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**8.312**	(1.271)
(Exclusões)/adições permanentes líquidas	**(8.328)**	1.271
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	**16**	-
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	**-**	-

9. Transações que não afetam o caixa: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve transações nas atividades de financiamento e investimento que não afetassem o caixa.

Diretoria
Edison Fujiura
Rubens Fernandes Gil Filho
Contador:
Rodrigo de Morais Felix (Gerente Contábil e Fiscal) CRC 1SP-268150

LEILÃO - 97 Autos, Utilitários, Motos, Caminhões, Reboques, Empilhadeira

Dia 26/04/2018 às 10:00 horas

Local do Leilão: Valinhos/SP: R. Clark, 551 (km 82 da Via Anhanguera).
Visitação: Dia 26/04/2018 a partir das 8:00h.

VIZEU LEILOEIRO OFICIAL

UTILITÁRIOS: S10 - Strada - Montana - HR - Master. **AUTOS: Importados:** C3 - Civic - Fit - Audi A5 - Audi Q7 - BMW 323i - BMW X5 - Citröen C4 - Sentra - Clio - Fluence - Journey - Lancer - Peugeot 206 - Duster - Sandero - Corolla. **Fiat:** Doblò - Palio - Punto - Siena - Uno. **Ford:** Ecosport - Fiesta - ka - Edge - Focus. **Chevrolet:** Prisma - Spin - Cobalt - Astra - Celta - Classic - Corsa - Zafira. **VW:** Jetta - Golf - Gol - Voyage. **MOTOS:** CG 125 - CG 150 - CG 160 - XRE 300. **CAMINHÕES:** MB L 1218 - MB 912 - MB L 1214 - MB Axor 1933 - MB Axor 2644 - Scania R112 - Volvo NL 12410 - VW 15.180 - VW 16.200 - VW 23.220. **REBOQUES:** Facchini - Gotti - Guerra. **EMPILHADEIRA:** Hyster. **Chassis:** 9BGKS69L0FG214672 - 9BGJB75Z0EB223631 - 9BGJB75Z0EB224735 - 9BGJB69X0EB145984 - 935SUN6AYCB517579 - 935FCN6A84A000110 - D177Y3177U - 9BD223153D2028139 - DMS8256 - 9BD178037T0042916 - 9BD17106LD5833639 - 9BD17164G85167529 - 9BD118181C1207576 - 9BD11818LD1215112 - 9BD17201M83441038 - 9BD19251R93085535 - 9BD27844DA7264123 - 9BD578141E7742869 - 9BD15802544527892 - 9BD195162C0178870 - 9BFZE12P678868692 - 9BFZE16F148547317 - 9BFZZZFDATB007384 - 9BFZF16N348151233 - 9BFZF55A6E8102521 - 9BFZF55A0B8122419 - 9BFZK03A49B001696 - 9BGTR48W09B219612 - 9BGRZ08109G278158 - 9BGRZ08907G197004 - 9BGRD48X03G149472 - 9BG683NXNMC007324 - 9BG683NLLKC002596 - 9BGSA19908B289557 - 9BGXM19808B185365 - 9BGXH80G06C139820 - 9BG124GF0AC402500 - 9BGTT75F02C148409 - 9C2JC30707R081732 - 9C2KC1670DR467576 - 9C2KC1660FR056647 - 9C2KC2200GR022243 - 93HFA15307Z105458 - 93HGD17404Z127523 - 9C2ND1120ER000689 - 95PZBN7KPGB069297 - WAU8FD8T5EA046607 - WAUAGD4L0FD002244 - WBAAM3103XFM81472 - WBAKR6100E0G95040 - VF7LARFJ47Y503140 - 8AP17202416016884 - 2FMDK4KC3DBC51055 - 8AFFZZFHA9J275696 - 3N1BB7AE9FY201449 - 8A1CB8V05AL490380 - 8A1LZLH0TFL793673 - 3VWDJ2169DM087488 - 3D4GGH7D19T556595 - JMYSNCK4AWU001460 - 3VW1931HLTM333801 - 9BM384009LB877691 - 9BM688123JB830466 - 9BM384004PB981055 - 9BM958207DB927744 - 9BM958207DB927717 - 9BM958207DB892907 - 9BM9584517B545783 - 9362A7LZ94B016125 - 93YHSRAF5GJ986895 - 93YHSR2L6FJ473368 - 93YHSR6R3FJ364962 - 93YLSR1RH8J009740 - 93YCDDUH57J869324 - 93YBSR6RHBJ626935 - 93YBSR8VNEJ431620 - 9BSRM4X2Z03351220 - 94BF146367R005789 - 9A9V0922092AD9321 - 9A9V0952092AD9320 - 94BF146367R005789 - 9AA08143G8C080226 - 9AA07102G7C063763 - 9BRBB42E6B5139390 - 9BVN5A8D0WE663599 - 9BW7682398R827141 - 95346823XBR161794 - 9BWY2TGF4WRB09633 - 9BW2M82T15R511552 - 9BWAA05Z1B4071427 - 9BWZZZ30ZPT126715 - 9BWCA05X03T031242 - 9BWAA05W69T103505 - 9BWAA05WXCP014570 - 9BWDB45UXFT033938.

Normas completas e condições de pagamento, constarão no catálogo distribuído no dia do Leilão. Os veículos vendidos como salvados, devem ser submetidos após a sua reparação, a uma inspeção de segurança veicular para que possam ser liberados a circulação, conforme prevê a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) 362/2010. Os veículos serão vendidos com o IPVA, DPVAT e Licenciamento 2018 por conta do arrematante. Existindo débitos, referentes a: multa (s), IPVA (s) e outros, que surgirem intempestivamente após a arrematação, serão de responsabilidade do arrematante. Proibido o pagamento em espécie de bens arrematados em Leilão: A partir de 01/12/2017 fica proibido o recebimento de valores em espécie pelo Leiloeiro para quitação de lotes arrematados do Grupo Bradesco. Os pagamentos devem ser efetuados por TED, DOC, Transferência Bancária, Cheques ou Boleto Bancário, de acordo com a preferência do Leiloeiro. Washington L. Pereira Vizeu - Leiloeiro Oficial - JUCESP 414.

Lances: VIZEUONLINE.COM.BR **Infs. F: (19) 3881-7082** Bradesco Bradesco Seguros Prestador de Serviço Autorizado Itaú

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005658-50.2010.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Bertholazzi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Ricardo Oiama CPF: 032.689.248-67, que nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por Du Pont do Brasil S/A CNPJ: 61.064.929/0001-79 em face de Roberto Oiama CPF: 932.906.088-91, procedeu-se a penhora de 1/6 (um sexto) do terreno situado na Avenida Euclides nº 57, constituído por parte dos lotes 6 e 7 da quadra 5, da Vila Facchini, no 42º Subdistrito do Jabaquara – São Paulo/SP, objeto da matrícula 28.505 do 8º CRI/SP. Estando o coproprietário Ricardo Oiama em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2018. 26 e 27/04

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo 0195206-31.2009.8.26.0100. A Dra. Cecília de Carvalho Contrera, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Fórum Central/SP, na forma da Lei, etc... Faz Saber a Nelleus Indústria e Comércio de Confecções Ltda CNPJ: 07.243.414/0001-90 (na pessoa de seu representante legal); Alessandro Cavalcante Bessa CPF: 711.969.191-00 e Suellen Cavalcante Bessa CPF: 709.451.521-91, que Vicunha Têxtil S/A CNPJ: 07.332.190/0001-93 ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento de R$ 106.902,43 (Setembro/2009), representada por duplicatas mercantis decorrentes da relação comercial. Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 03 dias, efetuem o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embarguem a execução, a fluírem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. 26 e 27/04

Edital de Citação - Prazo de 20 dias. Processo 1001616-62.2015.8.26.0100. O Dr. BAIARDO DE BRITO PEREIRA JUNIOR , Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Fórum Central/SP, na forma da Lei, etc... Faz Saber a Mohamad Wajdi Akram Fayad El Abbas RG: 12.444.871-SSP/SP e CPF: 637.966.868-34, que Vicunha Têxtil S/A CNPJ: 07.332.190/0001-93 ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento de R$ 52.668,71 (Janeiro/2015), representada por duplicatas mercantis decorrentes da relação comercial com Sintonia X Modas Ltda CNPJ: 07.286.809/0001-70, o qual o executado declarou na Carta de Fiança ser o principal pagador e devedor solidário de dívidas da referida empresa. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embargue a execução, a fluírem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de março de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30DAIS. PROCESSO Nº 0214923-58.2011.8.26.0100. O Dr. Marcos Duque Gadelho Júnior, Juiz de Direito da 23ª Vara Cível, do Fórum Central/SP, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a HIDRO MECÂNICALESTE LTDA - ME, CNPJ 04.255.858/0001-58 (na pessoa de seu representante legal), que Viação Cidade Dutra Ltda,, CNPJ 02.230.101/0001-30, ajuizou Ação declaratória Negativa de Débito e Nulidade de Títulos C.C. Condenação a Indenização por Danos Morais, Procedimento Comum objetivando que seja declarada a nulidade das seguintes Duplicatas Mercantis: nº 5679 no valor de R$ 4.500,00, com vencimento em 21/11/2011, levada a protesto junto ao 7º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP, nº 5685 no valor de R$ 9.000,00, com vencimento em 21.11.2011, levada a protesto junto ao 10º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP, ; nº 5703 no valor de R$ 4.500,00, com vencimento em 21/11/2011, levada a protesto junto ao 9º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP e nº 5680 no valor de R$ 4.500,00, com vencimento em 21/11/2011, levada a protesto junto ao 8º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP, (por se tratarem de títulos já pagos pela requerente) e Duplicatas Mercantis nº 5558 no valor de R$ 9.000,00, com vencimento em 21/11/2011, levada a protesto junto ao 9º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP; nº 5559 no valor de R$ 4.500,00, com vencimento em 21/11/2011, levada a protesto junto ao 10º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP, e nº 5347 no valor de R$ 7.000,00 com vencimento em 21/11/2011, levada a protesto junto ao 8º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP, por se tratarem de títulos sem origem, posto que não foram prestados serviços para sua emissão, com consequente declaração da inexistência de obrigação de pagar. Estando a requerida em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, conteste o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados. Não sendo contestada a ação a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 17/10/2017. 26 e 27/04

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação do executado **Food Box de Cesta Básica Ltda** CNPJ/MF nº 71.960.769/0001-08, expedido nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, requerida pela massa falida de **AGROPEC COMERCIAL E EXPORTADORA S/A** CNPJ nº 47.573.019/0001-90- Processo nº 0005034-37.1998.8.26.0224. A Drª BEATRIZ DE SOUZA CABEZAS Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital, na forma da Lei, etc... **FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bens imóveis virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que o Leiloeiro Oficial nomeado, Sr. Ronaldo Sérgio M. R. Faro, matriculado na Jucesp n.º 191, com escritório na Rua Silveira Martins, 70, 9º andar - Centro - São Paulo/SP e endereço eletrônico faroleiloes@terra.com.br, e na forma dos termos da lei 13.105/2015 e regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, no dia 27 de abril de 2018, às 15h00, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 30 de abril de 2018, às 15h00, sendo entregue à quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 21.05.2018, às 15h00 para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 60% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados, se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA**: **DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.faroonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lanços sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lanços **DO PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial (a ser obtida na agência do fórum ou através do site www.bb.com.br). **DA COMISSÃO DO LEILOEIRO**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **DO AUTO DE ARREMATAÇÃO:** Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. **IMISSÃO NA POSSE**: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. **FALE CONOSCO:** Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do Leiloeiro Oficial, na Rua Silveira Martins, 70, 9º andar - Centro - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: faroleiloes@terra.com.br. **LOTE ÚNICO**: Parte ideal de 50% (cinqüenta por cento) do imóvel devidamente registrado junto ao 2º CRI de Guarulhos sob matrícula nº 39.053 assim descrito: Um terreno sem benfeitorias, designado lote 17 da quadra 07, Gleba 01, loteamento denominado Jardim Santa Mena, perímetro urbano deste distrito, medindo 12 ms de frente para a rua Rahal; 15 m em curva e 19,00 m de frente para a rua A; 30,00 m do lado esquerdo, confrontando com o lote 16 e 8,46, nos fundos, confrontando com o lote 18, encerrando área de 420,00 m². Referido imóvel encontra-se cadastrado junto a Prefeitura de Guarulhos sob contribuinte nº 083.63.87.0186.00.000. Ainda segundo certidão de dados cadastrais emitida pela prefeitura constante do laudo de avaliação o imóvel esta localizado atualmente à Rua Rahal nº 36. **VALOR DA AVALIAÇÃO para parte ideal de 50% : R$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação de dez/15. VALOR DA AVALIAÇÃO DE PARTE IDEAL DE 50% ATUALIZADO PARA FEVEREIRO DE 2018: R$ 315.873,34 (TREZENTOS E QUINZE MIL OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E TRINTA QUATRO CENTAVOS)** Obs 01: Em consulta feita no site da Prefeitura de Guarulhos consta débito para o imóvel no valor de R$ 333.674,86 (trezentos e trinta e três mil seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) para o período de 1996/2015. **O arrematante não responderá pelos débitos tributários anteriormente existentes sobre o bem arrematado. TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. E para que produza os seus jurídicos efeitos de direito, é expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial do Estado e afixado por extrato, no lugar de costume, na forma da lei.

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO-SP

Data do leilão: 09/05/2018 A partir das: 11:45

Local:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU, RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.

ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matricula 428 estabelecido a RUA ARACI, 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA, SP, telefone 1139310744 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentaçao complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

As vendas serão realizadas pelo lance minimo de 65% do valor da avaliação atualizado do imóvel, mais débitos fiscais e condominiais que por ventura possam incidir sobre o mesmo.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, INSS, registro da carta de arrematação são responsabilidade do arrematante e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do credor. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED 1D4EA - CONTRATO 118164118867-4- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 1816 GRANJA JULIETA

ROSANA TADEU FAZANARO, BRASILEIRO(A), INDUSTRIARIA CPF 01135886822, CI 11.853.371 SSP/SP, SOLTEIRO(A), **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 42, 5º PAVIMENTO, 3º ANDAR, BLOCO 15, CONJUNTO RESIDENCIAL VILLA RICA, SITUADO NA PRAÇA ALMIRANTE PENA BOTTO, Nº 5, SITIO DO MATO DO COXO, BAIRRO JABACAGUERA OU RIO BONITO, 32º SUBDISTRITO - CAPELA DO SOCORRO, SAO PAULO, SP. COM A AREA UTIL DE 52,3925MS2, E A AREA COMUM DE 6,04157MS2, JA INCLUIDA A CORRESPONDENTE A 1 VAGA INDETERMINADA NO ESTACIONAMENTO, PERFAZENDO A AREA TOTAL CONSTRUIDA DE 58,43407MS2, CORRESPONDENDO-LHE A FRAÇÃO IDEAL DE 0347223% NO TERRENO E NAS PARTES COMUNS DO CONDOMINIO. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.

ITUPEVA, 23/04/2018
ARY ANDRÉ NETO

23 - 26/04 - 09/05/2018

REC Prado Velho S.A.

CNPJ/MF nº 08.775.922/0001-82

Relatório da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras condensadas da Sociedade, referentes aos exercícios findos em 31/12/2017. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		**50**	**15**	**Circulante**		**14**	**7**
Caixa e equivalentes de caixa	3	12	15	Fornecedores		11	7
Contas a receber	4	38	-	Obrigações tributárias		3	-
Não circulante		**22.201**	**22.201**	**Patrimonio Líquido**	8	**22.237**	**22.209**
Propriedade para investimento	6	22.201	22.201	Capital social	8.a	25.835	25.715
				Reserva de capital		117	117
				Prejuízos acumulados		(3.865)	(3.623)
				Adiantamentos para futuro aumento de capital	8.b	150	-
Total do ativo		**22.251**	**22.216**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		22.251	22.216

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2015		**25.055**	**117**	**(3.302)**	**340**	**22.210**
Aumento de capital		660	-	-	(660)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	320	320
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(321)	-	(321)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**25.715**	**117**	**(3.623)**	**-**	**22.209**
Aumento de capital	9	120	-	-	(120)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	270	270
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(242)	-	(242)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**25.835**	**117**	**(3.865)**	**150**	**22.237**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	9	35	-	**Resultado financeiro líquido**			
Despesas operacionais				Receitas financeiras		1	1
Despesas Gerais e Administrativas	10	(135)	(193)	Despesas financeiras		-	-
Despesas Tributárias		(143)	(129)	**Prejuízo do exercício**		(242)	(321)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(243)	(322)				

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2017**	**2016**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(242)	(321)
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(38)	(2)
Fornecedores	4	-
Obrigações tributárias	3	-
Caixa líquido consumido das atividades operacionais	**(273)**	**(323)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	120	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	150	320
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**270**	**320**
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(3)	(3)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15	18
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12	15
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(3)	(3)

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(242)	(321)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	(242)	(321)

Maximo Pinheiro Lima Netto - Diretor
Bianca Carnicer Micheloni - Contadora - CRC 1SP 253.163/O-7

As demonstrações financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

Usina Boa Vista S.A.

CNPJ/MF Nº 07.603.999/0001-02 - NIRE Nº 35.300.333.811

Ata da 59ª Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Hora e Local: Realizada em 2/04/2018, às 10h, na sede social da Usina Boa Vista S.A ("Companhia"), na Fazenda São Martinho, Município de Pradópolis/SP. **II. Presença e Convocação:** As formalidades de convocação foram dispensadas tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do §4º, do artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme as assinaturas constantes do "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **III. Mesa:** Presidente: Fábio Venturelli e Secretário: Felipe Vicchiato. **IV. Ordem do Dia: (i)** A ratificação da celebração do Protocolo e Instrumento de Justificação de Incorporação da Companhia pela São Martinho S.A. ("SMSA" e "Protocolo de Incorporação"); **(ii)** A ratificação da nomeação e contratação da ValorUp Auditores Independentes ("ValorUp") como empresa de auditoria independente responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Companhia, com base no balancete levantado em 31.01.2018; **(iii)** A aprovação do laudo de avaliação emitido pela ValorUp; **(iv)** A incorporação da Companhia pela SMSA, com sua consequente extinção; **(v)** a autorização para a administração tomar todas as providências necessárias para implementação da incorporação. **V. Deliberações Tomadas:** Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente submeteu à apreciação da acionista as matérias constantes da ordem do dia, que examinou, deliberou e aprovou por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições o seguinte: **(i)** A ratificação da celebração do Protocolo de Incorporação firmado pela SMSA, na qualidade de incorporadora e a Companhia, na qualidade de incorporada, em 19.02.2018. Referido Protocolo de Incorporação foi autenticado pela Mesa e passa a ser parte integrante desta ata como **Anexo I; (ii)** A ratificação da nomeação e contratação pela diretoria da ValorUp, sociedade com sede na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua José Leal, nº 1318, Alto da Boa Vista, CEP 14.025-260, CNPJ/MF nº 13.976.330/0001-69, registrada originalmente no CRC/SP nº 2SP028585/O-0, como empresa de auditoria independente responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Companhia, com base no balancete levantado em 31.01.2018 ("Laudo de Avaliação"), para fins dos artigos 8º e 227 da Lei das S.A., conforme alterada; **(iii)** O laudo de avaliação emitido pela ValorUp, o qual foi autenticado pela Mesa e passa a ser parte integrante desta ata como **Anexo II; (iv)** A incorporação de todo acervo líquido da Companhia pela SMSA, com sua consequente extinção, sem aumento do capital social; **(v)** A autorização para a administração tomar todas as providências necessárias para implementação da incorporação da Companhia pela SMSA, com a sua consequente extinção, junto aos órgãos públicos, autarquias, empresas privadas, etc., para o cumprimento das matérias ora deliberadas e aprovadas, inclusive junto aos cartórios de registro de imóveis, no sentido de atender toda e qualquer exigência, podendo, para tanto, rerratificar ou adequar os memoriais descritivos dos imóveis a serem anexados ao laudo de avaliação contábil, e ainda em caso de eventuais encerramentos das matrículas correspondentes, e também, sobre as matrículas que porventura sucedê-las, independentemente de qualquer autorização da acionista. **VI. Lavratura:** Foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia Geral em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, e tendo sido assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Fábio Venturelli; Secretário: Felipe Vicchiato. **Acionista:** p/ São Martinho S.A.: Fábio Venturelli e Felipe Vicchiato. Pradópolis, 2/04/2018. **Jucesp nº** 180.234/18-3 em sessão de 11/04/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

ZD Alimentos S.A.

GRUPO ZDA

CNPJ nº 56.073.307/0001-77

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais - Ativos	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017
Circulante	**81.441**	**89.953**	**91.007**
Caixa e equivalentes de caixa	8.605	21.709	9.238
Contas a receber de clientes	42.920	36.835	48.313
Estoques	20.722	21.853	22.849
Impostos a recuperar	8.064	7.852	9.110
Outros créditos	1.131	1.704	1.498
Não circulante	**106.547**	**81.656**	**132.157**
Realizável a longo prazo	**7.403**	**8.273**	**16.437**
Depósitos judiciais	64	94	64
Impostos a recuperar	6.598	7.362	13.992
Outros créditos	741	784	2.381
Ativo fiscal diferido	-	33	-
Investimentos	20.879	622	548
Imobilizado	63.940	58.970	81.698
Intangível	14.325	13.791	33.474
Total dos ativos	**187.988**	**171.609**	**223.164**

Balanços patrimoniais - Passivos	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017
Circulante	**71.980**	**64.143**	**88.275**
Fornecedores e outras contas a pagar	41.398	33.195	51.957
Empréstimos e financiamentos	21.197	22.757	23.527
Provisões e encargos trabalhistas	4.137	4.104	5.006
Impostos, taxas e contribuições	2.430	2.473	4.789
Dividendos a pagar	2.361	1.323	2.361
Adiantamento de clientes	457	291	635
Não circulante	**25.501**	**13.822**	**44.382**
Fornecedores e outras contas a pagar	2.932	-	5.527
Empréstimos e financiamentos	21.896	13.140	21.896
Impostos, taxas e contribuições	-	-	12.404
Passivo fiscal diferido	117	-	3.869
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	556	682	686
Patrimônio líquido	**90.507**	**93.644**	**90.507**
Capital social	70.000	60.000	70.000
Reservas de capital	2.971	2.929	2.971
Reserva de lucros	10.758	23.888	10.758
Ajustes de avaliação patrimonial	6.779	6.827	6.779
Total dos passivos	**97.481**	**77.965**	**132.657**
Total dos passivos e patrimônio líquido	**187.988**	**171.609**	**223.164**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º.01.2016	**60.000**	**2.339**	**13.772**	**6.912**	**-**	**83.023**
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	(85)	85	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.801	11.801
Destinações: Reserva legal	-	590	-	-	(590)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.180)	(1.180)
Transferência de lucros para retenção de lucros	-	-	10.116	-	(10.116)	-
Saldo em 31.12.2016	**60.000**	**2.929**	**23.888**	**6.827**	**-**	**93.644**
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	(48)	48	-
Aumento de capital com reserva de lucros conforme AGE de 5.04.2017	10.000	-	(10.000)	-	-	-
Dividendos propostos conforme AGE de 5.04.2017	-	-	(3.889)	-	-	(3.889)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	831	831
Destinações: Reserva legal	-	42	-	-	(42)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(79)	(79)
Transferência de lucros para retenção de lucros	-	-	759	-	(759)	-
Saldo em 31.12.2017	**70.000**	**2.971**	**10.758**	**6.779**	**-**	**90.507**

Demonstrações de resultados	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	362.518	355.978	375.128
Custo das vendas	(282.486)	(273.105)	(293.986)
Lucro bruto	**80.032**	**82.873**	**81.142**
Despesas de vendas	(53.561)	(52.508)	(55.068)
Despesas administrativas	(13.419)	(13.274)	(15.936)
Outras receitas e (despesas) líquidas	1.362	1.741	(2.173)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**14.415**	**18.832**	**7.965**
Receitas financeiras	3.667	4.588	4.990
Despesas financeiras	(5.312)	(6.041)	(7.398)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	**(1.645)**	**(1.453)**	**(2.408)**
Resultado de equivalência patrimonial	(8.018)	1	(181)
Resultado antes dos impostos	**4.751**	**17.380**	**5.376**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.770)	(6.081)	(3.770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(150)	502	(775)
Lucro líquido do exercício	**831**	**11.801**	**831**

Demonstrações de resultados abrangentes	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício	831	11.801	831
Resultado abrangente total	831	11.801	831

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos	4.751	17.380	5.376
Ajustes para: Depreciação e amortização	2.652	2.862	2.979
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	3.787	2.975	4.887
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	126	83	160
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	186	113	186
Provisão para obsolescência dos estoques	200	(169)	200
Valor residual de ativo imobilizado baixado	321	2.662	321
Resultado de equivalência patrimonial	8.018	(1)	-
(Aumento) redução de ativos			
Contas a receber de clientes	(6.271)	(5.679)	(9.560)
Estoques	931	(607)	(207)
Impostos a recuperar	552	(1.741)	(277)
Outros créditos	616	(92)	3.715
Depósitos judiciais	30	(33)	30
Redução (aumento) de passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar	8.100	10.490	774
Provisões e encargos trabalhistas	33	838	(216)
Impostos, taxas e contribuições	(43)	(387)	(750)
Adiantamento de clientes	165	(141)	1.010
Impostos pagos	(3.770)	(6.081)	(3.770)
Juros pagos a empréstimos e financiamentos	(3.962)	(3.751)	(8.812)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	16.422	18.721	(3.955)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Caixa advindo de aquisição de controladas	-	-	(171)
Aquisições de empresas, líquidas de caixa adquirido	(4.292)	-	(4.292)
Aporte de capital em investida	(20.893)	-	-
Aquisição de imobilizado	(7.901)	(1.509)	(7.901)
Aquisições de ativo intangível	(576)	(129)	1.479
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(33.662)	(1.638)	(10.885)
Dividendos pagos	(2.930)	(1.927)	(2.930)
Empréstimos e financiamentos tomados	52.188	37.532	56.890
Empréstimos e financiamentos pagos	(45.123)	(46.076)	(51.591)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	4.135	(10.471)	2.369
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(13.104)**	**6.612**	**(12.471)**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	21.709	15.097	21.709
No fim do exercício	8.605	21.709	9.238
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(13.104)**	**6.612**	**(12.471)**

Diretoria: Vladmir Miglioranzi Maganhoto - Diretor Presidente
Luiz Henrique dos Santos - Diretor Administrativo/Financeiro
Elisabete Paglioni - Contadora: CRC-SP 1SP 219421/O-6

O relatório da administração, parecer dos auditores independentes e notas explicativas na íntegra, estão disponíveis na sede da Companhia.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE 35.300.369.149

Edital de Convocação - Assembleias Gerais de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª Série da 4ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. em primeira convocação, conforme abaixo

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.384/0001-30 ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 10.2.1 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª Série da 4ª Emissão, firmado em 1º de setembro de 2011, aditado em 15 de março de 2013, 20 de junho de 2013, 13 de dezembro de 2013, 31 de outubro de 2014 e 31 de janeiro de 2018 ("Termo de Securitização"), convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 35ª Série da 4ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI"), a reunirem-se em Assembleias Gerais de Titulares dos CRI, na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 a se realizar: em primeira convocação, no dia 23 de maio de 2018, às 10:00 horas, para deliberar a seguinte Ordem do Dia: (i) a ratificação das deliberações de aprovação da contratação do serviço do comissário H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., nomeando e outorgando os poderes competentes para receber as ações da Devedora, bem como realizar a venda e entrega dos valores obtidos com a venda à Emissora em seu Patrimônio Separado, nos termos e condições estipulados na cláusula 5.11 do plano de recuperação judicial. Para a convocação retrocitada, os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Emissora, endereço retro indicado, com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 24 de abril de 2018. **GAIA SECURITIZADORA S.A.**

Usina Santa Luiza S.A.

CNPJ/MF nº 52.312.774/0001-51 - NIRE 35.300.188.403

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Hora e Local: Aos 5/03/2018, às 16h, reuniram-se em AGE, na sede social da Usina Santa Luiza S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia Francisco Malzoni, Km 13, Fazenda Santa Cecília, Município de Motuca/SP. **II. Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do parágrafo quarto do artigo 124 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **III. Mesa:** Presidente: Agenor Cunha Pavan; Secretário: Pedro Isamu Mizutani. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a renúncia de membro do Conselho de Administração. **V. Deliberações Tomadas:** Abertos os trabalhos e instalada a presente Assembleia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação da acionista a matéria constante da ordem do dia: a acionista tomou conhecimento da renúncia do Conselheiro da Administração Rodrigo Tetti Garcia (brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 15.777.472-7 SSP/SP e CPF 106.779.308-95, domiciliado na Cidade de Ribeirão Preto/SP, com escritório na Fazenda São Martinho, município de Pradópolis/SP, CEP 14850-000), para o qual foi eleito em 28.04.2017, conforme termo de renúncia em anexo. O cargo ocupado por ele permanecerá vago. **V. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, e assinada por todos os presentes. **Presidente da Mesa:** Agenor Cunha Pavan; **Secretário da Mesa:** Pedro Isamu Mizutani. **Acionistas:** p/ São Martinho S.A: Fábio Venturelli, Agenor Cunha Pavan; p/ Cosan S.A. Indústria e Comércio: Marcelo de Souza Scarcela Portela, Marcos Marinho Lutz. Motuca/SP, 5/03/2018. **Jucesp** nº 193.270/18-3 em sessão de 20/04/2018. Flávia Regina Britto Gonçalves – Secretária Geral.

BS Holding S.A.

CNPJ/MF nº 05.275.432/0001-29

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras resumidas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31/12/2017. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

Ativo	Nota Explicativa	2017	2016	Passivo	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.005,00	18.186,77	Salários e encargos sociais	5	-	1.760,00
Clientes		265.743,34	-	Fornecedores		1.330,00	3.304,81
Impostos a compensar		-	-	Obrigações fiscais		5.348,14	2.832,30
Estoques	4	1.683.684,32	1.773.684,32	**Total do Passivo Circulante**		**6.678,14**	**7.897,11**
Total do Ativo Circulante		**1.979.432,66**	**1.791.871,09**	**Não Circulante**			
				Receitas a apropriar		265.743,34	-
Não Circulante				Custos a apropriar		(52.500,00)	-
Empréstimos e financiamentos		446.217,39	914.663,33	**Total do Passivo Não Circulante**		**213.243,34**	**-**
Investimentos		58.848.815,35	59.384.534,84	**Patrimônio Líquido**			
Total do Ativo Não Circulante		**59.295.032,74**	**60.299.198,17**	Capital social	6	59.866.878,00	59.866.878,00
				Reserva legal		59.383,30	110.814,71
				Reservas de lucros		1.128.282,62	2.105.479,44
				Total do Patrimônio Líquido		**61.054.543,92**	**62.083.172,15**
Total do Ativo		**61.274.465,40**	**62.091.069,26**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**		**61.274.465,40**	**62.091.069,26**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**59.866.878,00**	**1.336.577,48**	**88.579,58**	**-**	**61.292.035,06**
Lucro do exercício	-	-	-	791.137,09	791.137,09
Reserva legal	-	-	39.556,85	(39.556,85)	-
Reserva de lucros	-	751.580,24	-	(751.580,24)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**59.866.878,00**	**2.088.157,72**	**128.136,43**	**-**	**62.083.172,15**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.028.628,23)	(1.028.628,23)
Reserva legal	-	-	(68.753,13)	68.753,13	-
Reserva de lucros	-	(959.875,10)	-	959.875,10	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**59.866.878,00**	**1.128.282,62**	**59.383,30**	**-**	**61.054.543,92**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

	Nota Explicativa	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7	**183.134,10**	**-**
Custo das mercadorias vendidas		(37.500,00)	-
LUCRO BRUTO		**145.634,10**	**-**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas de vendas		(13.666,80)	-
Despesas administrativas		(564.789,84)	(561.940,41)
Impostos e taxas		(96.339,80)	(93.476,64)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(529.162,34)**	**(655.417,05)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		74.592,20	117.180,00
Despesas financeiras		(867,05)	(1.029,65)
RESULTADO FINANCEIRO TOTAL	8	**73.725,15**	**116.150,35**
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS			
Resultado de equivalência patrimonial		(535.719,49)	1.354.785,39
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(991.156,68)**	**815.518,69**
Imposto de renda e contribuição social		(37.471,55)	(24.381,60)
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**(1.028.628,23)**	**791.137,09**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 Dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(1.028.628,23)	791.137,00
	(1.028.628,23)	**791.137,00**
Redução (Aumento) nos ativos operacionais		
Clientes	(265.743,34)	-
Estoques	90.000,00	-
Empréstimos e financiamentos	468.445,94	567.820,00
Depósitos Judiciais	1.284,00	1.284,00
	293.986,60	**569.104,00**
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Salários e encargos sociais	(1.760,00)	-
Fornecedores	(1.974,81)	3.305,00
Impostos a recolher	2.515,84	2.041,00
Receitas a apropriar	211.959,11	1.760,00
	210.740,14	**7.106,00**
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(523.901,49)**	**1.367.347,00**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Resultado de equivalência patrimonial	535.719,49	(1.354.786,00)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**535.719,49**	**(1.354.786,00)**
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**11.818,00**	**12.561,00**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.187,00	5.626,00
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.005,00	18.187,00
	11.818,00	**12.561,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A BS Holding S.A., pessoa jurídica de direito privado, cujos atos constitutivos encontram-se arquivados na JUCESP, sob NIRE 35-2.1779618.3, com sede em Indaiatuba/SP, à Rua das Orquídeas, 265 - sala 9, Jardim Pompéia, CEP 13345-040 e inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 05.275.432/0001-29 têm como objeto social a incorporação, administração e gerenciamento de empreendimentos imobiliários, bem como vendas e compras de áreas comerciais, industriais e residenciais, administração de bens próprios, e participação no capital em outras sociedades como sócia ou acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis descritas no pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - Contabilidade para Sociedades Anônimas (Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 26).

Conforme facultado pela Resolução nº 1.162/09, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Companhia decidiu por não apresentar a demonstração do valor adicionado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

2.1) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes em contas correntes bancárias e aplicações financeiras nos Bancos Fibra S.A. e Bradesco S.A.

2.3) Estoques: Registrados pelo custo que compreendem os valores originais das compras e os gastos gerados no ciclo operacional da Companhia, imputáveis, diretamente ou indiretamente, à formação dos estoques, tais como: encargos sociais e aquisições de serviços de terceiros; etc.

2.4) Passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos encargos e variações monetárias incorridas até as datas de encerramentos dos exercícios.

2.5) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

2.6) Reconhecimento das receitas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de lotes de terra (bens imóveis) normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos descontos comerciais e dos abatimentos.

As receitas são reconhecidas quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador, através de contrato de venda os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.7) Estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis da Companhia descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.8) instrumentos financeiros: Inicialmente registrados a seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre no fim de cada exercício de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou outros instrumentos e transações financeiras mais complexas.

2.9) Aprovação das demonstrações contábeis: As Demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 31 de março de 2018.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Banco Fibra	29.969,65	17.894,83
Banco Bradesco	35,35	291,94
	30.005,00	**18.186,77**

4. ESTOQUES

	2017	2.016
Terrenos Helvétia Park I	215.551,91	305.551,91
Terrenos Helvétia Park II	1.312.767,80	1.312.767,80
Terrenos Helvétia Park III	155.364,61	155.364,61
	1.683.684,32	**1.773.684,32**

Os estoques foram contabilizados ao seu valor contábil e são mensurados a partir da apuração de sua constituição, considerando-se ao custo dos estoques gastos com serviços prestados com infraestrutura e outras despesas de custeio destinado à criação dos empreendimentos.

5. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2017	2016
INSS a recolher	-	1.760,00
	-	**1.760,00**

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O capital social em 31 de dezembro de 2017, totalmente integralizado está representado por 59.866.878 ações, distribuídas como segue:

Acionista	Quantidade de ações	% do Capital
Benjamin Steinbruch	59.866.877	99,999%
Carolina Justus Cury Steinbruch	1	0,001%
	59.866.878	**100,00%**

7. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receita Bruta	190.071,71	-
Deduções:		
Impostos sobre vendas	(6.937,61)	-
Receita operacional líquida	**183.134,10**	**-**

8. RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Juros recebidos	138.074,58	101.590,00
Receita de títulos vinculados ao mercado	0,01	-
Juros sobre mútuo (provisão)	(63.482,39)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-
Juros sobre mútuo (provisão)	-	15.590
Tarifas bancárias	(847,80)	(734,40)
Juros pagos e incorridos	(19,25)	(295,25)
	73.725,15	**116.150,35**

9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e relacionados às atividades econômicas da Companhia, particularmente contas a receber de clientes e contas a pagar. Nas datas de encerramento dos exercícios, os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	2017	2016
Ativos financeiros básicos:		
Caixa e equivalentes de caixa	30.005,00	18.186,77
Contas a receber	265.743,34	-
Total	**295.748,34**	**18.186,77**
Passivos financeiros básicos:		
Fornecedores	1.330,00	3.304,81
Total	**294.418,34**	**14.881,96**

A Administração da Companhia considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado, uma vez que os saldos das rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", e "Fornecedores", tem prazos curtos de vencimento.

Considerações sobre riscos: Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

a) Outros riscos: A Companhia não tem exposição à variação cambial, taxa de juros e capital uma vez que não executa transações de compras e vendas com entidades localizados no exterior, não possui endividamento bancário e a estrutura de seu capital é formado por seu patrimônio líquido.

Diretoria
Benjamin Steinbruch - Sócio
Joaquim Alcides de Oliveira - Contador - CRC 1 SP 159322/O-0

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

5ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 5º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1120727-74.2014.8.26.0100. O Dr. Gustavo Coube de Carvalho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Will Comércio de Veículos Ltda (CNPJ. 05.262.127/0001-00) e Wilson Boiron Padula (CPF. 178.318.978-95), que Itaú Unibanco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 332.425,76 (maio de 2015), representada pelo Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente de Depósito (Caixa Reserva) n° 166000087840. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 26/03/2018. 25 e 26 / 04 / 2018

Edital de Citação. Prazo de 01 mês. Processo n° 1002994-13.2016.8.26.0005. O Dr. Fábio Henrique Falcone Garcia, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de São Miguel Paulista/SP, Faz Saber a 1) UP Fitness Center Ltda ME (CNPJ. 008.681.114/0001-56), 2) Carlos Alberto da Silva Rocha (CPF. 307.696.448-80) e 3) Luciane Cristina Boschini (CPF. 312.777.178-93), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 21.818,83 (julho de 2016), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro n° 7.823.455, carteira 331, conta n° 15070-3, agência 2750. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, a fluírem após o prazo supra, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 96,47 e R$ 0,06. Decorrido o prazo, e no silêncio, os executados serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de abril de 2018. 25 e 26 / 04 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0032602-90.2013.8.26.0001. A Drª. Simone de Figueiredo Rocha Soares, Juíza de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Regional de Santana/SP, na forma da Lei, etc., Faz Saber a AMERICO JOSÉ CARLOS ALMEIDA CPF: 111.684.848-12, que All Part's Acessórios Automotivos Ltda, CNPJ 11.060.600/0001-61, ajuizou Ação Monitória, objetivando o recebimento de R$ 1.685,20 (Julho/2013), representada pelo cheque nº 000026, conta corrente nº 05423-4, Agência 4833, Banco 341, emitido em 10/01/2011. Estando o requerido em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra devidamente corrigido (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de conversão do mandado de citação em mandado de execução. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 0208411-98.2007.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 28ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vitor Frederico Kümpel, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Globalsurf Ltda (CNPJ 04.072.264/0001-01), na pessoa de seu representante legal Sr. Jackson Takashi Adisaka, que Vicunha Têxtil S/A (CNPJ 07.332.190/0001-93) ajuizou-lhe Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento de R$143.642,24 (Agosto/2007), representada por duplicatas mercantis decorrentes da relação comercial. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida atualizada ou, em 15 dias, embargue a execução, a fluírem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de abril de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1022512-58.2017.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 26ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Borges Fantacini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Gazzol/ne Indústria e Comércio de Confecção de Vestuário Ltda CNPJ: 16.934.837/0001-48 (na pessoa de seu representante legal) e Rogério Pagano Wagner CPF: 248.946.758-11, que Vicunha Têxtil S/A CNPJ: 07.332.190/0001-93 ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento de R$ 97.798,60 (Março/2017), representada por duplicatas mercantis decorrentes da relação comercial. Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 03 dias, efetuem o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embarguem a execução, a fluírem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de fevereiro de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1070565-07.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tamara Hochgreb Matos, na forma da Lei, etc. Faz Saber a R. Gonçalez Alves Comércio Varejista de Eletro Eletrônicos CNPJ: 18.813.937/0001-41 (na pessoa de seu representante legal) e Rafael Gonçalez Alves CPF: 230.349.138-00, que Universon Comercial Eletrônica Ltda CNPJ: 53.094.272/0001-64 ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento de R$ 5.494,34 (Julho/2016), representada pelo contrato de licença de uso de espaço firmado entre as partes 25/10/2013. Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 03 dias, efetuem o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embarguem a execução, a fluírem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Será o presente edital publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1109414-48.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Barbosa Sacramone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) BRIPLAS COMÉRCIO & ATACADISTA DE PLÁSTICOS E RESINAS EIRELI - EPP, CNPJ 22.712.439/0001-80, Rua Frederico Ammon, 40, apto 41, Nova Petropolis, CEP 09771-050, São Bernardo do Campo - SP, que lhe foi proposta uma ação de pedido de Falência por parte de Marcam Factoring e Fomento Mercantil Ltda, com fundamento no artigo 94, I, da Lei 11.101/2005, por impontualidade no pagamento da(s) duplicata(s): 1) nº 1140-1 no valor de R$ 13.657,86, ; 2) nº 1140-2 no valor de R$ 13.657,88, ; 3) nº 1140-3 no valor de R$ 13.657,88 ; 4) nº 1140-4 no valor de R$ 13.657,88 ; 5) nº 1140-5 no valor de R$ 13.657,88, devidamente protestada(s). Estando a ré em lugar ignorado foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após o Prazo do Edital de 20 dias supra, apresente defesa, podendo, nos termos do art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/2005, depositar a quantia correspondente ao total do crédito reclamado (R$.68.289,30), que deverá ser atualizado até a data do depósito com juros e correção monetária, acrescida de custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, sob pena de decretação da falência. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de abril de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO SAO PAULO-SP

Data do leilão: 09/05/2018 A partir das: 11:45

Local:CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU, Nº 1.371, PERDIZES, SAO PAULO, SP.

ARY ANDRÉ NETO, Leiloeiro Oficial matricula 428 estabelecido a RUA ARACI, 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA, SP, telefone 1139310744 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentaçao complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

As vendas serão realizadas pelo lance minimo de 65% do valor da avaliação atualizado do imóvel, mais débitos fiscais e condominiais que por ventura possam incidir sobre o mesmo.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, INSS, registro da carta de arrematação são responsabilidade do arrematante e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do credor. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Em observação ao artigo 497 do NCC, é vedada a participação de cônjuges, parentes e afins do leiloeiro, ofertando lances nos leilões das execuções extrajudiciais.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED 1D6F8 - CONTRATO 313714050022-9- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 1371 - VILA NOVA CACHOEIRINHA

ROSANA ORSOLINI FERRAZ , BRASILEIRO(A), FUNCIONARIA PUBLICA CPF 01414220847, CI 13.467.449 SSP/SP, SOLTEIRO(A), **e cônjuge, se casado(a) estiver. VANDA SUELI COSTA** , BRASILEIRO(A), COMERCIARIA CPF 81518048820, CI 9.287.305, SOLTEIRO(A), **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO 32, 3º ANDAR OU 4º PAVIMENTO, BLOCO 11, CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL VITORIA REGIA II, COM ENTRADA PELA AVENIDA PARADA PINTO, Nº 3.420, 8º SUBDISTRITO - SANTANA, SAO PAULO, SP.CONTENDO A AREA UTIL DE 49,27MS2, AREA COMUM DE 13,50MS2, (INCLUSIVE UMA VAGA INDETERMINADA DESCOBERTA, LOCALIZADA NO PAVIMENTO TERREO DO RESPECTIVO BLOCO), AREA TOTAL DE 62,77MS2, CORRESPONDENDO-LHE A FRAÇÃO IDEAL NO TERRENO DO CONDOMINIO DE 0,0006993%. COM TODAS AS SUAS INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS, ACESSORIOS.

ITUPEVA, 23/04/2018
ARY ANDRÉ NETO

23 - 26/04 - 09/05/2018

ERMAN Participações S.A.

CNPJ: 05.062.376/0001-44 - NIRE: 35 3 0019100 5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		825	337
Dividendos a receber	4	35.015	
		35.840	337
Não circulante			
Investimentos	5	9.000.834	9.053.593
Total do ativo		**9.036.674**	**9.053.930**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016
Circulante			
Dividendos a pagar	4	33.624	
		33.624	
Patrimônio Líquido	6		
Capital Social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		1.234.732	1.155.321
Ajuste de avaliação patrimonial		183.588	313.879
		9.003.050	9.053.930
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.036.674**	**9.053.930**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016		**7.584.730**	**1.051**	**320.231**	**1.000.767**		**872.352**	**9.779.131**
Total do resultado abrangente do exercício								
Prejuízo do exercício						(326.954)		(326.954)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(596.412)	(596.412)
Total do resultado abrangente do exercício						**(326.954)**	**(596.412)**	**(923.366)**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Resultado da incorporação da controlada VPAR pela controlada indireta VID (reflexa de controlada)			626		129.830		(130.456)	
Compra de participação não controladores (reflexa de controlada)							168.395	168.395
Constituição de reserva de incentivos fiscais (reflexa de controlada)			943		(943)			
Ajuste equivalência patrimonial reflexa					1.502			1.502
Reversão de dividendos deliberados					28.268			28.268
Absorção do prejuízo do exercício					(326.954)	326.954		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			**1.569**		**(168.297)**	**326.954**	**37.939**	**198.166**
Em 31 de dezembro de 2016		**7.584.730**	**2.620**	**320.231**	**832.470**		**313.879**	**9.053.930**
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro do exercício						141.575		141.575
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(76.614)	(76.614)
Total do resultado abrangente do exercício						**141.575**	**(76.614)**	**64.961**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Aumento de participação não controladores								
Nexa - diluição participação							(53.677)	(53.677)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva legal	6 c)			7.079		(7.079)		
Dividendos distribuídos	6 b)				(28.541)	(33.624)		(62.165)
Retenção de lucros					100.872	(100.872)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**7.079**	**72.332**	**(141.575)**	**(53.677)**	**(115.842)**
Em 31 de dezembro de 2017		**7.584.730**	**2.620**	**327.310**	**904.802**		**183.588**	**9.003.050**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	142.335	(326.714)
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(760)	(240)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**141.575**	**(326.954)**
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**141.575**	**(326.954)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		0,21	(0,48)
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**141.575**	**(326.954)**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	118.356	(1.138.194)
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(40.807)	508.501
"Hedge accounting" operacional de controladas	(25.136)	13.030
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	9.761	56.708
Outros reflexos de controladas e coligadas	(139.130)	(27.253)
	(76.956)	(587.208)
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	342	(9.204)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(76.614)**	**(596.412)**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**64.961**	**(923.366)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	141.575	(326.954)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(142.335)	326.714
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros passivos		(77)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(760)**	**(317)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	29.789	264
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**29.789**	**264**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(28.541)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(28.540)**	
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**488**	**(53)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**337**	**390**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**825**	**337**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos		28.268

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais
ERMAN Participações S.A. ("Companhia", ou "ERMAN") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.
2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de abril de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.
2.1. Base de apresentação
2.2. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado.
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.
As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3.
A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.
3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.
(b) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda.
Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.
(c) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.
4. Partes relacionadas
Saldos e transações com partes relacionadas

	2017	2016	2017	2016
	Dividendos a receber		Dividendos a pagar	
Partes relacionadas				
Hejoassu Administração S.A.	35.015			
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)			33.624	
	35.015		**33.624**	

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos

Investimentos	Informação da investida em 31 de dezembro de 2017: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial: 2017	2016	Saldo de investimento: 2017	2016
Avaliados por equivalência patrimonial							
Hejoassu Administração S.A.	36.003.309	569.341	25,00	142.335	(326.714)	9.000.827	9.053.586
Outros investimentos						7	7
Total dos investimentos				**142.335**	**(326.714)**	**9.000.834**	**9.053.593**

6. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.
(b) Dividendos
Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	142.335	(326.954)
Reserva legal	(7.079)	
Base de cálculo dos dividendos	135.256	
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	33.624	
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	

Durante o exercício de 2017, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R$ 28.541, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2016.
(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.
(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

CLÁUDIO ERMÍRIO DE MORAES – Diretor | **RICARDO ERMÍRIO DE MORAES – Diretor** | **PAULO MIDENA – Contador – CRC – 1SP 171.463/O-9**

AEM Participações S.A.

CNPJ: 05.062.403/0001-89 – NIRE: 35 3 0019101 3

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		580	32
Dividendos a receber	4	35.015	
		35.595	32
Não circulante			
Investimentos	5	9.000.834	9.053.593
Total do ativo		**9.036.429**	**9.053.625**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016
Circulante			
Dividendos a pagar	4	33.600	
		33.600	
Patrimônio líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		1.234.511	1.155.016
Ajustes de avaliação patrimonial		183.588	313.879
		9.002.829	9.053.625
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.036.429**	**9.053.625**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demontrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016		**7.584.730**	**1.051**	**320.213**	**1.000.440**		**872.351**	**9.778.785**
Total do resultado abrangente do exercício								
Prejuízo do exercício						(326.898)		(326.898)
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(596.412)	(596.412)
Total do resultado abrangente do exercício						**(326.898)**	**(596.412)**	**(923.310)**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Resultado da incorporação da controlada VPAR pela controlada indireta VID (reflexa de controlada)			626		129.829		(130.455)	
Compra de participação não controladores (reflexa de controlada)							168.395	168.395
Constituição de reserva de incentivos fiscais (reflexa de controlada)			943		(943)			
Ajuste equivalência patrimonial reflexa					1.508			1.508
Reversão de dividendos deliberados					28.247			28.247
Absorção do prejuízo do exercício					(326.898)	326.898		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas			**1.569**		**(168.257)**	**326.898**	**37.940**	**198.150**
Em 31 de dezembro de 2016		**7.584.730**	**2.620**	**320.213**	**832.183**		**313.879**	**9.053.625**
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro do exercício						141.473		141.473
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(76.614)	(76.614)
Total do resultado abrangente do exercício						**141.473**	**(76.614)**	**64.859**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Aumento de participação não controladores								
Nexa - diluição participação							(53.677)	(53.677)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reserva legal	6 c)			7.074		(7.074)		
Dividendos distribuídos	6 b)				(28.379)	(33.600)		(61.978)
Retenção de lucros					100.799	(100.799)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**7.074**	**72.421**	**(141.473)**	**(53.677)**	**(115.655)**
Em 31 de dezembro de 2017		**7.584.730**	**2.620**	**327.287**	**904.604**		**183.588**	**9.002.829**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2017	2016
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	142.335	(326.714)
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(862)	(184)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**141.473**	**(326.898)**
Imposto de renda e contribuição social			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**141.473**	**(326.898)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		0,21	(0,48)
Quantidade média de ações		684.730	684.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**141.473**	**(326.898)**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	118.356	(1.138.194)
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(40.807)	508.501
"Hedge accounting" operacional de controladas	(25.136)	13.030
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	9.761	56.708
Outros reflexos de controladas e coligadas	(139.130)	(27.253)
	(76.956)	(587.208)
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	342	(9.204)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(76.614)**	**(596.412)**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**64.859**	**(923.310)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	141.473	(326.898)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(142.335)	326.714
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros passivos		(109)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(862)**	**(293)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	29.789	265
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**29.789**	**265**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(28.379)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(28.379)**	
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**548**	**(28)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**32**	**60**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**580**	**32**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos		28.247

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais
AEM Participações S.A. ("Companhia", ou "AEM") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08 de maio de 2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas.
2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de abril de 2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.
2.1. Base de apresentação
2.2. Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado.
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.
As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3.
A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente.
3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas
As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.
(a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados.
(b) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda.
Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.
(c) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.
4. Partes relacionadas
Saldos e transações com partes relacionadas

	2017	2016	2017	2016
	Dividendos a receber		Dividendos a pagar	
Partes relacionadas				
Hejoassu Administração S.A.	35.015			
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)			33.600	
	35.015		33.600	

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.
5. Investimentos

Investimentos	Informação da investida em 31 de dezembro de 2017: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial: 2017	2016	Saldo de investimento: 2017	2016
Avaliados por equivalência patrimonial							
Hejoassu Administração S.A.	36.003.309	569.341	25,00	142.335	(326.714)	9.000.827	9.053.586
Outros investimentos						7	7
Total dos investimentos				**142.335**	**(326.714)**	**9.000.834**	**9.053.593**

6. Patrimônio líquido
(a) Capital social
O capital social, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas.
(b) Dividendos
Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	141.473	(326.898)
Reserva legal	(7.074)	
Base de cálculo dos dividendos	134.399	
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	33.600	
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	

Durante o exercício de 2017, a Companhia deliberou aos seus acionistas o montante de R$ 28.379, correspondente a dividendos relativos a parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros", acumulados até 31 de dezembro de 2016.
(c) Reserva legal e de retenção de lucros
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.
A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.
(d) Ajustes de avaliação patrimonial
A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

LUÍS ERMÍRIO DE MORAES - Diretor | **ADEMAR MARRA - Diretor** | **PAULO MIDENA - Contador - CRC 1-SP-171463/O-9**

Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.

CNPJ/MF nº 05.881.258/0001-68 - NIRE 3530033348-9

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Ficam convocados os acionistas da Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A. ("Companhia") a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realizar-se, em primeira convocação, no dia 3 de maio de 2018, às 10h00, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.300, 11º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. São Paulo, 25 de abril de 2018. (25, 26 e 27)

Radio Panamericana S.A.

CNPJ/MF 60.628.922/0001-70 - NIRE 35300029763 - Companhia Fechada

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores Acionistas da **Rádio Panamericana S.A. ("Jovem Pan"** ou "Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2018, às 9:00 horas, na sede social da sociedade, localizada na Avenida Paulista, 807 - 24º andar - em São Paulo - SP, com a seguinte Ordem do Dia: **a)** Tomada de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017; **b)** Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Eleger os diretores da companhia (Diretoria Estatutária), para o período de 30 de abril de 2018 a 30 de abril de 2020 ; **d)** Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia. São Paulo, 23 de abril de 2018. **Antonio Augusto Amaral de Carvalho Filho** - Diretor Presidente. (24, 25, 26)

IGARAÇU S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES
CNPJ nº 00.491.010/0001-77 NIRE 35.300.141.377
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente, ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 05 de maio de 2018, as 10 horas, excepcionalmente, na Rua Angelo Domezi nº 447, Bairro Jardim Altos do Igaraçu do Tietê, na Cidade de Igaraçu do Tietê (SP), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: ORDINÁRIA: 1. examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2017; 2. destinar o resultado do exercício social acima citado; e 3. eleger os membros do Conselho de Administração. EXTRAORDINÁRIA: 1. deliberar sobre proposta do Conselho de Administração, relativa a alteração parcial do estatuto social, envolvendo os artigos 11, 12, 13, 14, 16, incisos 2º e 3º do Artigo 19 e Artigo 25; e 2. outros assuntos de interesse social. Igaraçu do Tietê (SP), 23 de abril de 2018. Carlos José Fernandes Presidente do Conselho de Administração. OBS.: (i) As chapas para o Conselho de Administração serão compostas por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros. (ii) O prazo para inscrição das chapas será de 26.04.2018 a 03.05.2018.

Polo Films Indústria e Comércio S.A. CNPJ 26.051.817/0001-82 - NIRE 35.300.494.776
Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures de Polo Indústria e Comércio S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.) Realizada em 28/11/2017

Data, Hora e Local: 28/11/2017, às 10hs na sede de Polo Films Indústria e Comércio S.A. ("Emissora" ou "Polo Films"), localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini 105, 11º andar, na sala Polo Films. **Convocação:** dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"), nos termos do artigo 71, §2º, e do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada. Para os fins desta assembleia, "Debêntures" significam as debêntures emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, da 1ª Emissão de Polo Indústria e Comércio S.A. (Assumida por Polo Films Indústria e Comércio S.A.)" celebrado em 21/06/2017, conforme aditado em 14/07/2017, em 27/07/2017, em 01/09/2017 e em 01/11/2017, entre a Emissora, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") e Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A. ("Escritura de Emissão"). **Presença:** (i) Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação, conforme se verificou das suas assinaturas no livro próprio; (ii) a Emissora; (iii) o Agente Fiduciário; e (iv) a Garantidora. **Composição da Mesa:** Daniel Rodrigues, Presidente, e Juliana Maria Talioli Balestrero, Secretária. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre: 1. A nova prorrogação, para 12/12/2017, do pagamento da 1ª parcela da Remuneração das Debêntures, que seria devido em 30/11/2017, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Polo Indústria e Comércio S.A. (Assumida pela Polo Films Indústria e Comércio S.A.) realizada em 14/11/2017, sem que seja configurado um Evento de Inadimplemento para os fins da Cláusula 7.31.1, inciso I, da Escritura de Emissão; e **2.** Caso aprovada a matéria prevista acima, autorização para que o Agente Fiduciário realize todos os atos necessários para a formalização e implementação da Ordem do Dia, inclusive perante a B3. **Deliberações:** após a prestação dos devidos esclarecimentos referentes às matérias da Ordem do Dia, os Debenturistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a totalidade das matérias da Ordem do Dia. Para fins de esclarecimento, permanecem inalteradas os demais termos e condições das Debêntures. Os termos iniciados em letra maiúscula que não estejam definidos na presente Assembleia têm o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 28/11/2017. **Mesa: Daniel Rodrigues** – Presidente; **Juliana Maria Talioli Balestrero** – Secretária. **Debenturistas:** Banco Santander (Brasil) S.A., Itaú Unibanco S.A., **Agente Fiduciário:** Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobliliários Ltda. Emissora e Garantidora, cientes e de acordo com as condições previstas nesta ata: Polo Films Indústria e Comércio S.A., Sul Rio-Grandense Comércio de Embalagens e Derivados de Plásticos S.A. JUCESP nº 181.282/18-5 em 12/04/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

1º Ofício Cível do Forum Regional II - Santo Amaro- SP. Foro Regional II - Santo Amaro - Comarca de São Paulo EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0022790-21.2013.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Silva e Souza, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Fabio Lustosa da Silva (CPF. 286.756.668-10) e Paulo Miguel Pinheiro da Silva (CPF. 012.192.468-83), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 88.311,55 (novembro de 2013), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº 5.363.535. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 1.384,61, R$ 77,19, R$ 12,04 e R$ 14,63. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. 26 e 27 / 04 / 2018

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0091142-65.2012.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Raphael Augusto Cunha, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Francisco William de Oliveira Júnior, CPF 351.311.873-20, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda, objetivando a cobrança de R$ 2.841,72 (abril/2012), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2009. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de março de 2018. 26 e 27.04

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0028069-82.2013.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III – Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Bertholazzi, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Fernando José dos Santos Annes, CPF 115.585.818-20, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. S/C, objetivando a cobrança de R$ 13.895,50 (junho/2013), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais, prestados no ano letivo de 2009. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de revelia, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de janeiro de 2018. 26 e 27.04

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0224637-42.2011.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Lúcia Caninéo Campanhã, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Dib Metran, CPF 033.955.428-23, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. S/C, objetivando a cobrança da quantia de R$ 12.686,00 (novembro/2011), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais, prestados no ano letivo de 2007. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de revelia, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2018. 26 e 27.04

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0087408-09.2012.8.26.0002. O(A) MM. **Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro**, Estado de São Paulo, Dr(a). Regina de Oliveira Marques, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **José Augusto de Almeida Gaspar, CPF 410.452.388-72, RG 4914657**, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de **Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda**., **objetivando a cobrança de R$ 25.689,01 (agosto/2012)**, oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados nos anos letivos de 2008 e 2009. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, **por EDITAL**, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de março de 2018. 26 e 27.04

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1107317-12.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 25ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Leila Hassem da Ponte, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **JANETE MARIA DA SILVA**, Brasileiro, CPF 219.247. 338-97, Rua Jose Olivio Marangao Faria, 120, Parque das Esmeraldas, CEP 17516-699, Marilia - SP, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda S/C SINEC, alegando em síntese: foi proposta ação objetivando a cobrança de R$ 39.099,72 (dezembro/2014), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2011. E, encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de revelia, constituindo-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de março de 2018. 26 e 27.04

Edital de Citação - Prazo 30 dias - Proc. 0018642-58.2013.8.26.0004. A DRA. ANA LUIZA MADEIRO DIOGO CRUZ, MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a EDSON BONARDI DE SOUZA, CPF: 096.100.538-66 que ALTON COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, CNPJ: 00.425.310/0001-58 lhe ajuizou ação de Cobrança pelo Procedimento Comum para recebimento da quantia de R$ 1.700,00 (Setembro/2013) representada por 02 cheques sob nº AA000002 e AA000003 devolvidos sem provisão de fundos. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital para que em 15 dias, a fluir após os 30 supra, conteste o feito. Decorridos os prazos, em caso de revelia será nomeado curador especial para o prosseguimento do feito, nos termos do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente edital, afixado e publicado. São Paulo, 12 de janeiro de 2017. 26 e 27/04

Citação. Prazo 20 dias. Proc.nº 1082808-17.2015.8.26.0100. A Dra. Valéria Longobardi, Juíza de Direito da 29ª Vara Cível da Capital-SP, na forma da lei. Faz saber a corré Silvia Maria Fornasaro Barreto Prado, RG 8.957.355 SSP/SP, CPF 035.661.228-74 que, Banco do Brasil S/A, lhe ajuizou ação Monitória, objetivando a cobrança de R$ 217.551,77 (30/06/2015), referente Contrato de Abertura de Crédito BB Giro Empresa Flex nº 153.103.971, firmado em 27/03/2014. Estando a corré supra mencionada em local ignorado, foi expedido o presente edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o "quantum" reclamado ou ofereça embargos, sob pena de não o fazendo, constituir-se em título executivo judicial a inicial pretendida. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 20 de abril de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 0111157-57.2009.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Brandini do Amparo, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) GJM COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP,(CNPJ 07.400.870/0001-05), que Etoile Participações e Serviços Ltda (CNPJ/MF-03.778.521/0001-62) ajuizou uma ação Declaratória de Inexigibilidade de Título, cumulada com perdas e danos, bem como medida cautelar de sustação de protesto, referente a duplicata nº 40014, no valor de R$ 269,50, vencida em 19/03/2009, levada indevidamente a protesto junto ao 7º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo/SP, protocolo nº 0688-02/04/2009-31. Estando a ré em lugar incerto e não sabido, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após o prazo do edital, conteste a ação, sob pena de se presumir como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO Processo nº: 0346338-38.2009.8.26.0100 Classe – Assunto: Usucapião - Registro de Imóveis Requerente: Rubens Fernando Santos Oliveira e outro EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0346338-38.2009.8.26.0100 (USUC 1389) O(A) Doutor(a) Rodrigo Ramos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) Zarzur Irmãos S/A Empreendimentos e Participações, Jeanette Rezk Kazan, Michel Salim Rezk, Haet Kazan, Isabel Agostini Rezk, Eloha Rivera Manga, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Rubens Fernando Santos Oliveira e Cibele Soares Oliveira, ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Menina Dengosa, nº 40 - Jardim Guanabara 32º Subdistrito Capela do Socorro - São Paulo SP, com área de 148,125 m², contribuinte nº 178.177.0056-6, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 04 de abril de 2018. 26 e 27/04

EDITAL DE CITAÇÃO Processo nº: 0144609-63.2006.8.26.0100 Classe – Assunto: Usucapião - Registro de Imóveis Autor e Requerente: Alberto Dias e outro EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0144609-63.2006.8.26.0100 (USUC 461) O(A) Doutor(a) Rodrigo Ramos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) Herdeiros de Manoel Vieira, a saber: Rubens Vieira, Catharina Devai, Iracema Vieira Borovina, Borovina Anton, Dirce Leão, Ercio Anjos Leão, Nelson Paulo Vieira; Antônio Carvalho dos Santos, Maria das Dores dos Santos, Accacio Fagundes, Maria das Dores Santos, Estácio Silvestre Lasista, João Pintor Martini, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Alberto Dias e Maria Fernanda Leal Dias, ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Independência, nº 235 Vila Virginia 26º Subdistrito Vila Prudente - São Paulo SP, com área de 243,48 m², contribuinte nº 117.299.0062-2, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 02 de abril de 2018. 25 e 26/04